

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Para uma História Jê Meridional na Longa Duração:
o Contexto em Alfredo Wagner (SC) e a sua Inserção Regional**

LUCAS BOND REIS

ILHA DE SANTA CATARINA
NOVEMBRO DE 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCAS BOND REIS

**PARA UMA HISTÓRIA JÊ MERIDIONAL NA LONGA DURAÇÃO:
O CONTEXTO EM ALFREDO WAGNER (SC) E A SUA INSERÇÃO
REGIONAL**

Dissertação de Mestrado
submetida ao Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito final
para obtenção do título de
Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História
Indígena, Ethnohistória e
Arqueologia.

Orientador: Dr. Lucas Bueno

ILHA DE SANTA CATARINA
NOVEMBRO DE 2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Reis, Lucas Bond

Para uma História Jê Meridional na longa duração : o contexto em Alfredo Wagner (SC) e a sua inserção regional / Lucas Bond Reis ; orientador, Lucas de Melo Reis Bueno - Florianópolis, SC, 2015.

377 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Jê Meridional. 3. Alfredo Wagner. 4. Arqueologia. 5. História Indígena. I. Bueno, Lucas de Melo Reis. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Para uma História Jê Meridional na Longa Duração: o Contexto em Alfredo Wagner (SC) e a sua inserção regional

Lucas Bond Reis

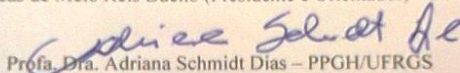
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

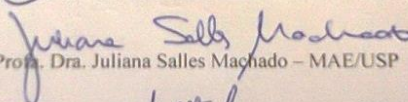
Banca Examinadora



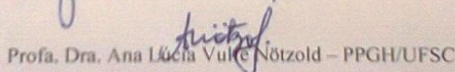
Prof. Dr. Lucas de Melo Reis Bueno (Presidente e Orientador) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Adriana Schmidt Dias – PPGH/UFRGS



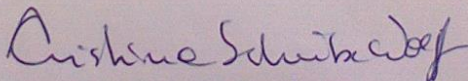
Profa. Dra. Juliana Salles Machado – MAE/USP



Profa. Dra. Ana Lúcia Vulc Nötzold – PPGH/UFSC

Profa. Dra. Maria Dorothea Post Darella (suplente) – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Sandor Bringman (suplente) – Centro Universitário Municipal de São José



Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 13 de novembro de 2015.

PARA O DR. PAULO,

PARA O DR. AIRTON,

AOS KAINGÁNG,

AOS XOKLENG.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa não seria possível sem a colaboração de muitas pessoas, de forma direta e/ou indireta. Mesmo que a responsabilidade pelo texto recaia, sobretudo, em mim, a opção por escrever esta dissertação na terceira pessoa do plural consiste numa forma de demonstrar que somente através de muitas contribuições foi possível chegar a este resultado.

Ainda que seja parte do *métier* arqueológico classificar coisas, é impossível atribuir diferentes níveis de importância às colaborações feitas para esta pesquisa. Por isso, as menções a seguir não devem ser entendidas como escala de valor das contribuições em toda essa trajetória. Aqui tento reconhecer um pouco da importância das pessoas para todo o meu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Agradeço à minha mãe – Sônia – e à minha irmã – Aline – por sempre me apoiarem de diferentes modos, incentivarem e não medirem esforços para ajudar sempre que precisei ao longo desses nove anos de Floripa! Gratidão às sobrinhas Julia e Luiza pelo carinho e momentos de descontração.

Agradeço a tia Barbára e a vó Cida por me receberem por um período provisório – que durou alguns anos – na casa de vocês. Isso foi impensável para que eu pudesse me focar exclusivamente na formação acadêmica. Mais do que isso, o apoio incondicional em muitos sentidos foi deveras importante. Ah, agradeço ao primo Rodrigo pelas conversas e discussões que foram fundamentais para pensar e repensar algumas coisas acadêmicas e da vida ao longo desses anos.

Um agradecimento especial que tenho que fazer diz respeito aos amigos e conhecidos do curso de graduação em História da UFSC, especialmente ao pessoal da turma 2006.2. Sem vocês todas as experiências em Floripa não seriam as mesmas, definitivamente! Renato, Zé, Taió, Everson, Cenoura, Jeanne, Paola, Elisa, Crisley, Angela, Clayton, Cristina... À vocês, à todas as outras pessoas que conheci por meio de vcs – Bete, Nina, Sabrina, entre outras -, ao Cats (*in memoriam*) e ao Farol.

Agradeço muito ao pessoal que criou o Núcleo de Arqueologia da UFSC – NAU – por constituírem uma oportunidade de pensar Arqueologia nesta universidade, em especial no departamento de História, num momento em que pouca atenção era dada a este tema. Principalmente, as amigas que por muito tempo foram às únicas parceiras na empreitada de fomentar discussões sobre Arqueologia na UFSC: Angela, Gabriela, Fernanda e Jeanne. Esforçamos-nos muito na

organização das Semanas de Arqueologia e Patrimônio buscando uma formação na área, ainda que por meio de eventos e cursos. Contribuições fundamentais nesse processo foram prestadas pelo prof. João Klug, sempre apoiando e incentivando os aspirantes a arqueólogos. Devo mencionar aqui, também, dois importantes antecessores nessa jornada: Daniela Sophiati e Bruno Labrador.

Sem dúvida, tenho uma gratidão imensa pela importância para a minha formação acadêmica, bem como para chegar até a redação final desta dissertação, com todo o pessoal que convivi quando bolsista do Laboratório de História Indígena – LABHIN. Agradeço muito a professora Ana Lúcia por me receber no laboratório mesmo sabendo que sempre tive como objetivo estudar arqueologia. Hoje sei que sem todas as pesquisas, discussões, conversas e oportunidades no LABHIN não teria a mesma leitura de mundo que tenho hoje, principalmente no respeito às populações indígenas. Sandor, Clovis, Helena, Jennifer, Luana, Rafael... Agradecido!

Madalena e Teresa: sou muito grato a vocês por me ofertarem a primeira oportunidade concreta de pesquisar e trabalhar com arqueologia. Aprendi muito no âmbito de todas as atividades de pesquisa e discussões que desenvolvemos no Museu Universitário da UFSC. A base do conhecimento em arqueologia que tenho, adquiri em conversas com vocês ou através das pesquisas em que participei no Laboratório de Arqueologia. Agradeço a vocês e a todo o pessoal do museu com quem convivi ao longo de alguns anos.

Quatro amigos que se envolveram diretamente nesta pesquisa foram imprescindíveis para que pudesse chegar a este texto: Bruno, parceria na roubada de subir – algumas vezes - um morro no sul da Ilha para ajudar a investigar a existência de registro arqueológico, bem como para as escavações em Alfredo Wagner; Garganta (“Thiago”), parceria nos trabalhos na Ilha, nas aventuras no Alto Vale do Itajaí, prospecções e escavações; Isabela, parceria que ajudou em coisas de campo, laboratório e muito mais para além da pesquisa; Gabriela, por muitas discussões teóricas sobre o processo de ocupação do litoral e do planalto sem as quais não teria refletido tanto para esta pesquisa. Agradeço profundamente a amizade de vocês, muito além do que apenas nas atividades do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia – LEIA.

Além destas, outras pessoas que fizeram e/ou fazem parte do LEIA também foram muito importante para o desenvolvimento desta pesquisa: Stela, Jefferson, Karel, Beatriz, Juliana, Simon, Fernando.

Mais uma pessoa, que também participa do LEIA, e que merece um agradecimento especial é a Milene: obrigado por encontrar cerâmica nos últimos dias da última etapa de escavação! Brincadeira a parte, agradeço muito pela sua disposição em ajudar e pelo seu interesse na pesquisa.

Gratidão especial a Letícia por toda a parceria e companheirismo nos últimos meses de realização desta pesquisa, para além de todo o seu empenho e sua dedicação em campo, laboratório e na revisão dos textos, você é muito importante por todo incentivo, pelas conversas e atenção em momentos complicados.

Outras pessoas que também contribuíram muito em campo no decorrer das escavações e que merecem menções e agradecimentos: Junior e Ana, estudantes da UFPI, que pegaram 4 graus na serra catarinense em uma etapa de escavação; Bruno Labrador que ajudou muito em uma das etapas, não só nas escavações, mas também nas ideias; Raul Novasco, contribuição importante na realização de topografia com estação total, tratamento de dados, elaboração de mapas e, também, na escavação.

Gratidão a pessoas que contribuíram de forma pontual, mas com grande importância para o entendimento que resultou nesta pesquisa: Prof. Dra. Maria José Reis, pela participação da banca no exame de qualificação e por todas as sugestões que ofereceu; Prof. Dra. Silvana Nisgoski, da UFPR, que efetuou a identificação da madeira carbonizada encontrada nas escavações; Luciane Zanenga Scherer, arqueóloga do MARquE, por ter analisado na boa vontade uma coleção de remanescentes ósseos humanos da instituição para esta pesquisa; Prof. Edison Tomazzoli, das Geociências da UFSC, por toda a ajuda no que diz respeito à problematização e a compreensão das formações de cavidades no morro do sul da Ilha; prof. João Carlos Rocha Gré, das Geociências da UFSC, pela contribuição na identificação da matéria-prima dos vestígios líticos; Juliana Betarelo, por gentilmente ter elaborado os desenhos dos vestígios líticos apresentados nesta dissertação; Dr. Thiago Costa, do Atecor, que tem contribuído para a realização de análises químicas das cerâmicas encontradas na pesquisa de campo e gentilmente cedeu o uso de imagens de forma inédita para este texto; Sr. Divaldo Luiz Amorin, que muito contribuiu através da cessão da sua casa em Lomba Alta para nos abrigar no decorrer das etapas de campo.

Agradeço a Nathalie pela gentileza na revisão do *resumen*.

É fundamental agradecer ao Sr. Altair Wagner que não mediu esforços para colaborar com o desenvolvimento desta pesquisa, abrindo

as portas do Museu de Arqueologia Lomba Alta sempre que precisamos, bem como da sua casa para nos receber e conversar sobre o contexto arqueológico alfredense. Também neste sentido, gratidão especial a Maria Rufina, “a funcionária do museu”, sempre gentil e solicita em tudo que precisamos no decorrer dos trabalhos em Alfredo Wagner.

Agradeço a família Althoff, antiga moradora da localidade de Poço Certo, em Alfredo Wagner, e ao Sr. Lauro, por todo o auxílio oferecido no decorrer da realização das pesquisas de campo, bem como a comunidade alfredense no geral que sempre nos recebeu muito bem.

Agradeço a Juliana Machado, não apenas por aceitar participar das bancas de qualificação e de defesa final desta dissertação, mas por ser, ainda que extraoficialmente, uma orientadora. Adquiri muito conhecimento contigo nos cursos no MAE/USP, em campo na TI Xokleng e Alto Vale do Itajáí, nas análises dos fragmentos cerâmicos e nas conversas em geral sobre a vida. Agradecido!

Gratidão ao orientador, Lucas Bueno, por todo o conhecimento repassado nos últimos três anos, pela disposição em contribuir de muitas formas para a realização desta pesquisa, pelas explicações para realização de análises de vestígios líticos, pelas sugestões para consolidação das interpretações e por outras oportunidades de pesquisa ofertadas.

Gratidão a Dra. Adriana Schmidt Dias por ter aceito participar da banca de defesa da dissertação e a Dra. Maria Dorothea Post Darella por todas as contribuições na leitura do texto.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História pela possibilidade de cursar um mestrado em uma linha de pesquisa de História Indígena e Arqueologia, bem como por oferecer subsídios para participação de eventos acadêmicos e para realização de atividades de campo.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, em geral, por tudo que a instituição me proporcionou nos últimos nove anos de estudos em nível de graduação e de pós-graduação.

Gratidão à CAPES pela bolsa de estudos que me foi concedida, a qual foi fundamental para que pudesse desenvolver esta pesquisa com mais tranquilidade e com dedicação plena. Neste sentido, agradeço, também, ao Governo Federal pelo incentivo a educação que gradativamente tem crescido ao longo da última década através da ampliação do número de universidades públicas e por meio de uma maior inclusão social, mesmo que saibamos que ainda há muito em que melhorar.

Agradeço, também, a todas as pessoas ou instituições que contribuíram para esta pesquisa e que não foram citadas acima.
Agradecido!

RESUMO

A proposta desta pesquisa é contribuir para uma melhor compreensão da trajetória histórica dos grupos Jê Meridionais em Santa Catarina a partir da realização de pesquisas no município de Alfredo Wagner. Para tanto, realizamos uma revisão na literatura arqueológica, antropológica e etnohistórica sobre os grupos Jê Meridionais, bem como desenvolvemos prospecções e escavações em campo, além de análises tecnológicas de vestígios líticos e cerâmicos. Neste texto apresentamos de forma inédita os resultados obtidos nas pesquisas realizadas no sítio Tobias Wagner, contexto composto por estruturas subterrâneas, localizado em Lomba Alta. Através dos dados obtidos e das informações compiladas, refletimos e problematizamos a ocupação Jê Meridional sob uma perspectiva diacrônica e em diferentes escalas: intrasítio, local, microrregional e regional. Devemos ressaltar que este estudo foi conduzido sob um enfoque que visa compreender as populações indígenas enquanto sujeitos históricos plenos, agentes de sua própria história, e que acreditamos que a trajetória histórica delas decorre de relações específicas estabelecidas com e em um determinado território. Neste sentido, apresentamos sugestões sobre o processo de ocupação Jê Meridional a partir da proposta de Zedeño (1997; 2008) acerca da história de formação territorial, bem como segundo as compreensões de Braudel ([1958] 2009) e de Sahlins ([1985] 1999) no que remete aos conceitos de duração e de mudança, e, ainda, conforme os entendimentos de Barth ([1969] 1998) sobre fronteiras sociais e grupos étnicos.

Palavras-chave: Jê Meridional; Alfredo Wagner; História de Formação Territorial.

ABSTRACT

The proposal of this research is to contribute for a better comprehension of Southern Jê groups historic trajectory in Santa Catarina by means of researches in the city of Alfredo Wagner. Therefore, we engaged a revision on archaeological, anthropologic and ethnohistoric literature on these Southern Jê groups, as well as we developed archaeological prospections and excavation, and then technologic analysis on lithic and ceramic vestiges. In this text, we present in a inedited way the results of these researches placed at Tobias Wagner archaeological site, a context composed by pit houses, nestled in Lomba Alta. Using the dates and information compiled, we reflected and rendered problematic on the Southern Jê occupation in a diachronic perspective and in different ways: intrasite, local, microregional, and regional scales. We shall emphasize that this study was directed using an approach that aims to comprehend indigenous population as complete historic people, agents of their own history, and that we believe these historic trajectories are originated from specific relations established with and at a determined territory. In this way, we present suggestions about the Southern Jê occupation process by means of Zedeño's proposal (1997; 2008) on the history of territorial formation, as well as on Braudel's ([1958] 2009) and Sahlins' ([1985] 1999) comprehensions on what concerns the concepts of duration and change, and yet, on Barth's ([1969] 1998) perceptions about social frontiers and ethnic groups.

Key words: Southern Jê; Alfredo Wagner; History of Territorial Formation.

RESUMEN

La propuesta de esta investigación es contribuir a una mejor comprensión de la trayectoria histórica de los grupos Jê del Sur en Santa Catarina, a partir de la realización de investigaciones en la ciudad de Alfredo Wagner. Para lo anterior, hicimos una revisión de la literatura arqueológica, antropológica y etnohistórica sobre los grupos Jê del Sur, se llevaron a cabo prospecciones y excavaciones en el campo y se hicieron análisis tecnológicos de restos líticos y cerámicos. En esta investigación presentamos de forma inédita los resultados obtenidos en las investigaciones llevadas a cabo en el sitio arqueológico Tobias Wagner, contexto compuesto por estructuras subterráneas, ubicado en Lomba Alta. Por medio de los datos obtenidos y la información recopilada, reflexionamos y problematizamos la ocupación Jê del Sur bajo una perspectiva diacrónica y en diferentes escalas: intrasitio, local, micro-regional y regional. Debemos destacar que este estudio se realizó desde una perspectiva que busca entender los pueblos indígenas como sujetos históricos plenos, actores de su propia historia y creemos que la trayectoria histórica de ellos se deriva de las relaciones específicas establecidas con y en un territorio determinado. En este sentido, presentamos sugerencias sobre el proceso de ocupación Jê del Sur desde la propuesta de Zedeño (1997; 2008) acerca de la historia de la formación territorial, así como, las interpretaciones de Braudel ([1958] 2009) y Sahlins ([1985] 1999) en las que se refieren a conceptos de duración y de cambio, incluso, como la comprensión de Barth ([1969] 1998) sobre las fronteras sociales y grupos étnicos.

Palabras-clave: Jê del Sur; Alfredo Wagner; Historia de Formación Territorial.

Lista de Figuras

Figura 1 - Modelo de história de vida do território.	54
Figura 2 - Mapa com a distribuição das populações indígenas na América do Sul.	67
Figura 3 - Mapa com a distribuição das Áreas Culturais de Eduardo Galvão.	69
Figura 4 - Mapa com a distribuição das Áreas Etnográficas.	70
Figura 5 - Mapa com a distribuição dos povos Jê meridionais no sul do Brasil e no noroeste da Argentina.	73
Figura 6 - Territórios de ocupação tradicional indígena no sul do Brasil.	100
Figura 7 - Localização do município de Alfredo Wagner.	107
Figura 8 - Vitrine com os vestígios encontrados por Rohr (1967) no sítio SC-VI-13.	113
Figura 9 - Artefatos em madeira coletados por Rohr (1967) no sítio SC-VI-13.	113
Figura 10 - Fibras vegetais coletas por Rohr (1967) no sítio SC-VI-13.	113
Figura 11- Visão parcial da área de implantação das estruturas subterrâneas.	120
Figura 12 - Detalhe de uma das estruturas subterrâneas que compoe o sítio.	120
Figura 13 - Visão geral da área onde estariam implantadas as estruturas subterrâneas	121
Figura 14 - Estrutura subterrânea de maior dimensão que compõe o sítio.	122
Figura 15 - Visão geral da área de implantação do sítio.	122
Figura 16 - Visão geral da área de implantação do sítio.	123
Figura 17 - Detalhe de estrutura subterrânea que compõe o sítio.	123
Figura 18 - Visão geral da área de implantação das estruturas subterrâneas.	124
Figura 19 - Detalhe de estruturas subterrâneas que compõe o sítio. ...	124
Figura 20 - Visão geral do abrigo onde atualmente há um oratório. ...	127
Figura 21 - Visão parcial do abrigo.	127
Figura 22 - Visão geral da entrada do abrigo.	128
Figura 23 - Visão da parte interna do abrigo.	128
Figura 24 - Visão geral do abrigo.	129
Figura 25 - Visão da porção do abrigo onde há maior presença de sedimento.	129
Figura 26 - Visão geral da fachada do abrigo.	130

Figura 27 - Porção interna do abrigo.....	130
Figura 28 - Visão geral do abrigo.	131
Figura 29 - Visão do abrigo em ângulo oposto ao da foto anterior.	131
Figura 30 - Visão geral do sítio SC-VI-13..	133
Figura 31 - Área gramada onde se localiza o sítio.	134
Figura 32 - Área de implantação do sítio.	135
Figura 33 - Vestígios líticos coletados pelo proprietário no sítio.....	135
Figura 34 - Área onde estão as evidências e que foi escavada por Wagner (2002).....	137
Figura 35 - Detalhe de trincheira escavada por Wagner (2002).....	137
Figura 36 - Área onde foram localizadas as evidências arqueológicas.	138
Figura 37 - Detalhe de vestígio evidenciado na área.	138
Figura 38 - Mapa do território de ocupação tradicional Xokleng.	140
Figura 39 - Visão da área onde estão implantadas as estruturas subterrâneas no Tobias Wagner.....	145
Figura 40 - Estruturas subterrâneas que compõe o sítio em perspectiva.	145
Figura 41 - Estruturas subterrâneas que compõe o sítio Tobias Wagner.	145
Figura 42 - Visão da área de pinus onde estão localizadas algumas estruturas subterrâneas.....	146
Figura 43 - Estruturas subterrâneas localizadas na transição entre pinus e vegetação secundária.	146
Figura 44 - Mapa com a localização do sítio Tobias Wagner.	147
Figura 45 – Imagem de satélite da margem leste do Vale do Arroio Lomba Alta.	148
Figura 46 - Visão geral da margem leste do Vale do Riozinho,	148
Figura 47 - Estratigrafia do Perfil 1.	150
Figura 48 - Estratigrafia do Perfil 2.	150
Figura 49 - Planta topográfica do Sítio Tobias Wagner.....	153
Figura 50 - Estrutura subterrânea circular - E06.....	153
Figura 51 - Estrutura Subterrânea elipsóide - E08.....	153
Figura 52 - Estrutura subterrânea circular – E13.....	154
Figura 53 - Estrutura subterrânea elipsóide - E10.....	154
Figura 54 - Feição 1 - F1.....	155
Figura 55 - Feição 2 - F2.....	155
Figura 56 - Ocorrência 1 - OC1.	155
Figura 57 - Ocorrência 4 - OC4.	155
Figura 58 - Mapa de sítios arqueológicos na UH do Riozinho, em Alfredo Wagner.	156

Figura 59 - Sítios arqueológicos localizados até 1km de distância do contexto Tobias Wagner.	161
Figura 60 - Supressão da vegetação na área de demarcação da Trincheira A.	164
Figura 61 - Demarcação da Trincheira A.	164
Figura 62 - Definição do ponto Z1.	164
Figura 63 - Topografia realizada com nível ótico e régua de medição.	164
Figura 64 - Escavação no âmbito da Trincheira A.	165
Figura 65 - Escavação na Área 1.	165
Figura 66 - Escavação na Área 1.	165
Figura 67 - Desenho de perfil em E01.	165
Figura 68 - Escavação nas Trincheiras A e B em E01.	165
Figura 69 - Escavação na Trincheira B em E01.	165
Figura 70 - Amostras de sedimentos coletadas em E01.	166
Figura 71 – Fechamento das áreas escavadas em E01.	166
Figura 72 - Planta topográfica com as intervenções realizadas no sítio Tobias Wagner.	168
Figura 73 - E01.	172
Figura 74 - Planta com as intervenções realizadas em E01.	172
Figura 75 - Planta baixa das quadras demarcadas na Trincheira A em E01.	174
Figura 76 - Planta da base do nível 5 nas quadras escavadas na Trincheira A em E01.	175
Figura 77 - Estratigrafia no perfil NE da Trincheira A em E01.	176
Figura 78 – Estratigrafia nos perfis NW e SE da Trincheira A em E01.	177
Figura 79 - Planta de implantação das quadras na Trincheira B em E01.	179
Figura 80 – Estratigrafia no perfil NW da Trincheira B em E01.	184
Figura 81 - Perfil estratigráfico evidenciado nos perfis NE e SW da Trincheira B em E01.	186
Figura 82 - E01 ao final das escavações.	187
Figura 83 - Detalhe de E01 ao final das intervenções.	187
Figura 84 - Visão das trincheiras escavadas em E01.	187
Figura 85 - Planta com a intervenção realizada em E02.	188
Figura 86 - Escavação sendo realizada em E02.	188
Figura 87 – Estratigrafia nos perfis SE e SW em E02.	190
Figura 88 - Planta com a intervenção realizada em E03.	191
Figura 89 - Detalhe de quadra escavada em E03. Base do nível 14.	192

Figura 90 - Detalhe de toca de tatu nas proximidades da quadra escavada em E03.	192
Figura 91 - Estratigrafia nos perfis NE e NE em E03.	193
Figura 92 - Planta de implantação das quadras na Área 1.	194
Figura 93 - Planta das quadras onde foi evidenciada a Estrutura de Combustão 01 - EC01.	199
Figura 94 - Detalhe de EC01 no início da escavação.	200
Figura 95 - Escavação no quadrante oeste da quadra N189W202.	200
Figura 96 - Quadras da Área 1 niveladas em 1700mm.	200
Figura 97 - Estratigrafia nos perfis NW e NE de N190W200, na Área 1.	205
Figura 98 - Estratigrafia nos perfis SW e SE de N189W201, na Área 1.	206
Figura 99 - Estratigrafia nos perfis NW e NE de N190W202, na Área 1.	207
Figura 100 - Quadras da Área 1 no final das escavações.	209
Figura 101 - Lasca em riolito com quebra sirret.	219
Figura 102 - Lasca com evidência de retoque.	219
Figura 103 - Lasca em riolito identificada no decorrer das análises. ...	219
Figura 104 - Fragmento de lasca com retoques.	220
Figura 105 - Fragmento de lasca com evidência de retoque.	220
Figura 106 - Lasca em quartzo.	221
Figura 107 - Lasca ultrapassante em calcedônia.	221
Figura 108 - Artefato lascado em aplito.	222
Figura 109 - Fragmentos cerâmicos coletados no sítio Tobias Wagner.	241
Figura 110 - Único fragmento de borda identificado na coleção analisada.	242
Figura 111 - Detalhe de fragmentos cerâmicos que remontam.	242
Figura 112 - Flotação sendo realizada no LEIA/UFSC.	253
Figura 113 - Flotação sendo realizada no LEIA/UFSC.	253
Figura 114 - Nó de pinho encontrado nas escavações no sítio Tobias Wagner.	254
Figura 115 - Nó de pinho encontrado nas escavações no sítio Tobias Wagner.	254
Figura 116 - proveniência das amostras de madeira carbonizadas coletadas na Área 1.	255
Figura 117 - Micrografia da amostra 61, x200: Magnolia.	258
Figura 118 - Micrografia da amostra 61, x200: Magnolia.	258
Figura 119 - Micrografia da amostra 129, x300: Magnolia.	258
Figura 120 - Micrografia da amostra 129, x400: Magnolia.	258

Figura 121 - Micrografia da amostra 83, x500: Araucária angustifólia.	262
Figura 122 - Micrografia da amostra 83, x200: Araucária angustifólia.	262
Figura 123 - Micrografia da amostra 101, x400: Araucária angustifólia.	262
Figura 124 - Micrografia da amostra 101, x100: Araucária angustifólia.	262
Figura 125 - Disposição espacial de aldeia tradicional Xokleng segundo Urban (1978).....	278
Figura 126 - Sítios de estruturas subterrâneas registrados em Alfredo Wagner.....	291
Figura 127 – Localização de Sítios Jê Meridional ocupados entre 400 e 260 A. P. em Santa Catarina.	296
Figura 128 - Proposta de expansão Guarani elaborada por Bonomo et al.	302
Figura 129 – Localização das Terras Indígenas em Santa Catarina. ...	307

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Vestígios líticos coletados no Sítio Tobias Wagner	213
Gráfico 2 - Fragmentos de rochas e minerais coletados no Sítio Tobias Wagner	213
Gráfico 3 - Rochas sedimentares coletadas no sítio Tobias Wagner ..	214
Gráfico 4 - Rochas ígneas coletadas no sítio Tobias Wagner.	215
Gráfico 5 - Tipos de modificação em fragmentos de minerais coletados no sítio Tobias Wagner.	215
Gráfico 6 - Tipos de córtex identificados.	216
Gráfico 7 - Classificação dos Líticos por tamanho.	217
Gráfico 8 - Conjuntos líticos com Transformação Direta.	218
Gráfico 9 - Matéria-prima dos líticos lascados pequenos.	218
Gráfico 10 - Matéria-prima dos líticos lascados grandes.	221
Gráfico 11 - Matéria-prima dos líticos polidos.	223
Gráfico 12 - Tamanho dos Líticos Polidos.	224
Gráfico 13 - Matéria-prima dos líticos picoteados.	224
Gráfico 14 - Tamanho das peças picoteadas.	225
Gráfico 15 – Matéria-prima dos líticos transformados indiretamente.	226
Gráfico 16 - Tamanho dos líticos transformados indiretamente.	226
Gráfico 17 - Líticos Lascados Pequenos em Contexto.	227
Gráfico 18 - Líticos lascados pequenos na Área 1.	228
Gráfico 19 - Líticos lascados pequenos em E01.	228
Gráfico 20 - Líticos Lascados Grandes em Contexto.	230
Gráfico 21 - Líticos polidos na Área 1.	231
Gráfico 22 - Líticos polidos em E1.	231
Gráfico 23 - Líticos picoteados na Área 1.	232
Gráfico 24 - Conjuntos líticos transformados diretamente em E1.	233
Gráfico 25 - Líticos transformados diretamente por tamanho em E1.	234
Gráfico 26 - Líticos transformados diretamente na Área 1.	235
Gráfico 27 - Líticos transformados diretamente por tamanho na Área 1.	235
Gráfico 28 - Líticos transformados indiretamente em E1.	236
Gráfico 29 - Líticos transformados indiretamente na Área 1.	237
Gráfico 30 - Tipos de Argila.	242
Gráfico 31 - Tipos de antiplástico.	243
Gráfico 32 - Tipos de tratamento de superfície.	244
Gráfico 33 - Tipos de queima.	245
Gráfico 34 - Quantidade de fragmentos por nível.	246
Gráfico 35 - Índice de fragmentação.	247
Gráfico 36 - Tipo de Argila por nível.	248

Gráfico 37 - Antiplástico por nível nas cerâmicas de argila vermelha.	249
Gráfico 38- Líticos transformados diretamente na Área 1.	268
Gráfico 39 - Diâmetro das Estruturas Subterrâneas Circulares do sítio Tobias Wagner.....	273
Gráfico 40 - Tamanho dos eixos das estruturas subterrâneas elipsoidais.	274
Gráfico 41 - Comparação entre tamanho e profundidade aparente das estruturas subterrâneas.	275
Gráfico 42 - Quantidade de estruturas subterrâneas por sítio na UH do Riozinho.....	286
Gráfico 43 - Quantidade de estruturas subterrâneas por sítio em Alfredo Wagner.....	290
Gráfico 44 - Altitude média em que os sítios de estruturas subterrâneas estão implantados.....	291
Gráfico 45 - Variação de Sigma dos Sítios Jê Meridional ocupados entre 440 e 180 A. P. em SC.....	295

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Sítios arqueológicos conhecidos em Alfredo Wagner/SC por meio de bibliografia.....	116
Tabela 2 - Datações de sítios arqueológicos em Alfredo Wagner	117
Tabela 3 – Estruturas Subterrâneas Circulares no Sítio Tobias Wagner.	152
Tabela 4 - Estruturas Subterrâneas Elipsoidais no Sítio Tobias Wagner	152
Tabela 5 - Sítios de estruturas subterrâneas registrados na UH do Riozinho, em Alfredo Wagner.....	156
Tabela 6 - Sítios líticos a céu aberto registrados na UH do Riozinho, em Alfredo Wagner	159
Tabela 7 - Abrigos sob rochas registrados na UH do Riozinho, em Alfredo Wagner	160
Tabela 8 - Níveis escavados na Trincheira A em E01	173
Tabela 9 - Níveis artificiais escavados na Trincheira B em E01.....	178
Tabela 10 - Camadas naturais escavadas na Trincheira B em E01	179
Tabela 11 - Níveis escavados na Área 1	196
Tabela 12 - Conjuntos cerâmicos identificados a partir da análise tecnológica.....	250
Tabela 13 - Amostras de sedimentos coletadas no sítio Tobias Wagner	253
Tabela 14 - Amostras enviadas para identificação de madeira carbonizada.....	255
Tabela 15 - Sítios com datações temporalmente próximas ao sítio Tobias Wagner.	294

Sumário

INTRODUÇÃO	29
1. PARA UMA HISTÓRIA INDÍGENA NA LONGA DURAÇÃO. 35	
1.1. História Indígena e Arqueologia	36
1.2. Dialética da Duração e Mudança.....	42
1.3. Identidade Étnica e Fronteiras	46
1.4. História de Formação Territorial	50
2. O CONTEXTO JÊ MERIDIONAL EM SANTA CATARINA ... 59	
2.1. Do Tapuia ao Jê Meridional	60
2.2. Evidências Arqueológicas Associadas aos Grupos Jê Meridionais	76
2.3. Contexto Jê Meridional em Santa Catarina	87
2.4. Dinâmicas Territoriais Kaingáng e Xokleng	99
3. ALFREDO WAGNER EM CONTEXTO..... 107	
3.1. Contexto Ambiental	107
3.2. Arqueologia em Alfredo Wagner	111
3.2.1. <i>Informações bibliográficas</i>	111
3.2.2. <i>Levantamento em campo</i>	119
3.3. A Ocupação Indígena Regional.....	138
4. O SÍTIO TOBIAS WAGNER..... 145	
4.1. Implantação ambiental	146
4.2. Composição do Registro Arqueológico.....	152
4.3. Contexto arqueológico microrregional.....	155
4.4. Intervenções: Planejamento e Execução	161
4.4.1. <i>Trincheira A</i>	168
4.4.2. <i>Trincheira B</i>	170
4.4.3. <i>Área 1: externa às estruturas subterrâneas</i>	170
4.5. As Escavações: Dados obtidos Dentro e Fora das Estruturas Subterrâneas	171
4.5.1. <i>Estrutura Subterrânea 01 (E01)</i>	171
4.5.2. <i>Estrutura Subterrânea 02 (E02)</i>	187
4.5.3. <i>Estrutura Subterrânea 03 (E03)</i>	190
4.5.4. <i>Área 1: superfície externa às estruturas subterrâneas</i>	194
4.6. Cronologia.....	209
4.7. Análise de materiais	210
4.7.1. <i>Líticos</i>	210

4.7.2. Cerâmica.....	239
4.7.3. Vestígios arqueobotânicos.....	252
4.8. Linhas Interpretativas.....	262
4.8.1. E01, E02, E03 e Área 1.....	263
4.8.2. Contexto Tobias Wagner	273
4.8.3. Tobias Wagner no contexto da UH do Riozinho.....	280

5. O CONTEXTO JÊ MERIDIONAL EM ALFREDO WAGNER E PERSPECTIVAS PARA UMA HISTÓRIA INDÍGENA NA LONGA DURAÇÃO 289

5.1. Variabilidade dos Sítios de Estruturas Subterrâneas em Alfredo Wagner.....	289
5.2. Ocupação Jê Meridional em Alfredo Wagner e a sua Inserção no Contexto Catarinense	293
5.3. Expansão Jê Meridional	298
5.4. Arqueologia, História e o Presente Jê Meridional.....	307

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 312

ANEXOS..... 334

Anexo I - Datações dos Sítios Relacionados à Ocupação Jê Meridional em Santa Catarina e Gráfico de Variação de Sigma	336
Anexo II - Análise dos remanescentes ósseos humanos do sítio arqueológico Alto Jararaca II, Alfredo Wagner.....	345
Anexo III - Mapa dos Sítios Arqueológicos em Alfredo Wagner.....	359
Anexo IV – Relatório de Datação Radiocarbônica do Sítio Tobias Wagner.....	363
Anexo V – Ficha de Triagem e Análise dos Vestígios Líticos	367
Anexo VI – Ficha de Análise dos Vestígios Cerâmicos	371
Anexo VII – Relatório de Identificação de Madeiras Carbonizadas...	375

INTRODUÇÃO

A partir de uma revisão crítica das informações publicadas sobre os grupos Jê Meridionais, bem como por meio da obtenção de dados inéditos em pesquisas em Alfredo Wagner (SC), o objetivo desta pesquisa é contribuir para a compreensão da trajetória histórica da ocupação destes grupos indígenas na área que atualmente compreende o Estado de Santa Catarina.

Neste sentido, a fim de construir uma narrativa que dê visibilidade as dinâmicas experienciadas por estes povos indígenas, acreditamos que seja fundamental utilizar uma perspectiva de história de longa duração, pois esta vislumbra a possibilidade de se perceber continuidades e mudanças ao longo do tempo. Tal abordagem, especificamente para o caso dos Jês Meridionais, tem sido proposta desde meados da década de 1990 (NOELLI, 1996; 1999; 1999/2000; 2004; SILVA; NOELLI, 1996).

A partir do ingresso no curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História, no primeiro semestre de 2013, o projeto de pesquisa intitulado “*Discutindo mobilidade no período pré-colonial: estudo comparativo entre feições doliniformes arqueológicas localizadas em Florianópolis e em Alfredo Wagner*” continuamente foi repensado e refinado.

Considerando que a inquietação que motivou a elaboração de tal projeto estava relacionada à possibilidade da existência de estruturas subterrâneas em Florianópolis (cf. REIS, 2011), os esforços iniciais da pesquisa foram concentrados neste sentido. Assim, ao longo de algumas etapas de prospecção, realizamos intervenções de pequenas dimensões a fim de identificar a existência ou não de registro arqueológico em um conjunto de feições doliniformes¹ localizado no “Morro dos Índios”, no sul da Ilha de Santa Catarina². Contudo, mediante a ausência de vestígios neste local, a pesquisa foi reorientada.

¹ Araújo (2001, p. 318-319) mostra que a formação natural de concavidades no solo pode estar relacionada à dissolução de material mineral por água que, com o abatimento, gera uma feição doliniforme, bem como ao piping, um tipo de erosão em que os grãos são carregados por condutos abertos pela força da água em zonas mais permeáveis dentro das rochas.

² Os dados obtidos nas etapas de campo foram apresentados sob a forma de comunicação na IX Reunião da SABSul, realizada em Joinville/SC, em 2014. Futuramente serão publicados enquanto texto em espaço apropriado.

Para o redirecionamento da pesquisa foram fundamentais as disciplinas – obrigatórias ou não – cursadas ao longo de todo o primeiro ano do curso no Programa de Pós-Graduação em História; a participação em projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do LEIA/UFSC; os cursos realizados no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP); e, ainda, as experiências obtidas por meio do contato com pesquisadores em eventos científicos.

A partir da proposta inicial, compreender a mobilidade de populações associadas à ocupação de contextos compostos por estruturas subterrâneas tendo em vista a ocorrência de sítios arqueológicos com tal composição em diferentes compartimentações do relevo de Santa Catarina – planície litorânea, serra e planalto -, percebemos que seria necessária uma caracterização do registro arqueológico destas localidades a fim de vislumbrar especificidades e semelhanças em uma perspectiva regional.

Sendo que pesquisas recentes em estruturas subterrâneas têm revelado contextos que apresentam apenas materiais líticos, ao contrário do que se supunha até então (conforme será apresentado no Capítulo 2), definimos uma estratégia de pesquisa que visava realizar uma análise tecnológica de coleções líticas provenientes de sítios que representassem os três compartimentos ambientais do estado, tendo em vista uma abordagem orientada pela noção de estilo tecnológico (STARK, 1998; DIAS; SILVA, 2001).

Assim, buscamos coleções que poderiam dar conta deste objetivo, considerando, ainda, o acesso a elas. Como representante do planalto, selecionamos a coleção reunida por Reis ([1979] 2007) no decorrer da sua pesquisa de mestrado e que se encontra depositada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina (MARquE/UFSC), em Florianópolis. Do contexto serrano, escolhemos o conjunto de materiais reunidos por Rohr (1967) em escavações realizadas em Alfredo Wagner e que estão sob guarda do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, no Colégio Catarinense, em Florianópolis. Por fim, apesar de não remeter especificamente às estruturas subterrâneas litorâneas – pois pouco se sabe destes contextos –, selecionamos a coleção lítica proveniente da pesquisa apresentada por Fossari (2004) no sítio Rio do Meio, contexto litorâneo, localizado no norte da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, também sob guarda do MARquE/UFSC, pelo fato da pesquisadora relacionar a ocupação deste espaço à populações Jê pré-coloniais – o que se assemelha aos contextos de estruturas subterrâneas.

Contudo, não foi possível seguir adiante com esta proposta por ocasião de uma série de dificuldades.

Apesar da anuência dos setores do MARquE/UFSC responsáveis pelo acesso as coleções para a pesquisa, no caso da coleção reunida por Reis ([1979] 2007) não foi localizada a documentação primária que assinala a proveniência das peças, sendo esse um dos fatores que inviabilizou a análise. Ademais, tendo em vista os propósitos da pesquisa em que a coleção foi reunida – problematizar a ocorrência de estruturas subterrâneas no planalto, bem como aspectos relacionados à implantação, associações, variabilidade e possíveis funções, através de um levantamento de sítios e de intervenções pontuais de pequena dimensão -, eventualmente a coleção não seria suficiente para caracterizar as especificidades de uma indústria lítica relacionada às estruturas subterrâneas do planalto. Devemos ressaltar que a pesquisadora foi muito solícita e sempre buscou colaborar com a pesquisa.

Problema semelhante foi enfrentado no que diz respeito à coleção reunida por Rohr (1967) em Alfredo Wagner. Mais uma vez, ainda que se dispusesse de autorização da instituição responsável pela guarda para efetuar as análises que se propunha, a pesquisa tornou-se inviável. Desta vez, além do acesso a documentação primária ser problemático, não foi possível reunir a coleção devido à falta de identificação e de sistematicidade na organização do acervo do museu. Além disso, a partir dos registros fotográficos da pesquisa que tivemos acesso, percebemos que, aparentemente, havia uma quantidade de materiais líticos em contexto maior do que o mencionado na publicação por Rohr (1967). Deste modo, sem saber qual foi a política de descarte adotada pelo pesquisador, tornar-se-ia complicado estipular com qual amostragem estar-se-ia lidando.

A partir destes contratempos, descartamos a possibilidade de somente analisar coleções líticas. Mediante a negativa na identificação de registro arqueológico nas feições doliniformes em Florianópolis, optamos por concentrar nossos esforços na compreensão da ocupação Jê Meridional em Alfredo Wagner, uma das áreas de pesquisa definidas no projeto inicial.

Embasados em uma revisão bibliográfica preliminar, constatamos a existência de mais de uma centena de sítios arqueológicos em Alfredo Wagner, dentre os quais percebemos a presença de contextos compostos por estruturas subterrâneas relacionados à ocupação Jê meridional.

Deste modo, desenvolvemos atividades de campo visando reconhecer o contexto arqueológico regional, bem como selecionar ao

menos um sítio composto por estruturas subterrâneas para ser objeto de intervenções. Como será apresentado adiante neste texto, realizamos intervenções no sítio Tobias Wagner, composto por 18 depressões arqueológicas, localizado em Lomba Alta, interior do município de Alfredo Wagner.

A partir das escavações neste sítio, obtivemos informações sobre cronologia e tecnologia lítica e cerâmica. Também foi possível obter conhecimento acerca de espécies de madeira carbonizadas coletadas em contexto.

Assim, os resultados obtidos por meio das intervenções realizadas no sítio Tobias Wagner, bem como através das análises de materiais e da revisão na literatura arqueológica, histórica e antropológica, possibilitaram tecer inferências acerca da ocupação Jê meridional em diferentes escalas: intrasítio, local, microrregional e regional. Para tanto, lançamos mão de uma perspectiva que percebe as populações indígenas enquanto sujeitos históricos plenos, agentes de sua própria história, a fim de compreender a trajetória histórica destas através das relações específicas que elas estabelecem com e em um determinado território.

Em síntese, esta foi a trajetória percorrida desde o ingresso no curso de mestrado, a qual possibilitou chegar aos resultados apresentados neste texto.

Além dos aspectos inerentes propriamente a pesquisa e a academia, acrescentamos que o enfoque preconizado para esta pesquisa carrega influência direta do contexto político vivido no Brasil no que remete as ações desenvolvidas por populações indígenas. Destacando, entre os acontecimentos recentes, a ocorrência do Abril Indígena de 2013, que teve como episódio emblemático a tomada do Palácio do Planalto por diferentes povos indígenas, há que se considerar a conjuntura política atual.

Num período em que a população indígena tem crescido gradativamente e os coletivos cada vez mais tem se mobilizado na luta por direitos, os encontros com os não indígenas tem se agravado, bem como tem se tornado mais visíveis preconceitos e discriminações arraigados historicamente em determinados setores da sociedade nacional.

Assim, considerando que a produção de conhecimento não é neutra, estando relacionada diretamente a sistemas de poder e regimes de verdade (FOUCAULT, 1979, p. 69-78), pensamos que há a necessidade de se explicitar os conceitos e as posições políticas assumidas. Conforme demonstra Reis (2010), para o caso da teoria na

arqueologia brasileira, implícita ou explicitamente uma gama diferente de abordagens vem sendo utilizada.

Ainda que saibamos que há que se relativizar as formas de se pensar o processo histórico e coadunar perspectivas diversificadas, a ideia de que uma só narrativa possa encapsular as perspectivas emergentes das diferentes regiões ou comunidades é uma falácia (LYDON; RIZVI, 2010, p. 496). Deste modo, ressaltamos que a proposta aqui preconizada é a de construir uma história de longa duração protagonizada por populações nativas que vá de encontro às concepções que historicamente tem balizado a produção de conhecimento sobre o passado.

Feitas estas considerações iniciais, apresentamos o modo pelo qual esta dissertação encontra-se estruturada.

Após estas palavras introdutórias, expomos, no Capítulo 1, o embasamento teórico que será utilizado a fim de se vislumbrar uma história Jê Meridional na longa duração, considerando aspectos relacionados à continuidade, mudança, identidade, fronteiras sociais, território e territorialidade.

Posteriormente, no Capítulo 2, discutimos a trajetória conceitual que resultou no rótulo “Jê Meridional” e expomos, sob uma abordagem crítica da bibliografia, informações arqueológicas e históricas concernentes à ocupação Jê Meridional em diferentes compartimentações geomorfológicas existentes no estado.

No Capítulo 3, apresentamos um compêndio de informações acerca do contexto arqueológico em Alfredo Wagner, reunidas na literatura, em atividades prospectivas de campo e em pesquisas de acervos de instituições museais (MARquE, Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr e Museu de Arqueologia Lomba Alta).

Adiante, no Capítulo 4, discutimos o contexto Tobias Wagner a partir de dados obtidos por meio da escavação do sítio e através da análise de materiais até as interpretações acerca da ocupação local e da sua inserção microrregional.

Ao final, no Capítulo 5, apresentamos encaminhamentos e sugestões de estudos futuros que tenham por objetivo compreender a ocupação Jê meridional em Alfredo Wagner sob uma perspectiva de longa duração, bem como sobre possíveis contribuições deste contexto microrregional para a compreensão da trajetória histórica destes grupos em uma escala maior.

Constam, ainda, as referências bibliográficas utilizadas e os anexos mencionados ao longo do texto.

1. PARA UMA HISTÓRIA INDÍGENA NA LONGA DURAÇÃO

Desde a década de 1990, arqueólogos que atuam em diferentes contextos do território nacional têm adotado perspectivas de pesquisa diversificadas que podem ser agrupadas enquanto formas distintas de compreender a Arqueologia enquanto História Indígena. Elas mostram que, a partir de uma abordagem etnoarqueológica, desenvolvida sob um enfoque interdisciplinar, torna-se possível construir narrativas sobre o passado com ampla profundidade temporal, ou seja, de longa duração.

Wust (1990; 1998), a partir de estudos pioneiros desenvolvidos no Mato Grosso, evidenciou processos de continuidade e descontinuidade entre o registro arqueológico e os Bororo; Noelli (1993; 1994) destacou a prescritividade Guarani e formulou uma nova hipótese acerca do processo de expansão a partir da Amazônia; Heckenberger (2001) deu visibilidade a permanências e transformações no Alto Xingu, em um período milenar; de modo semelhante, Neves (2006) expôs processos de continuidade e mudança na organização social e política de sociedades do Alto Rio Negro; Bospalez (2009) apresentou a trajetória histórica da ocupação indígena no Mato Grosso do Sul, a partir de pesquisa desenvolvida na Terra Indígena Lalima; Stuchi (2010) desenvolveu pesquisa acerca do processo de ocupação da Terra Indígena Kaiabi, localizada no Mato Grosso e no Pará.

Ademais, pesquisas arqueológicas que vêm sendo realizadas com enfoques e métodos diferenciados, em colaboração com populações indígenas, têm produzido e/ou problematizado a construção de narrativas alternativas sobre o passado, conforme demonstram, por exemplo, as publicações de Silva (2007, 2011, 2012, 2013), Silva e Stuchi (2010), Silva *et. al.* (2011) e Machado (2013).

Sendo assim, em síntese, a proposta deste capítulo é apresentar um embasamento teórico que sustente uma forma de conceber a Arqueologia enquanto História Indígena, a fim de compreender trajetórias históricas de ocupação territorial por populações nativas.

Para tanto, iniciamos com breves reflexões acerca de tal relação, considerando alguns aspectos conjunturais e epistemológicos. A seguir, explanamos acerca da dialética da duração de Braudel ([1958] 2009), bem como sobre a estrutura da conjuntura de Sahlins ([1985] 1999), a fim de vislumbrar uma perspectiva que explique processos de continuidade e mudança ao longo do tempo. Posteriormente, comentamos abordagens acerca da identificação de grupos étnicos e fronteiras, visando construir um enfoque que possibilite investigar

processos de descontinuidade cultural. Finalizamos apresentando a proposta de história de formação territorial de Zedeño (1997; 2008).

1.1. HISTÓRIA INDÍGENA E ARQUEOLOGIA

Ao menos desde os escritos oitocentistas de Varnhagen, as populações indígenas, quando mencionadas na historiografia nacional, foram percebidas enquanto vítimas passivas do processo de colonização europeia. Além disso, os ideais evolucionistas, amplamente difundidos na segunda metade do século XIX, consubstanciaram pensamentos primitivistas acerca dos nativos. Deste modo, os indígenas foram concebidos como fósseis vivos do passado, resquícios da infância da humanidade, representantes do mais baixo grau da evolução humana (CUNHA, 1992, p. 11).

Tal entendimento embasou duas visões distintas acerca do futuro dos grupos indígenas brasileiros: a primeira era uma postura fatalista, pois os adeptos deste pensamento não acreditavam na possibilidade da evolução dos ameríndios, chegando, inclusive a defender o extermínio deles – caso de Varnhagen –; a segunda preconizava que os nativos deveriam ser assimilados e integrados à sociedade nacional, pois, acreditava-se que os indígenas, através da aculturação, poderiam alcançar o grau evolutivo da civilização – caso de Von Martius (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2011, p. 64-88).

Estes dois pensamentos, com preponderância para o segundo devido ao apoio da igreja católica e da difusão da visão romântica atribuída aos indígenas pelo movimento literário indianista, balizaram ações estatais no decorrer do século XX. No âmbito da historiografia nacional, instaurou-se um silêncio acerca do papel das populações nativas na composição do passado do país, o qual foi rompido apenas no final do século (*ibidem*).

Ao longo do século XX muitas informações foram registradas, especialmente por iniciativas governamentais (como a Comissão Rondon e o SPI/LTN-FUNAI), bem como através da atuação de missões religiosas e de antropólogos (PACHECO DE OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 107-156). Inclusive, coube, principalmente, a estes últimos – nacionais ou estrangeiros - a tarefa de escrever acerca da situação social e da história dos povos indígenas no Brasil.

Neste contexto, destacam-se, por exemplo, os trabalhos efetuados e/ou coordenados por: Curt Nimuendaju, Levis-Strauss, Alfred Métraux, Julian Steward, Maybury-Lewis, Eduardo Galvão, Egon Schaden, Darcy

Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Silvio Coelho dos Santos, entre outros.

No que diz respeito especificamente à atuação de historiadores, desde a década de 1990, há uma nova geração de pesquisadores que trabalha sob uma perspectiva diferente do conhecimento produzido até então sobre este tema. *História dos Índios no Brasil*, organizada por Manuela Carneiro da Cunha, é uma publicação emblemática neste sentido. Logo de início, após mencionar alguns exemplos de situações onde evidencia o papel ativo dos grupos indígenas na história, a autora frisa que “as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham consequências” (CUNHA, 1992, p. 19). Neste sentido vale destacar, também, as pesquisas desenvolvidas por Monteiro (1994; 2001).

Deste modo, há uma transformação epistemológica no que remete aos trabalhos historiográficos redigidos por historiadores. Os ameríndios passaram a ser vistos como agentes de sua própria história. Enfatiza-se a necessidade de perceber os indígenas enquanto sujeitos históricos plenos a fim de se descolonizar o discurso histórico que vitimiza estas populações. Conforme aponta Cavalcante (2011),

Isso não significa, de forma alguma, atribuir a culpa de suas mazelas aos próprios indígenas. Jamais se deve esquecer ou omitir que a relação colonial entre indígenas e não-indígenas foi e continua sendo uma relação desigual. Nesse sentido, por exemplo, a própria linguagem utilizada para representar esse momento tem algo de colonial. (p. 365).

Deve-se ressaltar que a ênfase posta no papel de agentes aos grupos indígenas de modo algum pode desconsiderar o contato direto ou indireto com a sociedade não-indígena que a envolveu. Ademais, esta relação é fundamental para se compreender a política indígena frente à política indigenista em diferentes contextos históricos sob uma perspectiva ampla (*ibidem*, p. 366).

Estes desdobramentos recentes no âmbito desta historiografia brasileira devem ser entendidos em uma perspectiva mais ampla, pois derivam de uma conjuntura internacional. Em um contexto pós-guerra em que as posições políticas de grande parte dos países do globo foram influenciadas diretamente pela polarização característica da Guerra Fria,

a eclosão, na década de 1960, de movimentos sociais gestados nas classes médias dos países industrializados – tais como a luta por direitos civis nos Estados Unidos da América, o movimento estudantil e o movimento feminista –, deram novo folego ao debate acadêmico centrado na dicotomia sociedade *vs.* indivíduo (MATOS, 2012, p. 99). Assim, passou-se a discutir o papel da agência coletiva e a sua influência para a transformação social.

Neste contexto, conforme lembra Almeida (2012, p. 152-153), movimentos políticos “protagonizados por povos ‘sem história’”, sobretudo na luta anti-imperialista, desencadearam a releitura das relações políticas estabelecidas entre determinadas teorias antropológicas e suas origens colonialistas. Assim, é no bojo das problematizações originárias da conjuntura sociopolítica de meados do século XX que emergem o conceito e os estudos pós-coloniais.

Para Stuart Hall:

Nesse momento pós-colonial, os movimentos transversais, transacionais e transculturais, inscritos desde sempre na história da “colonização”, mas cuidadosamente obliterados por formas mais binárias de narrativização, tem surgido de distintas formas para perturbar as relações estabelecidas de dominação e resistência inscritas em outras narrativas e formas de vida (HALL, 2011, p. 107).

Assim, o conceito pode ser definido da seguinte forma:

(...) o termo pós-colonial não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação (ibidem, p. 102).

Deste modo, fica evidente que, para além de definir uma cronologia acerca do processo histórico de enfrentamento das políticas colonialistas, o pós-colonial visa tornar possível outras formas de representação do passado e do presente que não sejam limitadas as concepções que historicamente balizaram tais narrativas.

Conforme mostram Mattos (2012) e Almeida (2012), este tipo de enfoque vem sendo adotado por diversos pesquisadores no âmbito da historiografia nacional, principalmente por aqueles que lidam com movimentos sociais – relacionados a diversas motivações: étnicas, de gênero, trabalhistas, entre outras.

Especificamente no que remete às pesquisas históricas que lidam com a temática indígena, uma das questões mais problematizadas remete a chegada dos europeus à América e a noção do “descobrimento”. Reivindica-se o rompimento com este marco temporal colonial visando perceber a profundidade temporal da história das populações indígenas que viviam no continente antes da invasão estrangeira, bem como complexificar o impacto e as diferentes percepções deste evento (CUNHA, 1992; FAUSTO, 2000). Para tanto, conforme pontua Fausto (*ibidem*, p. 9), faz-se necessário o uso de abordagens que congreguem fontes e análises provenientes de diversas áreas de pesquisa sob um enfoque interdisciplinar.

Neste sentido, a Arqueologia assume um posto importante, pois, sua forma de lidar com a cultura material – entendida enquanto o “segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem” (MENESES, 1983, p. 112), produto e produtora de relações sociais – a fim de compreender os “sistemas sócio-culturais, sua estrutura, seu funcionamento e seu comportamento ao longo do tempo, sua mudança” (*ibidem*, p. 113), possibilita a investigação em escalas temporais extensas.

Ademais, no que remete ao período anterior ao contato entre povos nativos e europeus - onde inexistem documentos escritos -, grande parte do conhecimento é produzido a partir de pesquisas oriundas da arqueologia, claro que, contando com contribuições de outras áreas.

Entretanto, historicamente, desde a sua consolidação enquanto disciplina ainda no século XIX, a Arqueologia foi utilizada segundo interesses colonialistas, a partir de categorias de pensamento ocidentais e em favor de classes dominantes, em diversos países do mundo (TRIGGER, 2004; DIAZ-ANDREAU; 2006).

Em Portugal, a Arqueologia, patrocinada pelo regime ditatorial de Salazar, relaciona a origem do Estado português com as civilizações clássicas consagradas, como uma forma de justificar a política colonizadora portuguesa na África, pois estariam levando o progresso para as “sociedades primitivas”. Na Espanha, os estudos arqueológicos podem ser divididos em dois momentos, o primeiro durante o governo autoritário do general Franco e o segundo após a abertura democrática,

quando grupos étnicos originários do País Basco, da Catalunha e da Galícia, se apropriam desta ciência para ressaltar as especificidades das suas identidades. Gustav Kossina desenvolve na Alemanha um método de identificação de grupos étnicos nos registros arqueológicos, que será encarado pelo nazismo como uma forma de legitimar sua ideologia política. A arqueologia bíblica surge em Israel como uma forma de corroborar a criação deste Estado e também como uma justificativa para sua expansão territorial (TRIGGER, 2004; LIMA, 2007).

De modo semelhante, no contexto do Segundo Reinado do Brasil Império, coube a pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) contribuir para uma narrativa histórica com o objetivo de construir uma identidade nacional para o país ainda em formação. Assim, tendo em vista as especificidades do contexto nacional e a necessidade de incorporar as sociedades indígenas em um mesmo discurso que vislumbresse um passado “nobre” para elas, desenvolveu-se no território brasileiro uma “Arqueologia Nobiliárquica” (cf. FERREIRA, 1999).

Retomando a discussão sobre a relação entre História Indígena e Arqueologia, se o objetivo de tal enfoque é representar o passado a partir de novas perspectivas, faz-se necessário romper com a postura da arqueologia discutida anteriormente e seguir sob um enfoque descolonizador ou pós-colonialista.

No âmbito do debate pós-colonial que teve lugar nas Humanidades de um modo geral desde meados do século XX, Silva (*no prelo*) mostra que, a partir do início da década de 1980, surgiu, também, a crítica ao colonialismo arqueológico.

A crítica pós-colonialista teve um profundo impacto sobre o debate teórico-metodológico da Arqueologia: 1) provocou uma revisão da história da disciplina e a proposta de redefinição de suas práticas a partir de uma ética não-colonialista; 2) obrigou os arqueólogos a reconhecerem que o seu trabalho não é realizado em um vácuo social e cultural, mas dentro de um campo de relações de poder e de interesses diversos (políticos, econômicos, sociais e culturais); 3) gerou a necessidade de relativizar o foco do trabalho arqueológico, ou seja, de não considerar apenas o registro arqueológico em si, mas também, o contexto sócio-cultural onde ele se insere e onde se desenvolve a pesquisa; 4) desencadeou uma

reflexão sobre o papel social do arqueólogo e a reconsideração do modo como os arqueólogos representam e interpretam o passado, ressaltando a necessidade de incorporar as epistemologias nativas na construção deste conhecimento (ibidem, p. 6).

Tal postura, no âmbito da teoria arqueológica condiz com a corrente pós-processual. De um modo geral, os arqueólogos que compartilham de tal pensamento defendem que a cultura material possui um significado próprio, que deve ser entendido contextualmente. Salientam que as características dos artefatos são determinadas por um contexto histórico concreto, o qual é definido por relações humanas em circunstâncias específicas (HODDER, 1988).

Hodder (1988), salientando que as negociações e transformações culturais devem acontecer devido a fatores internos, preconiza que parte dos objetivos da arqueologia deva ser compreender as continuidades existentes nas tradições culturais ao longo do tempo, bem como entender de que forma as transformações e as mudanças ocorrem.

Para além de formas de se compreender e interpretar o registro arqueológico de uma forma contextual que também considere concepções êmicas, Hodder (1995) enfatiza importância política da forma pela qual o conhecimento é construído pelos arqueólogos, pois ele está inserido em um contexto social.

(...) theory and thinking are social and cannot be separated from the practices of social life. Theory and social practice are fused and the oppositions between fact and value, object and subject are demolished. The theory of praxis argues that theory is transformative and is potentially revolutionary. It asserts that we do not passively observe, contemplate the world, but that we create it. Science cannot, therefore, be separated from society (Hodder, 1995, p. 3).

Deste cenário, surgiram as arqueologias alternativas, ou seja, “novas formas de pensar e fazer arqueologia, onde a multivocalidade e a reflexividade são entendidas como componentes fundamentais da prática arqueológica, desde a concepção do projeto, passando pela construção do conhecimento e pela divulgação dos dados de pesquisa” (SILVA, 2012, p. 26).

Especificamente para o contexto brasileiro, tal perspectiva desencadeou, por exemplo, o desenvolvimento de diferentes formas da prática da arqueologia em territórios indígenas contando com a colaboração de populações nativas. Ainda que reduzidos em quantidade, os estudos assim desenvolvidos vêm sendo motivados por diferentes questões, conforme elenca Silva (*ibidem*, p. 30): construção de uma história indígena de longa duração; compreender a relação entre o comportamento humano e a cultura material; contribuir em situações que envolvam aspectos legais relacionadas às terras indígenas; realizar atividades de arqueologia de contrato; desenvolver ações relacionadas à arqueologia pública.

De um modo geral, os estudos arqueológicos que buscam entender a trajetória histórica de povos indígenas e/ou da ocupação de determinado territórios em um período cronológico amplo, mostram que é fundamental a adoção de uma perspectiva interdisciplinar a fim de reunir informações arqueológicas, etnográficas, etnohistóricas, linguísticas e biológicas.

Em síntese, compreender a Arqueologia enquanto História Indígena a fim de evidenciar escolhas, ações e decisões, tomadas por povos indígenas ao longo da sua trajetória histórica, desencadeadas ou não pelo contato com europeus, possibilita “explorar um plano de continuidades entre o passado e o presente que nem sempre é evidente” (FAUSTO, 2000, p. 9).

Para tanto, faz-se imprescindível lançar mão de uma escala temporal ampla. Por isso, parece ser de grande relevância o uso conceitual da dialética da duração de Braudel ([1958] 2009), pois esta viabiliza discutir esta relação entre presente e passado, consorciada a noção de estrutura da conjuntura de Sahlins ([1985] 1999), a qual possibilita um melhor entendimento acerca do processo de mudança.

1.2. DIALÉTICA DA DURAÇÃO E MUDANÇA

Para fins analíticos, Braudel ([1958] 2009) decompõe o tempo em três escalas: a mais breve, do evento ou acontecimento, remete à história do indivíduo, do ocorrencial; a intermediária, da conjuntura, diz respeito ao tempo social, congregando a história dos grupos, as relações sociais, bem como a sua base econômica e política; a mais longa, da estrutura, remete ao tempo geográfico, quase imóvel, das relações do homem com o meio que o cerca.

Para Braudel (*ibidem*, p. 8), a longa duração é chave para o entendimento da história, pois coloca os grandes problemas das

estruturas sociais, presentes e passadas. Ressaltando dois entendimentos acerca do conceito de estrutura, o historiador assim define:

(...) os observadores do social entendem [como] uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elemento estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento (ibidem, p. 49).

Por outro lado, o evento, apesar de importante para a compreensão de uma história total, deve ser visto com ressalvas, pois, o tempo do cronista, do jornalista, também é “a mais caprichosa, a mais enganadora das durações” (ibidem, p. 46).

Para Braudel ([1958] 2009), a compreensão da múltipla temporalidade da vida dos homens somente pode ser percebida através da História. Deste modo, para além da decomposição do tempo em diferentes escalas analíticas, a noção da dialética da duração braudeliiana pressupõe o confronto entre estas múltiplas escalas temporais a fim de perceber o modo pelo qual elas estão articuladas. Nesse sentido, versando sobre a oposição entre ofício do historiador e do sociólogo, ressalta que:

O que interessa apaixonadamente a um historiador é o entrecruzamento desses movimentos, sua interação e seus pontos de ruptura: coisas todas que só podem se registrar em relação ao tempo uniforme dos historiadores, medida geral de todos esses fenômenos, e não ao tempo social multiforme, medida particular a cada um desses fenômenos (ibidem, p. 73).

Braudel escreve em um contexto onde a Nova História está se consolidando enquanto perspectiva historiográfica em oposição à história tradicional – tida como factual. Deste modo, talvez por isso tenha enfatizado a necessidade de se buscar a compreensão dos

processos históricos nas estruturas da longa duração e não no imediatismo do evento. Isso fica evidente no trecho:

Donde, entre alguns de nós, historiadores, uma viva desconfiança relativamente a uma história tradicional, dita ocorrencial, confundindo-se a etiqueta com a da história política, não sem alguma inexatidão: a história política não é forçosamente ocorrencial, nem condenada a sê-lo (*ibidem*, p. 46).

A ênfase atribuída por Braudel à longa duração mascara um problema para o qual ele não apresenta uma boa solução: a mudança. Seguindo a linha de raciocínio *braudeliiana*, as linhas estruturais - obstáculos e sustentáculos para ação humana (*ibidem*, p. 50) - estariam contidas na longa duração. Deste modo, nesta ampla escala temporal seria possível evidenciar as regularidades e as permanências imperceptíveis sob um enfoque no evento e/ou na conjuntura.

Neste sentido, a História seria sempre continuidade, pois mesmo “uma crise estrutural social deve, igualmente, referir-se no tempo através do tempo, situar-se exatamente nela mesma e mais ainda em relação aos movimentos das estruturas concomitantes” (*ibidem*, p. 73). Assim, as rupturas seriam fenômenos perceptíveis apenas em esferas temporais de menor duração, as quais, confrontadas com um escala maior, revelariam suas regularidades.

Conforme expõe Burke (2002, p. 158), abordagens que lançam mão da noção de estruturas para análises históricas são criticadas por serem deveras deterministas – e até não-históricas –, por excluírem as pessoas do processo histórico e, mais do que isso, por priorizarem a compreensão das estruturas estáticas ao invés das mudanças ao longo do tempo. Assim, para as análises históricas que sigam este caminho, Burke (*ibidem*) sugere que se deve ter tal problema em mente, especialmente no sentido de refletir acerca do papel do indivíduo perante as estruturas.

Como forma de superar tal problema, soluções foram pensadas por diversos pesquisadores pós-estruturalistas, estas que resultaram, por exemplo, em distintas perspectivas da teoria da ação, tais como as noções de espaço social e *habitus* de Bourdieu (2008) e o teorema da dualidade da estrutura de Giddens (2000).

Para a presente pesquisa, acreditamos que uma solução possível para tal problema seja a noção de “estrutura da conjuntura” de Sahlins ([1985] 1999) – a qual visa superar dicotomias como estrutura x evento,

ser x ação, indivíduo x sociedade; a partir da adoção de um enfoque dialético. Deve-se ressaltar que as reflexões do pesquisador foram produzidas a partir da sua experiência com diferentes grupos polinésios, ou seja, a partir da crítica e investigação de formas nativas de se pensar em contraposição aos paradigmas ocidentais.

Em síntese, Sahlins (*ibidem*, p. 15) argumenta que: “o que quero dizer com “estrutura da conjuntura” é a realização prática das categorias culturais em um contexto histórico específico, assim como se expressa nas ações motivadas dos agentes históricos (...)”. Neste sentido, na ação as pessoas colocam em jogo elementos estruturais condizentes com a trajetória histórica do grupo cultural em que estão inseridos, bem como interesses e intenções pessoais.

Sahlins ([1985] 1999) lança mão de duas noções complementares para explicar sua proposta: estruturas prescritivas e estruturas performativas. A primeira remete às relações e distinções introjetadas pelo indivíduo a partir da experiência obtida por meio do convívio em dado contexto cultural: elas balizam a forma como se percebe e se atua no mundo de uma forma geral. A segunda categoria deriva do modo pelo qual as estruturas prescritivas são colocadas em jogo conforme as contingências do contexto em que são acionadas.

Assim, enquanto as estruturas prescritivas representam princípios gerais, norteadores para o indivíduo tendo em vista as situações mundanas que pode vir a enfrentar, as estruturas performativas são constituídas na prática, a partir da primeira categoria, para entender as relações e atuar em um contexto não previsto ou mencionado outrora no quadro cultural do grupo.

Por fim, há, na ação, uma orientação estrutural geral e uma prática iminentemente transformativa. Assim, as estruturas performativas constituídas na prática - em eventos contingentes - são assimiladas através da experiência em um contexto social e, em consequência, seus significados tornam-se estruturas prescritivas.

Nas palavras de Sahlins (*ibidem*, p. 13) “as ordens performativas tendem a assimilar-se às circunstâncias contingentes, enquanto as prescritivas tendem a assimilar as circunstâncias a elas mesmas, por um tipo de negação de seu caráter contingente e eventual”.

Deste modo, sob uma perspectiva dialética, há continuidade e transformação simultaneamente, ou ainda, há historicidade nas ações praticadas a partir das relações vislumbradas entre estrutura e evento. Para Almeida (2012), a explicação apresentada por Sahlins acerca da superação da dicotomia estrutura x evento, dirige-se, sobretudo, no

sentido de “perceber e explicar as estruturas culturais que influenciam as ações dos homens do que o contrário” (p. 156).

Contudo, como será discutido adiante, acreditamos que, para este estudo, seja possível adotar a noção de “estrutura da conjuntura” desde que amparada em uma perspectiva acerca da identificação de grupos étnicos por meio da cultura material que também leve em consideração os aspectos sociais inerentes a sua produção.

Assim, a partir da adoção da proposta *braudeliana* em conjunto com os argumentos apresentados por Sahlins ([1985] 1999), nos parece viável uma compreensão do processo histórico, incluindo suas permanências e transformações, em um grande escala temporal.

Tendo em vista que o propósito desta pesquisa é investigar as dinâmicas culturais dos povos Jê meridionais ao longo do tempo, acreditamos que seja necessário discutir o modo pelo qual se lida com categorias relacionadas à identificação de grupos étnicos, a partir do enfoque apresentado, pois existem diferentes formas de se pensar esta relação.

1.3. IDENTIDADE ÉTNICA E FRONTEIRAS

Para a presente análise, faz-se uso da noção de grupos étnicos enquanto uma forma de organização social, segundo os escritos de Barth ([1969] 1998), o qual esclarece que “as categorias étnicas fornecem um cadinho organizacional dentro do qual podem ser colocados conteúdos de formas e dimensões várias em diferentes sistemas socioculturais” (p. 194). Esta ordenação, por sua vez, é mediada pelo conceito de identidade e através do modo pelo qual ele é atribuído aos grupos étnicos.

Segundo Woodward (2000), para existir, uma identidade depende de um referencial externo, ou seja, outra identidade. Deste modo, a identidade é marcada pela diferença, pois ela só existe de forma relacional, mediante o que não é. Daí depreende-se uma relação de exclusão: quem é e quem não é; ser ou não ser. Todavia, alterando-se a escala de análise utilizada e o referencial de comparação, as características entendidas enquanto diferenciadoras de grupos em âmbito local podem ser diluídas em um contexto mais amplo.

Tal questão pode ser mais bem esclarecida através do caso das identidades étnicas sérvia e croata, exemplificadas por Woodward (2000), as quais são tidas como diferentes no contexto da antiga Iugoslávia, mas semelhantes (em conjunto com outras identidades étnicas) enquanto identidade balcânica frente à Europa ocidental.

Portanto, os grupos podem ser iguais e diferentes ao mesmo tempo. Esta compreensão implica em uma posição teórica bem definida, mas que não é a única no campo conceitual da identidade e da cultura.

De um modo geral, pode-se falar de duas perspectivas diametralmente opostas sobre identidade: uma essencialista e outra não-essencialista. Convém esclarecer que na base desta divergência, colocam-se visões distintas acerca da natureza do conceito de cultura: para a primeira, a cultura é estática, cristalizada no tempo; enquanto que para a segunda, a cultura é dinâmica, transforma-se ao longo dos anos.

Para os adeptos da perspectiva essencialista existem características comuns que não se alteram no transcorrer do tempo, as quais conferem autenticidade para os grupos que partilham de uma identidade. Deste modo, uma abordagem essencialista acarreta na crença de que é possível identificar e diferenciar os grupos étnicos simplesmente através dos traços particulares da cultura que manifesta. Assim, os grupos assumiriam uma condição de “suporte de cultura” (BARTH, [1969] 1998).

Ainda sob esta perspectiva, seria possível tomar os grupos étnicos enquanto entidades isoladas geograficamente e socialmente, entendendo que mudanças culturais decorreriam exclusivamente de reações a fatores ecológicos locais. Deste modo, a diversidade cultural seria decorrente destas formas diferentes de adaptação ao meio.

Tal perspectiva é rechaçada por Barth ([1969] 1998) através de dois argumentos centrados na noção de mudança: (1) tendo em vista que para esta acepção os diferentes traços culturais manifestados implicam na identificação de grupos distintos, sob uma perspectiva de continuidade no tempo, aqueles grupos que no passado eventualmente tomaram por empréstimo traços de outros, no presente seriam excluídos devido ao conjunto de traços manifestados; (2) partindo-se do princípio de que os grupos étnicos apresentam traços culturais concernentes ao modo pelo qual se relacionam com o meio ambiente que os rodeia, esperar-se-ia que um mesmo grupo mantivesse os mesmos traços institucionalizados por esta perspectiva cultural em ecossistemas distintos, o que não se confirma na prática.

Por outro lado, os partidários da perspectiva não-essencialista focalizam as diferenças e as características comuns ou partilhadas, prestando atenção, também, nas formas pelas quais a definição daquilo que significa “ser” tem mudado no tempo. Deste modo, esta abordagem enfatiza que a marcação da diferenciação dos grupos étnicos deve ser entendida através das características significantes para os atores envolvidos: os princípios classificatórios considerados na oposição

binária (“ser ou não ser”). Neste sentido, a identificação étnica ocorre por meio da auto atribuição ou pela atribuição por outros.

Assim, para esta abordagem, os modos de identificação remetem aos modos pelos quais as identidades são marcadas (ser ou não ser). Conforme Woodward (2000), a construção e a manutenção das identidades ocorrem por meios simbólicos e sociais.

A marcação da diferença advém, sobremaneira, por meio de símbolos: as “identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (*ibidem*, p. 8). Assim, “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (*ibidem*, p. 17).

Entretanto, essa representação apenas reveste-se de sentido quando inserida em um contexto social, conforme aponta Meneses (1992, p. 183), “não se pode ser humano por si, por representação própria: os valores, significações, papéis que me atribuo necessitam de legitimidade social, de confirmação por parte de meus semelhantes”. Em síntese, é por isso que a identidade é relacional, faz-se necessário um referencial externo.

Deste modo, inviabiliza-se a opção por uma abordagem exclusivamente essencialista baseada em um suposto isolamento, pois, sendo a identidade construída ao longo do tempo em um contexto social, os estudos sobre a constituição e a manutenção da identidade devem entendê-la como um processo social e cultural em que ocorrem diferentes formas de interação.

A identidade e a diferença tem que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto das relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2000b, p. 76).

É sob esta perspectiva que Barth ([1969] 1998) postula que os estudos acerca dos grupos étnicos devem ser direcionados para as suas fronteiras³, visando identificar, nas diferentes formas de interação social e nos processos decorrentes delas, o modo pelo qual: “(...) categorias

³ O conceito de fronteira aqui é entendido como fronteira social, não limite territorial.

discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vida individuais” (*ibidem*, p. 188).

Deste modo, evidencia-se mais um argumento que contesta uma perspectiva exclusivamente essencialista de identidade. A diversidade cultural não é exclusivamente o resultado de formas diferentes encontradas pelos grupos étnicos para se relacionar com características ecológicas peculiares, mas também, agora sob uma abordagem não essencialista, é o produto de uma série de fatores implicados nos modos pelos quais os grupos étnicos interagiram através do tempo. Portanto, as pesquisas devem buscar entender como os grupos e as suas fronteiras se constituíram e mantiveram-se na história.

Para Woodward (2000), a afirmação das identidades étnicas possui causas e consequências materiais. Tal assertiva vai ao encontro da definição de cultura material utilizada nesta pesquisa:

(...) os artefatos – que constituem (...) o principal contingente da cultura material – têm que ser considerados sob duplo aspecto: como produtos e como vetores de relações sociais. De um lado, eles são o resultado de certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedade (e este nível de realidade está em grande parte presente, como informação, na própria materialidade do artefato). De outro lado, eles canalizam e dão condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais. (MENESES, 1992, p.112-113).

De antemão, percebe-se que tal definição exclui a possibilidade de se fazer uso de uma perspectiva exclusivamente essencialista sobre identidade por meio da cultura material, visto que esta última é produzida e reproduzida em um contexto social.

Especificamente quanto à questão da identificação étnica e das fronteiras sociais, Hodder (1988, p. 15) destaca: “*Que un tipo concreto de artefacto exprese o no las fronteras de un grupo étnico depende de las ideas que la gente de esa sociedad tenga sobre los diferentes artefactos y sobre el tipo más adecuado para identificar a un grupo étnico*”.

Assim, considerando os escritos de Hodder (1988, 1995), devemos considerar que estas marcações sobre identidade étnica estão inseridas em um contexto social e político, tanto no que diz respeito ao contexto sistêmico de produção e reprodução destas identidades, quanto

no que remete ao contexto de produção de conhecimento acerca destas identidades étnicas, caso, por exemplo, dos arqueólogos.

Deste modo, não podemos desconsiderar a necessidade da adoção de perspectivas essencialistas quando nos remetermos a populações nativas, pois existem implicações práticas para estes povos na atualidade. Isto fica evidente, por exemplo, nas legislações indigenistas estadunidense e brasileira, as quais adotam marcadores que essencializam os povos enquanto critérios para garantia de direitos.

Por isso, há que se relativizar esta discussão acerca do essencialismo. Considerando a proposta contínua e descontínua ora apresentada que visa compreender o que permanece e o que muda ao longo do tempo, acreditamos que se faz necessário consorciar ambas as perspectivas, contudo tendo clareza acerca das implicações e das possibilidades delas, bem como a escala em que a diferenciação está sendo colocada – como no caso das identidades sérvia e croata exemplificadas anteriormente.

Por fim, no intento de construir uma história indígena na longa duração, que dê visibilidade as mudanças que ocorrem ao longo do tempo, que relativize às narrativas colonialistas e que considere as implicações no presente para os povos nativos, parece imprescindível assumir uma postura pós-colonial que conceba as populações indígenas como agentes de sua própria história.

Deste modo, será esta a abordagem assumida no âmbito desta pesquisa a fim de compreender as dinâmicas territoriais empreendidas por grupos Jê meridionais ao longo das suas trajetórias históricas.

1.4. HISTÓRIA DE FORMAÇÃO TERRITORIAL

Problematizando as pesquisas dirigidas a compreensão do território de grupos “pré-industriais”, Zedeño (2008, p. 210) aponta a Arqueologia como a ciência que promete bons estudos sobre território, pois esta trabalha com o registro material somado a modelos e formulações de ciências “vivas” para reconstruir ações, eventos e processos associados ao surgimento, manutenção e transformação do território.

Assim, Zedeño (1997) formulou um modelo de história de formação territorial para o estudo de povos Hopi no Arizona (EUA), o qual se baseia na proposta de Schiffer (1972) acerca dos processos de formação do registro arqueológico.

Na literatura arqueológica, as discussões acerca dos processos de formação do registro arqueológico derivam, em grande parte, do que foi

definido por Robert Ascher, na década de 1960, como a Premissa de Pompéia e como este pensamento estava equivocada. Tal noção diz respeito ao entendimento que muitos arqueólogos tinham de que o registro arqueológico seria como uma fotografia exata da sociedade que ele representava. Robert Ascher enfatizou que existiam processos destrutivos que afetam o registro arqueológico desde a sua formação até a descoberta por arqueólogos (JAIMEZ, 2007, p. 475). Contudo tal formulação versava apenas sobre os processos pós-deposicionais que afetam o registro arqueológico.

Deste modo, Schiffer (1972), ainda que mencione a importância do estudo dos processos pós-deposicionais, preocupa-se em entender os processos culturais de formação do registro arqueológico, sobretudo os deposicionais. Para tanto, o arqueólogo enfatiza uma diferenciação fundamental para se compreender os processos de formação do registro arqueológico: o contexto sistêmico remete a condição de um elemento⁴ que participa de um sistema comportamental, enquanto que o contexto arqueológico se refere aos materiais que passaram por um sistema cultural e que agora são objetos de análise dos arqueólogos.

Neste sentido, sob uma perspectiva sistêmica, Schiffer (1972) formula um modelo de fluxo simples que representa a história de vida dos elementos a partir da observação do contexto cultural em que estão inseridos. Assim, no contexto sistêmico, cada elemento durável passaria por cinco processos: procura, manufatura, uso, manutenção e descarte. Cada processo seria composto por um ou mais estágios, estes que, por sua vez, podem ser divididos em uma ou mais atividades.

Entretanto, nem sempre os elementos passam por todos estes processos, sendo possível que alguns sejam retomados em processos ou estágios pelos quais já haviam passado. Esta condição denota a reutilização, a qual pode ser entendida como reciclagem ou ciclo lateral. A armazenagem e o transporte são atividades relacionadas, respectivamente, ao deslocamento temporal e espacial de um elemento. Ao fim da vida útil de um elemento, este é descartado e, desde que não seja reutilizado, deixa de participar de um sistema comportamental.

Contudo, tendo em vista que nem sempre os elementos passam por todos os processos, existem formas diferentes do registro arqueológico ser formado culturalmente, ou seja, meios distintos pelos

⁴ Como mostra Schiffer (1972), elemento denota todos os materiais que possam ser listados em inventário completo de um sistema cultural, sejam ele duráveis (transformadores ou conservadores de energia) ou perecíveis (cujo consumo resulta na liberação de energia).

quais os elementos passam do contexto sistêmico para o contexto arqueológico. Um destes remete ao padrão de deposição dos refugos, os quais podem ser classificados como: refugio de fato, quando um elemento é abandonado em contexto no decorrer de um processo ou estágio; refugio primário, quando um elemento é descartado no seu local de uso; e refugio secundário, quando um elemento é descartado em local diferente daquele onde foi utilizado.

Deste modo, no contexto arqueológico evidenciado, as análises da localização espacial e da frequência dos elementos podem indicar a utilização de dado espaço para determinados fins produtivos no contexto sistêmico.

Em publicações posteriores, Schiffer (1988; 1991) mostra que é possível compreender os processos de formação a partir da noção dos correlatos, entendendo que elementos encontrados em contextos arqueológicos podem preservar informações relacionadas a determinados comportamentos, sob uma perspectiva uniformitarista, tomando por base os estudos em etnoarqueologia, a arqueologia experimental e as informações constantes na documentação histórica.

Para se compreender os processos de formação do registro arqueológico, Schiffer (1988) diferencia os processos de formação culturais – os quais devem ser investigados contextualmente segundo os métodos citados anteriormente – e os processos não culturais de formação – estes que remetem às transformações naturais e a interação entre meio ambiente e cultura material, como erosão e bioturbação.

A partir da proposta de Schiffer (1972), outros modelos de fluxo foram elaborados tendo em vista análises específicas de determinados tipos de elementos - por exemplo, Collins (1975) para vestígios líticos. Neste sentido, Zedeño (1997; 2008) lança mão do diagrama de fluxo para promover a análise do processo de formação territorial dos povos Hopi.

Zedeño (1997) parte da premissa de que o desenvolvimento de boa parte das sociedades pré-industriais é inextricavelmente relacionada a terra e aos seus recursos. Deste modo, este desenvolvimento não pode ser entendido fora do contexto das relações entre sociedades e os territórios que elas ocupam.

Para tanto, território deve ser entendido como um conjunto composto pela terra, pelos recursos naturais e pelos objetos produzidos pela ação humana – sejam estacionários ou portáteis. Conforme exemplificado pela autora a partir dos casos de grupos aborígenes e dos dados reunidos pela *Indian Claims Commission*, os territórios são construídos e delimitados socialmente e envolvem um conjunto de

interações entre homem e terra ao longo do tempo em determinado espaço. Grande parte destas interações entre homem e terra geram modificações na paisagem e algumas dessas passam a integrar o registro arqueológico.

Para Zedeño (1997, p. 73), paisagem são espaços contíguos que podem ser compreendidos ao olhar, enquanto que territórios sociais podem envolver dois ou mais espaços não contíguos ou até sítios ou lugares discretos. Ademais, paisagens são unidades em que as fronteiras podem ser percebidas por um espectador, enquanto que para os territórios as fronteiras são estabelecidas pela sociedade que usa e controla um determinado espaço, bem como por outros grupos sociais que usam e controlam espaços adjacentes.

Há aqui também, uma evidente diferença de escala espacial, aspecto ressaltado por Zedeño (1997, p. 71) como fundamental para compreensão das dimensões do território. Segundo a pesquisadora, dois conceitos precisam ser distinguidos neste sentido: lugar e espaço. O primeiro remete ao lócus de atividades discretas, enquanto que o segundo assume um caráter integrador da totalidade de lócus. Ou seja, um conjunto de lugares compõe um espaço.

Especificamente para o estudo de caso dos Hopi, Zedeño (1997, p. 77) mostra que determinados conjuntos de lugares podem ser entendidos e agrupados em quatro diferentes espaços no âmbito do território deste povo indígena. Os espaços identificados foram os seguintes: *living space*, que congrega modificações na paisagem relacionadas ao ambiente de moradia (tais como construção de vilas, rotas de acesso, estruturas defensivas, entre outras.); *food production space*, que reúne modificações na paisagem associadas à prática da agricultura (como divisão e uso da terra, construções que facilitem estas atividades, entre outras); *procurement space*, que envolve modificações relacionadas à exploração de recursos do ambiente através da remoção física de materiais da paisagem e da viabilização logística do acesso às fontes de recursos; *ritual space*, onde as modificações na paisagem dizem respeito a atividades rituais e cerimoniais (como santuários, cemitérios, lugares onde existam plantas, animais ou minerais utilizados em cerimônias, antigos sítios, entre outras), sendo que esta dimensão espacial pode cortar transversalmente as demais.

Assim, para Zedeño (1997, p. 72-73), a terra, os recursos e os objetos de manufatura humana possuem suas histórias de vida individuais, enquanto que territórios, entendidos como o conjunto destes objetos, seguem trajetórias específicas que são o resultado da

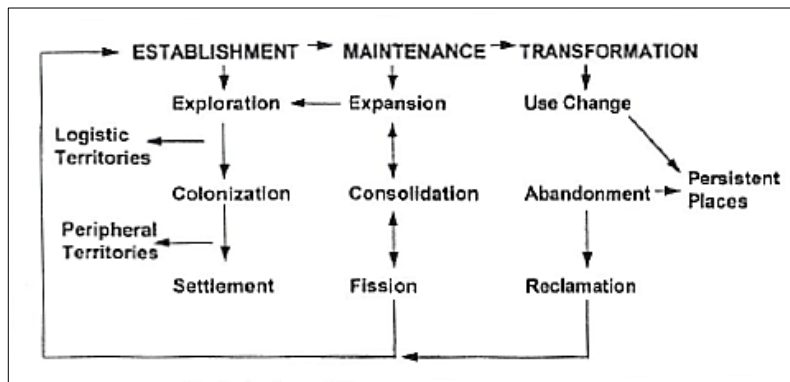
combinação da história natural da terra e dos seus recursos com a história social do uso da terra e dos recursos.

A arqueóloga mostra que existem três tipos de interações entre homem e terra que sublinham a história de vida de um território: 1. Entre uma dada sociedade e a paisagem, a qual é traduzida no uso efetivo da terra e dos recursos; 2. Entre diferentes setores da sociedade, que determina fronteiras ou limites internos de uso efetivo e de domínio; 3. Entre as sociedades e as sociedades vizinhas, que determina fronteiras e limites externos de uso efetivo e de domínio.

Para a pesquisadora, os meios de se relacionar com a terra ou com os recursos criam formas distintas de territorialidade - concebida como uma soma de ações e emoções que direcionam para o território a que se refere (ZEDENO, 2008, p. 211) e, conseqüentemente, de correlatos materiais. Assim, torna-se possível aos arqueólogos identificar formas específicas, bem como, processos e estágios.

O modelo de história de vida do território apresentado por Zedeño (1997, p. 85-95) é composto por três processos subdivididos em estágios: estabelecimento (exploração, colonização e assentamento), manutenção (expansão, consolidação e fissão) e transformação (mudança de uso, abandono e reclusão) – Figura 1. Cada um destes estágios está associado a determinados tipos de atividades, estas que podem ser identificadas através dos materiais encontrados *in loco*.

Figura 1 - Modelo de história de vida do território.



Fonte: Zedeño (1997, p. 86).

Conforme a autora, a história de vida de um território se inicia com o estabelecimento de um grupo em um determinado território, sendo que pode se tratar uma área primária exclusiva ou de uso comunitário. No âmbito da exploração, são reconhecidos os recursos em potencial da área em questão por pequenos grupos. Este estágio implica em usos temporários da terra e de recursos, sendo que pode envolver: 1. a exploração de recursos alimentares ou não para uso imediato; 2. exploração logística de recursos com distribuição limitada; 3. demarcação de lugares para usos futuros através de inscrições ou marcações; 4. instalação de abrigos efêmeros e/ou estruturas de combustão; 5. armazenamento de recursos.

Na colonização ocorre a ocupação do território por um grupo maior de famílias, sendo que este estágio consiste em um período maior de experimentação da área, especialmente no que diz respeito as capacidades dos recursos naturais a serem explorados. Neste estágio, as transformações na terra incluem: 1. moradias permanentes ou semipermanentes; 2. definição de áreas de agricultura, caça, pasto e coleta; 3. conservação do solo expediente e a estruturação do controle de água; 4. exploração de matéria-prima para produção de ferramentas ou outros fins.

No estágio de assentamento, ocorre a ocupação de determinada área de forma permanente ou na incorporação desta enquanto local de reocupação e exploração por grupos móveis. Neste âmbito o espaço é organizado de tal forma que possa ser dividido em áreas destinadas à construção e a produção. Deste modo, devem ser percebidas a construção de estruturas permanentes visando facilitar o uso destes espaços. Este estágio pode incluir, também, a delimitação de fronteiras internas e externas.

O processo seguinte – manutenção – consiste numa série de atividades associadas aos requerimentos necessários do grupo assentado, a presença de grupos vizinhos, a capacidade de produtividade da paisagem ou aos mecanismos de integração. Para o caso Hopi, Zedeño (1997) afirma que este processo resultou na definição de fronteiras internas (clãs, linhagens, terras e recursos de aldeias), bem como externas.

Com a ocupação permanente de uma determinada área e o adensamento populacional, no decorrer do tempo há uma tendência a expansão do território. Neste estágio ocorrem: 1. alteração dos limites visando acomodar um maior número de pessoas, bem como o surgimento de comunidades satélites com a exploração primária de novas áreas ou de terras alternativas; 2. ajustes no espaço de moradia e

nas facilidades associadas a elas; 3. ajustes na distribuição dos espaços de agricultura; 4. construção de estradas e caminhos visando integrar os novos assentamentos.

Conforme expõe Zedeño (1997), ainda que um território possa se expandir infinitamente, com o surgimento de limitações as sociedades tendem a assegurar a terra que detem o controle através da consolidação. Este estágio acontece quando um grupo desenvolve estratégias integrativas de forma satisfatória. Neste sentido, é fundamental a integração entre atividades políticas e rituais, bem como as ações relacionadas a produção e conservação de recursos. Além disso, a consolidação implica no desenvolvimento de estratégias punitivas e defensivas para assegurar o acesso e a posse da terra.

Quando o desenvolvimento de estratégias integrativas não ocorre de forma satisfatória ou por ocasião de conflitos políticos internos (ocasionados ou não por influência externa), acontece a fissão. Este estágio resulta na colonização novas áreas - inexploradas ou de uso comunitário – e, por conseguinte, em novos processos de consolidação.

O último processo identificado por Zedeño (1997) para a história de formação territorial Hopi consiste na transformação. Este ocorre por ocasião da incorporação de parte ou de toda a área de um dado grupo por uma nova sociedade. Neste âmbito, ocorre, por exemplo, a mudança de uso dos espaços de moradia e de produção, incluindo novas transformações na paisagem.

Assim como no caso do modelo de fluxo de bens duráveis de Schiffer (1972), deve-se salientar que trajetórias específicas de formação territorial não precisam incluir necessariamente todos estes processos. Aliás, outra ressalva diz respeito ao abandono, o qual pode ocorrer em qualquer momento da sequência apresentada devido a fatores naturais (esgotamento de recursos, alterações climáticas, entre outras) ou culturais (tais como conflitos), sendo que, conforme salienta Zedeño (1997, p. 94), as terras habitadas parecem nunca serem abandonadas em definitivo. Estas áreas podem ser transformadas em espaços rituais ou de captura de recursos, consistindo, assim, em lugares persistentes⁵.

Há, ainda, a possibilidade da ocorrência da reclamation, quando as estruturas ou facilidades construídas por um determinado grupo em um território específico são incorporadas por outro grupo e reutilizadas ou recicladas.

⁵ Conforme conceito apresentado por Schlanger (1992, p. 92): “*a place that is used repeatedly during the long-term occupation of a region*”.

Devemos esclarecer que a proposta de história de formação territorial será utilizada nesta pesquisa para fins comparativos, justamente como sugere a autora (ZEDENO, 1997, p. 85). Não se trata de tentar enquadrar ou classificar as categorias e processos identificados acerca da trajetória histórica de ocupação do território de grupos Jê meridionais nas mesmas constantes no caso Hopi. Contudo, estas fornecem uma orientação que vislumbram possibilidade para a compreensão futura do processo deste processo de ocupação.

Sob a perspectiva de longa duração *braudeliana* associada à proposta de Sahlins ([1985] 1999), alicerçada em uma abordagem que relativize os critérios acerca da identificação de grupos étnicos por meio do registro arqueológico e tomada em conjunto com a proposta de história de formação territorial, acreditamos que seja possível vislumbrar aspectos concernentes à trajetória histórica da ocupação Jê meridional em Alfredo Wagner.

Para isso apresentaremos adiante uma revisão bibliográfica acerca de contextos relacionados a estas ocupações, considerando uma amostra de diferentes compartimentações geomorfológicas catarinenses, bem como informações sobre o contexto arqueológico em Alfredo Wagner, além de dados inéditos produzidos através de escavações no sítio Tobias Wagner.

Sendo assim, a proposta é buscar compreender a territorialidade dos grupos Jê meridionais sob uma perspectiva histórica, justamente para vislumbrar os modos pelos quais estes indígenas se relacionaram com o território, pensando nas atividades que seriam perceptíveis a partir do registro arqueológico e como isso tem se transformado ao longo do tempo, tomando o contexto de Alfredo Wagner como área de estudo. Ademais, não desconsiderar as implicações práticas acerca da produção de conhecimento neste sentido para os povos indígenas no presente.

2. O CONTEXTO JÊ MERIDIONAL EM SANTA CATARINA

Atualmente, conforme dados compilados por Brighenti (2012a, p. 39), a população indígena em Santa Catarina é composta por mais de 10 mil pessoas. Destas, 6543 autoidentificam-se como Kaingáng e 2169 pessoas autoidentificam-se como Xokleng.

Conforme veremos adiante, as línguas Kaingáng e Xokleng pertencem à mesma família linguística: Jê. Apesar de existir uma série de fontes escritas sobre a história destes povos⁶, ainda há muito que se compreender sobre a trajetória histórica destes grupos indígenas.

Desde o final de década de 1980, vêm sendo formuladas propostas que associam determinados contextos arqueológicos registrados no sul do Brasil com ocupações efetuadas preteritamente por antepassados dos Kaingáng e Xokleng. Esta associação, apresentada de forma mais esclarecida em Silva e Noelli (1996), é viabilizada por meio de uma análise etnoarqueológica, conduzida sob um enfoque interdisciplinar e orientada sob uma perspectiva de longa duração.

No que remete à arqueologia desenvolvida em áreas do planalto e da encosta da serra de Santa Catarina, as primeiras associações entre determinados tipos de evidências percebidas no registro arqueológico com grupos indígenas que viviam ou viveram nesta região datam da década de 1960 (PIAZZA, 1967; PIAZZA; EBLE, 1968). Entretanto, analogias entre contextos arqueológicos e etnográficos vinculados aos Jê meridionais, calcadas no acúmulo de dados, somente obtiveram bases mais sólidas a partir da década de 1990.

A proposta deste capítulo é apresentar um compêndio de informações acerca dos povos Jê meridionais agrupando, de um modo geral, dados arqueológicos, históricos e linguísticos, a fim de oferecer um panorama acerca do contexto em Santa Catarina.

Para tanto, primeiro apresentamos informações históricas sobre a trajetória da identificação de povos falantes de línguas pertencentes à família Jê até chegar à categoria Jê meridional. Trata-se de uma forma de historicizar esta categoria a fim de melhor compreendê-la.

A seguir, expomos dados acerca das evidências arqueológicas comumente utilizadas para identificar os contextos enquanto relacionados a grupos Jê meridionais: a cerâmica Taquara/Itararé e as estruturas subterrâneas. Discutimos, também, a associação entre a

⁶ Noelli (1999, p. 286) menciona a existência de mais de 1100 títulos que versam sobre os Kaingáng e mais de 600 para os Xokleng.

expansão da Floresta de Araucárias e as ocupações destes grupos indígenas.

Posteriormente, explanamos acerca de dados referentes a contextos arqueológicos pesquisados em diferentes compartimentações geomorfológicas de Santa Catarina e sobre propostas que os interligam em uma mesma dinâmica territorial. A intenção não é realizar uma revisão que esgote todas as pesquisas e propostas já publicadas, mas sim demonstrar a diversidade e a variabilidade dos contextos.

Ao final, apresentamos informações que exemplificam práticas relacionadas à ocupação do território por grupos Kaingáng e Xokleng a partir da compilação de dados oriundos da etnohistória e da etnografia.

2.1. DO TAPUIA AO JÊ MERIDIONAL

No século XIX, conforme aponta Cunha (1992), há duas chaves classificatórias – diametralmente opostas – utilizadas pelos estrangeiros para identificar a diversidade das práticas dos povos indígenas: Tupi e Guarani vs Botocudos. A primeira remete ao “índio que aparece como emblema da nova nação em todos os monumentos, alegorias e caricaturas. É o caboclo nacionalista da Bahia, é o índio do romantismo na literatura e na pintura. É o índio bom e, convenientemente, é o índio morto” (*ibidem*, p. 136); enquanto que na segunda figura o indivíduo que “não só é um índio vivo, mas é aquele contra quem se guerreia por excelência nas primeiras décadas do século: sua reputação é de indomável ferocidade” (*ibidem*, p. 136).

Ademais, como aponta a pesquisadora, tal dicotomia seria uma herança dos primórdios da ocupação europeia da costa do que atualmente é o Brasil, sendo que portugueses teriam se aliado aos povos Tupi visando uma parceria para o empreendimento colonial frente aos inimigos Tapuia - onde estavam inseridos os Botocudos. No início dos oitocentos, enquanto os indígenas aliados foram apresentados como símbolo nacional através da literatura, os inimigos foram explorados pela ciência, especialmente para estudos craniométricos que objetivavam atestar a humanidade e a primitividade destes povos.

Neste contexto, Von Martius, por meio das observações efetuadas durante as expedições que realizou em companhia de Spix pelo interior da colônia brasileira entre 1817-1820, lançou mão de três evidências – vestígios materiais das civilizações andinas; evidências de animais e plantas outrora domesticados por um povo civilizado; e práticas dos Tupi -, para sustentar a sua teoria acerca da diversidade das populações indígenas existentes nas Américas (NOELLI; FERREIRA, 2007, p.

1243). Para Von Martius, houve, no passado, uma grande civilização que ocupou toda a América (atestada pelas edificações Incas e Maias), a qual se degenerou ao ocupar as terras baixas devido ao ambiente de floresta tropical – onde, por exemplo, o solo seria menos fértil e inviabilizaria a reprodução da agricultura praticada nas terras altas – e à miscigenação com povos bárbaros. Deste modo, estabeleceu uma dicotomia que, em linhas gerais, pode ser representada da seguinte forma: povos andinos civilizados x povos degenerados das florestas tropicas.

Conforme argumentam Noelli e Ferreira (2007), há que se compreender o contexto histórico de tal elaboração para se clarificar as raízes do pensamento de Von Martius. Apesar das viagens terem sido realizadas na segunda década do século XIX, somente a partir de meados dos oitocentos é que elas foram publicadas e difundidas, quando do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) acerca do modo pelo qual deveria ser escrita a História do Brasil. Deste modo, há, no discurso produzido por Von Martius, um aspecto importante a ser considerado no contexto histórico em que escreve: o Império necessita forjar uma identidade para a nação ainda em processo de construção e garantir a inclusão das áreas fronteiriças dentro dos seus limites territoriais (cf. FERREIRA, 1999).

Noelli e Ferreira (2007) identificam, na construção deste discurso, a prática do “colonialismo interno”, o qual:

(...) ocorre quando, dentro de uma fronteira nacional, elites locais entronizadas no Estado e em seus aparelhos imaginam e desencadeiam projetos de colonização e conquista dos nativos e da geografia; ocorre quando essas elites, valendo-se dos aparatos da ciência, asseguram uma hierarquia interna baseada no governo racial (*ibidem*, p. 1241).

Tendo em vista que o projeto imperial demandou a inclusão dos povos indígenas enquanto parte da identidade nacional brasileira, apoiando-se na proposta da miscigenação racial, havia, também, a necessidade de se compatibilizar a realidade observada empiricamente entre os nativos com um passado glorioso que as elites reivindicavam (FERREIRA, 1999).

É neste contexto que deve ser entendida a explicação fornecida por Von Martius para a diversidade das populações indígenas. Devem-

se considerar, ainda, as influências externas de pensamentos degeneracionistas presentes em discussões no âmbito da história natural desde o século XVIII (NOELLI e FERREIRA, 2007, p. 1247).

Como veremos adiante, com desdobramentos e refinamentos, a oposição apresentada por Von Martius impactou profundamente as interpretações da diversidade do registro arqueológico evidenciado no Brasil, bem como as explicações acerca da trajetória histórica das populações indígenas das Américas, apresentadas ao longo dos séculos XIX e XX.

Entretantes, atribui-se a Von Martius a responsabilidade pela diferenciação, no século XIX, dos “Gêz”⁷ entre os Tapuia, estabelecendo, assim, uma unidade linguística que congregava Timbira, Kayapó (meridionais), Xerente, Xavante, entre outros. Para Souza (2002, p. 22), ainda que posteriormente tenha se percebido que nem todas as línguas dos povos genericamente classificados como Tapuia apresentem laços de parentesco com os povos Jê, a categoria identificada por Von Martius essencializou e marcou os povos nela incluídos com as seguintes chancelas: selvageria, primitivismo e marginalidade.

Mesmo que depois tenham sido elaboradas outras publicações que reconfiguraram as unidades linguísticas dos povos indígenas – como as produzidas por Von den Steinen, Rivet, Schmidt, e Sneath (SOUZA, 2002, p. 22) –, de um modo geral, todas elas carregaram consigo as características apresentadas por Von Martius para os “Gez”.

Segundo Jolkesky (2010, p. 5-6), Walden Schmidt, em 1926, foi o primeiro pesquisador a propor a categoria Macro-Jê. Conforme pontua Souza (2002, p. 23-24), em publicação anterior, datada de 1913, Schmidt apresenta uma classificação dos povos indígenas sul-americanos, sob uma perspectiva de evolução econômica, em três categorias: fase de coleta, fase de lavoura e cavouco, e povos de cultura superior. Nesta categorização, os povos “Ges” estariam incluídos na primeira, matizados pelas seguintes características: desconhecimento da agricultura, nomadismo, pouco desenvolvimento da navegação, ausência de rede e cerâmica – sendo as exceções explicadas pelo contato com outros povos (*ibidem*, p. 24).

⁷ Como será percebido no texto, outras nomenclaturas foram utilizadas ao longo história para identificar estes povos, tais como: Ge, Gez, Ges e Jê. Para o caso da escrita diferente Jê – utilizada nesta pesquisa –, optamos por manter a escrita original preconizada pelo pesquisador, ainda que entre aspas.

Somente com as etnografias produzidas por Nimuendaju que este panorama sofreu alterações. Inclusive, conforme pontua Souza (*ibidem*, p. 26), foi com as publicações versando sobre os Apinaye (em 1939), Xerente (em 1942) e Timbira (em 1946), que Nimuendaju inaugurou a moderna etnologia Jê. Através das monografias produzidas pelo etnólogo alemão, tomou-se conhecimento, por exemplo, sobre a prática da horticultura entre alguns povos Jê centrais e setentrionais – incluindo listas de plantas domesticadas pelos nativos -, bem como da agricultura que envolvia o cultivo de milho e mandioca entre os Canela e os Apinaye, além de diversos aspectos relacionados a cerimoniais e a vida ritual – expondo, de forma inédita, sistemas de metades, matrilinearidade e/ou patrilinearidade, exogamia, padrões de organização de aldeias e sua ligação com as relações de parentesco.

Deste modo, contribuiu no sentido de contestar o estereótipo Tapuia sobremaneira atribuído genericamente aos povos Jê. Entretanto, os escritos que por meio das descrições das especificidades dos povos revolucionaram a visão ampla que se tinha até então dos Jê, foram tomados como base para situar estas populações em novas classificações difusionistas.

Entre 1946 e 1950, Julian Steward, por meio do Smithsonian Institution, coordenou a publicação do *Handbook of South American Indians*, onde apresentou uma classificação dos povos indígenas, sob uma perspectiva evolucionista, em quatro categorias: tribos marginais, tribos da floresta tropical, tribos circum-caribenhas e civilizações andinas. De um modo geral, os povos que viviam no Brasil foram distribuídos nas duas primeiras (STEWART, 1946).

A classificação idealizada por Steward sustenta-se nas noções de área cultural e “age-area”, ambas utilizadas por Clark Wissler para lidar com a distribuição espacial e temporal dos diferentes grupos culturais no contexto norte americano (KROEBER, [1928] 1997, p. 121). Apesar de ser utilizada por pesquisadores anteriores, a ideia de área cultural assumiu contorno melhor definido a partir do trabalho de Wissler, já que este pesquisador inventariou os traços culturais dos povos nativos da América do Norte e seus locais de ocorrência a fim de entender a distribuição espacial destes aspectos. A seguir, utilizando-se da noção de “age-area” - oriunda da história natural -, traçou a distribuição temporal dos traços culturais elencados anteriormente seguindo a lógica de que haveria um centro de dispersão cultural destes traços. Assim, consorciando ambos os conceitos, entendeu que a distância espacial entre determinada área cultural e o centro dispersor corresponderia

diretamente à separação temporal entre as áreas (KROEBER, [1928] 1997, p. 127).

Tal entendimento consubstanciou a compreensão inicial de Julian Steward, pois, seriam as civilizações andinas e da América central os centros de dispersão de traços culturais para o restante das Américas, no sentido de ambos os hemisférios, o que viabilizaria a compreensão da distância temporal entre centro e periferia. Os povos que não manifestavam os traços culturais que correspondiam diretamente às “civilizações” e que ocupavam áreas de baixa produtividade agrícola foram classificados enquanto marginais - entendidos enquanto resquícios de um período pré-agrícola (SOUZA, 2002, p. 40).

Noelli e Ferreira (2007, p. 1249-1250) mostram como a compreensão difundida pelo *Handbook* carregava entendimentos degeneracionistas acerca das características culturais dos povos nativos, que, para o caso do Brasil, remontavam às ideias de Von Martius. Ademais, a partir da proposição das áreas culturais balizadas sob um enfoque determinista ambiental, ao se referir à ocupação da bacia amazônica, resumiu a diversidade dos ecótonos ocupados por diferentes populações indígenas em duas categorias: várzea – onde a população seria mais abundante devido à oferta de recursos naturais e a riqueza do solo – e a terra firme – onde os povos que saíram da várzea teria se degenerado devido à improdutividade do solo, tornando-se, assim, nômades das áreas marginais (*ibidem*, p. 1250).

Deve-se ressaltar que Steward efetuou ressalvas acerca das classificações apresentadas no *Handbook*, no sentido de que as avaliações possuíam um caráter provisório (*idem*). Posteriormente, mostrou como acreditava que sua categorização se diferenciava de propostas anteriores, inclusive tecendo críticas à Wissler por considerar apenas traços culturais e não comparações sistemáticas sociopolíticas e religiosas (SOUZA, 2002, p. 41).

Deste modo, eis as características dos povos indígenas da América do Sul em cada uma das categorias criadas por Julian Steward:

Na área marginal, segundo ele, as unidades sociopolíticas correspondem a um ou vários grupos de parentesco frouxamente organizados, internamente diferenciados segundo a idade, sexo, atividades econômicas e, ocasionalmente, associações, com uma vida ritual centrada nas crises individuais e no xamanismo. Os padrões organizacionais variavam no entanto segundo as

condições locais, devido à rudimentaridade da cultura material, que obrigava à adaptação das instituições sociais nativas às necessidades da luta pela subsistência. Na Floresta tropical e Andes meridionais as unidades sociopolíticas também se constituíam na base do parentesco, sexo, idade, e associações, mas distinguiam-se das formas próprias às tribos marginais na medida em que uma estrutura produtiva mais eficiente, incluindo a agricultura e meios de transporte como a canoa, permitiria neste caso a formação de grupos maiores e mais estáveis (:672-3). A vida ritual era do mesmo tipo daquela das culturas marginais, mas acultura material e tecnologia mostravam-se marcadamente mais desenvolvidas. Quanto aos povos sub-andinos e da área Circum-Caribe, um "complexo de subsistência mais efetivo", ainda que baseado numa tecnologia e cultura material similar à da floresta tropical, permitia o sustento de uma população mais densa e de aldeias maiores, permanentes e, sobretudo, socialmente mais diferenciadas: "*The villages were composed of many non-king groups and were organized on the basis of classes rather than merely of age, sex, and associations*" (:673). O desenvolvido complexo guerreiro aparece aqui como um mecanismo de formação de classes e de mobilidade social, enquanto que, religiosamente, estes grupos se diferenciam pela absorção do xamanismo por cultos centrados em templos [temple-idolcults]. Finalmente, nos Andes centrais, a combinação entre um maior desenvolvimento da agricultura, uma conseqüentemente maior densidade de população, e um sistema eficiente de transporte, permitiu o aparecimento de verdadeiros "centros urbanos", com o florescimento de padrões que eram apenas implícitos na área circum-caribenha: sistema de classes hereditário, guerra de conquista, hierarquias religiosas, ciclos rituais públicos, Estado. Estas instituições teriam ofuscado e numa medida substituído padrões comportamentais associados aos grupos de parentesco e à comunidade. (SOUZA, 2002, p. 42-43).

Neste contexto, os povos Jê estão inseridos na primeira – a mais distante das civilizações andinas –, classificados genericamente como caçadores-coletores: tratam-se de tribos marginais. Na terceira parte do Volume I do *Handbook of South American Indians*, dedicado às tribos marginais, Lowie (1946, p. 477) expõe que a família “Gê” é composta por cinco grandes conjuntos: Noroeste, Central, Meridional, Jeicó e Camacan – este último separado dos demais em outro trecho da publicação (LOWIE, 1946, p. 381).

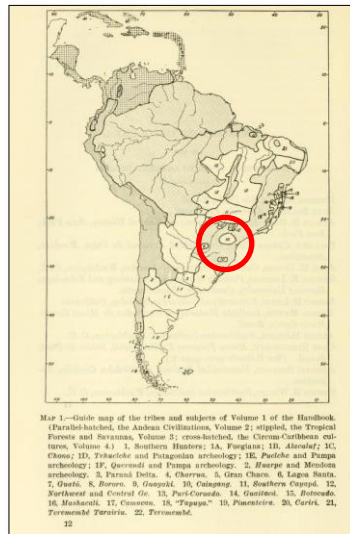
Os dois primeiros, pelo fato de serem “*too closely allied in culture to warrant separate treatment*”, foram abordados em conjunto ao longo de 40 páginas (LOWIE, 1946, p. 477-517). Entre os grupos Jê do noroeste, estavam incluídos os povos Timbira, Cayapó do Norte, Cayapó do Sul e Suyá. Entre os grupos Jê centrais, duas seções foram distinguidas: Akwe (englobando Xacriabá, Xavante e Xerente) e Acroá (que inclui os povos Acroá e Guegué).

Acerca do conjunto Jeicó, Lowie (1946, p. 567) relata que se trata de um grupo Jê extinto, que teria sido contatado entre os rios Canindé, Gurguéia e São Francisco, área que compreende parte do Piauí, Ceará e Bahia.

Conforme Metraux e Nimuendaju (1946, p. 547), o conjunto Camacan envolve os dialetos Camacan, Cutashó (Cutazó), Catathoy, Masacará e Meniã. Em meados do século XX, os povos falantes destas variações linguísticas ocupavam uma área ao norte do Rio Pardo, na porção sul da Bahia.

Entre os Jê Meridionais estavam inclusos aqueles outrora chamados de Guayaná, Coroado, Bugre, Shokleng, Tupí, Botocudo, entre outros, aos quais agora era atribuído o rótulo de Caingang (METRAUX, 1946, p. 445). Neste conjunto, Metraux (*ibidem*, p. 448) identifica cinco grupos, conforme a área que ocupavam: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Misiones (na Argentina) – Figura 2.

Figura 2 - Mapa com a distribuição das populações indígenas na América do Sul. Círculo vermelho sinaliza áreas identificadas como “Caingang”.



Fonte: STEWARD (1946, p. 12).

Os Caingang do Estado de São Paulo, também conhecidos localmente como Coroados, remetariam à época a grupos que viviam entre os rios do Peixe e Aguapeí (Feio), bem como no baixo Rio Tietê.

Os Caingang do Estado do Paraná, também denominados como Kamé – uma das subdivisões tribais do povo -, ocupavam a região de Palmas, na área central do estado, supostamente provenientes da região entre os rios Uruguai e Iguçu.

Os Caingáng de Santa Catarina, categoria que engloba denominações como Shokleng, Socré, Botocudo e Aweikoma, remete a grupos seminômades que ocupavam a área do Rio Timbó até as florestas da serra do mar e do Rio Negro até Rio Uruguai. Metraux (1946, p. 449) ressalta que, ainda que o dialeto deste povo não seja facilmente compreensível entre os Caingang do Paraná, não há dúvidas que ambas pertencem à mesma família linguística.

Os Caingáng do Rio Grande do Sul, que ocupavam a área situada entre os rios Peperi-guaçu até o Canoas e deste até o Pelotas, são diferentes dos Aweikoma de Santa Catarina. Relatos sobre grupos que se localizavam entre os rios Taquari e Caí também são mencionados.

Os Caingáng de Misiones ocupavam uma área nas proximidades da cidade de San Pedro, nas proximidades do Rio Yabotí, sendo que seriam originários de Palmas ou do Rio Grande.

De um modo geral, os povos “Caingáng” foram definidos por Metraux (1946, p. 450) como agricultores (que cultivavam uma variedade de milho, feijões e abóbora) que também praticavam a coleta (de pinhões, jaboticaba, pitanga, abacaxi, mamão, mel, larvas, entre outros), a caça (de porcos de mata, tapir, aves, macacos, entre outras) e a pesca. Somente os grupos de Santa Catarina praticavam apenas a caça e a coleta – entretanto, lembrar-se-iam de um tempo em que também plantavam.

Metraux (1946) apresenta, ainda, maiores informações acerca da tecnologia, cultura material, organização social, cerimoniais e vida ritual dos Caingang, de modo semelhante ao que faz Lowie (1946) para os “Gez” do Noroeste e Centrais. Tais descrições se baseiam em informações históricas e, sobretudo, nas etnografias elaboradas por Nimuendaju a partir da década de 1940.

Para Souza (2002, p. 33), as informações apresentadas por Nimuendaju acerca dos povos Jê, e que foram utilizadas para classificá-los enquanto tribos marginais nas categorias de Steward, culminaram por transformá-los em uma “anomalia” do esquema classificatório. Isso pelo fato de que a etnografia de Nimuendaju mostrava que a complexidade social entre os povos Jê era maior do que a expectativa para as tribos marginais. Entretanto, neste contexto, a “riqueza de detalhes da etnografia de Nimuendajú passa para o segundo plano e desaparece do debate” (*idem*) sobre os povos Jê.

De todo modo, percebe-se que, com as publicações do *Handbook of South American Indians*, há uma consolidação de algo que vinha sendo delineado desde os escritos de Von Martius: os povos Jê remetem a uma cultura, geografia, organização social e tecnologia (*ibidem*, p. 20). Em conjunto, há uma propagação ao longo do tempo dos ideais degeneracionistas, ainda que com reelaborações, acerca das características culturais destes povos.

Ademais, a classificação feita por Steward será utilizada como parâmetro para publicações futuras que, assim como ele, tentaram organizar a diversidade cultural dos povos indígenas identificados no Brasil, sob uma perspectiva essencialista, em quadros de áreas culturais.

Este é o caso, por exemplo, da classificação apresentada por Eduardo Galvão em 1959, a qual cristalizou a área de dispersão de determinados povos a partir da “ênfase na distribuição espacial contígua de elementos culturais, tantos os de natureza ergológica como os de

caráter sócio-cultural” (GALVÃO, 1979, p. 205). Nas áreas culturais definidas por Galvão, os povos Jê meridionais aparecem afiliados a Área X – Tietê-Uruguai, onde estão incluídos os Kaingáng do Estado de São Paulo, os Kaingáng meridionais e os Xokleng - Figura 3.

Figura 3 - Mapa com a distribuição das Áreas Culturais de Eduardo Galvão.



Fonte: Melatti (2011a, p. 4).

Tal divisão ainda serve de inspiração para classificações semelhantes, porém atualizadas segundo o atual conhecimento acerca das populações indígenas. Neste sentido, Melatti (2011a), por exemplo, apresenta uma releitura das áreas culturais de Galvão sob a denominação de áreas etnográficas, entendendo que “há lugar para um trabalho que, ao invés de tópicos como economia, parentesco, política, religião, artes e outros, (...), distribua as sociedades indígenas em áreas, como recurso didático que permita relacioná-las com situações específicas e ao mesmo tempo chamar a atenção para sua diversidade cultural” (p. 1).

Assim, apresentando ressalvas ao trabalho de Galvão (*idem*, p. 3), principalmente no que remete ao inventário de conjunto de traços culturais de cada área e a caracterização dos povos enquanto

à cultura dos povos nativos, mas sim como algo desencadeado por fatores externos.

Perspectivas distintas destas que se pautam em distribuições espaciais de conjuntos de traços para delimitar áreas, mas que também estão relacionadas a aspectos etnológicos, partiram das etnografias de Nimuendaju a fim de melhor compreender os aspectos da organização social dos Povos Jê e chegaram a novos entendimentos, tais como as organizações dualistas de Lévi-Strauss e as sociedades dialéticas de Maybury-Lewis (cf. Souza, 2002, p. 72-190).

No que diz respeito mais especificamente à Arqueologia Brasileira, quando da institucionalização desta disciplina na academia em meados do século, os princípios da proposta de Von Martius balizaram a interpretação do registro arqueológico em um sentido amplo.

As teorias de desenvolvimento cultural de Betty Meggers evidenciam isso, pois, sob um viés determinista ambiental, defendiam que o ambiente de várzea na Amazônia (com poucos recursos proteicos e baixa produtividade do solo) não teria favorecido o desenvolvimento de sociedades complexas (BARRETO, 1999/2000, p. 44). A partir deste enfoque que o registro arqueológico deveria ser compreendido, assim, as cerâmicas Marajoara e Santarém, por exemplo, seriam originárias de locais externos à Amazônia por apresentarem características que sugerem uma organização social não é encontrada neste contexto.

Pesquisas recentes vêm compreendendo o quadro da mudança cultural através de outras perspectivas e, conforme aponta Roosevelt (1992, p. 53), “(...) oferecem evidências de uma longa e substancial sequência de desenvolvimento indígena na Amazônia, muito mais complexa, e menos produto de influências externas, do que se pensava”.

Neste sentido, Brochado (1989), a partir de uma série de dados arqueológicos, etnográficos, linguísticos, históricos e geográficos, apresenta um modelo histórico-cultural para a expansão de Povos Tupi, bem como acerca da origem das tradições cerâmicas a partir da Amazônia central. No que interessa a presente pesquisa, vale destacar que o arqueólogo sugere que um conjunto cerâmico, denominado Estrato I – cujas características eram “relativamente simples e sem decoração” (*ibidem*, p. 70) –, teria sido incorporado por grupos que habitavam a periferia do coração amazônico. Estes falavam línguas do Tronco Macro-Jê e da Família Guaikuru.

Deste centro de origem hipotético teriam derivado dois ramos divergentes: a Tradição Palo Blanco e a Tradição Pedra do Caboclo. A primeira, cuja rota de expansão teria sido orientada pelo sistema hídrico

Paraná-Paraguai, é representada pelos conjuntos cerâmicos encontrados no baixo Rio Paraná, estuário do Rio da Prata e litoral atlântico próximo. O marcador de 3000 a. C. como data mais recuada no estuário do Rio da Prata indicaria uma antiguidade maior para o início desta expansão desde a Amazônia. A segunda teria se expandido pelas terras altas do planalto central e meridional, bem como do litoral atlântico adjacente, desde, pelo menos, 3700-3500 a. C. na desembocadura do Rio Pará e 700-1000 a. C. no nordeste.

Para Brochado (1989, p. 70), os conjuntos cerâmicos do Estrato I foram copiados de um grupo étnico para outro e modificados conforme as necessidades de cada um. Grosso modo, percebe-se que, na proposta deste pesquisador, os povos Jê meridionais seriam herdeiros da Tradição Pedra do Caboclo.

Apesar de possuir um caráter difusionista, deve-se destacar que a proposta de Brochado (1989) apresenta o processo de mudança no padrão da cerâmica segundo dinâmicas culturais dos grupos envolvidos, diferentemente da ênfase degeneracionista que era colocada até então. Ademais, uma grande contribuição do modelo deste pesquisador diz respeito à forma como foi concebido, a partir de uma abordagem interdisciplinar.

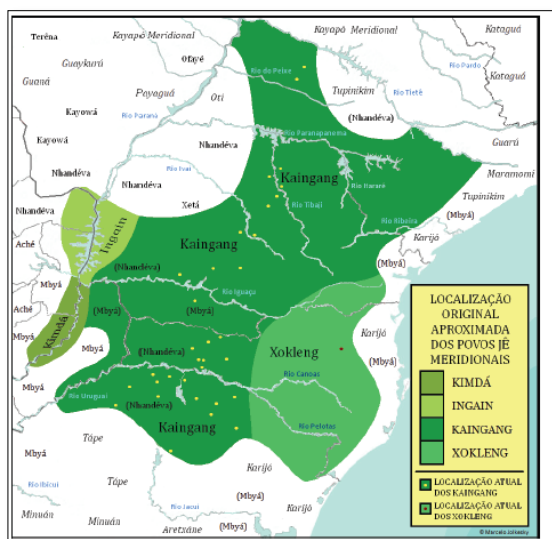
A categoria Jê meridional utilizada nesta pesquisa deriva de um enfoque semelhante. Noelli e Silva (1996), sob um viés etnoarqueológico, congregaram dados arqueológicos, etnohistóricos, etnográficos e da linguística histórica, que viabilizam o uso da analogia histórica para interpretações de determinados contextos arqueológicos enquanto ocupações levadas a cabo por grupos ascendentes dos Kaingáng e Xokleng.

Através da linguística histórica, Urban (1992, p. 90) aponta que a família Jê teria se separado por volta de 3000 anos atrás em algum ponto do planalto central brasileiro. A partir daí, Kaingáng e Xokleng teriam migrado em direção ao Brasil Meridional. Wiesemann (1978, p. 215), sem especificar uma cronologia, acredita que as línguas Kaingáng e Xokleng teriam se separado há muito tempo.

As relações entre as línguas Jê, no âmbito do tronco linguístico Macro-Jê, mostram que o Kaingáng estaria mais próximo ao conjunto Akwén (Xakriabá, Xavante e Xerente) e Apinayé; enquanto que o Xokleng estaria incluído no grupo das línguas Kayapó, Timbira, Kren-Akarôre e Suyá (NOELLI, 1999, p. 292).

Em estudo recente, Jolkesky (2010), por meio do uso de métodos reconstitutivos da linguística histórica, apresentou uma nova classificação do conjunto “proto-Jê meridional”⁸ em duas categorias: uma ocidental, composta pelas línguas Ingain e Kimdá – atualmente extintas; e outra oriental, composta por Kaingang e Xokleng – (Ver Figura 5). Assim, a partir de fontes etnohistóricas, apontou a existência de outros dois povos falantes de língua Jê que não haviam sido mencionados em classificações anteriores. Entretanto, deve-se considerar que, pelo menos o povo Ingain, já havia sido percebido anteriormente, conforme o mapa etnohistórico de Nimuendaju (1944).

Figura 5 - Mapa com a distribuição dos povos Jê meridionais no sul do Brasil e no noroeste da Argentina.



Fonte: Jolkesky (2010, p. 17).

⁸ O pesquisador não define o que entende por “proto-Jê meridional”, entretanto, ao longo do texto subentende-se que ele refere de uma maneira genérica a uma suposta língua geral da qual as demais já conhecidas (Ingain, Kinda, Kaingang e Xokleng) derivariam: “(...) quando não se tem registros históricos da língua-mãe, a linguística vale-se de ferramentas objetivando recriá-la, e a língua-mãe, hipoteticamente reconstruída a partir da observação sincrônica comparativa de línguas-irmãs (...) denomina-se proto-língua” (JOLKESKY, 2010, p. 23).

Ademais, através da utilização de métodos da glotocronologia, Jolkesky (2010, p. 269) estima que a fissão entre os grupos ocidental e oriental tenha ocorrido, aproximadamente, em 840 d. C; enquanto que a separação entre as línguas Kaingáng e Xokleng teria ocorrido por volta de 1390 d. C. Assim, “mesmo que nenhum método glotocronológico seja amplamente considerado ‘plausível’” (*idem*) para o autor “os dados obtidos (...) parecem condizer com a realidade, pois a imensa semelhança entre os léxicos Ka e Xo (...) seguramente aponta para uma cisão ocorrida a menos de 1000 anos a partir do presente” (*ibidem*, p. 270).

Para Noelli (2004, p. 24) grupos Kaingáng e Xokleng colonizaram o sul brasileiro com suas línguas consolidadas. Outro dado importante neste sentido, do qual faz uso o autor, provém de análises biológicas, as quais atestam que os dois povos possuem características diferentes. Estudos etnográficos corroboram tal assertiva, mostrando que existem diferenças culturais entre estes dois povos, ainda que mantenham características semelhantes, por exemplo, quanto aos seus sistemas sociais.

Conforme pontua Noelli (*ibidem*, p. 26-27), a distinção entre antigas ocupações de grupos Kaingáng e Xokleng ainda não é percebida no registro arqueológico. Análises acerca do processo de produção da cerâmica mostram que é possível falar de uma continuidade histórica entre elementos que definem uma tecnologia e dados etnográficos e históricos associados aos povos Jê meridionais de um modo geral, sem, no entanto, ser possível diferenciá-los por meio desta evidência. Portanto, tendo em vista a dificuldade em se identificar quais elementos materiais perceptíveis no registro arqueológico estão associados aos Kaingang ou aos Xokleng, Noelli (1999; 2004) adota o rótulo Jê do Sul ou Jê meridional.

Contudo, deve-se ressaltar que tal nomenclatura não é consensual. Silva (2001), por exemplo, adota a categoria “Proto-Jê meridional” para se referir aos ancestrais dos povos Kaingáng e Xokleng. Conforme o autor, “quando escrever Proto-Jê meridionais, estarei sempre me referindo a grupos populacionais locais com tradição tecnológica e cultural comum, e não a protolínguas ou línguas” (p. 12). Ademais, acrescenta que:

A vantagem em usar o termo Proto-Jê meridional (ou proto-Kaingang ou Proto-Xokleng), ao invés de “grupos ligados às tradições ceramistas planálticas Taquara, Itararé e Casa de

Pedra” ou, mesmo, “Jê meridional pré-histórico ou pré-colonial”, reside no fato de não romper o processo histórico-cultural contínuo que desembocou nas sociedades Kaingang e Xokleng, o que implicitamente acontece se for usado o prefixo **pré** (pré-histórico, pré-colonial, pré-contato), denotando-se, assim, uma ruptura de um processo que cultural e historicamente foi contínuo. (p. 13).

De antemão, devemos enaltecer a preocupação do pesquisador em não desvincular o presente etnográfico do passado arqueológico. Contudo, a adoção do prefixo “proto”, tal qual ele propõe, acaba por incorrer exatamente no problema que ele pretende evitar, pois estabelece uma ruptura entre passado e o presente. Neste sentido, retomando a citação de Cavalcante (2011, p. 365), no âmbito da descolonização do discurso histórico não podemos deixar de considerar que o próprio modo pelo qual nos referimos ao passado carrega algo de colonialista.

Conforme exposto no capítulo anterior, acreditamos, a partir de aspectos teóricos apresentados por Braudel ([1958] 2009) e Sahlins ([1985] 1999), que devemos nos esforçar no sentido de compreender o plano de continuidades e discontinuidades na trajetória histórica dos Povos Jê meridionais a fim de evidenciar as suas historicidades. Além de dar visibilidade as mudanças culturais desencadeadas pelo contato com europeus, há que se compreendê-las e ressaltar as permanências.

Ademais, ter em mente que, ao longo das suas histórias, estes povos têm estabelecido contato com grupos de outras matrizes culturais constantemente. Se tomarmos referenciais cronológicos e espaciais para sítios associados à ocupação caçadora-coletores (DIAS; JACOBUS, 2003) e à ocupação Guarani (BONOMO *et al*, 2015), percebemos a existência de sincronia entre estas e a ocupação Jê meridional.

Portanto, pensamos que as transformações culturais não devem ser analisadas somente para o que remete ao contato com europeus, mas sim considerando o outro de um modo geral (incluindo-se grupos culturais diversos), o contexto em que tal contato está inserido e sem desconsiderar a agência dos grupos Jê meridionais.

Deste modo, nos parece que o foco dos estudos interdisciplinares que versem sobre os povos Jê meridionais, tal qual proposto por Noelli e Silva (1996), devem ser dirigidos no sentido de entender a dinâmica histórica destes grupos sob uma perspectiva de longa duração. Para além

de questões teóricas, este posicionamento tem implicações práticas no contexto atual para estes povos.

2.2. EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS ASSOCIADAS AOS GRUPOS JÊ MERIDIONAIS

Conforme apresentado anteriormente, há uma proposta que reúne dados de diversas áreas a fim de construir uma história Jê meridional com ampla profundidade temporal. No que remete, especificamente, as fontes reveladas por meio da pesquisa em Arqueologia, são duas as principais evidências materiais que sustentam a construção de uma analogia entre o passado e o presente dos povos Jê meridionais, considerando-se a área de ocorrência destes elementos: a cerâmica e as estruturas subterrâneas. Ademais, tem sido discutida a relação estabelecida entre a expansão da Mata de Araucárias e a ocupações Jê meridionais (BEHLING *et al*, 2004; COPÉ, 2006, 2012; IRIARTE; BEHLING, 2007; CORTELETTI, 2012; REIS *et al*, 2014).

Acerca da cerâmica, os primeiros registros remetem ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), desenvolvido entre 1965-1970. Sob uma perspectiva histórico-cultural⁹, alicerçada na proposta taxonômica de Willey e Phillips (1954) para classificar o registro arqueológico em fases¹⁰ e tradições¹¹ culturais¹², três tradições

⁹ Fazendo uso do conceito de cultura arqueológica, que remete a identificação de determinados tipos de artefatos em associação a sua distribuição espacial e temporal (CHILDE, 1969, p. 58-61), a abordagem histórico-cultural postulava o reconhecimento de grupos étnicos na cultura material a partir da observação da incidência de conjuntos de traços. As variações observadas no registro arqueológico eram utilizadas como parâmetro para diferenciar grupos étnicos (LIMA, 2011, p. 13). Subjacente aos critérios utilizados para a identificação de grupos étnicos, a partir da cultura material, está enraizada uma noção estática acerca do conceito de cultura. Por meio da comparação entre dados arqueológicos e informações históricas, esta corrente teórica preconiza o uso da analogia direta para identificação de grupos étnicos. A explicação para as relações históricas entre os diversos grupos culturais, identificados por meio dos conjuntos arqueológicos diferenciados, embasa-se, sob um enfoque evolucionista, em processos de difusão e migração.

¹⁰ Conceito básico cultural-espacial-temporal. É caracterizada como um complexo cultural que apresenta um conjunto de traços que ocorrem em uma unidade limitada espacialmente a uma localidade ou região, com curta duração temporal (WILLEY; PHILLIPS, 1954, p. 277).

cerâmicas relacionadas aos Jê meridionais foram definidas para o sul do país: Taquara, Itararé e Casa de Pedra.

Definida inicialmente como uma fase por Miller (1967), a Tradição Taquara é caracterizada pela cerâmica diferente da tupi-guarani, evidenciada em áreas do planalto e das encostas, sendo que na primeira estaria associada aos sítios localizados em campo aberto e às estruturas subterrâneas; na segunda aos sítios situados em pequenas elevações. Conforme Beber (2004, p. 45) “a cerâmica associada é pequena, com vasilhas de não mais que 40cm de altura; a decoração plástica, em muitos casos, é composta pela impressão de cestaria, unhas ou outros artefatos”.

A Tradição Itararé foi identificada por Chmyz (1967b) a partir das características do material cerâmico evidenciado em sítios arqueológicos superficiais localizados nos vales dos Rios Itararé e Paranapanema, no Paraná. Segundo Beber (2004, p. 66) “a cerâmica é definida como pequena, de paredes finas, sem decoração ou restringindo-se a um engobo vermelho ou cinza e preto. Em alguns casos apresenta decoração plástica, que em poucas situações ultrapassa os 10% do total, caracterizando-se como ungulados, ponteados, incisos, carimbados”.

A Tradição Casa de Pedra foi identificada por Chmyz (1967a) a partir das características do material cerâmico evidenciado em um abrigo sob rochas localizado no vale do Rio Vermelho, no Paraná.

Além da área de ocorrência, as três distinguem-se por apresentarem características formais, técnicas de produção e acabamento de superfície, diferenciados. Entretanto, desde meados da década de 1980, foram formuladas propostas no sentido de se associar as três tradições a uma só, entendendo que elas apresentam características semelhantes e que as variantes observadas remetem a variações associadas a adaptações dos grupos que as produziam em ambientes distintos (NOELLI, 1996, p. 8).

¹¹ Definida como uma continuidade cultural-espacial-temporal em grande escala. É caracterizada por configurações persistentes de tecnologias simples ou da cultura (arqueológica) total e que ocupa um grande intervalo de tempo e um espaço variável, mas ambientalmente significativo. (*ibidem*, p. 280)

¹² Há que se considerar, conforme aponta Dias (2007), que a aplicação da proposta metodológica de Willey e Phillips (1954) descolada do corpo teórico que a acompanhava, levou os arqueólogos que atuaram no sul do Brasil entre as décadas de 1960 e 1980 a adotar a classificação do registro arqueológico em tradições e fases enquanto última finalidade.

Neste sentido, Prous (1992, p. 312-333) desconsidera os dados acerca da tradição Casa de Pedra e apresenta as outras duas tradições enquanto uma só, denominada de Taquara/Itararé.

Em um resumo das características da cerâmica Taquara/Itararé, Farias e Schmitz (2013) dizem que:

O vasilhame característico se compõe de tigelas e potes, predominantemente com capacidades entre menos de um e maio de três litros, confeccionados com roletes em espiral ou sobrepostos, modelados com a mão, ou paleteados, queimados em ambiente oxidante ou redutor, as vezes ainda enegrecidos intencionalmente e brunidos. A pasta contém, preferencialmente, componentes minerais, mas, regionalmente, também aparecem elementos vegetais e animais. No acabamento externo predomina o alisado; a decoração plástica, usando ponteados, ungulados, incisos e impressos, varia regionalmente na disposição e na frequência; pintura ou banho vermelho são raros; brunido é mais comum no conjunto identificado como (sub) Tradição Itararé (p. 114).

De um modo geral, segundo Fossari (2004), os povos Jê:

(...) fabricavam recipientes em formas esféricas e de tamanhos pequenos, cujos diâmetros variavam entre 12 a 20cm e, em geral, eram mais altos do que largos; de coloração variando entre o laranja e o cinza-escuro ou mesmo preto; sendo que, raramente os decoravam, dando apenas um acabamento que consistia no alisamento das paredes dos mesmos (p. 84-85).

Noelli (1999/2000) acrescenta que:

As coleções mais completas revelam que a maioria das vasilhas possui tamanhos pequenos (até 1 litro) e médios (até 5-6 litros), revelando que a cerâmica Jê do Sul era dividida entre pratos e diferentes tipos de panelas, caçarolas, tostadores e para outras funções. Os maiores (até 60 litros) ocorrem em menor proporção, tendo sido utilizados como panelas de cozinha e como talhas

para preparar e servir o kifé, uma bebida fermentada alcoólica à base de mel e milho usada em beberagens coletivas “profanas”. Também teriam a mesma função para outra bebida fermentada alcoólica chamada kiki, consumida na festa anual em homenagem aos mortos (p. 243).

Sob uma perspectiva etnohistórica, a partir da compilação de dados bibliográficos acerca da produção cerâmica por povos Kaingáng e Xokleng, Silva (2000, p. 70) aponta que os estilos tecnológicos inerentes a esse processo são muito semelhantes. Deste modo, há dificuldade em se diferenciar especificidades das cerâmicas produzidas por cada um destes povos Jê meridionais.

No entanto, como ressalta a pesquisadora (*ibidem*, p. 75), deve-se investir, também, no estudo de aspectos formais e na realização de análises arqueométricas a fim de contribuir para esta discussão.

Em um esforço de sintetizar as diferentes formas de compreender a origem destes vestígios, Corteletti (2012, p. 19-24) identifica três correntes interpretativas: evolucionista, difusionista e migracionista.

A primeira remete a uma proposta que compreendia que a cerâmica foi desenvolvida localmente, como uma forma de progresso tecnológico de populações caçadoras-coletoras. Neste sentido, conforme afirma Noelli (1999/2000, p. 240), em um dos maiores equívocos de interpretação da arqueologia sul-brasileira, no âmbito do PRONAPA postulou-se que as três tradições cerâmicas seriam uma evolução regional que culminou na neolitização da Tradição Humaitá.

A segunda diz respeito à proposta de Brochado (1989) – exposta no item anterior -, a qual propõe a dispersão da cerâmica e da agricultura desde o centro amazônico. Assim, os grupos de caçadores-coletores teriam adotado a produção cerâmica através do contato com ceramistas.

A terceira é representada pela proposta de Noelli (1999) que, sob um enfoque interdisciplinar, infere a origem e rotas de dispersão de povos Jê do planalto central até o sul do país, desde 3000 anos A. P.

Quanto às estruturas subterrâneas, depressões no solo em formato de calota de esfera, estas começaram a ser registradas no início da década de 1960, quando da observação de Alan Bryan da ocorrência de uma destas evidências em Caxias do Sul, no nordeste do Rio Grande do Sul. No município, arqueólogos realizaram as primeiras escavações neste tipo de sítio, onde, dentre os artefatos evidenciados, encontraram cerâmica da tradição Taquara.

A partir deste estudo, vários outros registros deste tipo de ocorrência foram efetuados na região sul do Brasil. Em Santa Catarina, Reis ([1979] 2007) apresentou os resultados do primeiro levantamento sistemático de sítios com tal morfologia no planalto catarinense e forneceu as bases das informações acerca das características ambientais dos locais onde ocorre tal evidência.

Daí em diante, tomou-se conhecimento acerca da variabilidade das características morfológicas das estruturas subterrâneas, as quais podem ser evidenciadas isoladas, geminadas ou em conjuntos de até 107 unidades¹³; em formato circular - com diâmetro de até 20m – ou elipsoidal – com eixo maior de até 17m – e profundidade de até 11m. No seu interior podem ser encontrados artefatos líticos (lascados e polidos) e/ou material cerâmico.

Atualmente, sabe-se que as depressões no solo podem estar associadas espacialmente a outros tipos de sítios, tais como: aterros, galerias subterrâneas, estruturas anelares, abrigos sob rochas e sítios a céu aberto.

Corteletti (2012, p. 41), por exemplo, identifica quatro categorias de sítios associados à ocupação Jê meridional na área do Alto Canoas: sítios com engenharia de terra (montículos, “estruturas semisubterrâneas” com e sem montículos, e estruturas anelares com e sem montículos), sítios superficiais (à céu aberto), sítios com petroglifos (sítios com arte rupestre) e sítios em substrato rochoso (grutas, abrigos sob rocha, amoladores polidores fixos e galerias subterrâneas).

Sobre a área de ocorrência, no Brasil, a maior parte dos registros de estruturas subterrâneas foi efetuado em áreas altas (acima de 400m)¹⁴; em topos ou encostas de morros; situadas a até 1000m de pequenos cursos d’água; em áreas de Mata de Araucária e de Mata Atlântica; principalmente nos três estados sulinos – mas existem ocorrências em São Paulo e no sul de Minas Gerais.

As datações obtidas para amostras provenientes de contextos que apresentam estruturas subterrâneas situam a ocupação destes espaços entre 1400 A. P. e 100 A. P – existem datas mais recuadas, porém problemáticas quanto ao contexto em que foram coletadas (SCHMITZ; NOVASCO, 2013, p. 36). A maior incidência de datas remete ao período compreendido entre 1200 A. P. e 400 A. P.

¹³ Cf. Schmitz, 2014.

¹⁴ Entretanto, existem registros de estruturas subterrâneas em quatro municípios do litoral catarinense (Florianópolis, Jaguaruna, Joinville e Palhoça), em áreas de menor altimetria (cf. REIS, 2011).

A partir de dados obtidos em contextos localizados no Rio Grande do Sul, Beber (2004, p. 218-224) evidencia que há uma recorrência de estruturas subterrâneas sendo ocupadas sincronicamente aos pares em diferentes sítios que contém mais de uma unidade. Deste modo, mostra que a ocupação de todas as estruturas subterrâneas de um mesmo sítio não é contemporânea, aliás, pelo contrário:

A partir desses dados podemos perceber que os sítios são compostos pela justaposição de casas subterrâneas. Essa justaposição ocorre tanto sincronicamente, com casas sendo ocupadas aos pares, como diacronicamente, com casas sendo reocupadas e/ou novas sendo construídas. Desta forma, os sítios com um grande conjunto de estruturas estão indicando muito mais uma persistência temporal no espaço, do que uma aldeia com várias casas (BEBER, 2004, p. 224).

Situação semelhante pode ser percebida por meio dos dados apresentados por Schmitz (2014) para as pesquisas realizadas em São José do Cerrito, em Santa Catarina. No sítio SC-CL-45, duas estruturas subterrâneas apresentam datas contemporâneas – entre 1500 e 1600 d. C. Considerado a ocupação dos sítios SC-CL-70 e SC-CL-71, Schmitz e Rogge (2013) mostram a contemporaneidade da ocupação de até cinco depressões diferentes. Corteletti (2012, p. 70) atestou a contemporaneidade de duas estruturas subterrâneas geminadas no sítio Bonin, em Urubici.

Além disso, conforme pontua Schmitz (2014, p. 18), há informações sobre a reocupação de uma mesma estrutura subterrânea por duas, três ou até cinco vezes – situação identificada em uma concavidade arqueológica da ocupação nos sítios SC-CL-70 e SC-CL-71.

No Anexo I constam datações de diversos contextos relacionadas à ocupação Jê meridional em Santa Catarina, dados compilados originalmente por Schmitz e Rogge (2011, p. 195-196) e atualizados com informações posteriores a esta publicação (CORTELETTI, 2012; FARIAS; SCHMITZ, 2013; SCHMITZ, 2014).

Em 1991, Schmitz e Becker (2006)¹⁵, a partir dos estudos sistemáticos realizados até então em sítios compostos por estruturas

¹⁵ A publicação original foi lançada em 1991, faz-se uso da segunda edição, de 2006.

subterrâneas e nos quais foi evidenciada a cerâmica da Tradição Taquara, apresentaram um primeiro exercício de analogia com dados etnohistóricos para interpretar o contexto arqueológico. Os dados utilizados pelos autores remetem a pesquisas efetuadas no Rio Grande do Sul, principalmente no norte do estado, onde existem áreas ocupadas tradicionalmente por uma população indígena: Kaingáng. Os dados etnohistóricos, especialmente o relato do engenheiro Mabilde (1985)¹⁶, consubstanciaram a associação proposta pelos autores.

Fez-se, assim, uma analogia direta com os grupos que historicamente ocuparam o local. Entretanto, apesar dos dados sugerirem a ocupação destes espaços pelos Kaingáng, não existem dados confiáveis que atestem que este povo fazia uso de depressões no solo enquanto moradia. Apesar de existirem relatos etnohistóricos que indiquem que grupos indígenas faziam uso de tais concavidades nos primeiros séculos da invasão europeia, nenhum deles se refere especificamente aos Kaingáng¹⁷. A única correlação neste sentido se dá por meio do relato seiscentista de Sousa (1971)¹⁸, o qual menciona que este tipo de feição era utilizada por grupos Guayanã do interior de São Paulo, os quais Ihering (1904) identifica como sendo Kaingáng.

Trabalhando especificamente com interpretações relacionadas a contextos que engendram “estruturas semi-subterrâneas”, segundo nomenclatura preconizada pela autora, Copé (2006) realiza uma ampla revisão sobre as influências teóricas utilizadas como fundamento para as interpretações destes contextos arqueológicos. Visando compreender a relação estabelecida entre pessoas e ambiente, a pesquisadora identificou três narrativas distintas embasadas em concepções distintas de arqueologia espacial que vem norteando as reflexões dos arqueólogos.

A primeira narrativa, evidenciada em publicações desde os anos de 1960 e 1970, quando a arqueologia brasileira era orientada, principalmente, pelas diretrizes pronapianas, foi produzida a partir de uma perspectiva histórico-cultural.

¹⁶ Pierre F. A. B. Mabilde, engenheiro belga que teria vivido entre os Coroados – chamados assim devido ao formato do corte de cabelo; atualmente identificados como Kaingáng – entre 1836 e 1866.

¹⁷ Conforme mostra Mota (2004), somente em meados do século XIX que a nomenclatura Kaingang foi introduzida na literatura.

¹⁸ Trata-se do Tratado Descritivo do Brasil em 1587, de autoria de Gabriel Soares de Sousa, editado e publicado posteriormente.

Para Copé (2006), esta narrativa reflete sobre o modo pelo qual o homem se adaptou ao meio ambiente que o circunda, concebendo que o desenvolvimento da técnica de construção de “casas” e de galerias subterrâneas se relaciona a necessidade de uma proteção frente às baixas temperaturas das terras altas planálticas. Investiga-se, prioritariamente, a arquitetura destas construções sob uma perspectiva intra-sítio a fim de perceber as variações nesta escala.

Neste contexto, acredita-se que os grupos que ocuparam as estruturas subterrâneas deveriam prover sua subsistência lançando mão da caça, coleta, e, eventualmente, agricultura. A partir da constatação da existência de vestígios cerâmicos com características semelhantes no planalto e na costa, vislumbra-se uma exploração sazonal dos recursos destas áreas em um calendário anual ou estacional.

A segunda narrativa, orientada por uma perspectiva processualista¹⁹, posiciona-se de uma forma mais crítica no que diz

¹⁹ No âmbito do processualismo, Binford (1962) argumenta que o pensamento arqueológico deve ser dirigido no sentido de se compreender as semelhanças e as diferenças observadas no registro arqueológico – a variabilidade – de um ponto de vista sistêmico, permitindo, assim, explicar as mudanças e os processos culturais. Binford (1962) faz uso do conceito de cultura enquanto um meio extrassomático de adaptação do organismo humano e, neste sentido, preconiza que seja utilizada uma perspectiva sistêmica para se compreender a forma pela qual os grupos do passado relacionavam-se com o meio ambiente. Entende que o sistema cultural é homeostático, portanto, existem mecanismos de autorregulação cuja função é assegurar o seu equilíbrio. Deste modo, os estímulos externos (ambientais) que afetam o sistema demandam transformações em subsistemas, o que, por sua vez, acarreta em mudanças no todo, ou seja, mudanças culturais. A abordagem sistêmica norteia tanto as análises da cultura material, as quais devem focar no estudo das características tecnológicas e funcionais dos artefatos visando avaliar variáveis relacionadas, prioritariamente, ao grau de eficiência de exploração do meio ambiente e aos aspectos relacionados à organização social; quanto às inferências acerca do modo pelo qual os sítios arqueológicos estão articulados, tendo em vista a compreensão do modo pelo qual grupos do passado estabeleceram-se na paisagem (BINFORD, 1962; 1991). O pensamento processual postula que as semelhanças e as diferenças entre os complexos arqueológicos podem ser explicadas a partir do conhecimento atual sobre as características estruturais e funcionais dos sistemas. Parte-se de princípios uniformitaristas, ou seja, acredita-se que os processos atuais são similares aos que ocorreram no passado. Assim, Binford (1991) utiliza a analogia indireta como ferramenta interpretativa – neste caso comparando contextos arqueológicos e etnográficos relacionados a grupos de caçadores-coletores. Neste sentido, Stark (1998, p. 3) pontua que

respeito à análise do ambiente do planalto meridional, postulando a percepção de uma “relação dialética e de causalidade recíproca entre o ambiente e o sistema cultural” (COPÉ, 2006, p. 116).

No âmbito desta linha de interpretação, conforme explana Copé (2006), para além das análises intra-sítio, as pesquisas passaram abordar os contextos em uma perspectiva regional, adotando a elaboração de mapas de distribuição da cultura material e reflexões acerca de padrões de assentamento.

Segundo Copé (2006), a pesquisa desenvolvida por Reis ([1979] 2007) se enquadra nesta forma de pensar, pois a pesquisadora produziu um vasto levantamento das características morfológicas das estruturas subterrâneas, bem como da implantação ambiental destas evidências, e, a partir de informações históricas, inferiu possíveis funções para cada tipo de construção. Deste modo, mostrou que as concavidades arqueológicas, conforme o contexto, poderiam ser compreendidas enquanto espaços habitacionais, cerimoniais ou de estocagem de alimentos. Ademais, sugeriu que localização das estruturas subterrâneas, em topo ou encosta de morro, poderia estar vinculada tanto à proteção contra o alagamento das concavidades e a defesa do território, quanto à maior visibilidade a partir destes pontos.

A terceira narrativa, que assume uma postura pós-processual, é onde Copé (2006) insere as pesquisas que desenvolve no planalto meridional gaúcho a partir da Arqueologia da Paisagem aplicada sob um enfoque contextual. Para tanto, postula que a paisagem é “constituída por significados e pelas ações sociais dos indivíduos que nela habitam” (*idem*, p. 120) e que o “espaço é um meio para a ação, sendo socialmente construído” (*idem*).

Considerando os dados produzidos em pesquisas arqueológicas e ecológicas desenvolvidas nas terras planálticas, Copé (2006) infere que grupos humanos associados a estes contextos ocuparam inicialmente as áreas baixas cobertas por florestas. Em concomitância com a expansão desta vegetação em direção as terras altas, os grupos humanos domesticaram e construíram social este ambiente.

Estudos desenvolvidos por ecólogos na porção meridional do planalto brasileiro a fim de entender a dinâmica do fogo, da vegetação e do clima, a partir de amostras de carvão e pólen (BEHLING *et al.*, 2004), vem mostrando que a expansão da floresta de araucárias a partir de núcleos pioneiros coincide com as áreas ocupadas por povos Jê em

muitos arqueólogos processualistas acreditam que o padrão do registro arqueológico pode não ser equivalente aos grupos étnicos do passado.

períodos mais remotos (IRIARTE; BEHLING, 2007; COPÉ, 2012; REIS *et al*, 2014).

Por volta de 4500 A. P., inicia-se o processo de expansão das matas de araucária a partir das florestas de galeria ao longo dos rios devido ao aumento progressivo da umidade no sul do Brasil. Ademais, entre 1410 e 910 AP o clima tornou-se ainda mais úmido, situação que teria implicado na expansão das florestas de araucárias sobre as áreas de campo do planalto meridional (IRIARTE; BEHLING, 2007, p. 117).

Conforme Behling *et al* (2004)

This event was dated to c. 1100 cal. yr BP, in Cambara do Sul, 990 cal. yr BP in São Francisco de Paula in Rio Grande do Sul, 900 cal. yr BP in Morro da Igreja and Serra do Rio Rastro in Santa Catarina and at c. 1440 cal. yr BP in the Serra Campos Gerais, Parana State (p. 119).

A partir da percepção da coincidência de datas entre a expansão da floresta de araucárias e os sítios mais antigos com cerâmica da Tradição Taquara/Itararé, considerando ainda informações etnohistóricas e etnográficas acerca da importância desta vegetação para grupos Kaingáng e Xokleng, Iriarte e Behling (2007, p. 121) inferem que há uma migração de grupos Jê meridionais para áreas do planalto onde há maior concentração de produção de sementes de araucárias.

Para além da *Araucária angustifolia* (Pinheiro-do-Paraná), na Mata de Araucárias há grande representatividade de outras espécies, tais como *Podocarpus Lambertini* (Pinheiro-Bravo), *Ilex paraguayensis* (Erva-mate), *Drymis brasiliensis* (Casca-de-anta), *Symplocos uniflora* (Pau-de-canga / Sete-sangrias) e *Mimosa scabrella* (Bracatinga), além de outras das famílias Myrtaceae e Lauraceae (*idem*, p. 116).

Há que se ter em mente, ainda, que existem variedades de *Araucária angustifolia* que produzem em períodos distintos do ano. Conforme demonstra Corteletti (2012, p. 173) existem diferentes variedades que se tomadas em conjunto oferecem sementes ao longo de 11 meses de um mesmo ano.

Segundo apontam Iriarte e Behling (2007, p. 122-124), historicamente sabe-se que o pinhão, fruto da araucária, possui papel de destaque na dieta de grupos de matriz cultural Jê. Contudo, mais do que isso, deve-se considerar que a Mata de Araucárias consiste em uma fonte de madeira, bem como uma área de caça– pois a fauna também é

atraída pela variedade de frutos que compõe essa formação vegetal –, para estes grupos humanos.

Ademais, conforme aponta Mabilde (1983, p. 126-127), os Kaingang delimitavam seus territórios grupais por meio de pinheirais. Símbolos gravados nos troncos das araucárias sinalizavam a área de domínio de cada cacique. Deste modo, percebe-se a importância da floresta de araucárias para territorialidade deste povo.

Reis *et al* (2014) elencam quatro características da *Araucária angustifolia* como chave para compreender o desenvolvimento integrado entre grupos humanos e floresta: alta produtividade de sementes, considerado um atrativo para alimentação e caça; adaptabilidade a diferentes ambientes; regeneração em ambientes abertos; dispersão por ação da gravidade. Para os autores, o conhecimento destas características por parte dos grupos indígenas resultou em um manejo da paisagem.

Especificamente no município de São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul, verificou-se que, a partir de 1060 AP, há um aumento da vegetação arbustiva e de árvores ao mesmo tempo em que ocorre um acréscimo no número de incêndios associados à expansão das Matas de Araucárias (COPÉ, 2012).

Para Iriarte e Behling (2007, p. 124), a expansão das florestas de araucárias sobre a vegetação de campo e o aumento de incêndios nestas áreas em um período onde o clima tornava-se progressivamente mais úmido, evidenciam que há um elemento humano que orienta esta transformação da paisagem. Tal componente pode ser compreendida como a agricultura de coivara ou de toco – “*slash-and-burn agriculture*”.

Ademais, os dados paleobotânicos consorciados às datações obtidas para sítios relacionados aos grupos Jê meridionais sugerem a possibilidade da existência de registro arqueológico nas áreas baixas com data mais antiga às documentadas até então para estas ocupações. Deste modo, o processo de migração sentido planalto teria sido precedido por uma fase de ocupação de espaços em baixa altitude. Uma vez estabelecidos no planalto, os grupos associados à cerâmica da Tradição Taquara/Itararé teriam lançado mão de uma economia mista, combinando a coleta das sementes de araucária com a agricultura de coivara em áreas mais baixas (IRIARTE; BEHLING, 2007, p. 124).

Tais dados, consorciados com a pesquisa arqueológica de contextos diversos, sustentam argumentos, como o de Copé (2006), que infere que os Povos Jê construíram socialmente o ambiente em que estavam inseridos.

Assim, além das informações oriundas de estudos ecológicos, dados arqueobotânicos obtidos através da análise de materiais coletados em contextos do planalto, viabilizam novas perspectivas para a compreensão do manejo ambiental por grupos Jê meridionais.

Neste sentido, existe a possibilidade de verificar a existência de sistemas de manejo do ambiente de forma semelhante a outros contextos, conforme já havia sugerido Noelli (1999/2000, p. 245-246), como entre os Kayapó (POSEY, 2008) e os Ka'apor (BALEÉ, 1994). Estas pesquisas, cada uma com as suas especificidades contextuais, mostram como são complexas as relações estabelecidas entre as populações nativas e o ambiente e como é difícil estabelecer fronteiras entre o que é antrópico e o que natural. Ademais, acrescentam um componente fundamental e indispensável para o estudo do passado e do presente de populações indígenas por meio do registro arqueológico: o manejo e as suas implicações para a compreensão das dinâmicas territoriais.

2.3. CONTEXTO JÊ MERIDIONAL EM SANTA CATARINA

Mediante o exposto anteriormente, evidencia-se que desde meados da década de noventa existe uma proposta concreta, baseada em uma abordagem interdisciplinar, que associa a ocupação humana de determinados contextos arqueológicos aos antepassados dos Kaingáng e Xokleng. Pesquisas arqueológicas recentes levadas a cabo em diferentes compartimentações topográficas do estado de Santa Catarina vêm identificando a ocupação de determinados contextos arqueológicos com grupos Jê meridionais.

Neste sentido, a fim de ilustrar a diversidade das analogias efetuadas e a diversidade dos contextos Jê meridionais registrados em Santa Catarina, serão apresentados dados oriundos de estudos desenvolvidos no planalto (DE MASI, 2006; SCHMITZ; ROGGE, 2011; CORTELETTI, 2012), na encosta da serra (SCHMITZ *et al*, 2009; FARIAS, 2005; CLAUDINO, 2011) e na faixa litorânea (FOSSARI, 2004; SCHMITZ *et al*, 1996).

De Masi (2006), analisando a ocupação pré-colonial do baixo Rio Canoas, engloba em um mesmo sistema de assentamento tipos variados de sítios aos quais são atribuídas funções de acordo com a variabilidade do registro arqueológico. A presença de cerâmica característica dos grupos Jê meridionais e de estruturas subterrâneas, bem como as informações etnohistóricas compiladas acerca da ocupação histórica da área, levaram o pesquisador a identificar a ocupação do local com os

antepassados dos Xokleng. Outro dado que consubstancia a analogia feita pelo pesquisador diz respeito às evidências de cremação encontradas em contexto e as informações escritas acerca da realização desta prática por grupos Xokleng históricos.

A partir da análise de isótopos estáveis provenientes de amostras retiradas de resíduos do fundo de recipientes cerâmicos, De Masi (2006, p. 47-49) acredita que a população que viveu preteritamente no local em estudo possuiria um assentamento estável onde fazia uso da horticultura ligada ao cultivo de milho e de legumes. A presença de pontas de projétil sugere a realização da caça, enquanto que o entendimento de que as estruturas subterrâneas seriam silos indica a coleta.

Assim, o pesquisador inferiu que o assentamento dos grupos ascendentes dos Xokleng que teriam vivido no local envolveria espaços destinados: à residência (sítios cerâmicos a céu aberto), a estocagem de alimentos (estruturas subterrâneas), ao cultivo de plantas (sítios líticos a céu aberto com grandes bifaces), aos preparativos para caça (sítios líticos á céu aberto com pequenos bifaces) e a atividades cerimoniais (estruturas anelares) e/ou funerárias (estruturas anelares com montículos).

Entretanto, conforme as datações apresentadas pelo pesquisador, este modelo de assentamento proposto somente se confirmaria a partir de 1200 A. D., quando se comprova a contemporaneidade de datas de sítios cerâmicos a céu aberto, estruturas subterrâneas e estruturas anelares – excetuando-se os dois tipos de sítios líticos que não foram datados. Considerados isoladamente, os sítios cerâmicos e as estruturas subterrâneas forneceram as datas mais recuadas: para os primeiros, duas amostras pressupõe um recuo temporal muito grande para esta categoria de sítios - 2860 a. C. (SC-AB-101) e 790 a. C. (SC-AG-19) -, sendo mais confiáveis as amostras com datas de 1420 A. D. (SC-AB-48) e 1650 A. D. (SC-AB-92); para os segundos, a data mais recuada remete a 690 d. C (SC-AB-96B). É interessante notar que foram encontradas estruturas subterrâneas contendo: apenas lascas líticas; cerâmica e lascas líticas; apenas cerâmica; apenas carvão; ou nenhum tipo de material.

Schmitz e Rogge (2011) apresentam resultados de pesquisas realizadas até então em uma área onde constam 107 estruturas subterrâneas, na localidade de Rincão dos Albinos, no município de São José do Cerrito, no planalto catarinense. O local situa-se no alto da borda de uma chapada, com cerca de 1200m de altitude, em ambiente de Mata de Araucária.

Trata-se de dois sítios registrados por Reis ([1979] 2007), um com 68 estruturas subterrâneas e 10 aterros (SC-CL-71) e outro com

39²⁰ estruturas subterrâneas (SC-CL-70), que, devido à proximidade espacial - distância de menos de 100m -, são entendidos enquanto um mesmo assentamento por Schmitz e Rogge (2011).

As intervenções que os autores reportam nesta publicação dizem respeito a trabalhos desenvolvidos no segundo conjunto de estruturas subterrâneas (SC-CL-70). Para efeitos de amostragem, foram efetuadas escavações sistemáticas em quatro concavidades no solo de dimensões variadas: grande (8m de diâmetro e 3,7m de profundidade), média (5m de diâmetro e 3m de profundidade), pequena (5m de diâmetro e 2,5m de profundidade) e em uma menor (4m de diâmetro e 2,5m de profundidade). Além das intervenções no interior das concavidades, foram abertos 16 poços-teste no entorno do conjunto de estruturas subterrâneas.

Nas escavações no interior das concavidades foram encontrados os seguintes vestígios de atividade humana pretérita: sedimentos escuros, artefatos e líticos queimados, além de carvão - nenhum fragmento de cerâmica. Nas demais intervenções, foram coletados: carvão, líticos queimados, lascas e núcleos líticos, além de fragmentos cerâmicos característicos da Tradição Itararé.

Na análise do material lítico, percebeu-se que, na sua maior parte, eles foram elaborados a partir de matéria-prima disponível localmente (basalto, calcedônia e quartzo). Apenas um fragmento de arenito e duas lascas de arenito silicificado são materiais exógenos.

As datações obtidas mostram que a área foi ocupada em dois momentos: um entre 1400 ± 40 A. P. e 1080 ± 30 A. P., período com maior incidência de datas; e outro com apenas uma data de 470 ± 50 A. P. Ademais, as observações da estratigrafia das quatro concavidades escavadas sugerem períodos de abandono e reocupações ao longo do tempo, situação documentada em ao menos uma concavidade com as seguintes datas: 1320 ± 40 A. P. e 470 ± 50 A. P.

A partir dos dados obtidos durante esta e outras pesquisas arqueológicas, de informações etnohistóricas e considerando os dados paleoambientais acerca da expansão da Mata de Araucárias, Schmitz e Rogge (2011, p. 197) interpretam a ocupação da área em questão como o período “formador da cultura Jê meridional”. Para eles, a localidade de Rincão dos Albinos foi um nicho de araucárias pioneiro que atraiu os primeiros grupos humanos que ocuparam as estruturas subterrâneas, em meados do primeiro milênio d. C.

²⁰ Reis ([1979] 2007) registrou 36 estruturas subterrâneas; Schmitz e Rogge (2011) atualizaram o número para 39.

Entretanto, os pesquisadores entendem que estes eram pequenos grupos de forrageiros, que perambulavam pelo planalto explorando outros ambientes. Assim, de forma sazonal, recorreriam ao local para prover-se de pinhão e outros frutos nativos. Schmitz e Rogge (2011, p. 195) acreditam que deveriam existir outros locais que estes grupos ocupavam em diferentes períodos do ano. Tendo em vista as informações cronológicas acerca dos sítios com características semelhantes (ver Anexo I), os arqueólogos sugerem que o Alto Vale do Itajaí possa ser um destes locais.

Em Taió, no Alto Vale do Itajaí, em uma área de transição entre a Mata de Araucária característica do planalto e a Mata Atlântica da Encosta da Serra, Schmitz *et al* (2009) registraram uma série de sítios arqueológicos líticos a céu aberto com a presença de materiais característicos da Tradição Umbu. Dentre os sítios cadastrados, um é composto apenas por estruturas subterrâneas (SC-TA-04) e um é lítico a céu aberto com a presença de uma concavidade isolada (SC-TA-01).

No sítio arqueológico SC-TA-04 foram evidenciadas 12 estruturas subterrâneas profundas e duas rasas, além de um montículo e uma área de fogueira. As concavidades estão situadas em um terreno suavemente inclinado e apresentam as bordas niveladas – os pesquisadores acreditam que a terra retirada do interior foi utilizada para este fim. Do total das depressões deste sítio, nove foram escavadas. Também foram feitas escavações nas imediações das estruturas subterrâneas.

No geral, foi coletado carvão e/ou material lítico (fragmentos naturais, lascas, núcleos, seixos, talhadores, um biface e uma ponta de projétil; elaborados em arenito, basalto ou sílex), bem como foram evidenciados sedimentos indicativos de ação humana. Inclusive nas estruturas subterrâneas foram encontrados materiais líticos característicos da Tradição Umbu, semelhantes aos dos sítios superficiais, e, pela primeira vez, foram encontradas pontas de projétil nestes contextos. Além disso, convém ressaltar, nenhum fragmento de cerâmica foi encontrado.

De acordo com a variabilidade dos sítios registrados e do material encontrado, Schmitz *et al* (2009) mostram que na área pesquisada ocorreram dois tipos de assentamentos, os quais podem estar associados (ao menos espacialmente): superficiais a céu aberto e com estruturas subterrâneas. Sítios do primeiro tipo foram datados em 8090 ± 50 A. P. (SC-TA-19) e 4110 ± 40 A. P. (SC-TA-03). Em um sítio do segundo tipo (SC-TA-04), o material proveniente de concavidades diferentes proporcionou as seguintes datas: 1390 ± 50 A. P.; 1220 ± 50 ; 1180 ± 40

A. P. e 650 ± 50 A. P. Além de mostrar que os tipos diferenciados de sítios não foram contemporâneos, estes dados mostram que ocorreram ao menos duas ocupações cronologicamente diferenciadas, tanto de grupos caçadores-coletores – nos sítios líticos a céu aberto –, quanto de grupos Jê meridionais – nas estruturas subterrâneas.

Assim como no caso das pesquisas em Rincão dos Albinos, as estruturas subterrâneas foram utilizadas como principal evidência arqueológica para a realização de uma analogia com ocupações pretéritas de grupos Jê meridionais.

No âmbito do Projeto Arqueológico Alto Canoas (PARACA), pesquisa recente desenvolvida em Urubici por Corteletti (2012), através do cadastramento de sítios, de escavações de contextos e de análises de materiais, o pesquisador apresentou novos dados e hipóteses acerca da ocupação “Proto-Jê meridional” sob uma perspectiva de estratificação da paisagem.

Quatro sítios foram objetos de escavação: Mazzon 2, Copetti, Anderman e Bonin. No primeiro, composto por montículos e uma estrutura subterrânea, em uma intervenção de 1x1m realizada na parte externa à concavidade não foram encontrados materiais arqueológicos. No segundo, composto por cinquenta estruturas subterrâneas e um montículo, em uma intervenção de 1x1m realizada no centro de uma concavidade foram coletados seixos, vestígios líticos lascados, um fragmento de cerâmica e carvão. No terceiro, composto por uma estrutura anelar com montículo foram realizadas prospecções geofísicas por meio do uso de radar de penetração de solo (GPR) e magnetômetro.

As escavações realizadas no quarto sítio resultaram em um maior registro de dados e viabilizaram a realização de análises inéditas para o contexto brasileiro. O sítio Bonin é composto por 23 estruturas subterrâneas. Através da escavação de 7m² em uma trincheira que perpassou duas concavidades geminadas, foram encontrados vestígios cerâmicos da tradição Taquara/Itararé; seixos, instrumentos e outros vestígios líticos; e carvão duas estruturas de cocção foram identificadas – uma em cada concavidade.

A partir dos contextos evidenciados no interior das estruturas subterrâneas do sítio Bonin, Corteletti (2012) obteve informações cronológicas que atestam à contemporaneidade da ocupação de ambas as concavidades: 1280 a 1420 cal. AD (Beta 298215) e 1280 e 1400 cal. AD (Beta 298216).

Ademais, a partir da extração de grãos de amido e fitólitos de fragmentos cerâmicos, Corteletti (2012, p. 118-167), comprovou a presença de milho (*Zea mays*), mandioca (*Manihot* sp.), feijão

(*Phaseolus* sp.), abóbora (*Cucurbita* sp.) e inhame (*Dioscorea* sp.) nestas amostras.

Deste modo, entendeu que os grupos que ocuparam estes espaços praticavam uma “economia mista”, através da prática da agricultura de forma a complementar a caça, a pesca e a coleta. Ademais, os resultados ressaltaram a importância da arboricultura do pinhão. Assim, seria possível aos grupos indígenas viver permanentemente neste local, pois havia alimentos disponíveis ao longo de todo o ano.

Enquanto exercício hipotético acerca da ocupação do Alto Canoas por grupos Proto-Jê Meridionais, Corteletti (2012) apresenta quatro camadas estratigráficas da paisagem: 1. Ambiente: remete ao potencial do ambiente no sentido de fornecer recursos a esses grupos, bem como o modo pelo qual foi manejado por eles; 2. Sistema: diz respeito ao modo pelo qual estes grupos se estabeleceram na paisagem, refletindo sobre a implantação dos sítios de estruturas subterrâneas em baixas vertentes e a sua articulação com outros tipos de sítios e com elementos naturais; 3. Poder: refere-se à engenharia de terra utilizada na construção dos sítios enquanto um marco identitário que simboliza poder; 4. Experiência: está relacionada aos significados atribuídos aos lugares e as ações desenvolvidas neles, além do que ao modo pelo qual estes espaços podem ser percebidos pelos grupos.

Para a porção central da Encosta de Serra Catarinense, Farias (2005) apresenta resultados da pesquisa sistemática no sítio arqueológico (SC-MG-01), situado em um local de várzea levemente ondulado, nas proximidades do interflúvio do rio Garcia com os seus afluentes, cuja altitude varia entre 100 e 200m, em área de Mata Atlântica, no município de Major Gercino. O material lítico encontrado sugere que se trata de um espaço preteritamente ocupado por grupos de caçadores-coletores associados à tecnologia lítica da Tradição Umbu. Entretanto, a data obtida de 230 ± 60 A. P. indica uma ocupação muito recente para estes grupos, aos quais, geralmente, associam-se datas do Holoceno Inicial e Médio. Deve-se mencionar que não foi registrada a presença de cerâmica.

A partir dos resultados da pesquisa efetuada no sítio SC-MG-01; em conjunto com um levantamento arqueológico realizado em municípios localizados no centro-sul da encosta; consubstanciados com a análise de coleções arqueológicas referentes a pesquisas desenvolvidas na região; considerando também as informações etnohistóricas; a pesquisadora propõe um modelo Xokleng para interpretação de contextos arqueológicos da Encosta de Serra Catarinense. Para tanto, lança mão de uma suposta continuidade histórica entre grupos de

caçadores-coletores vinculados a Tradição Umbu e os Xokleng que ocuparam a área historicamente (FARIAS, 2005, p. 319).

Entendendo o território Xokleng como um espaço socialmente construído onde se representa um sistema de crenças e conhecimentos, Farias (2005, p. 119-138) infere que esta população se movimentaria no ambiente de Mata Atlântica, transitando entre áreas altas e baixas. Eventualmente indivíduos de alguns grupos recorreriam à Mata de Araucárias a fim de se abastecer de grandes quantidades de pinhão, estes que eram transportados até os acampamentos maiores localizados em terras menos elevadas.

Este modelo pressupõe que os Xokleng possuiriam assentamentos estáveis, situados em áreas de meia encosta próximas a nascentes e a banhados, onde as famílias viveriam em grandes cabanas. Em locais mais distantes, interligados ao acampamento principal por meio de trilhas, existiriam pequenas cabanas utilizadas para abrigar transeuntes e grupos de caçadores.

Em um estudo mais recente efetuado na porção centro-sul da Encosta da Serra Catarinense, em área de Mata Atlântica, com altitude variável entre 100m e 400m, Claudino (2011), a partir de um levantamento bibliográfico e de trabalhos em campo, apresenta uma lista de 216 sítios arqueológicos registrados em onze municípios. As evidências remetem aos seguintes tipos de contextos: abrigo sob rochas; casa subterrânea; cerâmico; cerâmico guarani; lítico superficial; lítico com macha escura no solo; mancha (caracterizados pela presença de estruturas de combustão ou fundos de cabana); mancha escura com lítico e cerâmica; mancha escura com lítico e montículo; e montículo. A maior parte, 62% dos registros, remete a sítios líticos a céu aberto.

Destes, é interessante destacar a existência de apenas um sítio composto por estruturas subterrâneas (SC-BNT-03), localizado em Braço do Norte, com material cerâmico, além de lítico (p. 49; 57). Em outro sítio de estruturas subterrâneas (SC-RFT-24), localizado em Rio Fortuna, foram encontrados apenas materiais líticos (núcleos, pontas de projétil e lascas).

Especificamente para os municípios de Rio Fortuna e de Santa Rosa de Lima, área de ênfase da pesquisa, Claudino (2011) lista 66 sítios arqueológicos. Três tipos de sítios dão conta destes registros: lítico em superfície, lítico com mancha escura no solo e mancha escura. Segundo a pesquisadora, todos eles remetem à tradição tecnológica Umbu. Quatro sítios foram datados, apresentando a seguinte cronologia: SC-RFT-01, lítico com manchas escuras, 1180 a 970 A. P.; SC-RFT-11, sítio lítico com manchas escuras, 920-730 A. P.; sítio Santa Rosa de

Lima, sítio de mancha escura, 990 a 780 A. P.; e sítio Adolfo Schmoeller I, sítio de mancha escura, 920 a 700 A. P.

A fim de tentar entender de um modo geral as ocupações da área em que pesquisa, Claudino (2011) faz uso de evidências arqueológicas, as quais, sobretudo, remetem a sítios da Tradição Umbu; e de informações históricas acerca da presença Xokleng, a partir da documentação escrita e de relatos orais de não indígenas.

A pesquisadora fez também um exercício de aplicação do modelo Xokleng proposto por Farias (2005) para a encosta. Apesar da ocorrência de semelhanças na comparação entre o modelo e o contexto arqueológico - principalmente no que remete as características ambientais -, tendo em vista as evidências registradas, Claudino (2011) concluiu que “comprovou-se que o modelo não é totalmente compatível com a realidade arqueológica” (p. 140).

Destarte, com base nos dados arqueológicos, etnohistóricos e etnográficos, reunidos, elabora duas hipóteses interpretativas para a área de pesquisa: uma de continuidade e a outra de descontinuidade histórica.

A primeira pressupõe uma continuidade histórica entre grupos de caçadores-coletores, que são identificados arqueologicamente, e os Xokleng, cuja presença na área é referenciada em informações escritas e orais. A autora enfatiza que não se trata de um modelo evolutivo unilinear, salientando que os grupos que ocupavam a área originalmente teriam se associado aos Xokleng que chegaram à região posteriormente. Desta forma, os Xokleng historicamente conhecidos que ocuparam a encosta centro-sul catarinense guardariam semelhanças e, principalmente, diferenças frente aos Xokleng de outras áreas.

A segunda hipótese aventa a possibilidade de uma descontinuidade cultural em ocupação desenvolvidas por um mesmo povo – Xokleng – em momentos históricos distintos. Para tanto, leva-se em consideração os dados etnohistóricos que postulam que a Encosta da Serra Catarinense era ocupada, de sul a norte, por grupos Xokleng. Assim, a invasão europeia no Vale do Itajaí e os conflitos decorrentes deste acontecimento, teriam acarretado na migração de grupos Xokleng em período histórico para a direção sul do estado, acompanhado a Encosta da Serra devido à presença de outros grupos no planalto. Estes grupos e seus descendentes seriam aqueles que foram documentados historicamente na região e que são mencionados nos relatos orais. Deste modo, as primeiras ocupações registradas arqueologicamente – por volta do ano 1000 A. P. – não estariam relacionadas aos Xokleng; tratar-se-iam, na realidade, de vestígios de

antigos grupos de caçadores-coletores associados à tecnologia da Tradição Umbu.

Acerca da presença Jê meridional no litoral catarinense, apesar do registro de um considerável número de sítios com cerâmica da Tradição Itararé, poucos são os estudos sistemáticos visando entender estas ocupações. No litoral central, Fossari (2004) aponta que grupos pré-coloniais Jê teriam ocupado à Ilha de Santa Catarina entre 1200 A.P. e 700 A. P.

Fossari (2004) mostra que assentamentos pretéritos desta população são identificados por meio da presença de material cerâmico característico da Tradição Itararé em sítios conchíferos, com camada arqueológica pouco espessa, onde se evidencia “terra preta”²¹ e restos faunísticos, além de artefatos produzidos sobre rochas, ossos e dentes. Na maior parte deste tipo de sítio, também são encontrados sepultamentos.

Na faixa litorânea, os grupos Jê meridionais proveriam sua subsistência principalmente através da pesca, mas também por meio da caça e da coleta. Ocuparam, preferencialmente, áreas de pequenas enseadas e de estuários. Conforme o modelo proposto por Fossari (2004) para a ocupação Jê na Ilha de Santa Catarina, o sistema de assentamento envolveria locais de residência, onde geralmente encontra-se o material cerâmico característico associado à “terra preta”, além de áreas de atividades específicas - oficinas líticas e inscrições rupestres.

No litoral sul, o sítio SC-IÇ-01, localizado em uma faixa de dunas, junto à desembocadura do Rio Araranguá, no município de Içara, frequentemente é mencionado nos estudos acerca da presença de grupos Jê na costa. Trata-se de um contexto conchífero, de pouca estratigrafia, onde foram coletados remanescentes ósseos de 84 indivíduos, dos quais 44 apresentam evidências de cremação (IZIDRO, 2001). Duas datas foram obtidas: 1160 ± 50 A. P. e 1040 ± 60 A. P.

Evidências arqueológicas (indivíduos cremados e datações) associadas às informações etnohistóricas, forneceram as bases da analogia que culminou na interpretação de que o local outrora teria sido ocupado por antepassados dos Xokleng, utilizado exclusivamente para fins funerários (SCHMITZ, 1996).

No litoral norte também foram registradas evidências que podem estar relacionadas às ocupações levadas a cabo por grupos Jê meridionais, identificadas por meio da cerâmica da Tradição Itararé,

²¹ Originado da decomposição de resíduos orgânicos, o solo assume uma coloração mais escura de aquele que o circunda.

como, por exemplo, no sítio da Praia das Laranjeiras, em Balneário Camboriú (SCHMITZ *et al*, 1993); e no sambaqui Forte Marechal Luz, em São Francisco do Sul (BASTOS, 2009).

Além das considerações acerca do modo pelo qual a ocupação Jê meridional vem sendo identificada em cada um dos ambientes, acreditamos que se faz necessário discutir propostas que as articulam em uma escala mais ampla, a fim de compreender as relações entre diferentes contextos. Neste sentido, Schmitz e Becker (2006) e Noelli (2004) fornecem explicações distintas.

A proposta mais difundida que dá conta da integração de diferentes assentamentos associados aos grupos Jê meridionais é a dos “três ambientes”, formulada por Schmitz e Becker (2006), embasada em pesquisas arqueológicas, informações etnohistóricas e em sugestões de outros pesquisadores (ROHR, 1971; 1984).

Para Schmitz e Becker (2006), as estruturas subterrâneas “certamente eram moradias, existindo dentro delas fogões compostos de pequenas pedras como os de um acampamento de piquenique” (p. 78). Além disso, acreditam que “certamente a casa subterrânea é uma adaptação ao frio do planalto” (*ibidem*, p. 79). Ainda neste sentido, os autores inferem que o esforço exigido para a construção de uma estrutura subterrânea deveria ser recompensado pelo tempo em que era utilizada, pois acreditavam que estas eram estruturas permanentes que poderiam ter sido ocupadas por décadas.

Assim, identificando as ocupações Jê meridionais a partir das estruturas subterrâneas e dos sítios que apresentam cerâmica da Tradição Taquara/Itararé, sob uma perspectiva essencialista acerca de identidade e calçados em uma abordagem histórico-culturalista, Schmitz e Becker (2006) defendem que a subsistência dos grupos que ocuparam estes espaços deveria ser organizada em um calendário estacional, tendo no verão e no outono o auge do acúmulo de recursos provenientes da plantação, da coleta (de vegetais e de moluscos), da caça e da pesca. Assim, os autores acreditam que “(...) isto só era possível com o domínio vertical de ao menos três ambientes: as terras altas com campos e pinheirais, as encostas florestadas e várzeas dos rios com bons terrenos de cultivo junto com possibilidades de pesca, e finalmente o litoral atlântico” (*ibidem*, p. 82).

Também sob esta orientação, mas pesquisando relatos etnohistóricos, Lavina (1994) identifica nas práticas Xokleng uma alta mobilidade relacionada a uma exploração de diferentes ambientes visando obter recursos alimentícios em períodos distintos do ano, esta que o autor define como um movimento pendular entre litoral e planalto.

Tal movimentação implicaria na utilização de dois tipos de assentamentos no seu território tradicional: um mais fugaz, quando se tratava de obter alimentos através da caça e da coleta na área de Mata Atlântica; e o outro de maior duração, quando se tratava de explorar os frutos dos pinheirais e de caçar os animais que recorriam a Mata de Araucária.

Estas propostas são atualizadas por Schmitz e Rogge (2011), tendo em vista os dados acumulados nas pesquisas recentes. Para os autores, considerando a datação antiga obtida para a ocupação de estruturas subterrânea no sítio SC-CL-71, a localidade de Rincão dos Albinos, no planalto catarinense, teria sido palco do período “formador Jê meridional”, por volta de 1400 A. P. Neste período a área teria sido ocupada por pequenos grupos e de forma sazonal, assim, deveriam recorrer a outros locais em períodos diferentes do ano. A partir das datas de outros sítios associados aos grupos Jê, Schmitz e Rogge (2011) propõem que as outras ocupações, que comporiam o modelo sazonal que eles defendem, poderiam ter sido efetuadas no Alto Vale do Itajaí – atestada pelas datas do sítio SC-TA-04 (entre 1400 A. P. e 1200 A. P.) –, bem como em outros espaços para sepultar os mortos – abrigos sob rocha em Alfredo Wagner, Ribeirão Herta, São Joaquim e Urubici, com datas entre 1735 e 1182 A. P. Em um momento posterior, a partir de 1000 A. D., com o adensamento populacional do planalto, os grupos Jê teriam ocupado também sítios litorâneos (ver Anexo I).

Com um pensamento distinto da proposta acima apresentada, Noelli (2004, p. 39-40) propõe que a expansão dos Jê do Sul estaria associada, sobretudo, à expansão Guarani no Brasil meridional e as consequentes disputas territoriais. Noelli (1999/2000) identifica três movimentações territoriais da população Jê meridional no período pré-colonial. A primeira, ocorrida entre 2000 e 1000 A. P., ocasionada pela pressão dos Guarani que estavam se estabelecendo nas margens dos grandes rios e afluentes, fez com que os Jê do Sul migrassem da várzea dos cursos d'água volumosos em direção as terras altas e frias do planalto meridional. A segunda, acontecida a partir de 1200 A. P., também ocasionada pelos embates frente aos Guarani, fez com que os Jê do Sul fossem expulsos do litoral entre o Paraná e o Rio Grande do Sul, o que acarretou na migração destes povos para áreas mais altas próximas a faixa litorânea. A terceira, ocasionada pelos contatos conflituosos entre europeus e Guarani – que culminou com uma diminuição numérica drástica desta última população –, implicou em uma nova configuração territorial, onde os Jê do Sul passaram a ocupar os vales dos rios Tibagi, Piquiri e Ivai, no Paraná; o noroeste do Rio Grande do

Sul; e os baixos vales da vertente Atlântica catarinense, bem como o litoral.

Para Noelli (1999/2000, p. 241) estas três grandes movimentações causaram mudanças no sistema de assentamento e no padrão de enterramentos dos Jê do Sul, constatação observada arqueologicamente. O pesquisador acredita que estes povos faziam uso da agricultura e manejavam as florestas como forma de prover sua subsistência, práticas que demandariam uma estabilidade territorial. Utilizavam a tecnologia cerâmica e efetuavam sepultamentos sem cremação – geralmente em montículos. Moravam em estruturas subterrâneas, as quais, para Noelli (1999/2000, p. 243), podem ser entendidas “como um dos indicadores de sedentarismo e permanência em territórios definidos”.

Entretanto, com as disputas territoriais e as pressões externas, estas práticas teriam caído do desuso, completo ou temporário, pelo fato da população precisar se movimentar constantemente. Assim, grupos Jê meridionais teriam passado a fazer uso de “acampamentos provisórios, feitos com tecnologia expediente e de manufatura e uso, ditados conforme as necessidades momentâneas, resultando em pouco esforço e tempo de trabalho, sendo descartados logo após o seu uso” (*ibidem*, p. 243).

De forma completamente diferenciada da proposta apresentada anteriormente, este modelo integrativo dos diferentes assentamentos, que versa sobre a expansão dos grupos Jê do Sul, caracteriza-se por fazer uso de uma abordagem não essencialista acerca da identidade étnica. Fica evidente que, ao longo do tempo, prevê-se que ocorram transformações culturais entre os grupos étnicos, as quais podem ser constatadas arqueologicamente, tendo em vista a pressão ocasionada por fatores que não são exclusivamente ambientais, mas, sobretudo, sociais.

Esta proposta vai ao encontro do que propõe Barth ([1969] 1998) acerca dos estudos de grupos étnicos: direcioná-los para as suas fronteiras. Uma forma de refinar ainda mais tal modelo seria efetuar análises tecnológicas de coleções associados às diferentes ocupações identificadas como Jê meridionais, visando entender a variabilidade ao longo do tempo e no espaço – em escala local e regional –, principalmente no sentido de evidenciar as diferenças e as semelhanças. Ou seja, fazendo uso de perspectiva não essencialista acerca da identificação de grupos étnicos.

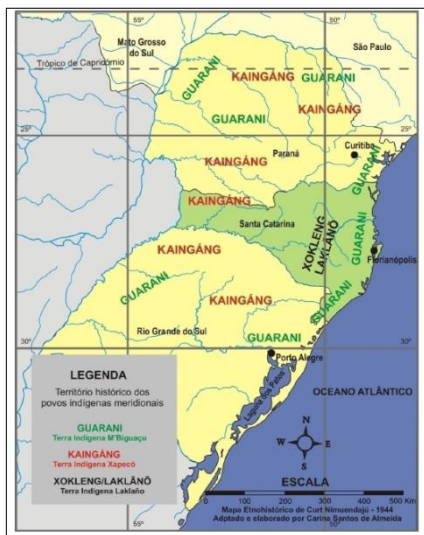
2.4. DINÂMICAS TERRITORIAIS KAINGÁNG E XOKLENG

Atualmente, os Kaingang ocupam, predominantemente, cinco terras indígenas - Toldo Imbu, em Abelardo Luz; Toldo Chimbanguê, em Chapecó; Xaçecó, nos municípios de Ipuacu e Entre Rios; Toldo Pinhal, em Seara; e Fraiburgo, em município homônimo – e uma reserva indígena - Kondá, em Chapecó -, todas elas localizadas no planalto oeste catarinense. Os Xokleng ocupam duas terras indígenas: Ibirama Laklãnõ, nos municípios de José Boiteux, Vitor Meirelles, Doutor Pedrinho e Itaiópolis, no Alto Vale do Itajaí; e Kupri/Rio dos Pardos, em Porto União, planalto norte catarinense.

Apresentamos aqui uma síntese de informações etnohistóricas e etnográficas sobre a ocupação territorial praticada por grupos Kaingáng e Xokleng. A fim de revelar um pouco da dinâmica de ocupação do espaço por estes povos, selecionamos uma literatura que exemplifique algumas situações registradas em período recente.

Ao abordar da temática dos territórios indígenas, de antemão devemos considerar a ressalva apresentada por Mota (2012, p. 230) de que eles não podem ser tomados enquanto entidades isoladas, pois, no geral, os povos nativos estabeleceram contato com diferentes grupos ao longo de suas trajetórias históricas.

Segundo o mapa etnohistórico de Nimuendajú (1944), os Kaingang historicamente ocupam o planalto, enquanto que os Xokleng tem como território tradicional a área serrana (Figura 6).

Figura 6 - Territórios de ocupação tradicional indígena no sul do Brasil.

Fonte: Brighenti (2012a, p. 48).

Mota (2012, p. 234-235) identificou a ocupação e a nomenclatura destes espaços Kaingang no século XIX em áreas que atualmente correspondem ao território político dos estados do Paraná e Santa Catarina, bem como do nordeste da Argentina.

A partir de estudo etnográfico desenvolvido entre os Kaingang da Bacia do Tibagi, no Paraná, Tommasino (2004) apresenta a importância dos rios, margens e matas para a cosmologia deste povo, pois “constituem espaços de atividades econômicas, sociais e rituais de alta significação para o grupo étnico” (p. 164). Conforme pontua a pesquisadora:

Os vales dos rios, as áreas relativamente livres do sistema tutelar, onde se localizam os remanescentes de matas e campo, constituem-se celeiros de plantas medicinais, de matéria-prima para fabricar ranchos, utensílio e cestaria; também pertencem a esse espaço as terras de encosta, onde fazem suas roças familiares no sistema de coivara, as margens dos rios onde acampam, namoram, descansam, banham-se, nadam, brincam e

constroem seus *pari* (armadilhas de pesca) (TOMMASINO, 2004, p. 164).

Estes espaços revestem-se de maior importância devido à possibilidade de reviver o passado. Para os Kaingang o tempo é dividido entre o *uri* (presente) e o *wāxi* (passado, onde história e mito se conectam). Quando da possibilidade de efetuar as atividades de caça, coleta e pesca nestes espaços tradicionais em que o ecossistema está preservado, o *wāxi* é revisitado e revivido, “esse tempo torna-se real” (*idem*, p. 165).

Assim, os Kaingang do Tibagi acampam nas margens dos rios quando da realização da pesca e utilizam as matas e as encostas dos vales como espaços de caça, coleta e plantio. Estas atividades são orientadas por concepções tradicionais, desde a organização do acampamento segundo parentesco e laços de reciprocidade até a divisão de responsabilidades na pesca, na caça e na coleta.

Ademais, relata a pesquisadora:

(...) o território kaingang é conhecido e classificado nas suas especificidades e a exploração e o uso dos elementos do meio ambiente implicam a produção de um conhecimento sobre esse meio. O território kaingang é codificado, classificado e conhecido nas suas especificidades. Pode-se dizer que os Kaingang do Tibagi conhecem e exploram individual e significativamente todos os espaços e seus elementos constituintes (*idem*, p. 159).

Versando sobre os Kaingáng que viviam na província de Misiones, nordeste argentino, Ambrosetti²² (1895) relata:

La tribu de Fracrân empleaba su tiempo en muchas cosas, todas tendentes á proporcionar se alimento – tiempo que repartía con toda regularidad. Una parte lo destinaba a hacer sus rozados e plantaciones de maíz y zapallo en los montes que rodeaban la campina; una vez terminados éstos, los abandonaban para acampar

²² Naturalista argentino autodidata que conviveu com os Kaingáng em território argentino. Cf. <http://pueblosoriginarios.com/biografias/ambrosetti.html>

cerca de algún gran arroyo de esos que desaguan en el Alto Paraná y que contienen muchos peces, para hacer sus pari que se los proporcionaban en abundancia, no sólo para comer, sino también para ahumar y conservar por mucho tiempo.

*Concluida su tarea de pesca, la tribu volvía á abandonar este punto para dirigirse á la Sierra Central, en donde los inmensos bosques de Araucaria (*Araucaria brasiliensis*) ó pinares, como allí los llaman, les brindaban sus frutos succulentos con los cuales se regalaban.*

Durante todos estos viajes, y aun estando acampados, los Indios no dejaban de batir el bosque en todas direcciones, ya sea para proveerse de miel, ya para hacer acopio de las muchas clases de frutas silvestres que allí se producen, ó ya para cazarlos grandes mamíferos que habitan entre la marañas infin de la selva vírgen (...).

Quando llegaba la época de recoger su cosecha, la tribu volvía á su campina e se regalaba por mucho tiempo con el producto de sus rozados, mientras que, en las épocas de escasez, llenaban sus hambrientos estómagos con los cogollos de palmas. (AMBROSETTI, 1895:307-308).

Mabilde (1983) relata, a partir da sua vivência com os Kaingang no Rio Grande do Sul, o modo pelo qual o território dos grupos era subdividido:

Os pinheirais em que os selvagens tem seu alojamento são repartidos e divididos em territórios correspondentes, em tamanho, ao número de indivíduos que componham as tribos. Cada tribo subordinada com o seu chefe (cacique subordinado) tem o seu alojamento particular (todos juntos formam o alojamento geral), em território que lhe é indicado pelo cacique principal (...).

O limite entre um e outro território é assinalado na casca de um pinheiro que serve de marco de divisa. A casca é cortada com um machado de pedra, para fazer a marca de cada tribo, na posição vertical e ao correr da árvore. (MABILDE, 1983, p. 126).

Para o caso dos grupos Xokleng, há uma hegemonia na literatura etnohistórica e etnográfica na classificação deste povo enquanto nômade (PERES, 2009). Aliás, tal bibliografia consubstancia os modelos para ocupação Xokleng propostos por Lavina (1994) e Farias (2005) que expomos anteriormente.

Como pode ser percebido em diferentes fontes bibliográficas (por exemplo, SANTOS, 1973; VIEIRA, 2004; PERES, 2009) a prática do nomadismo atribuída aos Xokleng está associada diretamente à alimentação, ou seja, estes grupos circulariam habitualmente em um grande espaço na busca constante por mantimentos.

Santos (1973, p. 32-33) relata que, no século XIX, havia grupos Xokleng ocupando áreas no planalto norte, bem como na encosta da serra – desde o Vale do Itajaí até os vales do Capivari e do Tubarão. Ademais, acrescenta que:

(...) esses grupos deveriam se subdividir e simultaneamente explorar largas áreas vizinhas a esses locais de maior concentração. Incursões de caça, de coleta e de reconhecimento deveriam ser feitas em áreas relativamente distante. (...) A dependência total da caça e da coleta obrigava aos Xokleng a dominar um enorme território (ibidem, p. 33).

No geral, a área situada entre o litoral e o planalto é entendida com o espaço tradicional de ocupação Xokleng devido ao nomadismo. Contudo, há informações, coletadas por Jules Henry junto aos idosos na primeira metade do século XX, que atestam que este povo ocupava também parte do planalto onde praticavam agricultura (SANTOS, 1973, p. 37).

Acerca da mobilidade Xokleng, Pereira (2004, p. 337) argumenta que:

(...), a intensa mobilidade espacial desponta como característica distintiva da cultura grupal. Tal

mobilidade produz(iu) regularmente tantos pequenos deslocamentos, intra e entre aldeias constitutivas da Terra Indígena Ibirama La Klãnõ, como deslocamentos extensos externos à área reservada pelo estado de Santa Catarina na década de 1920. Ambos os tipos de deslocamentos espaciais podem ser caracterizados enquanto processos de territorialização, produtores de desterritorialização e reterritorialização, dependentes de conjunturas históricas, relacionados a fatores de dimensões faccionais e econômicas acentuadas na cultura tradicional xokleng.

Para Peres (2009, p. 46), “os Xokleng **perambulavam** por um território amplo e diversificado, que abrange boa parte dos biomas da Mata Atlântica: entre o litoral e os contrafortes do planalto sul-brasileiro até áreas do Planalto caracterizadas pela presença de Araucárias”. Tal movimentação estaria relacionada a um deslocamento estacional, conforme o período do ano estes grupos se faziam presentes no ambiente onde havia disponibilidade de alimento em maior quantidade.

Neste sentido, Vieira (2004, p. 19) acrescenta que “os Xokleng reconheciam três estações que eram: o inverno, representado pelo período muito frio; o verão, representado pelo período muito quente e o outono, representado pelo período em que as folhas das árvores caíam”.

Em uma pesquisa acerca da arquitetura do espaço Xokleng, Bloch (2004, p. 31) apresenta informações obtidas junto a estes indígenas sobre o deslocamento característicos destes grupos. A pesquisadora identificou uma classificação utilizada pelos nativos baseada em duas categorias: índios do mato, que remete ao período anterior ao contato; e os índios de fora do mato, a qual diz respeito ao período pós-contato com europeus.

Neste sentido, relata que os Xokleng não possuíam moradia fixa, pois caminhavam constantemente atrás da caça. Acrescenta, ainda, que eles “iam ao lugar onde hoje está Florianópolis, no litoral, e voltavam, passando por lugares que já conheciam, *tudo era terra do índio nesse tempo do mato*” (*ibidem*). Assim, “a saída do mato, de um território *amplo*, vasto, é equacionada à *entrada* em um território *fixo*, limitado, representado pelo espaço geográfico da terra indígena” (p. 34).

Deste modo, como exemplificamos a partir de informações compiladas pontualmente, fica evidente que uma dinâmica territorial e de ocupação do espaço características dos povos Kaingang e Xokleng.

Enquanto que para os primeiros parece existir uma circulação em um espaço mais restrito relacionado à prática da agricultura, para os segundos há um deslocamento territorial em grandes áreas associada à busca pela subsistência.

Contudo, tendo em vista que os dados reunidos referem-se a informações registradas por europeus, não podemos desconsiderar, conforme as publicações de Noelli (1999; 1999/2000, 2004), que o período pós-contato acarretou em uma série de transformações culturais que impactaram profundamente a organização social, política, econômica e ritual, destes povos. Por isso, há que se relativizar essas informações quando do uso para interpretação de contextos relacionado ao período anterior a invasão europeia.

Ademais, retomando a definição apresentada por Zedeño (2008, p. 211) para o conceito de territorialidade – uma gama de ações e emoções desenvolvidas em um determinado território –, há que se considerar outros fatores culturais não abordados aqui que também implicam em uma dinâmica específica de ocupação do espaço por estes povos.

Quanto à geologia, o embasamento cristalino em Alfredo Wagner é representado como Complexo Canguçu, o qual é constituído por rochas metamórficas (com presença notável de anfibolitos, granulitos localizados e granitoides). Contudo, também se faz presente os sedimentos da Bacia do Paraná, grupos Itararé, Guatá, Passa Dois e São Bento.

O grupo Itararé está representado pela Formação Rio do Sul, o qual é composto por “folhelhos e argilitos cinza-escuros, diamictitos cinza-escuros com matriz arenosa, contendo intercalações de arenitos finos e muito finos, folhelhos várvidos, ritmitos e siltitos cinza-escuros a avermelhados” (BENEDET; GÚCHERT, 2008, p. 77). Os componentes desta formação encontram-se localizados, sobretudo, na parte baixa do vale dos grandes rios.

O grupo Guatá, predominante em toda a extensão do município, está representado pelas formações Rio Bonito e Palermo.

A primeira apresenta três membros: Triunfo, constituído por arenitos esbranquiçados, siltitos, argilitos, folhelhos carbonosos, leitos de carvão e conglomerado; Paraguaçu, composto por siltitos escuros, folhelhos cinza-médio a esverdeado com níveis de carbonatos argilosos e camadas de carvão; Siderópolis, constituído por arenitos intercalados com siltitos, folhelhos carbonosos e carvão.

A segunda apresenta siltitos argilosos cinza-claros a cinza-escuros, esverdeados, contendo intercalações com siltitos arenosos cinza-claros bioturbados e com arenitos finos a médios.

O grupo Passa Dois, evidente em áreas de altitude intermediária a alta no norte e no sul de Alfredo Wagner, encontra-se representado no município por quatro formações: Irati, Serra Alta, Teresina e Rio do Rasto.

Conforme informações do CPRM²⁴, a Formação Irati é composta por dois membros: Taquaral, que consiste em siltitos e folhelhos cinza-claros e azulados; e Assistência, “constituído por folhelhos cinza-escuros nos quais se intercalam folhelhos pretos pirobetuminosos associados a horizontes de calcários creme e cinza-escuros, dolomíticos” (*ibidem*).

A Formação Serra Alta engloba uma seqüência de folhelhos e siltitos cinza-escuros a pretos, com fratura conchoidal. Podem apresentar cores cinza-claro a cinza-esverdeado, e amareladas quando intemperizados.

²⁴ <http://www.cprm.gov.br/>

Segundo o CPRM, a Formação Teresina é composta por argilitos, folhelhos e siltitos cinza-escuros e esverdeados, intercalados com arenitos muito finos, cinza-claros. Quando alterada, apresenta cores diversificadas em tons cremes, violáceos, bordôs e avermelhado.

A Formação Rio do Rasto é classificada em duas unidades: Membro Serrinha, composto por arenitos finos, bem selecionados, intercalados com siltitos e argilitos cinza-esverdeados, amarronzados, bordôs e avermelhados, podendo localmente conter lentes ou horizontes de calcário margoso; e Membro Morro Pelado, constituído por lentes de arenitos finos, avermelhados, intercalados em siltitos e argilitos arroxeados, sendo que apresenta também cores em tonalidades verdes, chocolate, amareladas e esbranquiçadas (cf. CPRM).

O grupo São Bento aparece no extremo sul de Alfredo Wagner, em áreas de máxima altitude para o contexto municipal, sendo representado pelas formações Botucatu e Serra Geral. A primeira é composta por arenitos avermelhados, de granulometria fina a média, ricos em quartzo. A segunda é composta por rochas vulcânicas básicas, sobretudo basaltos e andesitos.

No que diz respeito ao regime hidrográfico, Alfredo Wagner integra a bacia do Itajaí – a maior de Santa Catarina com 15.500 km² –, que possui vertente para o Atlântico. No limite sul/sudoeste do município, nas proximidades da divisa com o município de Bom Retiro, localiza-se a formação Serra Geral e o Morro do Lajeado, divisores de águas do estado, pois deste ponto em direção oeste as nascentes vertem para o interior.

A partir do limite leste do município em direção oeste, corre o Rio Adaga. Desde o limite sul e seguindo em direção norte, correm as águas do Rio Caeté. Da união dos dois rios, que ocorre na área onde está instalada a sede municipal, surge o Rio Itajaí do Sul.

Conforme classificação apresentada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, há em Alfredo Wagner vinte unidades hidrográficas, as quais são denominadas conforme a nomenclatura das suas maiores drenagens.

O relevo do município é embasado em duas unidades geomorfológicas: Patamares do Alto Rio Itajaí e Planalto de Lages.

A primeira, predominante no município, está representada na paisagem sob a forma de “escarpas, interrompidas por patamares, alternando-se, encostas e patamares até a paisagem estabilizar-se em relevo plano/ondulado nos vales abertos dos rios” (BENEDET; GÚCHERT, 2008, p. 84). Constitui-se, sobretudo, por sedimentos, com predominância de arenitos, siltitos e folhelhos (*ibidem*, p. 81). Ainda

que a litologia da unidade seja sedimentar, há exposição do embasamento cristalino no fundo dos vales devido ao relevo encaixado. Apresenta grande amplitude altimétrica entre o topo dos morros e os fundos dos vales (*idem*).

A segunda, localizada na porção sudoeste de Alfredo Wagner, é caracterizada por um relevo de colinas originário da erosão homogênea realizada pela ação fluvial que apresenta Morros Testemunhos²⁵ e ressaltos topográficos onde predominam altitudes de 850 a 900m. Diferentemente da unidade anterior, esta é drenada pela bacia do alto e parte do médio rio Canoas.

O município está inserido em uma área onde a vegetação primária é classificada como Floresta Latifoliada da Encosta Atlântica. Dentre as formações que compõe tal categoria, dois tipos são mais representativos: Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), encontrada principalmente nas áreas de altitude mais baixas; e Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucárias), localizada originalmente nas porções de maior altimetria.

No Alto Vale do Itajaí como um todo, a Mata Atlântica é evidente ao longo do vale dos grandes rios e nas proximidades das escarpas. São mais frequentes matas de canela preta (*Ocotea catharinensis*) e de canela sassafrás (*Ocotea pretiosa*), enquanto que aparecem em menor número a canela fogo (*Cryptocaria aschersoniana*), a canela burra (*Ocotea Kulmannii*), a peroba vermelha (*Aspidosperma olivaceum*), o pau de óleo (*Copaifera trapezifolia*), a sapopema (*Slonea lasiocoma*), a licurana (*Hieronyma alchorneoides*) e a guaruva (*Cinnamomum*).

Quanto a Floresta de Araucárias, nas porções altas do Vale do Itajaí onde se iniciam as formações características do planalto, além do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*) em abundância, há matas de canela preta e de canela sassafrás – ambas dispersas também na Mata Atlântica –, bem como de imbuia (*Ocotea porosa*) e taquarais de taquara-mansa (*Merostachis multiramea*).

Em meados do século XX, foi introduzida a monocultura de *pinus elliottii* - espécie exótica – em Alfredo Wagner. Tal produção visa

²⁵ “Colina de topo plano situada diante de uma escarpa de cuesta, mantida pela camada resistente. Representa um fragmento do reverso, sendo, portanto, um testemunho da antiga posição da cuesta antes do recuo do front” (<http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/glossario/conteudo.php?conteudo=M>).

o beneficiamento em madeiras, bem como o aproveitamento em indústrias de celulose.

Os solos no município são classificados pela EMBRAPA como argissolos, cambissolos e neossolos. Em geral, estão inclusos na categoria de solos de aptidão restrita a agricultura, ou seja, apresentam limitações para determinado cultivos ou demandam o uso de insumos e/ou corretivos (OLIVEIRA, 2005, p. 82). Contudo, Alfredo Wagner destaca-se pela produção de cebola, principal cultivo no âmbito rural do município.

Oliveira (2005) desenvolveu um estudo cujo objetivo foi caracterizar o uso do solo no ambiente rural de Alfredo Wagner. Como resultado, classificou os usos em cinco categorias majoritárias: agropecuária (cultivo de cebola, pastagem mista e agroindústria de laticínios); reflorestamento (predomínio de *pinus* e eucalipto); solo exposto (sem cobertura devido aos usos de atividades agrícolas e reflorestamento); vegetação secundária (cobertura alterada pelo uso da agricultura e em estágios de regeneração diferentes); e área urbana.

A partir de análise de imagens de satélite e atividades de campo, a pesquisadora identificou que mais da metade do solo do município (52,93%) tem sido utilizado para agropecuária, seguido por áreas com vegetação secundária, áreas de solo exposto, uso para reflorestamento e área urbana.

3.2. ARQUEOLOGIA EM ALFREDO WAGNER

Poucas informações são conhecidas acerca da ocupação pré-colonial da área onde se localiza Alfredo Wagner. Tal fato deriva de uma baixa quantidade de pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região. Contudo, alguns pesquisadores produziram informações, reuniram e/ou analisaram coleções referentes ao contexto arqueológico no município.

Deste modo, a proposta deste trecho é apresentar um compêndio dos dados arqueológicos publicados em diferentes pesquisas ou compilados junto ao Marquê/UFSC. Além disso, apresentamos dados coletados através da realização de um levantamento arqueológico em campo.

3.2.1. Informações bibliográficas

No decorrer da década de 1960, Walter Piazza, representante do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) em Santa

Catarina, efetuou um primeiro levantamento de informações em Alfredo Wagner.

Conforme anotações existentes em diário de campo do pesquisador²⁶, em junho de 1966, três sítios foram catalogados por Piazza no município. As informações sobre cada contexto também foram sistematizadas pelo pesquisador em um texto intitulado “Memória Arqueológica sobre o Vale do Itajaí – (Santa Catarina - Brasil)”²⁷. Eis uma síntese das informações sobre os sítios compiladas em ambos os documentos:

- SC-VI-13 - Sítio de Alfredo Wagner, localizado em propriedade de Balcino Wagner no topo de uma colina de constituição calcárea, possui uma camada arqueológica de 0,8 a 1m de espessura, no local foram encontrados pontas de projétil, artefatos em madeira, trançados de Imbé e carvão vegetal - por antigos moradores e também pelo pesquisador. Piazza relata ter coletado, também, um objeto de argila em forma de anel;
- SC-VI-14 - Gruta do Barro Branco, localizada próxima a nascente de um dos formadores do Rio Barro Branco, consiste em um abrigo onde antigos moradores relataram ter encontrado remanescentes ósseos humanos (fragmentos de duas calotas cranianas e fragmentos de ossos longos). Piazza coletou um fragmento de calota craniana e evidenciou fragmentos ósseos triturados em meio ao sedimento que recobria o abrigo. Relatou ainda que moradores encontraram pontas de projétil nas imediações da gruta;
- SC-VI-15 - Gruta da Lomba Alta, localizado em propriedade de Oscar Althoff, o pesquisador registrou informações orais sobre a existência de remanescentes ósseos humanos²⁸ e vestígios líticos no local. Contudo, não evidenciou material arqueológico.

Na mesma época, Rohr (1967) realizou as duas únicas intervenções sistemáticas que se tem registro detalhado para o

²⁶ Acervo do MARQUE/UFSC.

²⁷ Acervo do MARQUE/UFSC.

²⁸ Inclusive, tomou nota que uma calota craniana teria sido levada pelo Sr. Cristiano Knoll para Rio do Sul.

município: uma no sítio SC-VI-13 e a outra em um sítio composto por montículos.

No primeiro, o arqueólogo identificou duas camadas de ocupação pré-colonial, uma a 60cm e a outra a 80cm da superfície. No nível mais profundo, coletou artefatos líticos (lascados e polidos) e vestígios de madeira em decomposição. No nível mais alto, encontrou grande quantidade de seixos rolados, artefatos líticos (lascados e polidos), artefatos em madeira, trançados de fibra de Imbé, cascas de árvores e carvão (Figuras 8 a 10).

Figura 8 - Vitrine com os vestígios encontrados por Rohr (1967) no sítio SC-VI-13, dispostas conforme a estratigrafia do contexto.



Fonte: Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr.

Figura 9 - Artefatos em madeira coletados por Rohr (1967) no sítio SC-VI-13.



Fonte: Acervo do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João A. Rohr.

Figura 10 - Fibras vegetais coletadas por Rohr (1967) no sítio SC-VI-13.



Fonte: Acervo do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João A. Rohr.

Em uma síntese acerca do contexto arqueológico em Santa Catarina, Prous e Piazza (1977, p. 69) publicaram a informação acerca da datação, a partir de uma amostra coletada por Piazza, em 3000 A. P. para a camada superior do sítio SC-VI-13. Posteriormente, Rohr (1984) acrescentou que a datação foi efetuada pelo Museu Nacional de Washington.

No segundo, situado na localidade de Demora, Rohr (1967) relata ter escavado um dos nove montículos existentes no sítio. Em uma das intervenções, coletou um pequeno recipiente de barro não cozido que “possuía trinta centímetros de diâmetro e continha terra poeirenta solta” (p. 23), além de fragmentos de carvão.

Posteriormente, Rohr (1971, 1984) apresentou informações acerca de outros dois sítios registrados em Alfredo Wagner: SC-Alfredo Wagner-4 e SC-Alfredo Wagner-6, ambos compostos por estruturas subterrâneas. Apenas o primeiro foi objeto de escavação, sendo que em uma trincheira Rohr (1971, p. 41) coletou líticos lascados e polidos.

Além destas informações onde há clara referência a contextos arqueológicos localizados em Alfredo Wagner, existem informações sobre a realização de um levantamento arqueológico no Alto Vale do Itajaí por Alroino Eble - arqueólogo do Museu Universitário da UFSC na década de 1970. Conforme menciona Eble (1973b, p. 70), “num total de sessenta dias de trabalhos de campo foram prospectados mais de uma centena de sítios arqueológicos (...)”.

Contudo, apenas seu projeto de pesquisa e informações gerais acerca dos trabalhos que havia realizado foram publicados, nenhum catalogo de sítios com informações detalhadas foi disponibilizado (EBLE, 1973a; 1973b). Além disso, a documentação primária contendo os registros efetuados não está no museu.

Entrementes, dentre os documentos de controle de acervo do MARquE/UFSC, há uma listagem com a nomenclatura dos sítios arqueológicos baseada nas coleções reunidas por diversos pesquisadores que, no geral, segue a padronização utilizada por Piazza (1966), bem como existem listas com informações sobre a composição das coleções.

Assim, tendo em vista que a sigla VI significa Vale do Itajaí e que há coincidência entre denominações de sítios e de rio/localidade existente em Alfredo Wagner²⁹, através da dedução acreditamos que

²⁹ Situação semelhante ocorre com as seguintes coleções: SC-VI-24 – Rio Engano; SC-VI-27 – Rio Engano II; SC-VI-28 – Barro Branco I; SC-VI-31 – Barro Branco II; SC-VI-32 – Barro Branco II. Contudo, ao contrario do caso do Rio Jararaca em que toda extensão do seu curso está inserida na área de Alfredo

coleções de dois sítios possivelmente remetam a contextos localizados no município: SC-VI-25 – Alto Jararaca e SC-VI-33 – Alto Jararaca II.

A coleção do primeiro é composta, exclusivamente, por vestígios líticos. Farias (2005, p. 277) classificou este acervo da seguinte forma: 14 artefatos, 09 lascas, 03 núcleos, 01 detrito, 30 blocos naturais e 27 artefatos polidos.

A coleção do segundo é composta somente por remanescentes ósseos humanos. Conforme identificação efetuada pela Me. Luciane Zanenga Scherer (Anexo II - Análise dos remanescentes ósseos humanos do sítio arqueológico Alto Jararaca II, Alfredo Wagner), constam:

02 fêmures direitos quebrados; 03 tíbias direitas quebradas; 04 tíbias esquerdas quebradas (uma delas infantil); 01 talus direito; 4º metatarsal direito; 02 ossos do quadril direito quebrados (ílio e ísquio); 01 ílio direito quebrado; 03 ilíacos esquerdos quebrados; 03 úmeros direitos quebrados; 03 úmeros esquerdos quebrados; 01 rádio esquerdo quebrado; 02 escápulas direitas quebradas; 02 escápulas esquerdas quebradas; 08 fragmentos de costelas; 01 vértebra torácica; 02 fragmentos de crânio; 01 mandíbula quebrada (recém-nascido); 19 fragmentos de ossos longos; 07 fragmentos ósseos diversos.

Através da análise do número mínimo de indivíduos, foi possível identificar a presença de cinco indivíduos, sendo três adultos (um do sexo masculino e dois do sexo feminino, possivelmente) e duas crianças.

Ainda que a coleção não possua informações detalhadas acerca da sua proveniência, foi possível identificar alguns marcadores interessantes para serem considerados em análises futuras de novas coleções bem contextualizadas. Em síntese, foi percebida a presença de:

- Bom desenvolvimento da linha solear em um par de tíbias de um mesmo indivíduo, o que pode indicar a realização de deslocamentos em terrenos acidentados e íngremes associados ao transporte de cargas pesadas;

Wagner, os rios Engano e Barro Branco abrangem o território de outros municípios. Inclusive, Farias (2005, p. 280-281) situa os sítios “Rio Engano” em Angelina e os sítios “Barro Branco” em Ituporanga.

- Desenvolvimento da linha áspera na parte posterior de um fêmur, marcador relacionado a pressão das massas musculares, o qual pode ser resultado de hábitos posturais e/ou a transposição de terrenos acidentados;
- Abertura septal na epífise distal de alguns úmeros, característica epigenética pós-craniana que especifica parte da coleção.

Há que se ressaltar que a coleção apresentava diversas alterações tafonômicas, as quais estão relacionadas ao contexto de deposição, como: ossos com coloração esbranquiçada; desprendimento de parte da cortical óssea; ossos friáveis e/ou com sinais de corrosão; quebras e rachaduras longitudinais nos ossos; marcas de dentes de roedores.

Sintetizando as informações apresentadas, na Tabela 1 constam os dados conhecidos por meio de bibliografia para cada sítio.

Tabela 1 - Sítios arqueológicos conhecidos em Alfredo Wagner/SC por meio de bibliografia.

<u>Sítio</u>	<u>Outras denominações</u>	<u>Tipo</u>	<u>Material encontrado</u>	<u>Referência</u>
SC-VI-13	Sítio Arqueológico de Alfredo Wagner; Alfredo Wagner 1	Lítico a céu aberto	Madeira, trançado de Imbé, carvão e lítico	Rohr (1967, 1984) Prous e Piazza (1977)
SC-VI-14	Gruta do Barro Branco	Abrigo sob rochas	Remanescentes ósseos humanos	Piazza (1967), Brandi (2006)
SC-VI-15	Gruta da Lomba Alta; SC-Alfredo Wagner-5; Abrigo sob Rocha Poço Certo	Abrigo sob rochas	Remanescentes ósseos humanos	Piazza (1967),Rohr (1971, 1984); Wagner (2002); Brandi (2006)
Alfredo Wagner 2		Montículos funerários	Barro não cozido	Rohr (1967, 1984)

SC- Alfredo Wagner- 4	Casa Subterrânea Balcino Wagner	Estruturas subterrâneas	Lítico lascado e polido	Rohr (1971, 1984); Wagner (2002)
SC- Alfredo Wagner- 6	Casa Subterrânea Orival Althoff	Estruturas subterrâneas	-	Rohr (1971, 1984)
SC-VI- 25	Alto Jararaca I	-	Líticos	Acervo MARquE/UFSC
SC-VI- 33	Alto Jararaca II	-	Remanescentes ósseos humanos	Acervo MARquE/UFSC

A partir de amostras provenientes de contextos acima mencionados, pelos menos dois referenciais cronológicos acerca da ocupação pré-colonial da área do município são conhecidos. Os dados estão listados na Tabela 2.

A primeira é oriunda da camada mais recente do sítio pesquisado por Rohr (1967), enquanto que a segunda foi obtida por De Masi (2001, p. 81) a partir de uma amostra denominada “ALFREDO WAGNER (Alto Jararaca)”, possivelmente oriunda da coleção SC-VI-33 sob guarda do MarquE/UFSC.

Tabela 2 - Datações de sítios arqueológicos em Alfredo Wagner

<u>Sítio</u>	<u>Tipo</u>	<u>Data</u>	<u>Amostra/Laboratório</u>	<u>Referências</u>
SC-VI- 13	Céu aberto	3000 A. P. (amostra desconhecida)	Museu Nacional de Washington	Prous e Piazza (1977), Rohr (1984).
Alto Jararac a II	Abri go sob rocha	1610 A. P.* (colágeno)	53916/Lawrence LivermoreNationalLaborato ry Center	De Masi (2001)

*Calibrada

Além de um referencial cronológico, a análise de colágeno realizada por De Masi (2001, p. 114) produziu informações acerca da dieta do indivíduo em questão a partir do estudo de proporção de

isótopos de carbono ($^{13/12}\text{C}$) e de nitrogênio ($^{15/14}\text{N}$). Como resultado, percebeu que a dieta deste indivíduo condiz com o esperado para caçadores-coletores do interior, ou seja, predominantemente baseada em recursos terrestres e sem indícios de adoção de alimentos cultivados.

Além dos estudos acima discutidos, uma grande contribuição para refinar o conhecimento acerca da ocupação mais remota desta área foi o trabalho desenvolvido pelo engenheiro Altair Wagner. Ao longo da década de 1990, o pesquisador realizou um levantamento arqueológico por todo município a fim de registrar e catalogar as evidências encontradas pelos moradores e, também, de conscientizar a população acerca da importância da preservação dos sítios.

Como resultado, Wagner (2002) publicou uma lista contendo informações sobre 160 possíveis sítios arqueológicos, dentre os quais constam: galerias subterrâneas (06), abrigos sob rocha (54), “manchas pretas” (60) e “casas subterrâneas” (42). No Anexo III consta um mapa elaborado a partir dos dados apresentados por Wagner (2002). Adiante retomaremos as informações produzidas por este levantamento.

Além do livro, os esforços e o empenho Sr. Altair Wagner em prol da preservação do patrimônio arqueológico registrado no município resultaram na criação do Museu de Arqueologia Lomba Alta³⁰. Principalmente devido ao contato do Sr. Altair com a comunidade local, moradores de diferentes localidades têm doado artefatos arqueológicos encontrados por acaso, principalmente durante a realização de atividades agrícolas no ambiente rural.

O acervo arqueológico do museu é composto, sobretudo, por artefatos líticos. Há mais de uma centena de pontas de projétil (com diferentes características formais e produzidas a partir de matéria-prima diversificada), bem como dezenas de bifaces bumerangóides, além de outros artefatos lascados, polidos e picoteados. Em meio ao acervo, uma peça merece destaque devido a sua excepcionalidade: trata-se de um zoólito com o formato de baleia, encontrado na localidade de Campinho, interior do município.

Há também uma coleção de remanescentes ósseos humanos encontrados em abrigos localizados em Alfredo Wagner, bem como um fragmento cerâmico corrugado – característico de grupos Guarani – também coletado no município.

A partir das informações compiladas por meio de bibliografia e da observação do acervo do museu - que demonstra a diversidade de

³⁰ <http://museudearqueologia.com.br/>

artefatos já encontrados na região -, optamos por complementar a busca por informações por meio da realização atividades em campo. Para tanto, utilizamos o catálogo de sítios publicado por Wagner (2002) como guia.

3.2.2. Levantamento em campo

O levantamento em campo teve por objetivo conhecer um pouco da diversidade dos contextos existentes em Alfredo Wagner no que remete a implantação e a morfologia, bem como a identificação de vestígios que sustentassem a classificação destes locais enquanto sítios, além de vislumbrar possíveis articulações espaciais entre diferentes registros arqueológicos.

Considerando os dados publicados e a facilidade de acesso, concentramos nossos esforços em três unidades hidrográficas do município: Riozinho, São João e Águas Frias. As atividades foram realizadas entre os dias 30 de junho e 03 de julho de 2014. Apenas atividades não interventivas foram realizadas.

A seguir, apresentamos informações sobre os contextos e os resultados do levantamento em categorias similares as utilizadas por Wagner (2002).

3.2.2.1. Estruturas subterrâneas

Conforme exposto no capítulo anterior, os sítios compostos por estruturas subterrâneas e aterros vêm sendo compreendidos enquanto espaços relacionados à ocupação de grupos Jê meridionais. As concavidades arqueológicas têm sido entendidas, principalmente, enquanto moradia, contudo podem estar relacionadas a outros usos, como ao armazenamento e ao preparo de alimentos.

Nos registros efetuados por Wagner (2002), estes contextos são classificados como “casas subterrâneas”. No âmbito desta pesquisa, estamos denominando estes sítios como estruturas subterrâneas, entendendo que estes espaços podem ter sido utilizados para finalidades diversas (REIS, [1979] 2007).

Dentre os quarenta e dois sítios de estruturas subterrâneas catalogados por Wagner (2002), os quais somam 239 concavidades, visitamos quatro: Balcino Wagner, Orival Althoff, José Wagner e Tobias Wagner. Procuramos outros três – Orival Althoff I, Orival Althoff II e Maria da Conceição Andrade -, porém não os localizamos.

Além destes, efetuamos dois novos registros no decorrer dos trabalhos de campo: Poço Certo II e Rio Caixão I.

A seguir, apresentaremos informações acerca de cada um destes contextos, excetuando-se o sítio Tobias Wagner, pois este foi selecionado para realização de escavações e suas informações serão apresentadas no capítulo seguinte.

SC Alfredo Wagner - 4³¹

(Balcino Wagner)

UTM 22J 663430 / 6935037

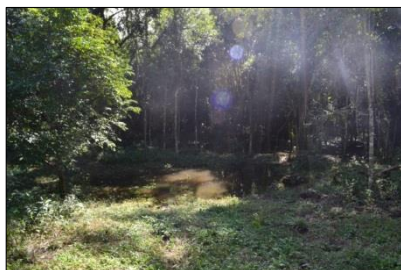
Localizado na área central do município, próximo a sede, em propriedade de Balcino Wagner – fundos da residência, área gramada. Está situado no topo de um morro, em uma altitude de 595m. Localiza-se na microbacia do Rio Águas Frias, sendo que dista 600m dele na direção sudeste.

Corresponde ao sítio SC Alfredo Wagner 4 de Rohr (1971, p. 41).

O sítio é composto por um conjunto de 3 estruturas subterrâneas: uma possui cerca de 3m de diâmetro e até 1m de profundidade aparente; as outras duas localizam-se lado a lado, com cerca de 5 a 7m de diâmetro e profundidade aparente de até 0,5m. Segundo Wagner (2002, p. 183), há ainda uma concavidade que foi aterrada.

Não foram evidenciados vestígios arqueológicos em superfície.

Figura 11- Visão parcial da área de implantação das estruturas subterrâneas.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 12 - Detalhe de uma das estruturas subterrâneas que compõe o sítio.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

³¹ Quanto da existência de registro pretérito sobre o sítio, adotamos a nomenclatura mais antiga e apresentamos abaixo, em parênteses, a denominação utilizada por Wagner (2002).

SC - Alfredo Wagner - 6
(Orival Althoff)
UTM 22J 658509/ 6933310

Situado em Poço Certo, em propriedade da família Althoff, área destinada a atividades agrícolas. Está localizado na baixa vertente de uma morraria, em uma altitude de 741m. Localiza-se na micro-bacia do Riozinho, sendo que dista cerca de 300m do Rio Poço Certo.

Corresponde ao sítio SC Alfredo Wagner - 6, de Rohr (1971, p. 41).

Conforme informações prestadas por moradores da localidade, a área onde estava o sítio arqueológico foi destruída para a construção de um açude. Segundo as informações de Wagner (2002, p. 183-184), as concavidades possuíam 7m, 6m e 3m. Chegamos aos açudes, porém não conseguimos localizar as evidências por ocasião da destruição.

Wagner (2002, p. 173) relata a existência de outros dois sítios com mesma morfologia nas proximidades - Orival Althoff I e Orival Althoff II -, porém não os encontramos valendo-se das informações publicados, bem como através de entrevistas com antigos moradores. De todo modo, fomos informados por Odilio Althoff e Sergio Althoff de que uma concavidade localizada em área de plantio, no alto do morro a sudeste, foi aterrada para nivelar o terreno.

Figura 13 - Visão geral da área onde estariam implantadas as estruturas subterrâneas destruídas pela construção de açude.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

José Wagner**UTM 22J 659084 / 6929592**

Situado na localidade de Pedra Branca, em propriedade de Antônio Anildo Couto – “Pernambuco”. É fácil de ser acessado, pois está localizado no início da estrada geral da Pedra Branca. Localiza-se em uma altitude de 815m, no topo de um patamar de morro, no âmbito da microbacia do Rio São João – do qual dista cerca de 200m no sentido noroeste.

Neste sítio arqueológico foi evidenciada uma estrutura subterrânea com cerca de 5m de diâmetro e entre 1,5m e 2m de profundidade aparente, além de outras concavidades no entorno com pequenas dimensões (1-2m de diâmetro). Segundo Wagner (2002, p. 184), trata-se de cinco concavidades.

A área onde o sítio está situado é utilizada atualmente como pasto. Nas imediações existem algumas araucárias.

Na base da maior concavidade foram identificadas algumas rochas queimadas, porém o proprietário relatou fazer fogueiras no local. Além destas evidências, nenhum outro vestígio foi encontrado.

Figura 14 - Estrutura subterrânea de maior dimensão que compõe o sítio.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 15 - Visão geral da área de implantação do sítio.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Poço Certo II**UTM 22J 658667 / 6933283**

Situado na localidade de Poço Certo, em propriedade da Família Althoff, área destinada à pastagem. Pode ser acessado de forma facilitada por caminhos que interligam as áreas de plantio com as residências. Localiza-se na baixa vertente de morraria, em uma altitude

de 754m. Dista cerca de 250m de um dos formadores do Rio Poço Certo, âmbito da microbacia do Riozinho.

É composto por uma estrutura subterrânea, cujo diâmetro possui cerca de 3m e profundidade aparente de, aproximadamente, 0,30m. A parte baixa da concavidade está parcialmente encoberta por vegetação arbustiva.

Nas proximidades existem diversas araucárias. Nenhum vestígio em superfície foi encontrado.

Figura 16 - Visão geral da área de implantação do sítio.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 17 - Detalhe de estrutura subterrânea que compõe o sítio.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Rio Caixão I **UTM 22J 655831 / 6931701**

Situado na localidade de Rio Caixão em área destinada a pastagem, em altitude de 784m. Localizado na média vertente de um patamar de morro, com baixa declividade, nas proximidades de uma escarpa – da qual dista menos de 100m no sentido sudeste. Pode ser acessado de forma facilitada por meio da estrada geral do Rio Caixão. Dista cerca de 250m no sentido noroeste de um dos formadores do Arroio Caixão, no âmbito da microbacia do Riozinho.

É composto por 10 estruturas subterrâneas, sendo que é cortado por uma estrada que interliga a residência do proprietário³² à estrada geral do Rio Caixão. As concavidades possuem diâmetros variáveis entre 3 e 5m e profundidade aparente máxima de 0,5m.

³² O proprietário não foi localizado e não conseguimos identifica-lo junto aos vizinhos.

O sítio foi encontrado ao acaso, quando da intenção de efetuar registros fotográficos frontais da margem leste do Vale do Riozinho. Há uma grande quantidade de araucária nas imediações das estruturas subterrâneas.

Além das concavidades, nenhuma outra evidência arqueológica foi identificada.

Figura 18 - Visão geral da área de implantação das estruturas subterrâneas.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 19 - Detalhe de estruturas subterrâneas que compõe o sítio.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

3.2.2.2. Abrigos sob rochas

No que diz respeito aos contextos de abrigos sob rochas, a partir de dados oriundos de pesquisas no nordeste do Rio Grande do Sul, Dias e Jacobus (2003) mostram que estes espaços apresentam evidências relacionadas ao desenvolvimento de atividades domésticas por grupos caçadores-coletores há mais de 8000 anos A. P.

Por outro lado, versando sobre contextos onde foram encontrados grande quantidade de remanescentes ósseos humanos, Schmitz *et al* (2005, p. 59) acreditam na possibilidade de que povos Jê meridionais tenham utilizado estes espaços como área de sepultamentos. Ainda que não existam informações cronológicas que vislumbrem uma sincronia na ocupação destes diferentes contextos, tal hipótese está baseada na proximidade espacial entre sítios compostos por estruturas subterrâneas e os abrigos. Ademais, como explana Beber (2004, p. 238), a presença de fragmentos cerâmicos em um abrigo com sepultamento (RS-A-28 – “Perau das Cabeças”) reforça a possibilidade da ocupação destes espaços por povos Jê meridionais.

Dias (2003), em uma proposta acerca da ocupação de grupos horticultores relacionados à tradição Taquara no Alto Vale do Rio dos

Sinos (RS), inclui um abrigo sob rocha (RS-S-328 - Caipora) enquanto parte do sistema de assentamento Jê meridional na área em questão. Tal compreensão baseia-se nas informações cronológicas disponíveis, bem como na análise tecnotipológica dos vestígios líticos presentes no abrigo e comparados com contexto com a presença de cerâmica Taquara.

Para o contexto alfredense, Wagner (2002) arrola cinquenta e quatro abrigos sob rocha, os quais podem estar relacionadas a ocupação indígena da área.

Em um estudo piloto desenvolvido na microbacia do Caeté, Schroder (2005) analisou 24 cavidades rochosas (abrigos e grutas) a fim de compreender o processo de formação deles. Assim, classificou estas construções em quatro categorias de acordo com sua gênese: erosão mecânica³³ pela água; erosão diferencial³⁴, fraturamento³⁵ e desmoronamento³⁶.

Dentre a amostra analisada, Schroder (2005, p. 53-54) identificou a existência de cavidades rochosas em diferentes formações geológicas: Rio do Sul, Rio Bonito, Irati, Serra Alta e Rio do Rasto. 19 ocorrências formadas por fraturamento, erosão diferencial ou desmoronamento, localizam-se em área de formação Rio do Sul ou Rio Bonito, porém “não há como efetuar uma relação entre a formação geológica e o tipo de cavidade” (*idem*, p. 54-55).

No âmbito dos abrigos listados por Wagner (2002), apenas quatro apresentam informações acerca da presença de vestígios que podem estar relacionados à ocupação indígena da área: Gruta do Indiozinho ou do Bugrinho, Catuíra, Poço Certo, Riozinho.

³³ “Refere-se ao desgaste exclusivamente mecânico da rocha pela ação de materiais que se movem sobre ou sob sua superfície, seja pelos movimentos de massa nas vertentes pela força da gravidade ou pelos agentes de transporte que exercem ação erosiva” (Bigarella, 2005. **Apud** Schoroder, 2005, p. 24).

³⁴ “Quando o processo erosivo avança com velocidades diferentes em um mesmo local, por exemplo, em superfícies adjacentes de rocha, podemos chama-la erosão diferencial. Isto pode acontecer devido à granulometria e a cimentação variarem de lugar para lugar da rocha exposta” (Schoroder, 2005, p. 25).

³⁵ Derivado de diaclases, ou seja, “aberturas microscópicas ou macroscópicas que aparecem no corpo rochoso, sendo causadas principalmente por esforços tectônicos, tendo direções variadas”.

³⁶ “(...) se fazem ao longo de planos de cisalhamento planares, onde a massa em movimento fragmenta-se em muitos blocos. A superfície de movimentação é abrupta e o volume de material envolvido é muito grande”.

Os dois primeiros não foram visitados em campo e carecem de análise do contexto.

Conforme o pesquisador (ibidem, p. 65-66), a Gruta do Indiozinho ou do Bugrinho possui 125m de frente e largura variável entre 3 e 10m, sendo que está situada numa altitude de 760m. Duas cachoeiras deságuam em frente à gruta. Antigos moradores relatam ter encontrado remanescentes ósseos humanos em uma cesta contornada por cascas de árvores, daí a denominação popular do local. Wagner (*idem*) encontrou os ossos humanos em superfície e realizou uma intervenção nas proximidades. Na escavação encontrou um artefato plástico, objeto que o fez supor que os ossos humanos consistiam em um sepultamento recente.

O abrigo sob rochas da Catuíra localiza-se próximo a sede do distrito homônimo. Possui uma frente com cerca de 280m, uma largura máxima de 22m e altura variável entre 2 a 45m. Cinco cachoeiras desaguam em frente ao abrigo. Wagner (2002, p. 130) relata que “em pequena sondagem encontramos ossos de animais”.

Além do Poço Certo e do Riozinho, também visitamos os abrigos da Lomba Alta, Valmir Wagner e Serra do Tio Zezé, devido à proximidade espacial destes com sítios com outra composição. Adiante, apresentamos detalhes sobre estes contextos.

SC-VI-15 – “Lomba Alta”

(Poço Certo)

UTM 22J 658356 / 6933537

Foi registrado por Piazza (1966b) como “SC-VI-15 / Lomba Alta” e citado por Rohr (1971, 1984) como SC-Alfredo Wagner-5. Antigos moradores relataram aos pesquisadores que outrora foram encontrados ossos humanos no local. Inclusive, há, no acervo do Museu de Arqueologia Lomba Alta, dois fragmentos oriundos deste sítio.

Está situado em localidade homônima, nas imediações das propriedades rurais da família Althoff, no âmbito da microbacia hidrográfica do Riozinho. Conforme Wagner (2002, p. 59), o abrigo possui 80m de frente, uma profundidade máxima de 19m e altura variável entre 4 e 13m. Sua fachada esta voltada para sudoeste. Consiste numa formação esculpida em contexto geológico do Grupo Guatá, sendo que parece ter sido originado por erosão diferencial. Está situado 719m acima do nível do mar. Há uma grande cachoeira em frente, onde deságua o Rio Poço Certo.

Em campo, visitamos o abrigo sob rochas do Poço Certo a fim de buscar evidências arqueológicas. O sítio é de fácil acesso, sendo comumente visitado por populares, pois há um oratório no abrigo.

Segundo informações prestadas pelo Sr. Odílio Althoff, ele ajudou seu pai (Orival Althoff) a aterrar a superfície do abrigo a fim de nivelar a área do oratório, sendo que acredita ser necessário remover uma camada de 1m de espessura do solo para alcançar a superfície original. Diversos moradores do entorno relatam que, historicamente, sabe-se que foram encontrados materiais arqueológicos no interior do abrigo, como ossos humanos, conchas e líticos.

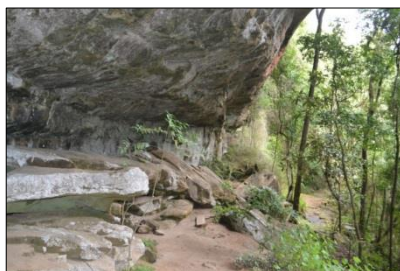
Contudo, nenhum vestígio arqueológico foi encontrado no âmbito da nossa pesquisa de campo.

Figura 20 - Visão geral do abrigo onde atualmente há um oratório.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 21 - Visão parcial do abrigo.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Riozinho

UTM 22J 655944 / 6935716

Situado em localidade homônima, propriedade de Ivan Andersen, possui uma área de 650m², com comprimento de mais de 50m – sendo 30m de abertura frontal -, profundidade máxima alcança 20,5m e altura variável entre 2,1 e 2,9m (WAGNER, 2002, p. 63). Em frente ao abrigo existe uma cachoeira. Sua fachada esta voltada para leste. Após a entrada, há um salão amplo. Localiza-se em uma altitude de 474m.

O abrigo foi escavado em uma área cuja geologia consiste no Grupo Itararé, mais especificamente Formação Rio do Sul. Tomando a classificação de Schroder (2005), evidências percebidas no interior da cavidade sugerem que sua formação ocorreu por erosão mecânica pela água e por erosão diferencial.

Sobre o Riozinho, Wagner (*idem*) menciona que “informaram moradores antigos da existência de ossos humanos”. *In loco*, evidenciamos muitos detritos e fragmentos de rochas, além de blocos e matações, por toda a superfície, porém nenhum deles com evidências de apropriação antrópica.

A partir da observação da superfície do abrigo, observamos que existem áreas em que há maior presença de pacote sedimentar. Há a necessidade de desenvolver intervenções a fim de diagnosticar a presença de registro arqueológico em subsuperfície.

Figura 22 - Visão geral da entrada do abrigo.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 23 - Visão da parte interna do abrigo.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Lomba Alta II

UTM 22J 658466 / 6930949

Situado em localidade homônima, em propriedade de Belmiro Mariani, nos fundos do terreno. De fácil acesso. Possui 17m de frente, 7,4m de largura máxima e altura variável entre 2,3 e 3,1m (WAGNER, 2002, p. 126). A fachada esta voltada para nordeste. Localiza-se em uma altitude de 765m. Poucos metros à frente, há um pequeno curso d'água

Localiza-se na cabeceira de um dos formadores do Arroio Lomba Alta, o qual integra a microbacia do Riozinho. Está inserido em área de geologia do Grupo Guatá, Formação Rio Bonito. Sua gênese parece estar relacionada à erosão mecânica pela água.

Wagner (2002, p. 125-126) efetuou sondagem até 1,8m abaixo da superfície, sendo que percebe a seguinte estratigrafia: 0,4m de lodo preto; 0,4m de argila; 0,9m de areia.

Em campo, encontramos a superfície do abrigo inundada, sendo que, conforme o filho do proprietário, é comum alagar após chuvas intensas. Identificamos a área escavada por Wagner, contudo, devido à presença de água não pudemos fazer leitura da estratigrafia.

Nenhum vestígio foi localizado e os moradores do local relataram desconhecer a existência de registro arqueológico no abrigo. Contudo, por apresentar espesso pacote sedimentar, deve-se investir em intervenções a fim de investigar a existência de vestígios de ocupação pretérita.

Figura 24 - Visão geral do abrigo.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 25 - Visão da porção do abrigo onde há maior presença de sedimento.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Serra do Tio Zezé

UTM 22J 658648 / 6928135

Situado na localidade de Pedra Branca, em propriedade de Maria da Conceição Andrade, nos fundos do terreno. Dificuldade de acesso moderada. Possui 23m de frente, largura máxima de cerca de 15m e altura variável entre 0,60 e 6m (WAGNER, 2002, p. 68). Além da abertura frontal, voltada para nordeste, há um salão.

Localiza-se numa altitude de 866m. Duas cachoeiras desaguam em frente ao abrigo, sendo que seguem consistem em formadores do Rio São João. Situa-se em área de geologia do Grupo Guatá, formações Rio Bonito e Palermo. Sua origem parece estar relacionada à erosão diferencial.

Wagner (2002, p. 68-70) efetuou uma sondagem, contudo não descreve as camadas percebidas. Relata, ainda, que posteriormente foi

encontrado por Valmir Wagner um artefato "bastante curioso" – o qual não é descrito.

Contando com a colaboração do Sr. Valmir Wagner- “Vami” -, visitamos o local. O abrigo encontra-se recoberto por fragmentos de folhelho, os quais descolam das paredes onde está inserido o sítio. Identificamos a área escavada por Wagner (2002), sendo que nas paredes da quadra é possível evidenciar que o solo é composto por uma sucessão de camadas de fragmentos de rochas bem compactadas, provavelmente originadas do deslocamento do folhelho.

Nenhum vestígio arqueológico foi localizado em superfície, bem como nenhuma área com a presença de pacote sedimentar que permitisse a execução de intervenções em subsuperfície.

Figura 26 - Visão geral da fachada do abrigo.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 27 - Porção interna do abrigo.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Rio São João I

UTM 22J 659047 / 6928849

Situado na localidade de Pedra Branca, em propriedade de Valmir Wagner – “Vami” -, próximo a sua residência. É de fácil acesso. Possui cerca de 20m de frente, até 5m de largura e altura variável entre 2,5 e 4m. Há um curso d’água que corre em parte do piso do abrigo, o qual consiste em um dos formadores do Rio São João.

Localizado em uma altitude de 822m. A geologia local é classificada como Grupo Guatá, Formações Rio Bonito e Palermo. Sua gênese parece estar relacionada à erosão mecânica por água.

A informação sobre a sua existência foi prestada pelo proprietário, o qual nos guiou ao local. Não foi listado por Wagner (2002), contudo o Sr. Valmir indicou uma área onde foi realizada uma

sondagem. Não conseguimos perceber a estratigrafia no local escavado devido ao acúmulo de água.

Não encontramos vestígios e o proprietário relatou não ter conhecimento acerca da existência de registro arqueológico.

Figura 28 - Visão geral do abrigo.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 29 - Visão do abrigo em ângulo oposto ao da foto anterior.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

3.2.2.3. Líticos a céu aberto

Os sítios líticos a céu aberto apresentam uma grande variabilidade no que remete a composição do registro arqueológico. Há contextos que apresentam apenas vestígios lascados e outros que contém artefatos lascados e polidos. Dentre as evidências encontradas nestes sítios, constam, por exemplo, pontas de projétil e bifaces bumerangóides.

No âmbito de PRONAPA, os contextos que apresentavam pontas de projétil foram classificados como Tradição Umbu. Por outro lado, os sítios que continham artefatos bifaciais de médio e grande porte foram entendidos como Tradição Humaitá. Ambos os tipos de contextos estariam relacionados a ocupações pretéritas de grupos caçadores-coletores, porém de matriz cultural distinta.

A partir de uma análise que privilegiou aspectos tecnológicos, cronológicos e espaciais, Dias e Hoeltz (2005) mostraram que, colocados em contexto regional, os sítios classificados enquanto Tradição Humaitá apresentam uma variabilidade que está relacionada às distintas ocupações que produziram um registro semelhante, porém para finalidades diferentes. Assim, os artefatos bifaciais de médio e grande porte estariam relacionados tanto a grupos caçadores-coletores, quanto a grupos agricultores. Portanto, o significado deste tipo de registro

arqueológico deve ser compreendido contextualmente sob uma perspectiva que engendre um sistema de sítios.

Dias (2003), visando compreender um conjunto de sítios da região do Vale do Rio dos Sinos - nordeste do Rio Grande do Sul, transição entre planalto e litoral -, insere os sítios líticos a céu aberto em uma dinâmica de ocupação territorial, que incluiria também os abrigos sob rochas, desenvolvida por grupos caçadores-coletores vinculados a tecnologia da Tradição Umbu, bem como grupos horticultores relacionados à Tradição Taquara. Deste modo, a partir da cronologia e de análises tecnotipológicas, são traçadas associações entre diferentes contextos relacionados à ocupação caçadora-coletora ou Jê meridional, sendo que os sítios devem ser integrados pensando-se em funcionalidades distintas em um mesmo sistema de assentamento.

Especificamente na porção central da encosta da serra catarinense, Farias (2005) desenvolveu escavações e coletas de superfície no sítio SC-MG-01, localizado no município de Major Gercino. O contexto apresenta uma área estimada de 54.005,64 m², subdivida em três áreas, onde foram coletados líticos lascados, bem como fragmentos e resíduos de lascamento, até 40cm abaixo da superfície. Foi obtida a data de 230±60 A. P. para uma amostra (Beta 202016).

A partir das observações acerca da implantação ambiental do sítio, bem como de análises tecnológicas dos artefatos líticos e da estratigrafia do contexto, Farias (2005, p. 199-204) interpretou, tomando por base um modelo Xokleng, que SC-MG-01 foi um espaço destinado a atividades forrageiras de grupos caçadores-coletores vinculados à Tradição Umbu que tinham como prática a mobilidade local e regional.

Para o contexto alfredense, Wagner (2002) arrolou sessenta “manchas pretas”, ou quais, no geral, caracterizam-se como sítios líticos a céu aberto com pacote sedimentar de coloração escura e pouca profundidade. A partir de coletas de superfície e subsuperfície, o pesquisador notou a presença de uma diversidade de artefatos líticos, sobretudo lascados.

Conforme observação de Wagner (2002), estes sítios estão implantados em áreas planas ou pontos elevados, sendo que são encontradas isoladas, em conjunto com outros de mesma composição ou, ainda, associadas espacialmente a estruturas subterrâneas.

Assim, a fim de compreender um pouco da variabilidade deste tipo de registro arqueológico na área do município, visitamos quatro deles: João Alfredo Rohr, Edgar Wagner, Alfredo Henrique Wagner e José Wagner. Além destes, também registramos uma ocorrência de

vestígios líticos em superfície no decorrer do levantamento (OC - Poço Certo). Adiante, as informações sobre os contextos.

SC-VI-13 – “Sítio de Alfredo Wagner”

(João Alfredo Rohr)

UTM 22J 663440 / 6934936

Situado na área central do município, próximo à sede, em propriedade de Edgar Wagner. Pode ser acessado facilmente a partir do centro ou via BR-282. Está implantado no topo de um morro, em uma altitude de 593m, a beira de um açude. Localiza-se na microbacia do Rio Águas Frias, sendo que dista 600m dele na direção sudeste.

Consiste no sítio registrado por Piazza (1966b) e escavado por Rohr (1967). Apresenta duas camadas de ocupação, sendo que a mais recente foi datada em 3000 A. P. Conforme mencionado anteriormente, deste sítio foram coletados vestígios líticos, além de fibras de vegetais e artefatos em madeira.

Segundo informado por Rohr (1967), um açude foi aberto sobre o sítio e imediações à época de sua pesquisa. Porém, considerando a planta publicada pelo arqueólogo e o que foi evidenciamos em campo, acreditamos que parte do registro arqueológico ainda esteja preservado em uma elevação encoberta por gramíneas e, de forma esparsa, por árvores de médio e grande porte. Há, inclusive, na margem do açude onde está o sítio, uma camada de solo de coloração escura que não ocorre nas demais margens. Contudo, não foram evidenciados materiais arqueológicos.

Figura 30 - Visão geral do sítio SC-VI-13. A área com vegetação alta, no centro da foto, possivelmente ainda preserva vestígios.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Edgar Wagner**UTM 22J 663399 / 6934945**

De modo semelhante ao anterior, está situado na área central do município, próximo à sede, em propriedade de Edgar Wagner. Pode ser acessado facilmente a partir da BR-282. Está localizado em um patamar de morro, em uma altitude de 633m. Localiza-se na microbacia do Rio Águas Frias, sendo que dista 600m dele na direção sudeste.

Segundo Wagner (2002, p. 161), o terreno foi lavrado por muitas vezes, contudo ainda são encontrados fragmentos de artefatos e líticos queimados em superfície. Segundo foi informado pelo filho do proprietário, no local foram encontrados diversos artefatos arqueológicos por seu pai e familiares ao longo do tempo.

O local caracterize-se como uma pequena elevação que atualmente está encoberta por gramíneas e cercada por eucaliptos. Ao norte do sítio, há um campo de futebol.

No decorrer das pesquisas de campo não identificamos materiais arqueológicos em superfície.

Figura 31 - Área gramada onde se localiza o sítio.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Alfredo Henrique Wagner**UTM 22J 659268 / 6931332**

Situado em Lomba Alta, na propriedade de Lauro Cunha, em área de pasto. De fácil acesso por meio da estrada geral da lomba alta, sendo que o sítio localiza-se após a igreja católica da localidade. Está localizado no topo de um morro, numa altitude de 858m, o qual consiste no divisor de águas entre as microbacias do Riozinho e São João.

Conforme Wagner (2002, p. 141), o sítio localiza-se “em uma lombada”, sendo que devido à realização de atividades agrícolas, muitos artefatos líticos e fragmentos de rochas foram encontrados no local.

Segundo informações prestadas pelo proprietário, ao longo dos anos foram encontrados diversos artefatos arqueológicos no local. Inclusive, ele possui uma coleção com cerca de 80 pontas de projétil, dezenas de bifaces de médio e grande porte, além de dezenas de lascas e núcleos.

Observamos que o sítio localiza-se em uma área gramada, que outrora foi lavrada para o cultivo, mas que o proprietário relata ser improdutivo. Na área identificamos dois artefatos líticos de médio porte com evidências de lascamento bifacial, além de lascas de diferentes matérias-primas.

Figura 32 - Área de implantação do sítio.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 33 - Vestígios líticos coletados pelo proprietário no sítio.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

José Wagner
UTM 22J 658721 / 6928289

Situado em Pedra Branca, propriedade de Maria da Conceição Andrade, em área encoberta por vegetação secundária nos fundos do terreno. A dificuldade de acesso é moderada, sendo necessário caminhar em meio a mata por vezes fechada e subir morros com declividade acentuada. Localizado na alta vertente de um morro, em uma altitude de 875m. Dista cerca de 200m, em direção leste, de um dos formadores do Rio São João.

Trata-se de uma mancha com 8,5m de diâmetro que em 5 sondagens de 20x20cm, apresentou as seguintes profundidades: h1= 38cm; h2 = 50cm;

h3 = 27cm; h4 = 19cm e h5 = 32cm, todas apresentando carvão, cinzas e cacos argilosos em tamanhos diversos, **parecendo cerâmica muito rudimentar** (WAGNER, 2002, p. 134).

Wagner (2002) abriu uma trincheira de mais de 9m de comprimento por 0,75m de largura, escavada em níveis de 0,15m, perpassando toda a área com sedimento escuro. “Foi uma constante o encontro de material parecido com **cerâmica bem rudimentar**. Recolheu-se 820 pedaços até a profundidade máxima de 60 cm, já em terra natural (argila)” (*idem*, p. 134-135). Também coletou dois artefatos líticos lascados a 35 e 42 cm de profundidade.

Muito curioso e ocasional no diâmetro escavado à aproximadamente 2,5m das extremidades do círculo na trincheira, encontramos no fundo dois semi-círculos, local onde estavam enterrados pontaletes de sustentação da cobertura distanciados de 2,5m e observamos sinal de madeira apodrecida. Sob os dois pontaletes encontramos duas pedras de folhelho com 25x15x3cm de espessura e 28x17x3cm para a outra, que serviam de apoio para os pontaletes (*idem*).

Posteriormente, Wagner (2002) realizou uma nova abertura, a 45° da trincheira anterior, da onde coletaram mais 106 fragmentos da tal “cerâmica rudimentar”, outro artefato lítico lascado, além de carvão e amostras de sedimento.

Em campo, contando com o apoio do Sr. Valmir Wagner – “Vami” -, localizamos o sítio. No local foi possível observar as trincheiras escavadas por Wagner (2002) e alguns fragmentos em superfície do material argiloso identificado nas intervenções.

Na área onde está o sítio, devido à exposição parcial da superfície, foi evidenciada a existência de uma camada de sedimentos que possui uma coloração bem escura e nada parecida com o solo circundante.

Em virtude da peculiaridade dos vestígios argilosos evidenciados em campo, optamos por conhecer a coleção reunida nas escavações e que se encontra no Museu de Arqueologia da Lomba Alta. Nenhum dos fragmentos observados remete a estrutura de algum tipo de vasilhame conhecido, sendo que, apresentam características da litologia local.

Carece de uma análise pormenorizada em contexto, contudo nos parece que se trata de fragmentos de rocha sedimentar intemperizada.

Figura 34 - Área onde estão as evidências e que foi escavada por Wagner (2002).



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 35 - Detalhe de trincheira escavada por Wagner (2002).



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

OC Poço Certo
UTM 22J 658709 / 6933027

Ocorrência registrada em Poço Certo, propriedade de Sergio Althoff, área destinada ao plantio de cebola, milho e aveia. Acesso facilitado por meio de estradas rurais que levam as lavouras. As evidências foram registradas na alta vertente de um morro, numa altitude de 790m. Dista cerca de 200m do Arroio da Barraca, na direção sudoeste, âmbito da microbacia do Riozinho.

Em meio à área arada para plantio de cebola, identificamos em superfície vestígios líticos lascados e um percutor fragmentado. Segundo foi informado posteriormente por membros da Família Althoff, antigos moradores da localidade, nas imediações havia uma estrutura subterrânea que foi aterrada.

Figura 36 - Área onde foram localizadas as evidências arqueológicas.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 37 - Detalhe de vestígio evidenciado na área.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

3.2.2.4. Galerias subterrâneas

Acerca das galerias subterrâneas, conforme mencionado no capítulo anterior, estas construções vem sendo entendidas enquanto resultado da ação de megafauna em tempos mais remotos (VICROSKI; FRANK, 2013), contudo há a possibilidade de terem sido ocupadas por grupos indígenas, caso, por exemplo, do sítio SC-Urubici-10³⁷.

Conforme os dados publicados por Wagner (2002), não foram localizados vestígios arqueológicos em qualquer uma das seis galerias por ele registradas. Nenhuma destas ocorrências foi visitada.

3.3. A OCUPAÇÃO INDÍGENA REGIONAL

A partir do exposto acima, observamos que existem indícios de que a região em que o município de Alfredo Wagner está inserido foi ocupada preteritamente pelos seguintes grupos culturais distintos: caçadores-coletores e povos Jê meridionais. Considerando o contexto regional, a presença humana remonta um período superior a 9000 anos.

Considerando a bibliografia que trata da ocupação caçadora-coletores no sul do Brasil (DIAS, 2003; DIAS; JACOBUS, 2003), bem como os referenciais cronológicos apresentados para o contexto

³⁷ Conforme relata Rohr (1971, p. 47) foram encontrados fragmentos de cerâmica no interior das galerias e junto ao material depositados em uma das entradas.

alfredense, os grupos de caçadores-coletores estariam matizados na paisagem através de sítios líticos a céu aberto e de abrigos sob rocha.

Para Santa Catarina de um modo geral, poucos estudos acerca da ocupação caçadora-coletora foram realizados. Recentemente, Hoeltz e Bruggeman (2011) apresentaram dados de sítios que atestam a presença destes grupos desde 8000 anos AP nas imediações do Vale do Rio Uruguai, no oeste catarinense.

Pesquisando especificamente o contexto serrano, em Taió, no Vale do Rio Itajaí do Oeste, Schmitz *et al* (2009) identificaram 25 sítios líticos a céu aberto que apresentavam vestígios lascados e polidos. Foram obtidas informações cronológicas de dois sítios:

- Em SC-TA-19 duas amostras provenientes de fogueiras foram datadas em 8.090 ± 50 anos A.P., calibrada 9.120 a 8.980 A.P. (Beta-233601), e em 7.880 ± 60 A.P., calibrada 8.980 a 8.550 A.P. (Beta-256217), respectivamente. Em pequenas intervenções que alcançaram até 1,7m de profundidade, foram coletados vestígios líticos lascados diversos (incluindo pontas de projétil, bifaces, lascas, fragmentos de lascas, seixos e pedras de fogueira). A maior concentração de vestígios que remete a camada de ocupação do sítio, foi identificada por meio da presença de um sedimento de coloração escura (5YR 4/1) entre 40 e 50cm abaixo da superfície.
- Em SC-TA-03 duas estruturas de combustão foram datadas em 4110 ± 60 A.P. (Beta-228164) e 4140 ± 40 A.P. (Beta-229857), respectivamente. Em superfície e nas intervenções, abundante material lítico lascado foi coletado (pontas de projétil e bifaces, além de lascas, fragmentos de lascas, núcleos, seixos e pedras de fogueira).

Nas proximidades do vale do Rio Itajaí do Norte, outro contexto lítico a céu aberto pesquisado recentemente apresentou cronologia semelhante. No sítio Operário, localizado no município de Ibirama, composto por vestígios líticos lascados e polidos, foi obtida uma data calibrada de 4650-4510A. P. (Beta-326083). O contexto apresenta estratigrafia pouco profunda, sendo que foram encontrados vestígios até 40 cm abaixo da superfície (CONSCIENCIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2014).

Retomando as datas de 3000 A. P. para o sítio SC-VI-13 localizado em Alfredo Wagner e aquela de 230 ± 60 A. P. (Beta 202016) obtida por Farias (2005) para o sítio SC-MG-01, percebemos que há informações que remetem a ocupação de grupos caçadores-coletores no Vale do Itajaí e na porção central da encosta da serra catarinense que compreendem um período de quase 9000 anos.

Quanto à presença de grupos Jê meridionais, a ancestralidade desta ocupação está evidente no contexto alfredense por meio de sítios compostos por estruturas subterrâneas e aterros/montículos funerários.

No âmbito do Vale do Itajaí, existem poucas informações cronológicas acerca da ocupação de estruturas subterrâneas. A partir do desenvolvimento de pesquisas no sítio SC-TA-04, composto por 16 concavidades arqueológicas, Schmitz *et al* (2009) obtiveram os seguintes dados temporais: 1390 ± 50 A. P. (Beta-247953) para a estrutura 12; 1220 ± 50 anos A.P (Beta-228165) para a estrutura 13; e 650 ± 50 A. P.(Beta-214107) para a estrutura 5. Estes contextos apresentaram estruturas de combustão e pouca quantidade de vestígios líticos (lascados e polidos).

Contudo, considerando informações presentes em documentos escritos após a chegada dos europeus à América, sabemos que o Vale do Itajaí e a porção central da encosta da serra catarinense estão inseridos no território de ocupação tradicional Xokleng/Laklãnõ (Figura 38).

Figura 38 - Mapa do território de ocupação tradicional Xokleng.



Fonte: Vieira (2004, p. 19)

No decorrer do século XVIII, o governo colonial adotou uma série de medidas que visavam o desenvolvimento de um processo de interiorização do Brasil a fim de buscar riquezas minerais e garantir a ocupação das fronteiras. Assim, caminhos foram abertos e novos lugares passaram a ser ocupados por descendentes de europeus.

Neste contexto, em Santa Catarina, uma das vias que visavam interligar dois centros de importância estratégica para a administração colonial foi aquele aberto entre a Ilha de Santa Catarina – capital da capitania catarinense - e a vila de Lages – importante entreposto comercial. Os trabalhos foram realizados de 1788 a 1790. Deve-se considerar que à época, Lages ainda integrava a Capitania de São Paulo, portanto a interligação entre estes núcleos urbanos se revestia de maior importância.

Neste sentido, o alferes Antônio José da Costa foi incumbido de explorar o sertão desconhecido entre a Ilha de Santa Catarina e o planalto, fornecendo uma descrição detalhada das características ambientais, bem como uma sugestão de caminho que transpusesse as escarpas da serra de uma maneira mais suave. Dentre os documentos produzidos pelo explorador ao longo da jornada, Brüggemann (2008, p. 72-73) mostra que, ainda que a proposta da descrição não fosse acentuar a presença indígena na área, há indícios de contato entre a caravana do alferes com populações nativas.

Além disso,

(...) embora não se possa afirmar que a estratégia de ocupação do território de Santa Catarina, no sentido leste-oeste, deflagrada entre o final do século XVIII e início do XIX, utilizou-se, de uma forma ou de outra, das picadas trilhadas pelos indígenas que ocupavam os sertões da capitania, esta é uma hipótese possível, considerando que os grupos indígenas em estações apropriadas deslocavam-se neste sentido todos os anos (BRÜGGEMANN, 2008, p. 77).

Contudo, apesar dos esforços do governo real, no início do século XIX, o uso do caminho declinou devido à ausência de núcleos populacionais de imigrantes ao longo do trajeto, bem como por causa dos estranhamentos e encontros entre viajantes e populações indígenas (BRÜGGEMANN, 2008, p. 108-118). Há, ainda, que se considerar as características físicas da área serrana, pois o relevo acidentado dificultava as viagens.

Como solução para retomar o uso do caminho colonial, o Governo Imperial publicou, no ano de 1853, o Decreto nº 1.255, de oito de novembro assinado pelo então Imperador D. Pedro II, que autorizava a criação da Colônia Militar de Santa Tereza. Este núcleo militar serviria como posto de colonização agrícola e também como barreira para as incursões indígenas. Com isso, iniciou-se a ocupação sistemática por imigrantes europeus da área que compreende atualmente o município de Alfredo Wagner.

Conforme Santos (1973, p. 32-33), no decorrer do século XIX, época do adensamento da invasão do território Xokleng/Laklãnõ, três concentrações de grupos existiam em Santa Catarina: uma na área central, entre o médio e o alto Vale do Rio Itajaí; outra nas cabeceiras do Rio Negro, mais ao norte do estado, no limite com o Paraná; e a última nos vales dos rios Capivari e Tubarão, no sul do estado. Ademais, estas concentrações populacionais podem ser percebidas, também, por meio dos conflitos com descendentes de europeus mapeados por Lavina (1994) e Claudino (2011).

Em virtude dos contatos belicosos estabelecidos entre colonizadores e os Xokleng/Laklãnõ, o Estado patrocinou frentes de extermínio de indígenas através da atuação de batedores do mato³⁸ e bugreiros³⁹ a fim de garantir a colonização da área por imigrantes europeus.

Conforme aponta Santos (1997, p. 27), um dos “bugreiros” mais conhecidos cresceu, viveu e matou muitos indígenas na região central da encosta da serra catarinense, entre o final do século XIX e início do XX. Trata-se de Martinho Marcelino de Jesus – “Martinho Bugreiro” -, o qual nasceu em Bom Retiro e trabalhou como “caçador de índios” na área que compreende os municípios de Alfredo Wagner, Ituporanga, Anitápolis, Esteves Junior, Angelina e Brusque.

Em meados do século XX, Santos (1973, p. 196-208) relata a existência de grupos Xokleng/Laklãnõ em três localidades: na T. I. Ibirama/Laklãnõ, nas proximidades do município de Ibirama; na margem do Rio dos Pardos, no planalto norte catarinense; e nas

³⁸ Conforme Brighenti (2012a, p. 58), contratados pelo governo provincial catarinense, os batedores do mato tinham como incumbência afugentar os indígenas, contudo, não raramente, também ceifavam vidas.

³⁹ Nomenclatura pela qual ficaram conhecidos os indivíduos que, patrocinados pelo governo, realizavam expedições em direção aos sertões tendo como objetivo “aniquilar com os indígenas que encontrassem” (SANTOS, 1973, p. 79).

imediações da Serra do Tabuleiro – municípios de Paulo Lopes, Imaruí, São Bonifácio e Santo Amaro da Imperatriz.

Wagner (2002, p. 196-200) arrola uma série de relatos de antigos moradores que atestam a presença indígena, desde o início do século XX, no atual território de Alfredo Wagner e de municípios próximos – Angelina, Anitápolis e Rancho Queimado. Especificamente para o contexto alfredense, vale destacar que os relatos mencionam contato com indígenas nas localidades de São Leonardo, Lomba Alta, Arroio do Boi e Caeté.

Segundo relata o sr. Odílio Althoff⁴⁰, antigo morador do município, indígenas viviam nas imediações da localidade de Poço Certo no tempo dos seus avós, sendo que o contato com os brancos era amistoso.

Atualmente, segundo dados do IBGE⁴¹, não há pessoas que se identifiquem como indígena vivendo em Alfredo Wagner.

⁴⁰ Entrevista concedida a equipe do LEIA/UFSC no âmbito do projeto “O Contexto Jê meridional em Alfredo Wagner/SC”. Realizada em 26/04/2015. Acervo do LEIA/UFSC.

⁴¹ Referentes ao Censo Demográfico de 2010. Disponível em www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 03/08/2015.

4. O SÍTIO TOBIAS WAGNER

A fim de contribuir para a discussão acerca do processo de ocupação Jê Meridional na porção central da Encosta da Serra Catarinense, selecionamos o sítio Tobias Wagner, localizado no município de Alfredo Wagner, para a realização de escavações arqueológicas. As evidências que compõe este sítio foram identificadas e registradas inicialmente por Altair Wagner⁴².

Este sítio é composto por estruturas subterrâneas de dimensões e formas variadas. Além das concavidades arqueológicas, encontramos vestígios líticos de tamanhos variados dispersos na superfície externa às depressões. Em geral, o registro arqueológico está disposto em uma área de, aproximadamente, 2000m².

Figura 39 - Visão da área onde estão implantadas as estruturas subterrâneas no sítio Tobias Wagner.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 40 - Estruturas subterrâneas que compõe o sítio em perspectiva.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 41 - Estruturas subterrâneas que compõe o sítio Tobias Wagner.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

⁴² Wagner (2002, p. 184) registrou em bibliografia. A nomenclatura atribuída remete, claramente, a um membro da família Wagner devido à iniciativa do sr. Altair em homenagear seus familiares.

Figura 42 - Visão da área de *pinus* onde estão localizadas algumas estruturas subterrâneas.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 43 - Estruturas subterrâneas localizadas na transição entre *pinus* e vegetação secundária.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Iniciamos este capítulo apresentando informações acerca da implantação ambiental do sítio, bem como detalhes sobre sua composição e sua inserção no contexto arqueológico microrregional.

Posteriormente, descrevemos os procedimentos realizados no decorrer das escavações efetuadas ao longo desta pesquisa, bem como os dados obtidos nas análises dos dados reunidos e as interpretações viabilizadas por meio destes estudos em diferentes escalas.

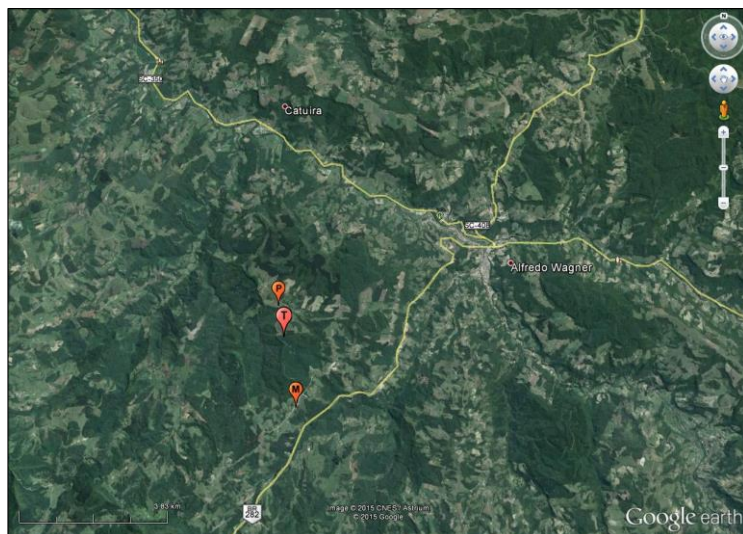
4.1. IMPLANTAÇÃO AMBIENTAL

O sítio Tobias Wagner situa-se na localidade de Lomba Alta, zona rural do município, em propriedade de Jéssica Gamba, sob coordenadas UTM 22J 658458 / 6932788 (WGS84). Para acessá-lo, a partir da BR-282, basta tomar a Estrada Geral da Lomba Alta, passar pelo Museu de Arqueologia de Lomba Alta e seguir no sentido Poço Certo (ver Figura 44).

As evidências situam-se em uma altitude variável entre 766 e 768m em relação ao nível do mar. A área onde se distribuem os vestígios dista cerca de 100m, na direção oeste, da escarpa que limita uma das margens do vale encaixado do Arroio Lomba Alta.

A partir da escarpa seguindo em direção leste, há uma elevação altimétrica suave que se transforma em um patamar de vertente. No mesmo sentido, segue uma leve descida que culmina em antigo leito de um curso d'água até a retomada da elevação em direção ao topo do relevo de morraria.

Figura 44 - Mapa com a localização do sítio Tobias Wagner. T sinaliza o sítio, P a localidade de Poço Certo e M o Museu de Arqueologia Lomba Alta.

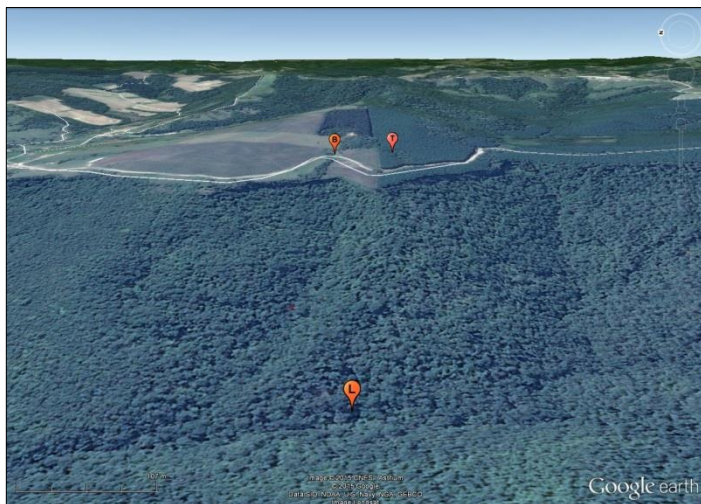


Fonte: Elaborado pelo autor no Google Earth.

Conforme mencionado, na baixa vertente leste do patamar, há evidências que indicam a existência prévia de um curso d'água, o qual corria em direção norte e desaguava no Arroio da Barraca – atualmente a fonte de água mais próxima ao sítio, aproximadamente 100m na direção norte. Do antigo curso d'água em direção leste, a altimetria cresce em um relevo de morraria que alcança até 900m no topo.

Ainda no que remete a hidrografia, o Arroio da Barraca nasce na formação de morraria a leste/nordeste e corre no sentido leste-oeste. Encontra-se represado atualmente próximo à baixa vertente. Posteriormente, desagua pela escarpa e segue pela margem do vale até o Arroio Lomba Alta - este que se localiza 640m acima do nível do mar. Observa-se que há uma variação de altitude entre o sítio Tobias Wagner e o leito do Lomba Alta da ordem de pouco mais de 100m.

Figura 45 – Imagem de satélite da margem leste do Vale do Arroio Lomba Alta. T sinaliza o sítio Tobias Wagner, L o Arroio Lomba Alta e B o Arroio da Barraca.



Fonte: Elaborado pelo autor no Google Earth.

Figura 46 - Visão geral da margem leste do Vale do Riozinho, onde está localizado o sítio Tobias Wagner – indicado pela seta.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC.

Aproximadamente 800m ao norte do sítio, há uma superfície pouco acidentada, onde se localizam as residências da família Althoff, em que se encontram diversos cursos d'água que nascem nas montanhas localizadas nas imediações, formando o rio que desagua em frente à Gruta do Poço Certo. Após a queda na escarpa, o volume d'água segue até o Arroio Lomba Alta.

Do encontro dos arroios Lomba Alta e Caixão, que acontece cerca de 1,5km do sítio em direção noroeste, forma-se o Riozinho. A unidade hidrográfica do Riozinho possui mais de 81 km² de extensão, sendo composta, sobretudo, pelos arroios Caixão e do Boi. O Riozinho corre no sentido sul-norte até desaguar no Rio Itajaí do Sul.

O sítio está inserido em uma área cuja geologia se enquadra no Grupo Itararé, localmente identificado como Formação Rio do Sul, a qual caracteriza o vale do Arroio Lomba Alta e o Vale do Riozinho. Em direção leste, localiza-se próximo ao limite com a Formação Rio Bonito, integrante do Grupo Guatá.

A fim de compreender a estratigrafia local, fizemos a limpeza e a identificação das camadas do solo em dois perfis localizados em área de barranco na margem da estrada próxima ao sítio.

No perfil 1, aberto no barranco da colina em que está localizada o sítio, com uma altura de pouco mais de 1m, identificamos a seguinte estratigrafia (Figura 47):

1. Base constituída de uma camada amarelada (7.5YR 5/8 *strong brown*), argiloso, muito compactada;
2. Pacote de aproximadamente 50cm de espessura onde se alternam camadas alaranjadas (7.5YR 5/6 *strong brown*) e cinzas/esbranquiçadas (7.5YR 8/3 *pink*), argiloso, com a presença de blocos e fragmentos menores de arenito em decomposição;
3. Topo constituído por um pacote de pouco mais de 50cm de espessura, marrom (7.5YR 4/3 *brown*), argilo-arenoso.

Figura 47 - Estratigrafia do Perfil 1. Figura 48 - Estratigrafia do Perfil 2.



No perfil 2, aberto no barranco localizado na margem norte do Arroio da Barraca, baixa vertente da colina onde se situam as propriedades da família Althoff, com uma altura de cerca de 1,5m, a seguinte estratigrafia foi identificada (Figura 48):

1. Base constituída por um pacote de camadas argilosas, com a presença de blocos e fragmentos de arenito em decomposição, cuja coloração se alterna desde o nível mais profundo entre cinza/esbranquiçado (7.5YR 8/3 *pink*), alaranjado (7.5YR 5/6 *strong brown*) e acinzentado (7.5YR 6/1 *gray*)
2. Pacote de cerca de 40cm de espessura em que há um sedimento argiloso de coloração marrom amarelada (7.5YR 6/8 *reddish yellow*);
3. Topo constituído por um pacote marrom, com pouco mais de 50cm de espessura, em que há uma variação gradativa da coloração do sedimento, da porção mais profunda para cima, entre os tons 7.5YR 5/4 *brown*, 7.5 YR 4/3 *brown* e 7.5YR 3/3 *dark brown*.

O solo na área em que o sítio está inserido é classificado como cambissolo háplico, apresentando as seguintes características: “argila de atividade alta, textura argilosa, horizonte A proeminente, vegetação de floresta subtropical perene-foliada, relevo suave ondulado, alumínico,

moderadamente drenado, cor bruno avermelhado, bruno avermelhado escuro e bruno amarelado” (BENEDET; GUCHERT, 2008, p. 96).

De um modo geral, as propriedades rurais existentes nas proximidades do sítio são destinadas a três tipos de atividades: plantio rotativo de culturas alimentícias diversas - com destaque para cebola, milho, abóbora e aveia; pasto para gado de corte; reflorestamento com *Pinus elliottii* e eucalipto em larga escala visando o aproveitamento em indústrias de celulose e o beneficiamento como madeira.

Especificamente no sítio Tobias Wagner, uma parte das evidências arqueológicas se encontra em área encoberta por uma malha de *Pinus elliottii*, enquanto o restante está inserido em uma mancha de mata secundária preservada em meio ao contexto do reflorestamento. Conforme informação oral prestada pelo Sr. Altair Wagner, devido a um esforço seu junto ao Sr. Antoninho Gamba – proprietário na época de identificação do sítio e pai da atual proprietária – foi possível manter parte do sítio abrigado dos impactos das atividades agropastoris.

A partir de conversas com antigos moradores e de imagens de satélite disponibilizadas pelo *Google Earth*, sabemos que a área do sítio era utilizada como pasto pelo menos até 2007, deste modo o pinheiro americano foi introduzido localmente em período recente. Conforme apurado com o Sr. Lauro Cunha, morador da comunidade de Lomba Alta, o ciclo de plantio e derrubada do *Pinus* tem duração média de 15 anos, tendo uma variação entre 12 e 20 anos.

Assim, conforme as informações registradas com antigos moradores e mediante as nossas observações em campo, acreditamos que seja o primeiro ciclo de plantio de pinheiro na área do sítio. Tal informação é de relevante interesse pelo fato dos impactos que tal atividade pode gerar no registro arqueológico.

A formação vegetal da área, segundo informações do IBGE e constantes no Atlas de Alfredo Wagner (BENEDET; GUCHERT, 2008), é caracterizada como Floresta Ombrófila Mista Montana, a qual tem como característica marcante a presença de Araucárias, contudo localizada muito próximo a regiões com predomínio de Floresta Ombrófila Densa Montana, a qual corresponde a Floresta Pluvial da Encosta Atlântica do Alto Vale do Itajaí.

Conforme relata o Sr. Odílio Althoff, antigo morador da localidade de Poço Certo, a vegetação local era constituída de Florestas de Araucárias permeadas por pequenas áreas de campo nas proximidades das escarpas.

4.2. COMPOSIÇÃO DO REGISTRO ARQUEOLÓGICO

O sítio é composto por dezoito estruturas subterrâneas e por vestígios líticos em superfície – dispersos ou concentrados. Oito concavidades arqueológicas apresentam morfologia circular, sendo que possuem diâmetro que varia entre 2,5 e 4,5m e profundidade aparente⁴³ entre 0,25 e 0,70m (ver Tabela 3). Dez depressões possuem aspecto elipsoidal, apresentando eixo maior variável entre 2,5m e 4,5m, eixo menor variável entre 2,0 e 3,5m e profundidade aparente entre 0,20 e 0,85m (ver Tabela 4).

Tabela 3 – Estruturas Subterrâneas Circulares no Sítio Tobias Wagner.

Estrutura	Coordenadas UTM 22J (WGS84)		Dimensões (m)	
	X	Y	Diâmetro	Profundidade
E02	658458,7435	6932785,6248	3,0	0,70
E03	658463,0067	6932783,0098	3,5	0,50
E06	658444,2067	6932790,0494	4,5	0,65
E07	658446,3801	6932797,1862	3,0	0,25
E09	658464,7248	6932804,2492	3,5	0,40
E11	658470,8015	6932798,0611	3,0	0,40
E13	658476,3427	6932799,5946	3,0	0,40
E17	658464,6043	6932788,8951	2,5	0,35

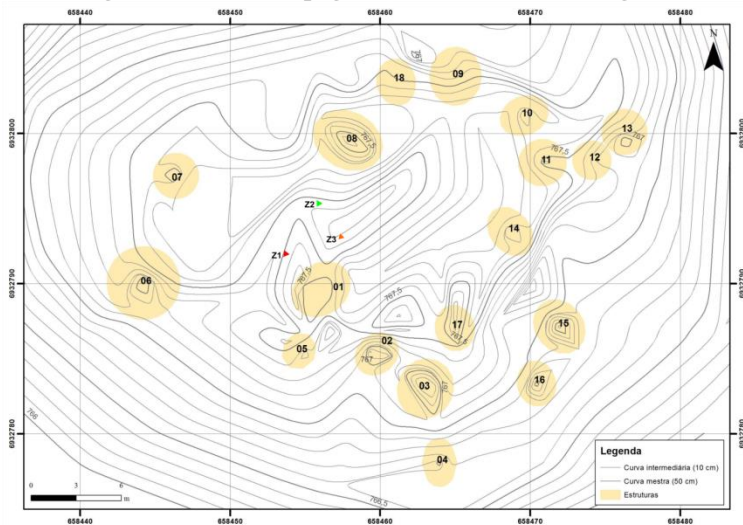
Tabela 4 - Estruturas Subterrâneas Elipsoidais no Sítio Tobias Wagner

Estrutura	Coordenadas UTM 22J (WGS84)		Dimensões (m)		
	X	Y	Eixo maior	Eixo Menor	Profundidade
E01	658456,417	6932789,324	3,5	3	0,40
E04	658463,946	6932778,089	3	2	0,55
E05	658455,040	6932785,515	2,5	2	0,25
E08	658456,598	6932800,393	4,5	3,5	0,60
E10	658469,596	6932801,198	3	2,5	0,20
E12	658474,398	6932798,146	2,5	2	0,40

⁴³ Profundidade aparente se refere à diferença existente entre a porção mais baixa da estrutura subterrânea (geralmente o centro) e a borda mais alta, tal qual é possível observar na configuração atual da superfície. Foram medidas por meio de nível ótico e régua de medição.

E14	658468,659	6932793,483	2,5	2	0,30
E15	658471,935	6932787,149	3,5	3	0,85
E16	658470,411	6932783,347	2,5	2	0,40
E18	658461,063	6932803,432	3	2	0,20

Figura 49 - Planta topográfica do Sítio Tobias Wagner.



Elaborado por Raul Viana Novasco.

Figura 50 - Estrutura subterrânea circular - E06.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 51 - Estrutura Subterrânea elipsóide - E08.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 52 - Estrutura subterrânea circular – E13



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 53 - Estrutura subterrânea elipsóide - E10.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Tendo em vista a disposição das estruturas subterrâneas no topo de um patamar de vertente, é possível observar que as concavidades possuem diferença de altimetria entre as suas bordas. Inclusive, no caso de algumas depressões arqueológicas (E9, E12 e E18), pouco desnível é perceptível entre o centro e o ponto mais baixo. Deve-se considerar, ainda, a atuação de processos erosivos pós-deposicionais que podem ter ocasionado o carreamento de sedimento oriundo das bordas mais baixas sentido jusante.

Além das concavidades arqueológicas, na parte externa das depressões foram identificadas ocorrências de vestígios líticos dispersos e/ou estruturados em feições, sobretudo em áreas próximas a área central do sítio.

Quatro ocorrências foram registradas, as quais remetem a objetos isolados que evidenciamos na superfície externa as estruturas subterrâneas. Três remetem a blocos areníticos com evidências de transformação por ação térmica. Uma consiste em uma peça em diabásio, fragmentada, que apresenta evidências de polimento.

Duas feições foram registradas, sendo que estes contextos são compostos, em geral, por blocos areníticos de médio e grande porte que apresentam evidências de utilização em estruturas de combustão – as quais são percebidas por manchas de carvão nas peças.

Figura 54 - Feição 1 - F1.

Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 55 - Feição 2 - F2.

Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 56 - Ocorrência 1 - OC1.

Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 57 - Ocorrência 4 - OC4.

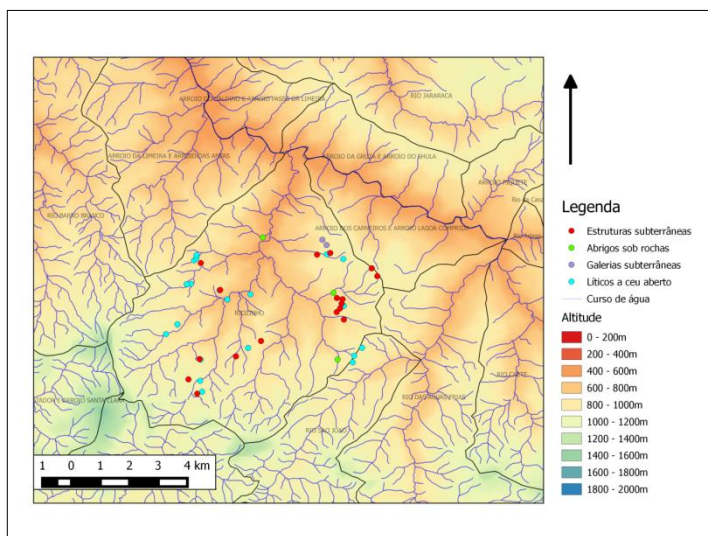
Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Como apresentaremos adiante no trecho destinado às intervenções e às análises dos materiais, além de objetos líticos, também encontramos fragmentos de cerâmica e vestígios arqueobotânicos (carvão, sementes e nó de pinho) em subsuperfície.

4.3. CONTEXTO ARQUEOLÓGICO MICRORREGIONAL

Conforme exposto no capítulo anterior, há, em Alfredo Wagner, uma diversidade de tipos de sítios arqueológicos. Considerando apenas a UH do Riozinho, percebemos a existência de mais de um sítio de cada um dos tipos registrados no município como um todo: estruturas subterrâneas, galerias subterrâneas, líticos a céu aberto e abrigos sob rochas (Figura 58).

Figura 58 - Mapa de sítios arqueológicos na UH do Riozinho, em Alfredo Wagner.



Elaborado pelo autor no QGIS a partir de dados compilados em Wagner (2002), pesquisa de campo no projeto “O Contexto Jê meridional em Alfredo Wagner/SC”, Mapoteca topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE (2004); e base de dado IBGE (2015).

Além do Tobias Wagner, outros 16 sítios compostos por estruturas subterrâneas foram registrados na UH do Riozinho, sendo 01 por Rohr (1971), 13 por Wagner (2002) e 02 registrados em campo no âmbito desta pesquisa. Totalizam 122 concavidades. Na Tabela 5, apresentamos informações sobre estes contextos.

Tabela 5 - Sítios de estruturas subterrâneas registrados na UH do Riozinho, em Alfredo Wagner

Identificação	Sítio	UTM (WGS84)	Altitude	Quantidade de estruturas	Registro
1	SC-Alfredo Wagner-4	658472 / 6933333*	770m	03	Rohr (1971)
2	Casa Subterrânea	654447 / 6933697*	678m	01	Wagner (2002)

	Silvio Massuguetti				
	Casa				
3	Subterrânea Antoninho Gamba	658703 / 6932496*	768m	04	Wagner (2002)
	Casa				
4	Subterrânea George Wagner	658266 / 6935081*	834m	02	Wagner (2002)
	Casas				
5	Subterrâneas Eunice Franz Wagner	659877 / 6934163*	903m	04 ¹	Wagner (2002)
	Casa				
6	Subterrânea Natalia Wagner Staroski	659690 / 6934470*	895m	15	Wagner (2002)
	Casa				
7	Subterrânea Santília Schmidt Wagner	657810 / 6935025*	821m	04	Wagner (2002)
	Casa				
8	Subterrânea Orival Althoff I	658630 / 6933115*	815m	03	Wagner (2002)
	Casa				
9	Subterrânea Orival Althoff II	658577 / 6932931*	796m	02	Wagner (2002)
	Casa				
10	Subterrânea Sérgio Valdir Henckmaier	653602 / 6929686*	935m	04	Wagner (2002)
	Casa				
11	Subterrânea Adão Maciel	653699 / 6931027*	871m	18	Wagner (2002)
	Casa				
12	Subterrânea	654958 / 6931116*	769m	02	Wagner (2002)

Caixão – Guarda Velha					
13	Casa Subterrânea Lucio Salvador Filho	653307 / 6930247*	915m	04	Wagner (2002)
14	Casa Subterrânea Ermelindo de Souza I	653793 / 6934751*	789m	45 ²	Wagner (2002)
15	Poço Certo II	658667 / 6933283	754m	01	Inédito
16	Rio Caixão I	655831 / 6931701	784m	10	Inédito

* Coordenadas UTM obtidas através da conversão das coordenadas geográficas publicadas por Wagner (2002).

¹ Também composto por um aterro.

² Agrupadas em três conjuntos.

Todos estes sítios estão localizados acima da escarpa, nenhum na parte baixa do vale. Na margem leste, mesma onde está localizado o contexto Tobias Wagner, estão localizados os sítios identificados na tabela com os números 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 15. Na margem oeste, oposta ao Tobias Wagner, localizam-se os sítios identificados na tabela com os números 2, 10, 11, 12, 13, 14 e 16.

Acerca das galerias subterrâneas, há dois registros na localidade do Campinho, localizada na margem oeste da UH do Riozinho. Wagner (2002, p. 56-57) visitou ambos locais, contudo não menciona a presença de evidências arqueológicas. Ademais, para um dos registros cita que foi “possivelmente originada por ação da água e não pelo homem” (p. 56). Considerando os estudos recentes que tem compreendido a construção destes espaços como resultada da ação de megafauna em tempo remotos (VICROSKI; FRANK, 2013), não existem evidências que sustentem a ocupação destas duas galerias subterrâneas.

Dentre os sítios líticos a céu aberto, classificados genericamente como “Mancha Preta” pelo responsável pelo registro (WAGNER, 2002), existem informações sobre a existência de 23 sítios na UH do Riozinho (ver Tabela 6).

Tabela 6 - Sítios líticos a céu aberto registrados na UH do Riozinho, em Alfredo Wagner

Identificação	Sítio	UTM (WGS84)	Altitude	Registro
1	Mancha Preta Mateus Dorigon	658985 / 6930831*	877m	Rohr (1971)
2	Mancha Preta Norberto Wagner	658146 / 6935035*	817m	Wagner (2002)
3	Mancha Preta Belmiro Mariani	659039 / 6931084*	810m	Wagner (2002)
4	Mancha Preta Ermelindo de Souza I	653562 / 6934857*	730m	Wagner (2002)
5	Mancha Preta Ermelindo de Souza II	653639 / 6934934*	730m	Wagner (2002)
6	Mancha Preta Ivandel Bett José (Vando)	653437 / 6933945*	740m	Wagner (2002)
7	Mancha Preta Gustavo Beling (Tavinho) I	653297 / 6933935*	765m	Wagner (2002)
8	Mancha Preta Gustavo Beling (Tavinho) II	653297 / 6933935*	765m	Wagner (2002)
9	Mancha Preta Gustavo Beling (Tavinho) III	653297 / 6933935*	765m	Wagner (2002)
10	Mancha Preta Janete Althoff Dias	652952 / 6932383*	804m	Wagner (2002)
11	Mancha Preta João Silveira Dias	652952 / 6932383*	790m	Wagner (2002)
12	Mancha Preta Atalir Hoffman (LEDO)	652555 / 6932009*	807m	Wagner (2002)
13	Mancha Preta Valmir Filho Nunes (LELO)	653774 / 6929759*	938m	Wagner (2002)
14	Mancha Preta Lúcio César Salvador	653712 / 6930185*	903m	Wagner (2002)
15	Mancha Preta Amarelido de Souza	653647 / 6935059*	767m	Wagner (2002)
16	Mancha Preta Adão Peres	655490 / 6933514*	622m	Wagner (2002)
17	Mancha Preta Aristides Gukert	655382 / 6931436*	797m	Wagner (2002)
18	Mancha Preta Silvio	654427 /	677m	Wagner

	Massuguetti I	6933687*		(2002)
19	Mancha Preta Sílvio	654690 /	585m	Wagner (2002)
	Massuguetti II	6933327*		
20	Manchas Pretas 53,	654690 /	582m	Wagner (2002)
	54, 55 e 56	6933327*		
21	Mancha Preta Adão	653737 /	882m	Wagner (2002)
	Maciel	6931006*		
22	Mancha Preta Olívio	658712 /	847m	Wagner (2002)
	Leandro Wagner	6934843*		
23	Mancha Preta Alfredo	659318 /	877m	Wagner (2002)
	Henrique Wagner	6931394*		

* Coordenadas UTM obtidas através da conversão das coordenadas geográficas publicadas por Wagner (2002).

No âmbito desta pesquisa também registramos uma ocorrência de vestígios líticos lascados e um percutor fragmentado em superfície – OC Poço Certo -, localizada em área de lavoura (UTM 658709 / 6933027), em uma altitude de 790m, propriedade do Sr. Sílvio Althoff.

Além destes, também constam registros de 03 abrigos sob rocha na área da UH do Riozinho, sendo que para dois deles existem informações orais acerca da presença de vestígios arqueológicos, mais especificamente remanescentes ósseos humanos. Na Tabela 7, apresentamos os detalhes.

Tabela 7 - Abrigos sob rochas registrados na UH do Riozinho, em Alfredo Wagner

Identificação	Sítio	UTM (WGS84)	Altitude	Presença de vestígios arqueológicos	Referências
1	Gruta da Lomba Alta (SC-VI-15) ¹	658356 / 6933537	716m	Sim (informação oral)	Piazza, 1966b; Rohr, 1971; Wagner, 2002
	Abrigo Sob Rocha do Riozinho				
2	Abrigo Sob Rocha do Riozinho	655944 / 6935716	475m	Sim (informação oral)	Wagner, 2002
3	Abrigo	658466 /	766m	Não	Wagner,

Sob
Rocha
Lomba
Alta

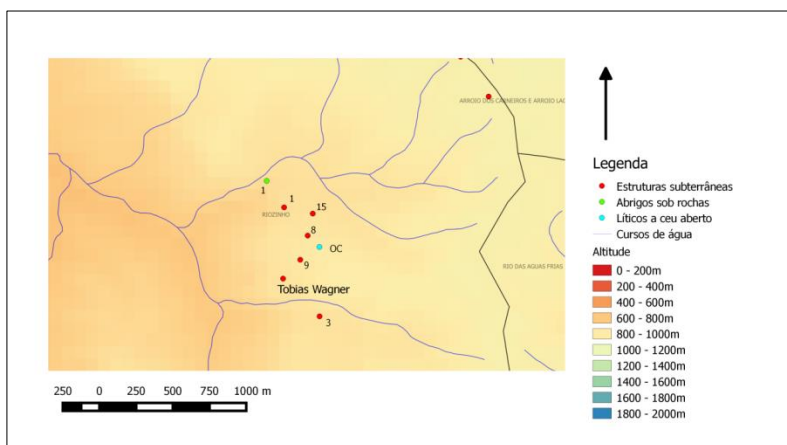
6930949

2002

¹ Outras denominações: SC Alfredo Wagner 05 (Rohr, 1971), Poço Certo (Wagner, 2002).

Considerando uma escala ainda menor, em um raio de até 1km a partir do sítio Tobias Wagner, constam informações sobre a existência de: 05 sítios compostos por estruturas subterrâneas (na Tabela 5, números 1, 3, 8, 9 e 19); 01 abrigo sob rochas (na tabela 6, número 1); e uma ocorrência de vestígios líticos em superfície.

Figura 59 - Sítios arqueológicos localizados até 1km de distância do contexto Tobias Wagner.



Elaborado pelo autor no QGIS a partir de dados compilados em Wagner (2002), pesquisa de campo no projeto “O Contexto Jê meridional em Alfredo Wagner/SC”, Mapoteca topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE (2004); e base de dado IBGE (2015).

4.4. INTERVENÇÕES: PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

Após o reconhecimento do sítio arqueológico em campo, retornamos ao Tobias Wagner em três oportunidades, cada uma com duração de duas semanas, para realizar escavações. As intervenções foram efetuadas no âmbito do projeto “O Contexto Jê Meridional em Alfredo Wagner/SC”, coordenado pelo prof. Dr. Lucas Bueno, o qual

foi submetido à 11ª Superintendência do IPHAN em Santa Catarina e autorizado através da portaria 01510.001396/2014-29 devidamente publicada no Diário Oficial da União.

Iniciamos a primeira etapa de escavação⁴⁴ com uma caminhada ao longo do sítio a fim de melhor compreender suas características. Posteriormente, tomando por base a metodologia desenvolvida por Corteletti (2012, p. 74-87) em pesquisa realizada recentemente em contexto de estruturas subterrâneas no município de Urubici, optamos por demarcar uma trincheira que perpassasse a base de três concavidades situadas próximas uma a outra (E01, E02 e E03), além de suas bordas e da superfície delimitada entre as depressões arqueológicas.

A fim de melhor sistematizar a coleta, o registro e a apresentação dos dados, esta intervenção foi denominada de **Trincheira A**. Adiante apresentaremos em detalhes as escavações realizadas nesta e nas demais intervenções, incluindo dimensões, quadras pesquisadas, níveis escavados, materiais coletados, estratigrafia, entre outras informações.

Após definir o tipo da primeira intervenção que realizaríamos no sítio, determinamos, de forma arbitrária, um ponto zero - Z1 - que orientasse a plotagem da malha das quadras de escavação em intervenções de 1x1m, bem como que padronizasse as leituras de profundidade da escavação. Este ponto (Z1) foi denominado como N200W200 na coordenada UTM 22J 658458 / 6932788 (WGS84), sendo que nele o nível ótico utilizado para leitura das profundidades da escavação foi posicionado a 1,42m da superfície.

A partir de Z1, outros dois pontos de calibração do nível foram definidos: Z2, localizado 104° no sentido SE e posicionado a 1,33m de altura em relação à superfície, e Z3, localizado 70° no sentido NE, posicionado a 1,44m de altura em relação à superfície. Ao longo da escavação, todas as leituras de profundidade foram obtidas a partir de Z1 ou Z2 (Ver Figura 49).

Tendo esta definição, estipulamos os níveis artificiais a serem escavados de 10 em 10cm nos diferentes setores do sítio segundo um mesmo referencial. Assim, o primeiro nível ficou delimitado pelas medidas de 1500 a 1600mm. Como veremos adiante, no decorrer da escavação de E01 também adotamos a decapagem por níveis naturais.

⁴⁴ Os seguintes pesquisadores participaram da primeira etapa: Ana Bueno, Bruno Jorge Bee, Francisco dos Santos Carvalho Júnior, Lucas Bueno, Lucas Bond Reis, Thiago Panchiniak e Thiago Umberto Pereira.

Ainda nesta etapa, definimos um novo lócus de escavação, denominado de **Área 1**, o qual consiste em uma superfície relativamente plana localizada nas imediações de duas estruturas subterrâneas (E01 e E02) onde afloravam blocos de arenito, os quais foram tomados como indicadores para possíveis atividades pretéritas neste espaço.

Também realizamos um primeiro mapeamento das estruturas subterrâneas que compõe o sítio através da utilização do nível ótico e de régua de medição, atividade que resultou em uma primeira planta baixa.

Ao final das atividades, após a colocação de pedaços de TNT (tecido não tecido) na base e nas paredes das quadras escavadas, as áreas abertas foram fechadas com o sedimento peneirado durante as escavações.

Na segunda etapa de pesquisa⁴⁵, retomamos a escavação na **Trincheira A**, concentrando nossos esforços na porção localizada no interior de E01, bem como intensificamos as atividades na **Área 1**. Além disso, limpamos a superfície de toda a porção do sítio localizada em área de *Pinus* a fim de efetuar registro qualificado das estruturas subterrâneas, feições e ocorrências, evidenciadas nesta parte do sítio. Também desbastamos parte da vegetação secundária onde estão localizadas as demais estruturas subterrâneas visando efetuar o registro fotográfico destas.

Assim como anteriormente, após as escavações fechamos as áreas abertas com o sedimento peneirado após a colocação de pedaços de TNT.

A terceira etapa de pesquisa⁴⁶ teve por objetivo demarcar e escavar uma nova intervenção, a **Trincheira B**, esta que foi delimitada perpendicularmente a **Trincheira A**, no interior de E01. O objetivo desta ação foi proporcionar um registro qualificado e uma melhor compreensão acerca do processo de formação de pelo menos uma das estruturas subterrâneas que compõe o sítio. Também reabrimos e aprofundamos as intervenções efetuadas previamente em E02 e E03.

Além disso, nesta etapa foi realizada a topografia do sítio através da utilização de uma estação total, contando com o conhecimento e disposição do arqueólogo Me. Raul Novasco para tal intento.

⁴⁵ Os seguintes pesquisadores participaram da segunda etapa: Bruno Jorge Bee, Bruno Labrador, Isabela da Silva Müller, Letícia da Silva Gondim, Lucas Bueno, Lucas Bond Reis e Thiago Umberto Pereira.

⁴⁶ Os seguintes pesquisadores participaram da terceira etapa: Isabela da Silva Müller, Gabriela Oppitz, Letícia da Silva Gondim, Lucas Bueno, Lucas Bond Reis, Milene Felix, Raul Viana Novasco e Stela Schenato.

Pela última vez no âmbito desta pesquisa, efetuamos o fechamento das áreas escavadas visando recompor a superfície do solo tal qual antes das intervenções arqueológicas. Nesta etapa redobramos a atenção na hora da colocação do TNT na base e nas paredes das quadras escavadas a fim de evitar o contato entre o sedimento peneirado com o registro arqueológico.

Figura 60 - Supressão da vegetação na área de demarcação da Trincheira A.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 61 - Demarcação da Trincheira A.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 62 - Definição do ponto Z1.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 63 - Topografia realizada com nível ótico e régua de medição.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 64 - Escavação no âmbito da Trincheira A.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 65 - Escavação na Área 1.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 66 - Escavação na Área 1.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 67 - Desenho de perfil em E01.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 68 - Escavação nas Trincheiras A e B em E01.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 69 - Escavação na Trincheira B em E01.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 70 - Amostras de sedimentos coletadas em E01.

Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 71 – Fechamento das áreas escavadas em E01.

Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Ao longo das escavações evidenciamos e coletamos vestígios líticos, cerâmicos e arqueobotânicos (carvões, sementes e nós de pinho). Deve-se ressaltar que os vestígios cerâmicos somente foram encontrados na última etapa de pesquisa. Coletamos, também, amostras de sedimentos para flotação em laboratório e/ou análises geoquímicas futuramente.

No total, foram escavados 10,25m². Há que se ressaltar que todo o sedimento retirado nas escavações foi peneirado em peneiras com malha de 0,5cm.

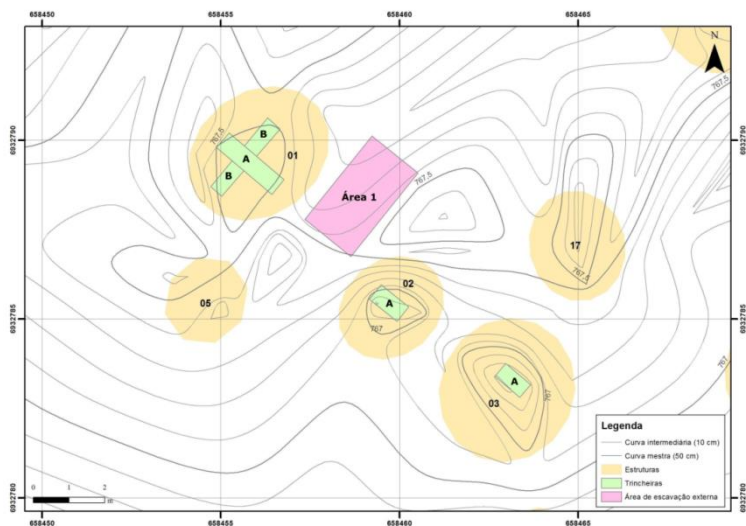
A partir de todas as intervenções realizadas, observamos, no geral, a presença de oito camadas estratigráficas:

1. Camada amarelada (10YR 5/6 *yellowish brown*), argilosa, muito compactada, condizente com o substrato local;
2. Camada cinza escura (7.5YR 3/1 *very dark gray*), identificada apenas na base de E01, argilosa, muito compactada. Contém vestígios líticos, cerâmicos e muitos carvões. Atinge uma espessura de até 25cm.
3. Camada mesclada de sedimentos cinza escuro (7.5YR 3/1 *very dark gray*) e marrom médio (coloração variável entre 7.5YR 4/2 *brown* e 7.5YR 4/4 *brown*), transição entre as camadas 2 e 5. Identificada apenas na base de E01, apresentando vestígios líticos e fragmentos de carvão. Alcança uma espessura de pouco mais de 30cm.
4. Camada marrom escura (7.5YR 3/1 *very dark gray*), identificada nos níveis mais profundos da Área 1, argilosa, bem compactada. Contém fragmentos esparsos de carvão e poucos vestígios líticos.

5. Camada marrom médio (coloração variável entre 7.5YR 4/2 *brown* e 7.5YR 4/4 *brown*), argilosa, com espessura variável entre 20 e 40cm. Contém vestígios líticos, cerâmicos e arqueobotânicos. Em geral, é permeada por raízes de pequeno e médio porte, podendo apresentar folhas e pontos com tons ferruginosos. Semelhante à camada marrom clara visualiza na porção mais alta dos perfis abertos em barrancos nas imediações do sítio. Foi identificada em todas as intervenções, contudo é possível que tenha origem e significados distintos conforme o contexto no âmbito do sítio, por isso foi denominada como camada **05a** na **Área 1** – onde, conforme será explanado adiante no subitem 4.8.1, seguramente remete ao contexto de ocupação – e como camada **05b** no interior das estruturas subterrâneas até que seja possível melhor compreendê-las em estudos futuros.
6. Camada de transição entre os sedimentos marrom médio da camada **05b** e o marrom escuro da camada 07. Identificada, exclusivamente, em E01.
7. Camada marrom escura (7.5YR 3/2 *dark brown*), argilo-arenosa, identificada em todo o sítio, atingindo uma espessura de até 30cm na porção central das concavidades. Provavelmente, originada da decomposição de material vegetal depositado naturalmente na superfície, pois apresenta raízes, folhas e galhos. Contém vestígios líticos.
8. Camada superficial, espessura milimétrica, coloração marrom escura (variável entre 7.5YR 3/3 *dark brown* e 7.5YR 3/2 *dark brown*), areno-argilosa. Apresenta raízes, folhas e galhos.

Em síntese, esta foi à evolução das escavações: porção central das concavidades E01, E02 e E03 (**Trincheira A**); borda sul de E01 (**Trincheira A**); intervalo entre E01 e E02 (**Trincheira A**); direcionamento no sentido do centro do conjunto de estruturas subterrâneas (**Área 1**); corte perpendicular no interior de E01 (**Trincheira B**).

Figura 72 - Planta topográfica com as intervenções realizadas no sítio Tobias Wagner.



Elaborado por Raul Viana Novasco.

A seguir apresentamos uma descrição pormenorizada das escavações realizadas em cada uma das intervenções, bem como os dados obtidos por meio destas. Posteriormente, explanamos sobre os dados obtidos nas atividades realizadas no interior e na parte externa das estruturas subterrâneas.

4.4.1. Trincheira A

Após o reconhecimento do sítio, optamos por demarcar uma trincheira que incluísse mais de uma concavidade arqueológica a fim de compreender os possíveis usos destes espaços em termos comparativos, tanto intrasítio quanto em relação a outros contextos.

Deste modo, selecionamos uma área na porção sudoeste do sítio onde três concavidades estão dispostas de forma alinhada em um curto espaço. Duas das depressões (E02 e E03), inclusive, podem ser classificadas como geminadas que se tangenciam⁴⁷. Ademais, consideramos que as estruturas subterrâneas estão localizadas na borda

⁴⁷ Conforme classificação apresentada por Reis ([1979] 2007, p. 124-127).

da área onde há vegetação secundária em regeneração, ou seja, não foram impactadas diretamente pelo plantio de *Pinus* que recobre parte do sítio.

Assim, a partir de Z1 demarcamos o eixo central da **Trincheira A**, em uma orientação de 138°, no sentido noroeste/sudeste, com 18m de comprimento, perpassando a porção central de três concavidades arqueológicas: E01, E02 e E03. As estruturas subterrâneas propriamente ditas estão situadas em um intervalo de 14m.

Nesta trincheira, optamos por realizar intervenções com a dimensão de 1m x 0,50m, priorizando a porção central da base das depressões por, geralmente, ser este o local neste tipo de contexto em que aparecem materiais arqueológicos. Deste modo, as quadras demarcadas nas estruturas E01 (N192W200 e N193W200) e E03 (N183W200) foram abertas a leste do eixo central da trincheira, enquanto que em E02 (N187W199) a quadra demarcada ficou posicionada a oeste do eixo central.

Contudo, apesar das expectativas, poucos vestígios arqueológicos foram encontrados no interior das concavidades na primeira etapa de pesquisa, sendo que apenas em E01 foram encontradas evidências com maior grau de transformação antrópica (principalmente resíduos líticos provenientes de lascamento).

A fim de amostrar o intervalo entre duas concavidades – onde elas se tangenciam –, foram efetuadas escavações em quadras localizadas no entorno das concavidades, mas ainda dentro da trincheira, onde a superfície é mais plana – N189W200 e N190W200. Nesta área foi evidenciada uma maior quantidade e variabilidade de materiais arqueológicos, inclusive possíveis estruturas/feições. Tendo em vista estas observações, estas intervenções foram ampliadas e denominadas de **Área 1**.

Demarcamos, ainda, duas quadras – N191W200 e N191W199 – na borda sul de E01, onde pouco se escavou e baixa quantidade de material foi coletada.

Deste modo, nesta trincheira escavamos 3m², excluindo-se as quadras que integram a **Área 1**. Como apresentaremos adiante no detalhamento das quadras pesquisadas em cada estrutura subterrânea, em geral as escavações foram realizadas a partir da definição de níveis arbitrários de 10 em 10cm – exceção feita para os níveis mais profundos das quadras centrais em E01.

As intervenções na **Trincheira A** variaram entre a escavação de pouco mais de 0,10m (na borda de E01) atingindo até,

aproximadamente, 1,30m na porção central de E01 – onde trincheiras A e B se interseccionam.

No geral, coletamos vestígios líticos e arqueobotânicos (sementes e carvões) tanto no interior das estruturas subterrâneas, quanto nas quadras escavadas nas bordas e imediações das concavidades.

4.4.2. Trincheira B

Esta intervenção foi planejada e executada visando proporcionar um detalhamento das informações acerca do registro arqueológico de E01 no sentido de viabilizar um entendimento mais refinado acerca do processo de formação da concavidade, bem como uma melhor compreensão sobre a disposição dos vestígios arqueológicos neste espaço.

A partir da porção central da Trincheira A, mais especificamente no quadrante sul da quadra N193W200, demarcamos a **Trincheira B** perpendicularmente, em uma orientação de 228°, no sentido nordeste/sudoeste, com uma extensão de 2,5m por 0,50m - incluindo a intersecção com a primeira. Deste modo, nesta intervenção foram delimitadas e escavadas porções das quadras N193W199, N193W200 e N193W201.

No geral, 1,25m² foram escavados na **Trincheira B**. Estas intervenções foram realizadas em níveis arbitrários, definidos de 10 em 10cm, até o quinto nível. Posteriormente, mudamos a metodologia a fim de evidenciar a base da concavidade arqueológica, assim, adotamos a escavação por níveis naturais. No geral, as escavações variaram entre 0,50m e 1,30m a partir da superfície. Adiante, no subitem 4.5.1. que remete as atividades em E01, apresentamos maiores informações sobre as escavações e a sequência estratigráfica.

Nesta intervenção coletamos vestígios líticos, arqueobotânicos (carvão, fragmentos de nó de pinho e sementes) e – somente nesta trincheira – alguns fragmentos cerâmicos.

4.4.3. Área 1: externa às estruturas subterrâneas

Conforme exposto anteriormente, esta intervenção foi planejada partir de quadras delimitadas na Trincheira A. Com base na observação da existência de pequenos blocos rochosos semi-soterrados nas imediações da referida trincheira, em área externa às estruturas subterrâneas, optamos por ampliar as quadras adjacentes até estes vestígios líticos.

Assim, a **Área 1** é composta por seis quadras de 1x1m. Iniciando na Trincheira A nas quadras denominadas N189W200 e N190W200, as intervenções foram sendo ampliadas sentido nordeste, numa orientação de 228°, em direção a porção central do sítio. Deste modo, também foram demarcadas as quadras N189W201, N189W202, N190W201 e N190W202. Portanto, 6m² foram escavados nesta intervenção.

Coletamos uma grande quantidade de vestígios líticos nesta intervenção, alguns com várias evidências de apropriação humana por lascamento, polimento e picoteamento, além de vestígios arqueobotânicos (sementes e carvão).

Nesta área de pesquisa evidenciamos uma estrutura de combustão, a qual foi identificada a partir da presença de blocos de arenito de maior porte com marcas de queima, sedimento de coloração escura, grande quantidade de carvão associada e fragmentos de lascamento com alteração térmica.

Neste espaço a escavação foi realizada, exclusivamente, por níveis artificiais de 10 em 10cm. A fim de melhor compreender a estratigrafia, três quadras foram escavadas até o solo estéril e as demais finalizadas após a camada de ocupação do sítio. De um modo geral, as escavações variaram entre 0,20 e 0,70m.

4.5. AS ESCAVAÇÕES: DADOS OBTIDOS DENTRO E FORA DAS ESTRUTURAS SUBTERRÂNEAS

Após explanar acerca do modo pelo qual as intervenções foram planejadas e executadas, apresentamos a seguir os dados obtidos por meio das escavações em cada uma das estruturas subterrâneas pesquisadas, bem como na Área 1 - externa a elas.

4.5.1. Estrutura Subterrânea 01 (E01)

E01 possui formato elipsoidal, sendo que o eixo maior possui 3,5m e o eixo menor 3m, além de 0,40m de profundidade aparente. Há um degrau de cerca de 0,15m no limite da estrutura subterrânea com a superfície externa, situação que deixa bem evidente a circunferência da concavidade.

Esta estrutura situa-se no limite entra a área encoberta por vegetação secundária em regeneração e a floresta de *Pinus*. Dista 1,5m de E5 no sentido sudoeste e 2,5m de E2 no sentido sudoeste, além de estar cerca de 0,5m de distância da **Área 1**.

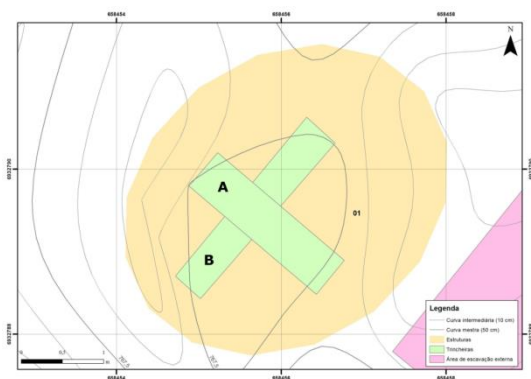
Inicialmente, foram demarcadas duas quadras no interior da concavidade, na porção central, base da concavidade: N192W200 e N193W200, ambas no âmbito da **Trincheira A** (sentido sudeste/noroeste). Posteriormente, no sentido perpendicular, duas novas quadras foram delimitadas e uma foi ampliada: N193W199, N193W200 e N193W201, estas no âmbito da **Trincheira B** (sentido sudoeste/nordeste).

Figura 73 - E01.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 74 - Planta com as intervenções realizadas em E01.



Elaborado por Raul Viana Novasco.

As quadras da **Trincheira A** demarcadas em E01 foram escavadas ao longo das três etapas de pesquisa, sendo que as dimensões das intervenções foram as seguintes:

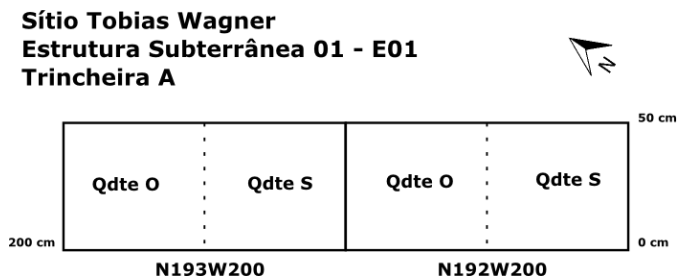
- **N192W200**: Escavada em 1,0 x 0,5m, referente aos quadrantes oeste e sul da quadra de 1x1m. Foram escavados 05 níveis arbitrários de 10cm de espessura. A partir do ponto Z1, a superfície foi nivelada na base do nível 04 em 2000mm. A base do nono nível, último a ser escavado, foi alcançada em 2400mm. Considerando a variação da superfície atual, foram escavados entre 50 e 60cm.
- **N193W200**: Escavada em 1,0 x 0,5m, referente aos quadrantes oeste e sul da quadra de 1x1m. Foram escavados 05 níveis artificiais de 10cm de espessura. A partir de Z1, a base do nível 05 foi igualada em 2000mm. A base do último nível escavado no âmbito da Trincheira A foi alcançada em 2400mm. Levando em conta a diferença de cotas na superfície atual, entre 50 e 60cm foram escavados.

Tabela 8 - Níveis escavados na Trincheira A em E01

Quadra / Medidas da base (mm)	<u>N193W200</u>	<u>N192W00</u>
Nível 4 1800 - 1900	Superfície	Superfície
Nível 5 1900 - 2000		
Nível 6 2000 - 2100		
Nível 7 2100 - 2200		
Nível 8 2200 - 2300		
Nível 9 2300 - 2400		

Escavado

Figura 75 - Planta baixa das quadras demarcadas na Trincheira A em E01.



Elaborado pelo autor no Inkscape.

Na superfície de ambas as quadras, porção central da estrutura subterrânea, observamos a presença de gramíneas, folhas e raízes de pequeno e médio porte. Tendo em vista a configuração da concavidade e a fim de igualar a superfície na base do primeiro nível, a escavação em N192W200 foi concentrada no quadrante sul, enquanto que em N193W200 as intervenções foram realizadas principalmente no quadrante oeste.

De um modo geral, no nível 05 foi evidenciada uma camada marrom escura (7.5YR 3/2 *dark brown*), argilosa, pouco compactada, com muitas folhas e raízes. Próximo à porção central de N192W200, na metade do nível, alguns pontos alaranjados foram identificados, possivelmente resultado da decomposição do arenito disponível localmente. Somente em N192W200 foram coletados vestígios: 05 fragmentos líticos, um deles polido.

Desde o topo do nível 06, percebemos que os quadrantes localizados na porção central de E01 apresentam um sedimento argiloso pouco compactado, inclusive apresentando pequenos espaços vazios, que se desprende em blocos. Por outro lado, nas extremidades há um clareamento progressivo do sedimento marrom (7.5YR 3/3 *dark brown*), o qual integra uma camada bem compactada onde surgem tons ferruginosos – possivelmente originados da decomposição de arenito. Outra vez, somente em N192W200 foram coletados vestígios: 04 líticos, dentre eles um riolito lascado.

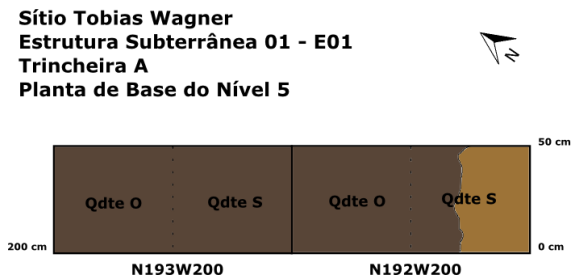
No nível 07, evidenciamos a presença do mesmo sedimento marrom do nível anterior, argiloso, bem compactado, apresentando pontos com tons ferruginosos principalmente nas extremidades noroeste de N193W200 e sudeste de N192W200. Também semelhante ao nível anterior, na porção central da concavidade - onde as quadras se

tangenciam - o sedimento desprende-se em blocos, sendo levemente menos compacto que o restante. Nesta profundidade ainda foram evidenciadas folhas em N192W200. Foram coletados vestígios líticos nas duas quadras: 03 em N192W200, sendo um polido, e 01 em N193W200, o qual está lascado e apresenta cúpulas térmicas.

Posteriormente, no nível 08, percebemos que o sedimento mantém a coloração marrom do nível anterior, um pouco mais claro em relação à superfície, bem como a mesma textura – argilosa, bem compactada. No quadrante sul de N192W200 surge uma camada amarelada (10YR 4/6 *dark yellowish brown*), argilosa, ainda mais compactada que a outra. Observamos alguns pontos de carvão próximo à base do nível na quadra N193W200. Apenas nesta quadra foram coletados vestígios: 19 líticos, dos quais três apresentam sinais de transformação: um lascado, um queimado e um polido e picoteado.

No último nível escavado nestas quadras no âmbito da Trincheira A, percebemos a continuidade do clareamento progressivo do sedimento de coloração marrom, o qual varia entre escuro (7.5YR 3/2 *dark brown* e 7.5YR 3/3 *dark brown*) e médio (7.5YR 4/2 *brown*). Ainda assim, esta matriz mantém-se argilosa, bem compactada, apresentando algumas raízes de pequeno porte. No quadrante sul de N192W200, a camada amarelada, argilosa, bem compactada, mantém-se em uma faixa de 20cm a partir da extremidade SE. Tons ferruginosos, provavelmente originado da decomposição do arenito, foram observados em ambas as camadas. Nas duas quadras foram coletados vestígios líticos: 19 em N192W200 e 25 em 193W200 - nenhum deles com evidências de transformação antrópica. Em N193W200 também foram coletados vestígios arqueobotânicos (carvão e semente).

Figura 76 - Planta da base do nível 5 nas quadras escavadas na Trincheira A em E01.

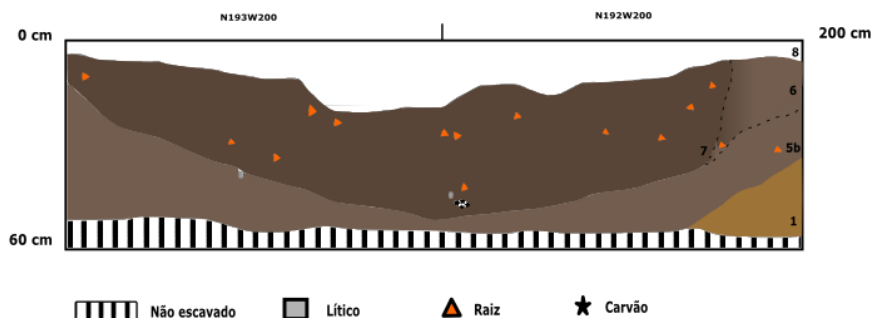


Elaborado pelo autor no Inkscape.

No total, foram coletados 76 vestígios líticos, além de carvão e semente. Abaixo, apresentamos a estratigrafia evidenciada após as intervenções nestas quadras no âmbito da Trincheira A e no interior de E01.

Figura 77 - Estratigrafia no perfil NE da Trincheira A em E01.

**Sítio Tobias Wagner
Estrutura Subterrânea 01 - E01
Perfil Nordeste
Trincheira A
N193W200 e N192W200**



1 - Camada argilosa, coloração amarelada. 10YR 5/6 yellowish brown.

5b - Camada argilosa, apresenta algumas raízes e, de forma esparsa, sedimento com tons ferruginosos. 7.5YR 4/2 brown.

6 - Camada argilosa, apresenta raízes e, de forma esparsa, sedimento com tons ferruginosos. Trata-se de uma mescla das camadas 5b e 7, sendo desta última a coloração preponderante.

7 - Camada areno-argilosa, presença de muitas raízes, alguns fragmentos de carvão, líticos e, de forma esparsa, sedimento com tons ferruginosos. 7.5YR 3/2 dark brown.

8 - Camada superficial espessura milimétrica, presença de raízes, grama e folhas. 7.5YR 3/2 dark brown.

Elaborado pelo autor no Inkscape.

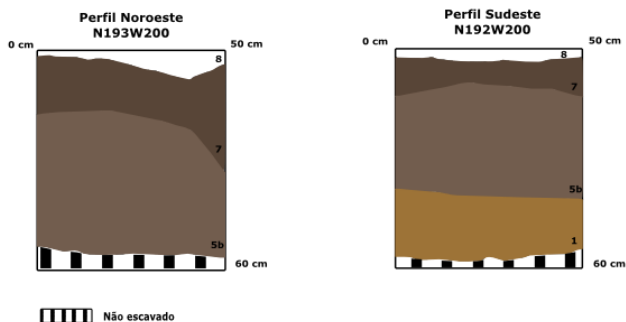
No perfil nordeste da trincheira, percebemos a presença de cinco camadas estratigráficas, conforme exposto na Figura 77. De antemão, devemos ressaltar que esse desenho remete às atividades realizadas na Trincheira A após a segunda etapa de pesquisa. Contudo, a sequência de camadas apresentadas condiz com a interpretação geral após todas as intervenções no sítio.

Como é possível notar, abaixo da camada superficial há um pacote espesso de sedimento que contém material vegetal recente em decomposição, muitas raízes e folhas, e pouco material arqueológico – principalmente próximo à base da concavidade. Nas proximidades de uma das bordas foi evidenciada a camada 6, mescla de entre 5b e 7. Abaixo, visualizamos a camada 05b, a qual continha uma maior quantidade de vestígios arqueológicos em comparação com as anteriores. Na porção sul da Trincheira A, identificamos a camada 01, substrato local.

Nos perfis noroeste e sudeste da Trincheira A (Figura 78), fica evidente a presença de diferentes camadas nas extremidades desta intervenção. Ainda que as duas apresentem as camadas 5b, 7 e 8, somente na porção sul foi evidenciado o substrato – camada 1.

Figura 78 – Estratigrafia nos perfis NW e SE da Trincheira A em E01.

**Sítio Tobias Wagner
Estrutura Subterrânea 01 - E01
Trincheira A
Perfis Noroeste e Sudeste
N192W200, N193W200**



1 - Camada argilosa, coloração amarelada, característica do substrato local. 10YR 5/6 yellowish brown.

5b - Camada argilosa, marrom, apresenta algumas raízes e, de forma esparsa, sedimento com tons ferruginosos. 7.5YR 4/2 brown.

7 - Camada areno-argilosa, marrom escura, presença de muitas raízes, alguns fragmentos de carvão, líticos e, de forma esparsa, sedimento com tons ferruginosos. 7.5YR 3/2 dark brown.

8 - Camada superficial espessura milimétrica, marrom escura, presença de raízes, grama e folhas. 7.5YR 3/2 dark brown.

Elaborado pelo autor no Inkscape.

As quadras da **Trincheira B** demarcadas em E01 foram escavadas na última etapa de pesquisa, sendo que as dimensões das intervenções foram as seguintes:

- **N193W199**: Escavada em 1,0 x 0,5m, referente aos quadrantes sul e leste da quadra de 1x1m. Foram escavados 05 níveis artificiais de 10cm de espessura e 02 níveis por camadas naturais. A partir do ponto Z2, a superfície foi nivelada na base do nível 05 em 2000mm. O último nível teve como maior profundidade, próximo a porção central da concavidade, 3000mm. Considerando as variações da superfície, entre 1,0 e 1,1m foram escavados.
- **N193W200**: Escavada em 1,0 x 0,5m, referente aos quadrantes sul e leste da quadra de 1x1m. Foram escavados 05 níveis artificiais de 10cm de espessura, 01 nível artificial de 20cm de espessura e 02 níveis por camadas naturais. Os cinco primeiros níveis do quadrante sul foram escavados no âmbito da Trincheira A. Desde Z2, a superfície foi nivelada em 2000mm. O último nível teve como maior profundidade 3121mm. Considerando as irregularidades na superfície e na base da concavidade, entre 1,20 e 1,30m foram escavados.
- **N193W201**: Escavada em 0,5 x 0,5m, referente ao quadrante sul da quadra de 1x1m. Foram escavados 05 níveis artificiais de 10cm de espessura e 01 nível por camadas naturais. A partir de Z2, a superfície foi nivelada em 2000m. O último nível teve como maior profundidade de 2650mm, na porção mais próxima ao centro da concavidade. Conforme as irregularidades existentes na superfície do terreno, entre 60 e 80cm foram escavados.

Tabela 9 - Níveis artificiais escavados na Trincheira B em E01.

Quadra / Medidas da base (mm)	<u>N193W199</u>	<u>N193W200</u>	<u>N193W201</u>
Nível 4 1800 - 1900	Superfície	Superfície	Superfície
Nível 5 1900 - 2000			
Nível 6 2000 - 2100			

Nível 7 2100 – 2200			
Nível 8 2200 – 2300			
Nível 9 2300 – 2400			

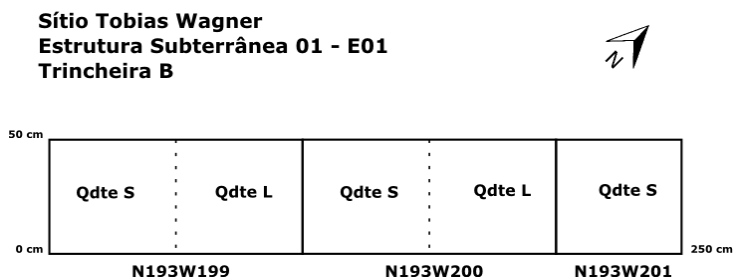
Escavado

Tabela 10 - Camadas naturais escavadas na Trincheira B em E01

Quadra / Camada	N193W199	N193W200	N193W201
Camada 3 (medida da base)	2686mm (qdte L)	2716mm (centro)	2650mm (qdte S)
Camada 2 (medida da base)	3000mm (qdte L)	3120mm (centro)	Não escavado

Escavado

Figura 79 - Planta de implantação das quadras na Trincheira B em E01.



Elaborado pelo autor no Inkscape.

Na superfície das quadras que compõe a Trincheira B, observamos a presença de gramíneas, folhas e raízes de pequeno e médio porte. O sedimento superficial apresenta uma coloração marrom escura (7.5YR 3/2 *dark brown*), sendo que se encontra bastante úmido no topo do nível 05. Ao longo da escavação, percebemos a presença de pontos com sedimento mais arenoso, provavelmente devido à decomposição de raízes grandes e de material vegetal, de todo modo, mantém-se a mesma coloração até a base do nível. Também foram

encontradas raízes, folhas e pontos com tons ferruginosos – estes originados, provavelmente, da decomposição do arenito que constitui a formação geológica local. Na porção central do quadrante leste de N193W200, na base do nível 01, foi constatada a presença de carvões esparsos.

Quatro tipos de vestígios foram coletados nas escavações deste nível: líticos – 18 em N193W199, sendo 03 lascados; 06 no quadrante leste de N193W200, sendo 01 queimado; e 09 em N193W201, nenhum com marcas de transformação antrópica -; além de carvão e semente.

Após o nivelamento na base do nível 05, percebemos a continuidade do sedimento marrom escuro no decorrer da escavação do nível 06, sendo que o solo mantém-se bem compacto e argiloso, com raízes de pequeno e médio porte e tons ferruginosos. Somente na extremidade sudoeste do quadrante sul de N193W199, mais próximo à borda da estrutura subterrânea, há uma variação na composição do solo, local onde aparece uma camada marrom um pouco mais clara (7.5YR 3/3 *dark brown*).

Quatro tipos de vestígios foram coletados neste nível: líticos – 19 em N193W199, sendo 02 lascados; 21 no quadrante leste de N193W200, sendo 02 lascados; 25 em N193W201, sendo 01 lascado -, cerâmica – 03 fragmentos em N193W201 -, carvão e semente.

No nível 07, percebemos que há um clareamento progressivo da matriz sedimentar presente nas extremidades da Trincheira B, ou seja, quadrante sul de N193W199 e quadrante sul de N193W201, onde passa a predominar uma camada argilosa, bem compactada, coloração marrom (7.5YR 3/3 *dark brown*). Por outro lado, na porção central da Trincheira B, o sedimento marrom escuro (7.5YR 3/2 *dark brown*), argiloso e compacto, mantém-se no quadrante leste de N193W200.

Cinco tipos de vestígios foram coletados neste nível: líticos - 36 em N193W199, sendo 04 lascados e 01 polido; 17 no quadrante leste de N193W200, sendo 02 lascados; e 14 em N193W201, sendo 02 lascados -, cerâmica – 01 fragmento em N193W201 e 01 fragmento no quadrante leste de N193W200 -, carvão, semente e um nó de pinho.

Assim como anteriormente, no nível 08 percebemos diferentes sedimentos ao longo da escavação. Nas extremidades da Trincheira B (quadrantes sul de N193W199 e de N193W201) o sedimento marrom (7.5YR 3/3 *dark brown*) que predomina no topo, passa a dividir espaço com uma camada mais clara (7.5YR *strong brown*), amarelada, argilosa, bem compactada, possivelmente o substrato local. Na porção central da trincheira, quadrante leste de N193W200, o sedimento marrom escuro

mantém-se, apresentando galhos e folhas concentradas em alguns pontos, além de tons ferruginosos e carvão de forma esparsa.

Vestígios líticos – 13 em N193W199, sendo 01 lascado; 24 em N193W200, sendo 04 lascados; e 02 em N193W201, nenhum transformado antropicamente -, carvão e semente, foram coletados na escavação deste nível.

No nível 09 percebemos que a camada amarelada, que apareceu no nível anterior nas extremidades da Trincheira B, expandiu-se em direção à porção central da concavidade. Por outro lado, no quadrante leste de N193W200, centro da estrutura subterrânea, observamos uma mudança gradativa de sedimento: o marrom escuro (7.5YR 3/2 *dark brown*) dá lugar a um sedimento um pouco mais claro (7.5YR 3/3 *dark brown*), porém ainda argiloso e compactado.

Recolhemos vestígios líticos (13 em N193W199, sendo 01 lascado; 20 no quadrante leste de N193W200, sendo 01 lascado; e 01 em N193W201, sem transformação humana), carvão e sementes. Além disso, coletamos integralmente o sedimento marrom de tonalidade mais clara encontrado no quadrante leste de N193W200 para flotação em laboratório, um total de 52 litros.

Até a base do nível 09, alcançada de forma igual em 2400mm medidos a partir de Z2, a escavação foi realizada por níveis artificiais de 10x10cm em todos os quadrantes.

A partir da observação do surgimento da camada amarelada que remete ao substrato local nas extremidades da Trincheira B, optamos por concentrar a escavação na porção central da concavidade a fim de também atingir o solo estéril. Deste modo, retomamos a escavação do quadrante sul de N193W200, o qual até então somente havia sido escavado somente no âmbito da Trincheira A.

Iniciamos identificando esta intervenção no quadrante sul de N193W200 como nível 10 a fim de alcançar o substrato. Contudo, no decorrer da escavação alteramos a metodologia e a identificação para atingir tal intento. Deste modo, passamos a escavar por camadas naturais, sem mais nos preocuparmos com a divisão arbitrária definida inicialmente. Posteriormente, identificamos como camada 03 esta intervenção.

Por volta de 2600mm percebemos o surgimento de pontos de um sedimento diferente, até então não identificada no sítio, com coloração cinza escura (7.5YR 3/1 *very dark gray*) e decidimos interromper a escavação a fim de igualar as quadras adjacentes na mesma profundidade e de evidenciar a base da concavidade no geral a partir das extremidades da Trincheira B onde o substrato era evidente.

Assim, em N193W199, os esforços da escavação na camada 03 foram concentrados no sentido de evidenciar a camada amarelada que surgiu na extremidade sudeste. Portanto, poucas intervenções foram feitas no quadrante sul, sendo as escavações realizadas, sobretudo, no quadrante leste – o mais próximo ao centro da estrutura subterrânea. No quadrante sul, a camada amarelada foi evidenciada desde a base do nono nível (2400mm), onde a escavação foi paralisada. No quadrante leste, a escavação alcançou uma profundidade variável entre 2634mm e 2686mm, sendo a parte mais baixa próxima ao centro da concavidade, onde acaba a camada marrom (7.5YR 3/3 *dark brown*) já com mesclas de um sedimento mais escuro (7.5YR 3/1 *very dark gray*).

Semelhante à quadra anterior, no quadrante sul de N193W201 a escavação foi orientada no sentido de evidenciar a camada amarelada já evidente na base do nível 09. Deste modo, na camada 03, escavamos, principalmente, a porção sudoeste deste quadrante onde ainda havia a camada marrom (7.5YR 3/3 *dark brown*). Assim, a porção mais alta deste nível foi paralisada na camada amarela (que passou a coloração 7.5YR 5/6 *yellowish brown*) por volta 2450mm, enquanto que a porção mais profunda foi paralisada entre 2646 e 2639mm após clareamento do sedimento marrom (7.5YR 3/3 *dark brown*) e chegada ao topo da camada cinza.

No quadrante leste de N193W200, nos esforçamos no sentido de evidenciar a base da concavidade. No geral, houve o predomínio de um sedimento de coloração marrom escuro (7.5YR 3/2 *dark brown*), bastante argiloso, úmido e compactado. Na profundidade de 2470mm evidenciamos fragmentos de cerâmica em contexto pela primeira vez. Ampliando a profundidade, principalmente no canto sudoeste, novos fragmentos de cerâmica e concentrações de carvão foram encontrados. Houve, também, o surgimento da camada cinza escura (7.5YR 3/1 *very dark gray*). Assim, a escavação desta camada foi encerrada, na transição das camadas 03 e 02, entre 2622mm e 2686mm.

A seguir, retomamos a escavação da camada 03, que corresponde a base da camada marrom escura (7.5YR 3/2 *dark brown*) na sua transição para a camada cinza escura (7.5YR 3/1 *very dark gray*), no quadrante sul de N193W200, tendo como profundidade a marca aproximadamente 2600mm. Ao longo da escavação a tendência do sedimento foi tornar-se cada vez mais escuro, contudo ainda argiloso e compactado. Observamos o aparecimento de alguns pontos de carvão, próximo à base da camada, em uma mancha de sedimento mais escura (7.5YR 2.5/1 *black*). Paralisamos a escavação desta camada quando evidenciamos a camada cinza, entre 2682 e 2716mm.

Coletamos separadamente os sedimentos de coloração marrom (7.5YR 3/2 *dark brown* – 32l) e da mancha escura (7.5YR 2.5/1 *black* – 12l) para procedimento de flotação em laboratório. Também foram recolhidos fragmentos de carvão.

Posteriormente, a escavação da camada 03 foi ampliada para o quadrante leste de N193W200, também visando expor o topo da camada cinza. Na porção nordeste deste quadrante, observamos o clareamento da camada marrom (7.5YR 3/2 *dark brown*) para um tom mais claro (7.5YR 4/2 *brown*), ainda argilosa e compactada, até chegar a camada cinza em 2640mm, a qual também foi evidenciada na outra metade do quadrante em 2700mm. Não foram coletados vestígios.

No geral, na escavação da Camada 03, quatro tipos de vestígios foram coletados: líticos – 06 em N193W199, nenhum destes com sinais de transformação humana direta, e 22 em N193W200, dos quais apenas 05 riolitos lascados –, cerâmica (27 fragmentos em N193W200) e carvão.

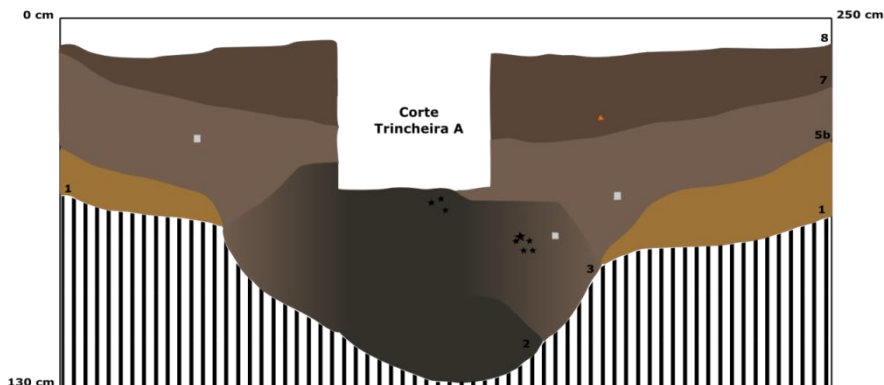
Por fim, escavamos a porção central da Trincheira B a fim de alcançar a base da estrutura subterrânea. Privilegiamos as intervenções no quadrante leste de N193W199 e nos quadrantes sul e leste de N193W200.

A última camada escavada – 02 –, foi iniciada em uma profundidade variável de aproximadamente 2640mm nas extremidades e 2700mm na porção central. A base dela, onde ocorre a transição para o substrato, foi alcançada nas maiores profundidades entre 3110 e 3120mm. Nesta camada, com espessura de 30 a 40cm, observamos um sedimento cinza escuro (7.5YR 3/1 *very dark gray*), argiloso, muito compactado, que se desprende em blocos ao ser escavado. Fizemos a coleta integral deste sedimento para flotação em laboratório, totalizando 126l. Também recolhemos líticos (25 vestígios, sendo 02 polidos, 02 lascados e 01 picoteado), fragmentos cerâmicos (13) e carvão.

Na Figura 80, apresentamos a estratigrafia evidenciada ao longo das intervenções na Trincheira B.

Figura 80 – Estratigrafia no perfil NW da Trincheira B em E01.

Sítio Tobias Wagner
Estrutura Subterrânea 01 - E01
Perfil Noroeste
Trincheira B
N193W199, N193W200 e N193W201



Não escavado
 Lítico
 Raiz
 Carvão

1 - Camada argilosa, coloração amarelada, característica do substrato local. 10YR 5/6 yellowish brown.

2 - Camada argilosa, cinza escura, presença de muitos fragmentos de carvão e poucos outros tipos de vestígios (lítico e cerâmica). 7.5YR 3/1 very dark gray.

3 - Camada argilosa, coloração cinza escuro da camada 2 mesclada com marrom médio da camada 5, apresenta tons ferruginosos, poucas raízes, líticos, cerâmica e grande quantidade de carvão. 7.5YR 3/1 very dark gray e 7.5YR 4/2 brown

5b - Camada argilosa, marrom médio, apresenta algumas raízes e, de forma esparsa, sedimento com tons ferruginosos. 7.5YR 4/2 brown.

7 - Camada areno-argilosa, marrom escura, presença de muitas raízes, alguns fragmentos de carvão, líticos e, de forma esparsa, sedimento com tons ferruginosos. 7.5YR 3/2 dark brown.

8 - Camada superficial espessura milimétrica, marrom escura, presença de raízes, grama e folhas. 7.5YR 3/2 dark brown.

Elaborado pelo autor no Inkscape.

Após as escavações, identificamos seis camadas estratigráficas no perfil noroeste da Trincheira B. Assim como já exposto para o caso do perfil sudeste da Trincheira A, após a camada superficial (08), há um pacote espesso marrom escuro (camada 07), seguido por um marrom médio (05b). No decorrer da escavação destas camadas, observamos o aumento da quantidade de vestígios arqueológicos conforme foi

ampliada a profundidade. Nas extremidades, identificamos a camada do substrato (01) desde uma profundidade aproximada de 35cm a partir da superfície.

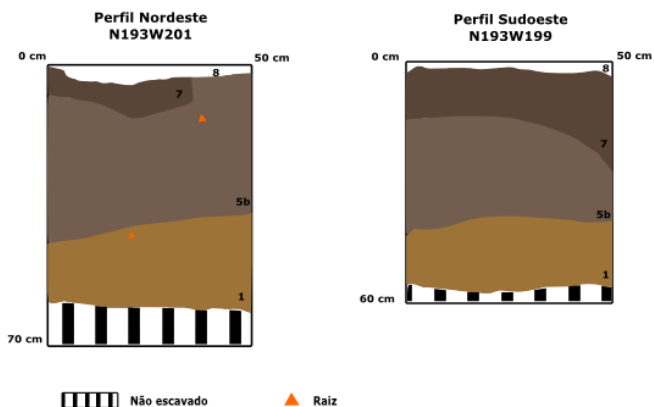
Na porção central da concavidade, evidenciamos duas camadas arqueológicas exclusivamente na Trincheira B. A partir de aproximadamente 40cm de profundidade em relação a superfície atual, observamos a presença de uma maior quantidade de carvão e de um sedimento de coloração cinza em meio ao marrom médio circundante, características da camada 03. Após 80cm, há um predomínio do sedimento de coloração cinza escura, com muitos fragmentos de carvão, além de vestígios líticos e cerâmicos.

Entre 120 e 130cm de profundidade, aparece o substrato (camada 01) na base da concavidade, porção central da Trincheira B.

Nos perfis nordeste e sudoeste da Trincheira B fica evidente, após três camadas marrons, o momento do surgimento da camada 01 nas extremidades desta intervenção.

Figura 81 - Perfil estratigráfico evidenciado nos perfis NE e SW da Trincheira B em E01.

**Sítio Tobias Wagner
Estrutura Subterrânea 01 - E01
Trincheira B
Perfis Nordeste e Sudoeste
N193W201, N193W199**



1 - Camada argilosa, coloração amarelada, característica do substrato local. 10YR 5/6 yellowish brown.

5b - Camada argilosa, marrom, apresenta algumas raízes e, de forma esparsa, sedimento com tons ferruginosos. 7.5YR 4/2 brown.

7 - Camada areno-argilosa, marrom escura, presença de muitas raízes, alguns fragmentos de carvão, líticos e, de forma esparsa, sedimento com tons ferruginosos. 7.5YR 3/2 dark brown.

8 - Camada superficial espessura milimétrica, marrom escura, presença de raízes, grama e folhas. 7.5YR 3/2 dark brown.

Elaborado pelo autor no Inkscape.

Figura 82 - E01 ao final das escavações.

Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 83 - Detalhe de E01 ao final das intervenções.

Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 84 - Visão das trincheiras escavadas em E01.

Fonte: Acervo LEIA/UFSC

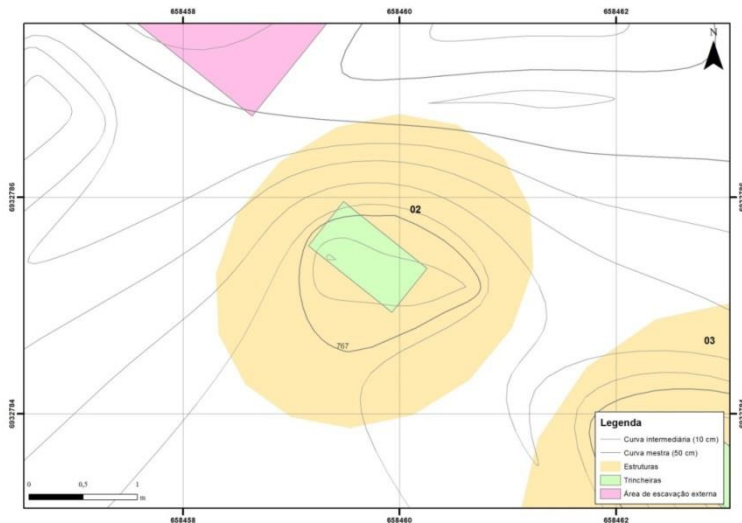
4.5.2. Estrutura Subterrânea 02 (E02)

E02 possui formato circular, com as seguintes dimensões: 3,0m de diâmetro e 0,70m de profundidade aparente. Situa-se na área encoberta por vegetação secundária em regeneração. Está localizada entre E01 e E03, sendo que desta última dista menos de 1m e compartilha a mesma borda – ou seja, elas se tangenciam. Dista 2,5m: de E01 no sentido noroeste, de E05 no sentido oeste e de E17 no sentido leste. Além disso, aproximadamente 0,5m ao norte, está localizada a **Área 1**.

No interior de E02, na porção central da concavidade, foi delimitada a quadra N187W199, com 1 x 0,50m, a partir do eixo central

da **Trincheira A**. A sudoeste da quadra, próximo a borda da concavidade, há um coqueiro.

Figura 85 - Planta com a intervenção realizada em E02.



Elaborado por Raul Viana Novasco.

Figura 86 - Escavação sendo realizada em E02.



Foto: Letícia Gondim.

Foram escavados 04 níveis arbitrários de 10x10cm, três na primeira etapa de escavação e um na terceira etapa. A partir do ponto

Z1, a superfície foi nivelada em 2500mm, base do nível 10. A base do nível 13, último a ser escavado, foi alcançada em 2800mm. De um modo geral, foram escavados entre 40cm e 50cm, pois há uma variação de cota na superfície atual da concavidade.

Na superfície da concavidade havia galhos de coqueiro em decomposição, coquinhos e gravatás, sendo necessária a limpeza antes das intervenções. No nível 10 observamos um sedimento de coloração marrom escura (7.5YR 3/3 *dark brown*) com a presença muitas raízes e folhas. De início areno-argilosa, a textura tende a se tornar mais argilosa conforme se amplia a profundidade. Somente 01 vestígio lítico foi coletado, contudo sem evidências de transformação antrópica.

De modo semelhante anterior, o nível 11 apresentou coloração marrom escura (7.5YR 3/3 *dark brown*), com muitas raízes de pequeno e médio porte, mantendo-se homogêneo, inclusive na textura argilosa, até a base. Apenas 01 vestígio lítico foi coletado, sendo que não apresenta sinais de modificação humana.

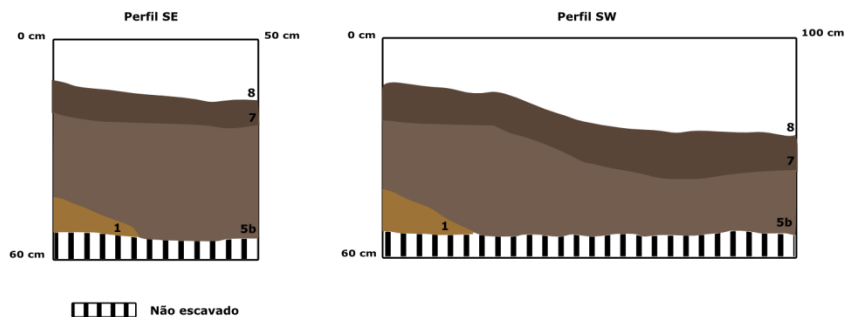
O nível 12 também se caracterizou pelo predomínio de um sedimento marrom escuro (7.5YR 3/3 *dark brown*), sendo que em alguns pontos apresentou textura areno-argilosa, além de alguns pontos escuros, possivelmente originado de raízes queimadas. Aliás, havia muitas raízes no topo do nível, porém diminuíram até a base. Foi coletado 01 vestígio lítico, também sem evidências de transformação antrópica.

No nível 13, escavado na última etapa de pesquisa, observamos o aparecimento de fragmentos esparsos de carvões junto às raízes na parte central da quadra, além do surgimento de uma camada mais amarelada (7.5YR 6/8 *brownish yellow*) de textura argilosa que se tornou cada vez mais clara conforme foi ampliada a profundidade. Porém, o predomínio foi de um sedimento com coloração marrom (7.5YR 3/3 *dark brown*). Foram coletados 02 líticos sem evidências de apropriação humana e uma semente.

No total, foram coletados 05 vestígios líticos e uma semente. Na Figura 87, apresentamos a estratigrafia evidenciada após as intervenções.

Figura 87 – Estratigrafia nos perfis SE e SW em E02.

Sítio Tobias Wagner
Estrutura Subterrânea 02 - E02
N187W199
Perfis SE e SW



1 - Camada argilosa, muito compactada, apresenta poucas raízes. Coloração amarelada (10YR 5/6 yellowish brown).

5b - Camada argilo-arenosa, mais compactada que as anteriores, apresenta pequenas raízes. Coloração marrom médio (7.5YR 4/2 brown).

7 - Camada úmica, argilo-arenosa, apresenta muitas raízes e folhas. Coloração marrom escura (7.5YR 3/3 dark brown).

8 - Camada superficial, espessura milimétrica, areno-argilosa, apresenta muitas raízes e folhas. Coloração marrom escura (7.5YR 3/3 dark brown).

Elaborado pelo autor no Inkscape.

Tomando como parâmetro as informações obtidas acerca da disposição das camadas do solo em outras intervenções e nos barrancos, observa-se que a estratigrafia em E02 está em correspondência com o restante do sítio. Há uma sequência de três camadas de diferentes tons de marrom (05b – com pequena variação de tom quanto a coloração -, 7 e 8), seguida pelo substrato (camada 01).

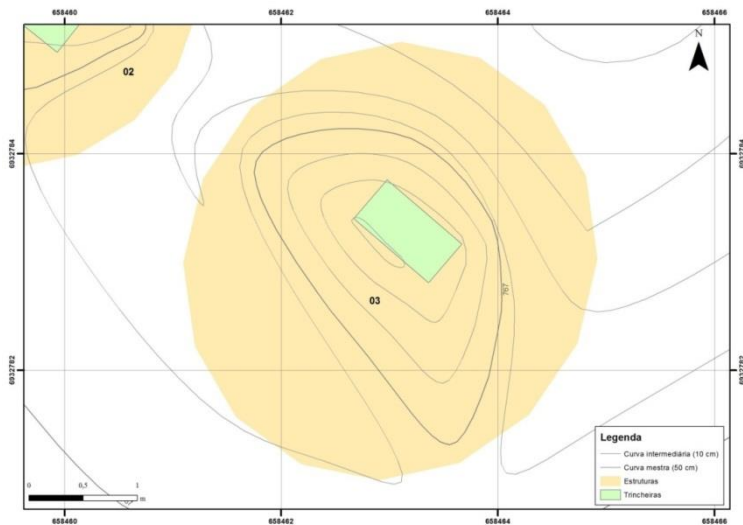
4.5.3. Estrutura Subterrânea 03 (E03)

E03 possui formato circular cujas dimensões são 3,0m de diâmetro por 0,5m de profundidade aparente. Situa-se na área encoberta

por vegetação secundária em regeneração. Está localizada menos de 1m de E02 no sentido noroeste. Além disso, E04 situa-se cerca de 2m no sentido sudoeste e E17 aproximadamente 1m a nordeste.

No interior de E03, na porção central da concavidade, foi delimitada a quadra N183W200, com 1 x 0,50m, no âmbito da **Trincheira A**. A nordeste da quadra, próximo a borda da concavidade, há uma toca de tatu.

Figura 88 - Planta com a intervenção realizada em E03.



Elaborado por Raul Viana Novasco.

Figura 89 - Detalhe de quadra escavada em E03. Base do nível 14.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 90 - Detalhe de toca de tatu nas proximidades da quadra escavada em E03.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Foram escavados 04 níveis arbitrários de 10x10cm, três na primeira etapa de escavação e um na terceira etapa. A partir do ponto Z1, a superfície foi nivelada na base do nível 12 em 2700mm. A base do nível 15, último a ser escavado, foi alcançada em 3000mm. De um modo geral, foram escavados entre 40cm e 50cm – considerando-se as variações existentes na superfície atual da concavidade.

No nível 12 observamos um sedimento de coloração marrom escura (7.5YR 3/2 *dark brown*) em predomínio, contudo com a presença de pontos amarelados (7.5YR 5/6 *strong brown*), muitas raízes e folhas. Foram coletados 03 líticos, nenhum com sinais de transformação antrópica.

A partir do nível 13 o sedimento de coloração amarelada (no tom 10YR 5/6 *yellowish brown*) ficou evidente na porção norte, sendo mais compacto que o sedimento marrom que ainda predomina na quadra. Foram encontradas raízes de pequeno e médio porte. Foram coletados 08 líticos neste nível, sendo que nenhum deles traz marcas de transformação.

No nível 14, fica evidente um clareamento do sedimento marrom que toma conta da quadra, chegando ao tom 7.5YR 4/3 *brown*. Ainda se observa a presença de pontos com concentração do sedimento amarelado, o qual devido à mescla com o marrom tem uma variação na coloração (7.5YR 5/6 *strong brown*). Foram coletados 15 líticos neste nível, sendo que nenhum apresenta sinais de modificação antrópica.

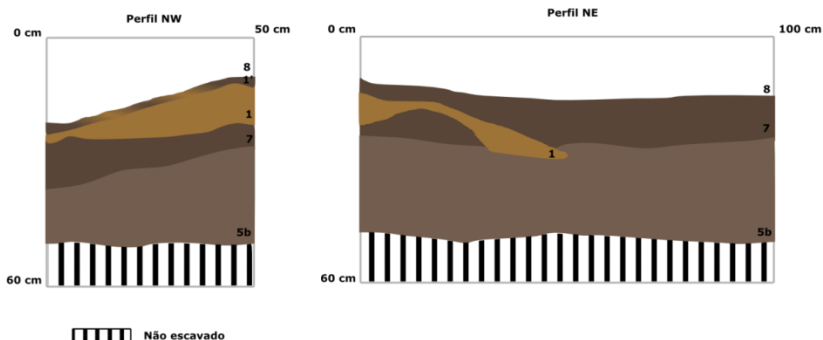
No nível 15, escavado na última etapa de pesquisa, observamos exclusivamente um sedimento de coloração marrom médio (7.5YR 4/2 *brown*), com textura argilosa e apresentando raízes pequenas e medianas. Nenhum artefato foi coletado.

Somente vestígios líticos foram coletados ao longo da escavação desta quadra, 26 peças no total nenhuma com evidências de apropriação antrópica.

Na Figura 91, apresentamos a estratigrafia evidenciada após as intervenções.

Figura 91 - Estratigrafia nos perfis NW e NE em E03.

**Sítio Tobias Wagner
Estrutura Subterrânea 03 - E03
N183W200
Perfis NW e NE**



1 - Camada argilosa, apresenta poucas raízes. Coloração amarelada (10YR 5/6 yellowish brown).

1' - Camada úmica, argilo arenosa, apresenta muitas raízes e folhas. Mescla de sedimentos de coloração marro escuro (7.5YR 3/2 dark brown) e amarelado (10YR 5/6 yellowish brown).

5b - Camada argilo-arenosa, mais compactada que as anteriores, apresenta algumas pequenas raízes. Coloração marrom médio (7.5YR 4/2 brown).

7 - Camada úmica, argilo-arenosa, apresenta muitas raízes e folhas. Coloração marrom escuro (7.5YR 3/2 dark brown).

8 - Camada superficial, espessura milimétrica, areno-argilosa, apresenta muitas raízes e folhas. Coloração marrom escuro (7.5YR 3/2 dark brown).

Elaborado pelo autor no Inkscape.

De um modo geral, a estratigrafia corresponde a sequencia de camadas de solo observadas nas demais escavações. As duas exceções são: o posicionamento da camada 1 e a existência da camada 1'. Tendo em vista a existência de uma toca de tatu nas proximidades da quadra, acreditamos que a bioturbação explique a configuração de tais exceções.

4.5.4. Área 1: superfície externa às estruturas subterrâneas

A Área 1 corresponde a um lócus de escavação localizado fora das estruturas subterrâneas, ou melhor, à superfície existente nas imediações das concavidades arqueológicas. Foi delimitada e sua escavação foi processada a partir da observação da existência de blocos líticos de médio porte semi-soterrados, os quais foram tomados como possíveis indicadores da realização de atividades neste espaço preteritamente.

Conforme apresentado na Figura 72, a Área 1 localiza-se entre E01 e E02, distanciando-se menos de 1m de cada uma delas. Situa-se em área parcialmente encoberta por *Pinus*, porém a poucos metros da vegetação secundária em regeneração.

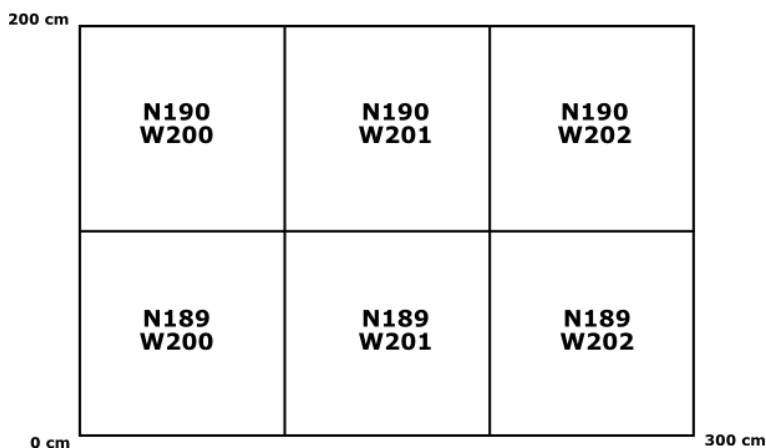
Conforme explanado anteriormente, a Área 1 foi demarcada a partir de quadras definidas inicialmente na Trincheira A e que foram sendo ampliadas no sentido nordeste. Totaliza uma área de 6m².

Figura 92 - Planta de implantação das quadras na Área 1.

Sítio Tobias Wagner

Área 1

Planta de implantação de quadras



Elaborado pelo autor no Inkscape.

As quadras demarcadas na **Área 1** foram escavadas nas duas primeiras etapas de pesquisa, sendo que as dimensões das intervenções foram as seguintes:

- **N189W200**: Localizada próxima à borda noroeste de E02, em leve declive. Escavada inicialmente na Trincheira A com 1,0 x 0,5m referente aos quadrantes oeste e sul, posteriormente foi ampliada para 1m². Foram escavados 02 níveis artificiais de 10cm de espessura. A partir de Z1, a superfície foi nivelada na base do nível 02 em 1700mm. O terceiro e último nível escavado foi atingido em 1800mm. Tendo em vista as variações na superfície, foram escavados entre 20 e 30cm.
- **N190W200**: Localizada próxima à borda de sul de E01. Escavada inicialmente na Trincheira A com 1,0 x 0,5m referente aos quadrantes oeste e sul, em seguida foi ampliada para 1m². Foram escavados 05 níveis artificiais de 10cm de espessura. A partir de Z1, foi nivelada na base do nível 02 em 1700mm, enquanto que a base do nível 06 foi alcançada em 2100mm. Considerando as variações na superfície, entre 50 e 60cm foram escavados.
- **N189W201**: Delimitada com 1m². Foram escavados 06 níveis artificiais de 10cm de espessura. A partir de Z1, escavamos desde o nível 02 (base em 1700mm) até nível 07 (atingido em 2200mm). Conforme as variações existentes na superfície, entre 60 e 70cm foram escavados.
- **N190W201**: Delimitada com 1m². Foram escavados 02 níveis artificiais de 10cm de espessura. A partir de Z1, o primeiro nível foi finalizado em 1600mm e o segundo foi atingido em 1700mm. Conforme as variações existentes na superfície, entre 20 e 30cm foram escavados.
- **N189W202**: Delimitada com 1m². Foram escavados 03 níveis artificiais de 10cm de espessura. A partir de Z1, o primeiro nível finalizado em 1600mm e o terceiro foi alcançado em 1800mm. Conforme as variações existentes na superfície, entre 30 e 40cm foram escavados.

- **N190W202**: Delimitada com 1m². Foram escavados 06 níveis artificiais de 10cm de espessura. A partir de Z1, o primeiro nível finalizado em 1600mm e o sexto foi atingido em 2100mm. Conforme as variações existentes na superfície, entre 50 e 60cm foram escavados.

Tabela 11 - Níveis escavados na Área 1

Quadr a / Medid as da base (mm)	<u>N189W2</u>	<u>N190W2</u>	<u>N189W2</u>	<u>N190W2</u>	<u>N189W2</u>	<u>N190W2</u>
	<u>00</u>	<u>00</u>	<u>01</u>	<u>01</u>	<u>02</u>	<u>02</u>
Nível 1 1500- 1600	Superfíci e	Superfíci e	Superfíci e			
Nível 2 1600 - 1700						
Nível 3 1700 - 1800						
Nível 4 1800 - 1900						
Nível 5 1900 - 2000						
Nível 6 2000 - 2100						
Nível 7 2100 - 2200						

Escavado

Não escavado

De um modo geral, a superfície na Área 1 estava recoberta por gramíneas, folhas, raízes e galhos de *Pinus* existentes nas imediações. O sedimento superficial possuía coloração marrom variável conforme a

umidade (entre 7.5YR 3/3 *dark brown* e 7.5YR 4/3 *brown*), contudo apresentando-se areno-argiloso.

No local onde foi delimitada a quadra N189W202 se localizavam os blocos líticos semi-enterrados que motivaram a escavação desta parte do sítio. Conforme a topografia local, as quadras ao norte possuíam cotas altimétricas ligeiramente mais altas que as quadras do sul, sendo uma diferença máxima de 20cm nos extremos.

A escavação da Área 1 foi iniciada com os quadrantes oeste e sul (1,0 x 0,5m) de N189W200 e N190W200, ainda no âmbito da Trincheira A. No geral, percebemos a continuidade da coloração do sedimento superficial, porém em uma camada com maior grau de compactação e mais argilosa que continha folhas e raízes de pequeno e médio porte. Poucas intervenções foram realizadas no quadrante sul de N189W200, pois esta porção da quadra estava mais baixa devido à morfologia do terreno e sua proximidade com a E02. Diversos vestígios líticos foram encontrados, em matéria-prima diversa e alguns com evidências de transformação antrópica (lascados e queimados).

Tendo em vista estes achados, optamos por demarcar o restante da quadra de 1x1m, escavando, assim, os quadrantes norte e leste de N189W200 e N190W200 a fim de igualar com a porção já escavada e acima descrita. De modo semelhante, nas novas intervenções o sedimento manteve coloração marrom, porém tornou-se mais argiloso e compactado. Em meio a folhas e raízes, novos líticos foram encontrados.

Assim, N189W200 e N190W200 foram niveladas na base do nível 2 em 1700mm, medidos a partir de Z1. Coletamos os seguintes vestígios líticos: 121 em N189W200, dos quais 14 apresentam marcas de transformação (lascado, polido e/ou picoteado); e 108 em N190W200, sendo 19 com sinais de transformação antrópica (lascado, polido e/ou picoteado). Em N190W200 coletamos o único artefato formal de todas as intervenções, uma peça lascada em aplito com características semelhantes aos objetos formalmente classificados como raspadores.

De forma semelhante, em N189W201 a superfície foi igualada em 1700mm, base do nível 2. O sedimento marrom superficial (7.5YR 3/3 *dark brown*) manteve a mesma coloração ao longo da escavação, variando, porém, quanto a textura que progressivamente foi se tornando mais argilosa. Também foram encontradas raízes de médio e pequeno porte. Ao longo da escavação foram identificadas concentrações de blocos líticos de pequeno e médio porte nos quadrantes sul e norte (avançando no sentido N189W202) contendo, ainda, fragmentos de

carvão. Estas evidências foram interpretadas como indicadores de possíveis estruturas de combustão.

Deste modo, a fim de visualizar num plano horizontal as concentrações de blocos líticos, concentramos os esforços na escavação das demais quadras da Área 1 que ainda não tinham sido objeto de intervenções. No total, coletamos 50 vestígios líticos neste nível de N189W201, dos quais 08 apresentam evidências de transformação antrópica, além de amostras de carvão.

Tendo em vista a configuração local da superfície e a metodologia de escavação que privilegiou a definição de níveis artificiais, a base do primeiro nível das quadras N190W201, N189W202 e N190W202, foi alcançada em 1600mm.

Observamos a presença de forma homogênea de um sedimento marrom com tonalidades parecidas em N190W201 e N190W202 (7.5YR 4/3 *brown* e 7.5YR 4/4 *brown*, respectivamente), um pouco mais escuro em N189W202 (7.5YR 3/3 *dark brown*), ambos mais argilosos e compactados conforme foi ampliada a profundidade. Raízes de grande, médio e pequeno porte, também foram evidenciadas nas três quadras.

Somente vestígios líticos foram coletados em N190W201 (08 peças, sendo duas lascadas) e N190W202 (02 peças, uma delas queimada).

Em N189W202, os blocos semi-soterrados que foram visualizados na superfície foram sendo progressivamente evidenciados, bem como a possível estrutura de combustão que adentrava o quadrante oeste - percebida desde a escavação do nível 01 de N189W201. No total, coletamos 113 vestígios líticos, dos quais 07 estão modificados pela ação humana, além de carvão.

No intento de visualizar o mesmo plano horizontal em todo a **Área 1**, prosseguimos com as escavações do nível 02 das quadras N189W202, N190W201 e N190W202.

Em N190W201 e N190W202, o sedimento marrom (7.5YR 4/3 *brown*) do topo do nível 02 manteve-se homogêneo até a base em meio a raízes de pequeno e médio porte, apenas tornando-se mais compactado conforme se ampliava a profundidade. Concentrações de blocos rochosos foram evidenciadas no canto leste de N190W201 e nos cantos sul e norte de N190W202.

De um modo geral, muitos vestígios líticos foram coletados: 236 em N190W201 - dos quais 59 estão lascados, polidos e/ou picoteados - e 182 em N190W202 - dos quais 51 apresentam marcas de transformação antrópica. Também coletamos amostras de carvão.

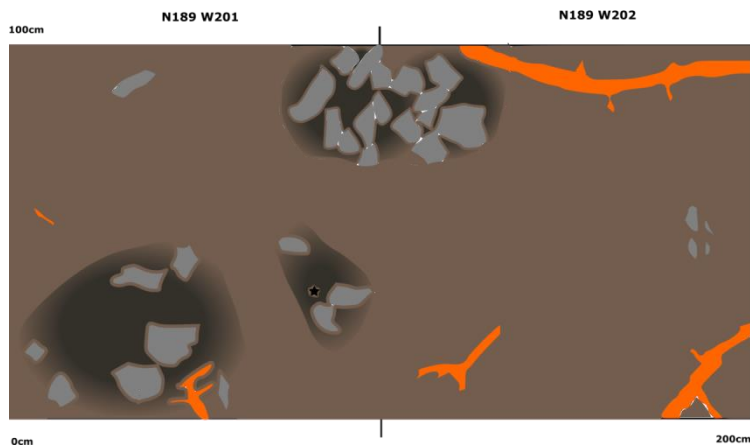
Em N189W202, a escavação do nível 02 teve como principal orientação à continuidade do processo de exposição das concentrações de blocos rochosos que apareceram desde a superfície a fim de compreendê-las. A partir da observação da existência de uma Estrutura de Combustão (EC01) no canto oeste da quadra – identificada pela presença de líticos de médio e grande porte, grande quantidade de fragmentos de carvão e sedimento de coloração escura (7.5YR 2.5/3 *very dark brown*) mais solto -, optamos por reservar esta porção para coleta integral de sedimento (8l) para posterior flotação em laboratório. No restante da quadra, onde predominava sedimento de coloração marrom (7.5YR 4/3 *brown*), vestígios líticos foram evidenciados (58 foram coletados no total, dos quais 08 estavam lascados, polidos e/ou picoteados) além de fragmentos esparsos de carvão.

Figura 93 - Planta das quadras onde foi evidenciada a Estrutura de Combustão 01 - EC01.

Sítio Tobias Wagner

Estrutura de Combustão 01 - EC01

Quadras N189W201 e N189W202



Elaborado pelo autor no Inkscape.

Figura 94 - Detalhe de EC01 no início da escavação do nível 1 das quadras N189W201 e NN189W202



Fonte: Acervo LEIA/UFSC.

Figura 95 - Escavação no quadrante oeste da quadra N189W202, nível 3, onde estavam concentrados os vestígios de EC01.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC.

Deste modo, com a escavação do nível 02 de N189W202, N190W201 e N190W202, todas as quadras da **Área 1** ficaram niveladas em 1700mm.

Figura 96 - Quadras da Área 1 niveladas em 1700mm.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Após efetuar o registro de todas as quadras numa mesma cota, prosseguimos com a escavação de três quadras a fim de alcançar o substrato e compreender a estratigrafia deste lócus.

No geral, observamos o progressivo escurecimento do sedimento do topo da cota de 1700mm até a base em 1800mm.

Em N190W200, a camada argilosa de coloração marrom (7.5YR 4/3 *brown*) do topo permanece até a base, porém reduzida ao canto oeste, pois o restante da quadra é dominado na base por uma camada marrom escura (7.5YR 3/3 *dark brown*).

Em N190W202, a camada argilosa de coloração marrom (7.5YR 4/3 *brown*) desaparece, surgindo uma camada marrom escura (7.5YR 3/3 *dark brown*).

Em N189W201, percebemos que o sedimento marrom escuro (7.5YR 3/3 *dark brown*) é substituído por uma camada ainda mais escura (7.5YR 2.5/3 *very dark brown*), sendo que no norte do quadrante foram observados vestígios que provavelmente integram EC01, os quais foram coletados integralmente para flotação em laboratório (menos de 2l).

Foram coletados vestígios líticos –106 em N190W200, sendo 10 com evidências de modificação humana; 216 em N190W202, dos quais 18 estão lascados; 27 em N189W201, sendo que 04 estão lascadas, polidas e/ou picoteadas -, amostras de carvão – sendo duas de diferentes pontos de concentração em N190W200 – e sementes.

Entre 1800 e 1900mm, prossegue o escurecimento do sedimento de coloração marrom existente de um modo geral nas quadras.

Em N190W200, o espaço dominado pelo sedimento marrom (7.5YR 4/3 *brown*) diminui ainda mais, ficando reduzido ao canto oeste. Por outro lado, a camada argilosa escura (7.5YR 3/3 *dark brown*) se expande e muda de tom próximo a base (7.5YR 3/2 *dark brown*). Poucos vestígios líticos foram encontrados e nenhuma concentração de carvão.

Em N190W202, o sedimento escurece ainda mais ao longo da escavação, chegando a um tom acinzentado (7.5YR 3/1 *very dark gray*), ainda argiloso, porém mais compactado e úmido. Poucos vestígios líticos e fragmentos de carvão foram encontrados.

Em N189W201 (nível 03), a camada do topo (7.5YR 2.5/3 *very dark brown*) mantém-se até a base, sendo que sedimento se encontra muito compactado e úmido. Nenhuma concentração de carvão foi identificada e poucos vestígios líticos foram coletados.

No geral, foram coletados vestígios líticos – 53 em N190W200, apenas um lascado; 03 peças em N190W202, nenhuma com marcas de

modificação humana; e 09 em N189W201, todas sem evidências de transformação antrópica – e fragmentos de carvão em N190W200.

Entre 1900 e 2000mm, a mesma camada escura (7.5YR 3/1 *very dark gray*), argilosa, úmida, bastante compactada, foi escavada em N189W201 e em N190W202. Em ambas, poucos vestígios foram coletados, apenas líticos: 01 em N190W202 com negativo de fratura térmica: 04 em N189W201 e 08 em N190W202 sem evidências de transformação antrópica.

Em N190W200, o pouco que restava da camada marrom (7.5YR 4/3 *brown*) desaparece com a escavação do nível, sendo que na base toda a quadra é dominada pela camada marrom escura (7.5YR 3/2 *dark brown*), argilosa e compactada, apresentando poucos pontos de carvão - porém sem concentração evidente. Foram coletados 19 líticos, nenhum transformado antropicamente.

Entre 2000 e 2100mm, a camada escura (7.5YR 3/1 *dark gray*) mantém-se na maior parte da escavação em N189W201 e em N190W202. Contudo, próximo à base, surgem pontos da camada argilosa amarelada (10YR 5/6 *yellowish brown*) - em alguns casos ainda em tons marrons claros (7.5YR 5/8 *strong brown*) que caracterizam uma mescla entre as duas camadas escavadas -, a qual caracteriza o substrato local. Apenas líticos foram coletados: 05 peças em N189W201 e 04 em N190W202.

Em N190W200, poucos centímetros abaixo do topo, surge a camada escura (7.5YR 3/1 *very dark gray*), argilosa, úmida e bastante compactada. Por volta da metade do nível, surgem tons ferruginosos, provavelmente originados da decomposição do arenito que constitui o embasamento. Na base aparece, de forma esparsa no quadrante norte, a camada amarelada que caracteriza o substrato local. Apenas líticos foram coletados, 24 peças sem modificação antrópica.

Entre 2100 e 2200mm, somente a quadra N189W201 foi escavada. No decorrer das intervenções, percebemos a expansão da camada amarelada, substituindo a camada escura anterior. Somente 04 vestígios líticos foram coletados, nenhum transformado pela ação humana.

Após alcançar o substrato em três quadras, a última intervenção na Área 1 foi a coleta integral de sedimento (12,5l) do quadrante oeste de N189W202 no nível 3, local em que foi evidenciada EC01, para posterior flotação em laboratório. No decorrer da coleta, encontramos um pequeno duto, com 1,5cm de diâmetro e extensão vertical de 34 cm, o qual parece ser resultado da ação de minhocas. Durante a decapagem atestamos a existência de grande quantidade de carvão e acreditamos

que, possivelmente, existam outros materiais vegetais que possam ser identificados.

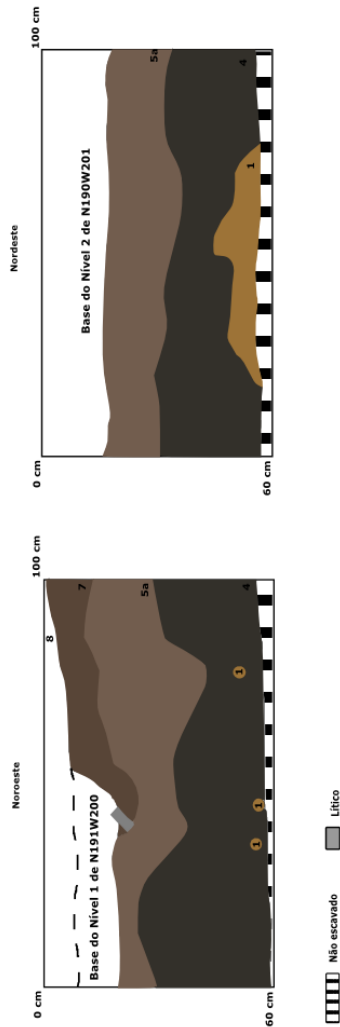
Nas figuras 95, 96 e 97, apresentamos a estratigrafia identificada a partir das escavações realizadas nas quadras N190W200, N190W202 e N189W202.

De um modo geral, observamos nas cotas mais altas o mesmo que foi identificado e nas outras intervenções. Após a superfície (camada 08), há uma camada marrom escura (07), com coloração derivada, possivelmente, da decomposição de material vegetal. Posteriormente, constatamos um pacote marrom médio (camada 05a), mais espesso, onde foi localizada a maior parte dos vestígios coletados na Área 1.

Enquanto característica peculiar deste lócus, a partir de 20cm de profundidade em relação a superfície atual, porém de forma mais evidente após 30cm, surge uma camada marrom escura (04), argilosa e bastante compactada, que contém poucas evidências arqueológicas. Abaixo, na base das intervenções, evidenciamos a camada amarelada (01) que remete ao substrato local.

Figura 97 - Estratigrafia nos perfis NW e NE de N190W200, na Área 1.

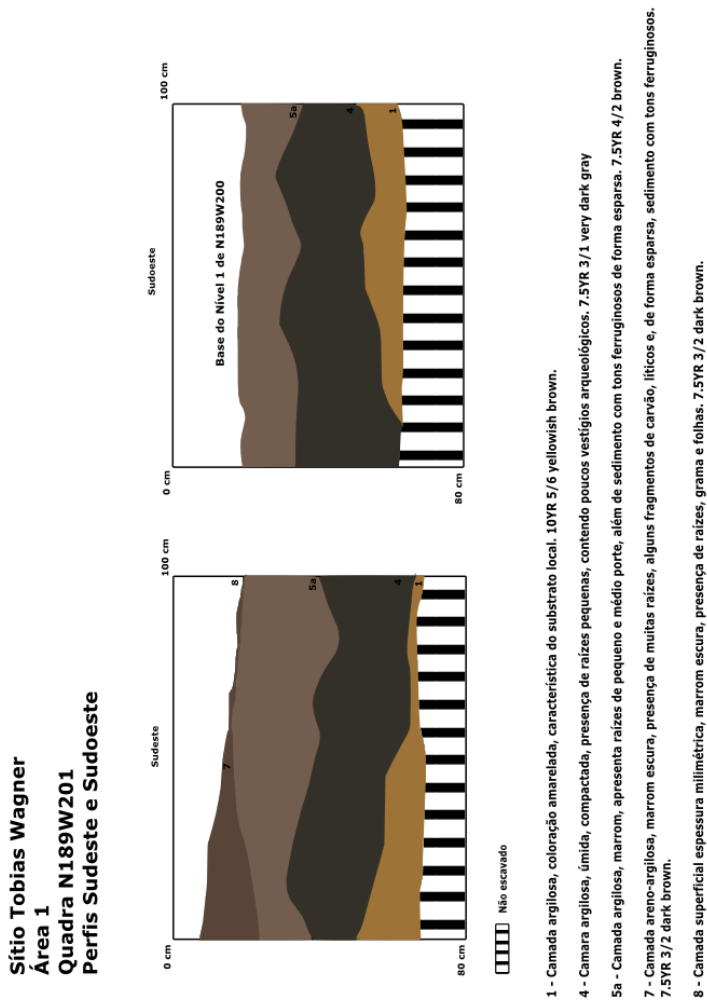
**Sítio Tobias Wagner
Área 1
Quadra N190W200
Perfis Noroeste e Nordeste**



- 1 - Camada argilosa, coloração amarelada, característica do substrato local. 10YR 5/6 yellowish brown.
- 4 - Camara argilosa, úmida, compactada, presença de raízes pequenas, contendo poucos vestígios arqueológicos. 7.5YR 3/1 very dark gray
- 5a - Camada argilosa, marrom, apresenta raízes de pequeno e médio porte, além de sedimento com tons ferruginosos de forma esparsa. 7.5YR 4/2 brown.
- 7 - Camada areno-argilosa, marrom escuro, presença de muitas raízes, alguns fragmentos de carvão, líticos e, de forma esparsa, sedimento com tons ferruginosos. 7.5YR 3/2 dark brown.
- 8 - Camada superficial espessura milimétrica, marrom escura, presença de raízes, grama e folhas. 7.5YR 3/2 dark brown.

Elaborado pelo autor no Inkscape.

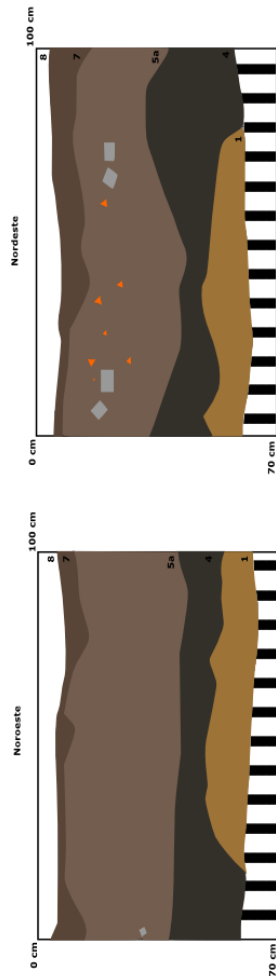
Figura 98 - Estratigrafia nos perfis SW e SE de N189W201, na Área 1.



Elaborado pelo autor no Inkscape.

Figura 99 - Estratigrafia nos perfis NW e NE de N190W202, na Área 1.

**Sítio Tobias Wagner
Área 1
Quadra N190W202
Perfis Noroeste e Nordeste**



- 1 - Camada argilosa, coloração amarelada, característica do substrato local. 10YR 5/6 yellowish brown.
- 4 - Camada argilosa, úmida, compactada, presença de raízes pequenas, contendo poucos vestígios arqueológicos. 7.5YR 3/1 very dark gray
- 5a - Camada argilosa, marrom, apresenta raízes de pequeno e médio porte, além de sedimento com tons ferruginosos de forma esparsa. 7.5YR 4/2 brown.
- 7 - Camada areno-argilosa, marrom escura, presença de muitas raízes, alguns fragmentos de carvão, líticos e, de forma esparsa, sedimento com tons ferruginosos. 7.5YR 3/2 dark brown.
- 8 - Camada superficial espessura milimétrica, marrom escura, presença de raízes, grama e folhas. 7.5YR 3/2 dark brown.

Elaborado pelo autor no Inkscape.

Figura 100 - Quadras da Área 1 no final das escavações.

Fonte: Acervo LEIA/UFSC

4.6. CRONOLOGIA

No decorrer das escavações na Área 1 – externa as concavidades – identificamos uma estrutura de combustão, denominada de EC01, caracterizada pela presença de blocos areníticos com tamanho médio e grande com evidências de queima (manchas escuras), bem como sedimento de coloração escura e concentrações de fragmentos de carvão. Selecionamos uma amostra de carvão proveniente deste contexto para obtenção de informações acerca da cronologia de ocupação deste espaço.

Os primeiros vestígios que compõe EC01 foram percebidos desde o nível 01 da quadra N189W202. Contudo, foi no nível 02 que conseguimos evidenciar com clareza os materiais que a compunham.

A maior parte dos elementos de EC01 estava concentrada no quadrante oeste de N189W202, porém, também foram encontradas evidências nas quadras adjacentes. Além dos vestígios concentrados nesta área, nas imediações também evidenciamos blocos rochosos com marcas de queima.

Além dos materiais líticos médios e grandes contendo manchas escuras, também coletamos vestígios líticos pequenos em EC01 e ao seu

redor, sobretudo resíduos de lascamento que apresentavam muitas evidências de transformação por ação térmica – como cúpulas e fraturas.

Quanto a matriz sedimentar, em geral, as quadras adjacentes a EC01 apresentaram sedimento de coloração marrom médio (7.5YR 4/3 *brown*) na base do nível 01 e ao longo do nível 02. Especificamente na área que delimitamos como parte da fogueira, identificamos um pacote sedimentar de coloração mais escura (7.5YR 2.5/3 *very dark brown*).

Neste contexto, fizemos diversas coletas de fragmentos de carvão, algumas individuais e outras em geral nas quadras do entorno. Assim, selecionamos a amostra de PN 89, que apresentava grande quantidade de material carbonizado, coletada no nível 02 da quadra N189W202 em EC01, para envio para datação absoluta.

Enviamos mais de 40g de carvão ao laboratório Beta Analytic, localizado em Miami (Flórida/EUA), para a realização de datação pelo método radiométrico. A amostra Beta-410430 resultou numa datação radiocarbônica de **300 ± 30 A. P** (ver Anexo IV). Calibrada em dois sigmas pelo próprio Beta Analytic, os seguintes intervalos foram obtidos com 95% de probabilidade: 1510 a 1575 A. D. e 1620 a 1665 A. D. A interceptação da data radiocarbônica com a curva de calibração resultou em **1645 A. D.**

4.7. ANÁLISE DE MATERIAIS

4.7.1. Líticos

Vestígios líticos foram coletados ao longo das três etapas de escavação no sítio Tobias Wagner, tanto no interior das estruturas subterrâneas quanto na Área 1 - externa às concavidades. De um modo geral, foram identificadas peças lascadas, polidas, picoteadas, com marcas de queima e/ou sem modificação antrópica.

Após a coleta em campo, o primeiro procedimento para o processamento dos vestígios em laboratório consistiu na higienização das evidências individualmente através do uso de água corrente e escova. A seguir, procedemos à análise das evidências.

4.7.1.1. Procedimento metodológico de análise

A partir do conhecimento adquirido durante a higienização acerca da diversidade das características dos líticos que compõe a coleção, elaboramos uma ficha de análise tomando por base atributos elencados por Dias e Hoeltz (1997) e por Bueno e Pereira (2007).

Pelo fato da coleção apresentar poucos artefatos formais, sendo composta principalmente por fragmentos, resíduos e/ou vestígios queimados – para o caso dos líticos que apresentavam transformação antrópica -, optamos por limitar a análise aos aspectos formais das peças, agrupando conjuntos de peças conforme procedência, tamanho, matéria-prima, técnica de transformação e alterações de superfície.

Deste modo, a ficha de análise elaborada considerou 10 atributos (Anexo V).

Os quatro primeiros atributos remetem a identificação e procedência das peças: **I. PN** (*provenience number*), numeração sequencial atribuída em campo que carrega informações sobre o contexto de coleta dos vestígios; **II. Nível** diz respeito ao posicionamento estratigráfico da evidência; **III. Material de outra proveniência** somente preenchido para o caso de peças coletadas em superfície ou durante limpeza de perfil estratigráfico; **IV. Quadra** remete a unidade de escavação em que foi encontrado o vestígio.

Posteriormente, enquanto primeiro critério de classificação dos conjuntos, observamos o atributo **V. Dimensões**. Para obtenção das medidas de cada peça definimos intervalos de tamanho que foram aferidos através do uso de circunferências com diâmetro igual ao valor máximo de cada intervalo. Lançando mão do uso de um ábaco, classificamos as peças individualmente em cinco categorias: >4cm, 4-6cm, 6-8cm, 8-10cm e <10cm.

A seguir, consideramos o atributo **VI. Matéria-prima**. A partir da seleção de amostras de rochas e minerais que davam conta da diversidade de materiais presentes na coleção, contamos com a colaboração do prof. João Carlos da Rocha Gré (Geociências/UFSC) para a identificação das matérias-primas. Deste modo, as seguintes categorias foram utilizadas: aplito, arenito arcossiano, arenito fino, arenito médio, arenito grosso, arenito silicificado, calcedônia, diabásio, granito, riolito, sílex, siltito fino, siltito médio, siltito grosso, siltito grosso silicificado, quartzito, quartzo e não identificada.

No atributo seguinte, observamos a **VII. Técnica de Transformação** dos vestígios, os quais poderiam ser classificados em lascados, polidos e/ou picoteados – para o caso das evidências com sinais de transformação direta no suporte⁴⁸ - ou sem modificação.

⁴⁸ Para este trabalho entendemos enquanto transformação direta no suporte as técnicas que implicam numa transformação que demanda o emprego da força e do trabalho humano necessariamente, ao contrário da transformação indireta no

Em **VIII. Superfície** aspectos voltados à presença/ausência e ao tipo de córtex foram considerados. Neste atributo, sete categorias foram arroladas: acortical com cicatrizes de lascamento anterior; acortical sem cicatrizes de lascamento anterior; córtex liso (seixo); córtex rugoso (bloco); nódulo⁴⁹ (arredondado); cristal; ou sem informação.

Posteriormente, observamos **IX. Alterações na Superfície**, as quais remetem à ação térmica ou às intempéries. Seis categorias foram utilizadas neste atributo: cúpula térmica; fratura térmica; intemperismo biológico; intemperismo químico; marca de queima (mancha); ou sem alteração.

Em **X. Quantidade de peças** registramos o número de peças que compunha o conjunto em análise.

Ao final, ainda deixamos um campo livre para observações sobre os vestígios que deveriam ser considerados posteriormente quando fosse o caso.

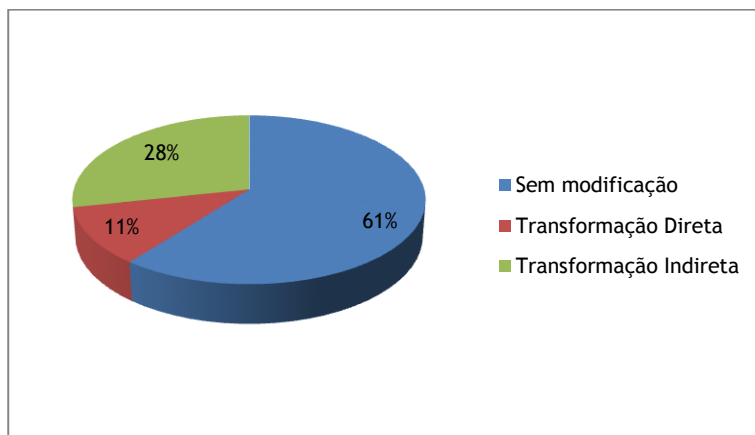
A fim de dinamizar a análise, criamos um formulário online na plataforma *Google Forms* contendo os atributos da ficha. Assim, utilizando um tablet Samsung Galaxy 2 conectado a internet, procedemos a análise das peças. Cada resposta ao formulário foi tabulada automaticamente, situação que otimizou o tempo dispendido em tal atividade. Posteriormente, as planilhas geradas de forma automática foram exportadas em formato .xlsx para que os dados pudessem ser tratados e analisados no Microsoft Excel de forma descritiva e estatística.

4.7.1.2. Resultados

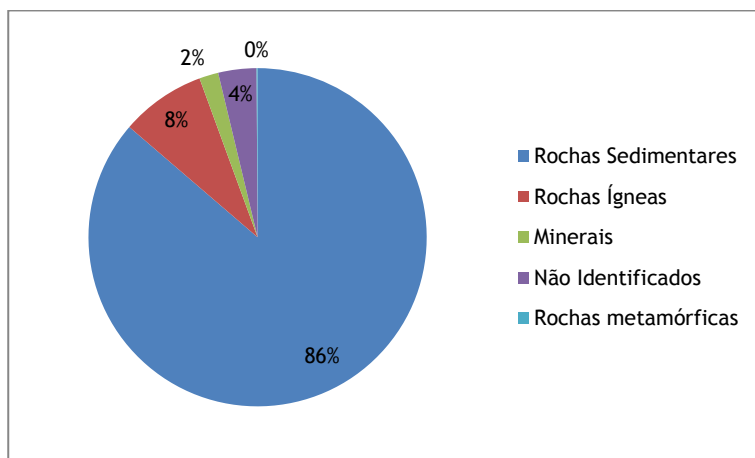
No total, 2082 peças foram processadas na análise em laboratório. Destas 822 apresentam algum tipo de evidência que pode estar relacionada a atividades antrópicas, seja as que implicam em uma transformação direta no suporte por lascamento, polimento e/ou picoteamento (230) ou aquelas relacionadas somente à transformação indireta através da ação térmica (592) - Gráfico 1.

suporte que remete a modificações ocasionadas por ação térmica oriunda do uso do fogo.

⁴⁹ Diz respeito “aos seixos rolados em superfície, os quais apresentam superfícies às vezes rugosas e arestas pouco ou mal arredondadas” (BUENO; PEREIRA, 2007, p. 5).

Gráfico 1 - Vestígios líticos coletados no Sítio Tobias Wagner

Dentre as peças coletadas, identificamos rochas sedimentares (arenitos e siltitos), ígneas (riolito, diabásio, granito e aplito) e metamórfica (quartzito), além de minerais (quartzo, sílex e calcedônia) – Gráfico 2.

Gráfico 2 - Fragmentos de rochas e minerais coletados no Sítio Tobias Wagner

No que remete aos fragmentos de rochas sedimentares coletados (1795), representadas por arenitos e siltitos com diferentes granulometrias e composição mineralógica, a maior parte (1185) não apresenta evidências de apropriação antrópica. Em meio às transformadas, a maior parte traz evidências de transformação indireta por meio de ação térmica (562), enquanto que uma minoria (48) pode ser compreendida enquanto transformada diretamente – ver Gráfico 3. Há que se ressaltar que arenitos e siltitos compõe o substrato rochoso local da área onde se localiza o sítio.

Dentre o universo das rochas ígneas coletadas (170), a maior parte (155) apresenta marcas de transformação direta, enquanto que um número pequeno (12) possui evidências de transformação indireta – ver Gráfico 4. Apenas 04 peças não apresentam sinais de modificação.

Somente 02 fragmentos de rocha metamórfica foram coletados, ambos sem evidências de modificação antrópica.

Quanto aos minerais (38), a maior parte (24) apresenta indícios de transformação direta, enquanto uma minoria traz sinais de transformação indireta (11) – ver Gráfico 5. Apenas 03 fragmentos não apresentam evidências de modificação.

Gráfico 3 - Rochas sedimentares coletadas no sítio Tobias Wagner

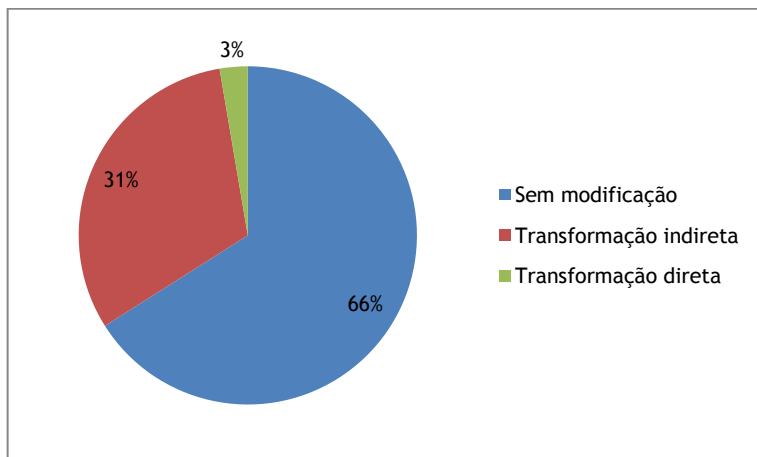
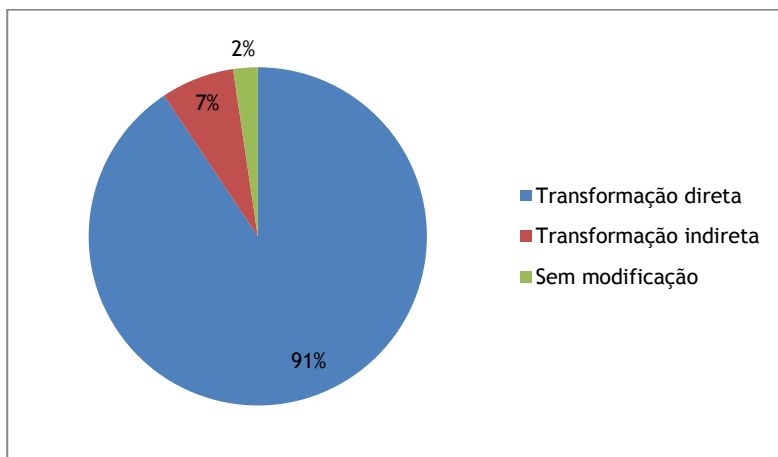
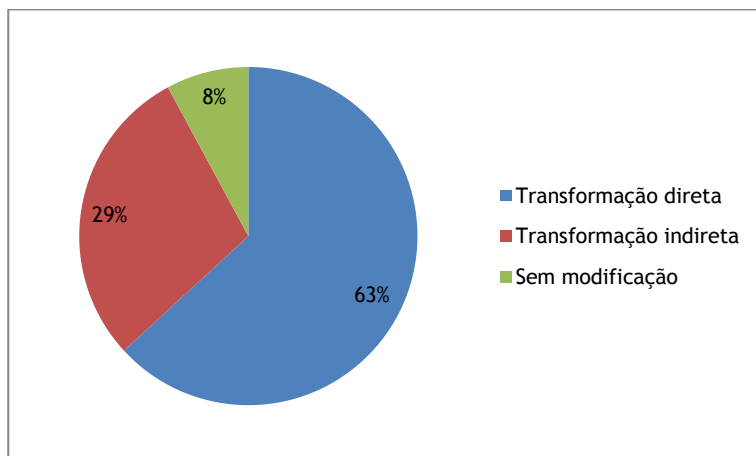
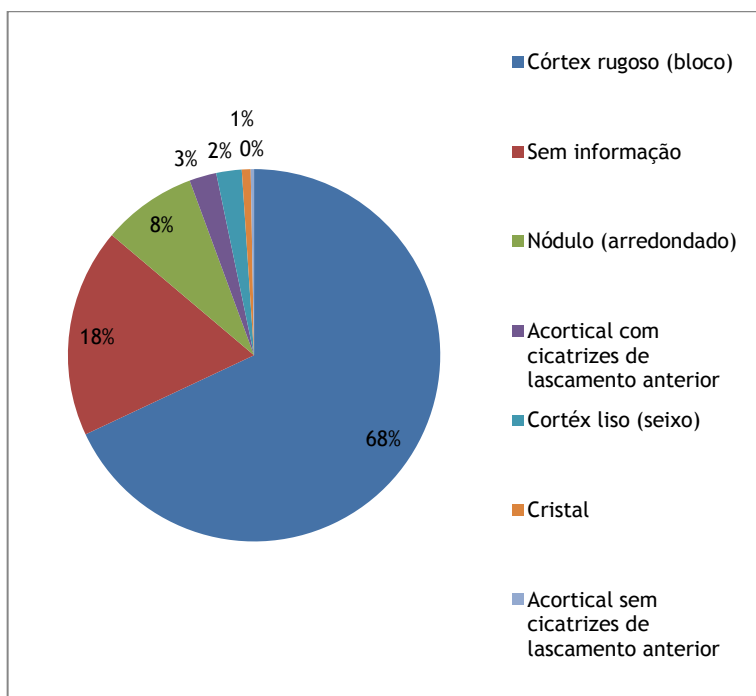


Gráfico 4 - Rochas ígneas coletadas no sítio Tobias Wagner.**Gráfico 5 - Tipos de modificação em fragmentos de minerais coletados no sítio Tobias Wagner.**

No que diz respeito aos tipos de córtex identificados nas peças encontradas, os quais são indicadores das fontes de obtenção de matéria-prima, percebemos, no geral, que os grupos humanos que deixaram estes vestígios predominantemente se apropriaram de blocos (1414) e de nódulos (171) – ver Gráfico 6. Contudo, também faziam uso de seixos (46) e de cristais (16) ainda que em menor quantidade.

Em uma quantidade significativa da amostra (378) não foi possível identificar o tipo de córtex devido à ausência de indicadores que assegurassem a sua proveniência, considerando que podem ser encontradas sob diversas formas - caso, por exemplo, das rochas sedimentares disponíveis localmente em blocos, nódulos e/ou seixos. Há um baixo índice de peças sem córtex (55), dentre as quais poucas (49) com cicatrizes de lascamento anterior.

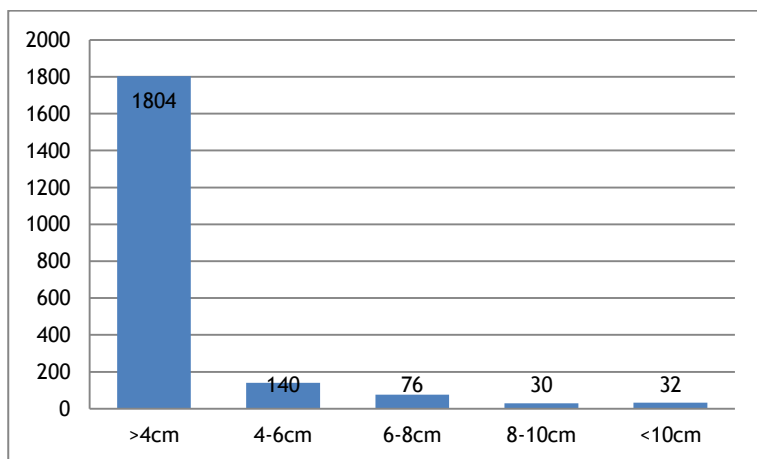
Gráfico 6 - Tipos de córtex identificados.



Considerando a classificação de tamanhos em cinco categorias que utilizamos, observamos que entre as peças coletadas há um predomínio de evidências com pequenas dimensões (mais de 85%), menores que 4cm. Conforme apresentaremos adiante na análise dos conjuntos, o predomínio de peças pequenas está relacionado diretamente ao alto grau de fragmentação dos vestígios, ocasionado, principalmente, por alteração térmica.

Os vestígios cujas medidas são maiores que 4 cm totalizam menos de 15% da amostra analisada. Há que se observar a existência de uma constância entre as peças com 8 a 10cm e maiores que 10cm – ver Gráfico 7.

Gráfico 7 - Classificação dos líticos por tamanho.



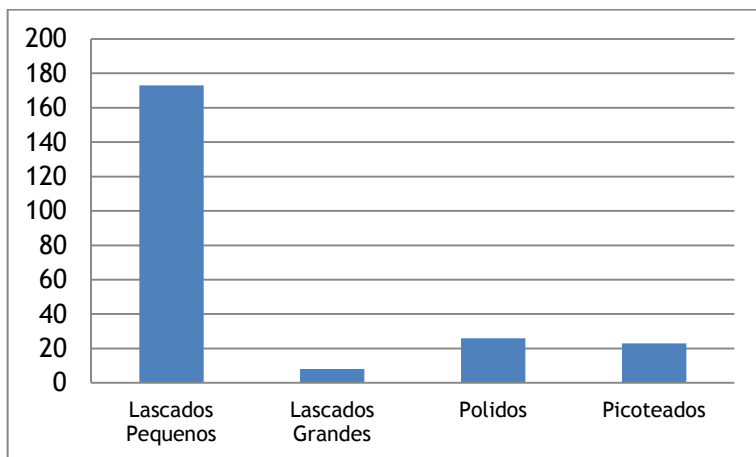
Devemos ressaltar que o alto grau de fragmentação das peças, sendo na maior parte fragmentos de lascamento e poucas lascas fragmentadas, bem como o baixo índice de artefatos formais inteiros coletados, inviabilizaram a realização de uma análise tecnológica que visasse produzir uma caracterização em termos de cadeia operatória.

Deste modo, a fim de vislumbrar as possíveis formas de apropriação da matéria-prima lítica utilizadas pelos grupos que ocuparam o atual espaço do sítio Tobias Wagner, optamos por classificar os vestígios em conjuntos e apresentar caracterizações gerais destes.

Assim, entre as peças que apresentam transformação direta foram identificadas 231 peças lascadas, polidas e/ou picoteadas. Estas foram agrupadas em quatro conjuntos diferentes: Lascados Pequenos (173), Lascados Grandes⁵⁰ (08), Polidos⁵¹ (26) e Picoteados (23) – ver Gráfico 8.

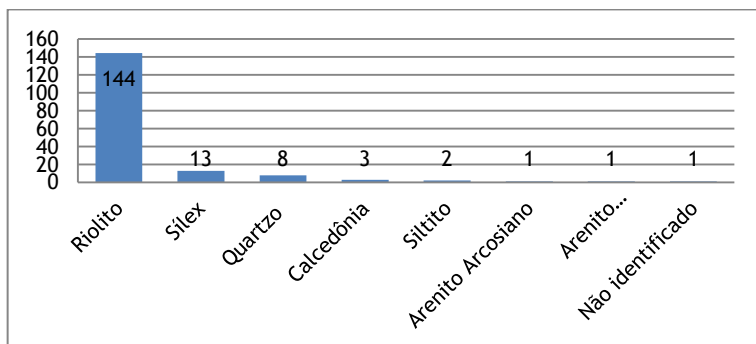
⁵⁰ Incluída uma peça lascada e picoteada.

⁵¹ Incluídas três peças polidas e picoteadas.

Gráfico 8 - Conjuntos líticos com Transformação Direta.

O conjunto Lascados Pequenos dá conta da maior parte da amostra de vestígios transformados por lascamento, sendo composto por 173 peças com dimensão menor que 4cm. Estes vestígios apresentam-se bem fragmentados, a maioria (77%) com evidências de alteração térmica, sendo raras as exceções de lascas completas.

Pelo menos oito tipos de matérias-primas diferentes foram utilizados, sendo quatro tipos de rochas (riolito, siltito, arenito arcosiano e arenito silicificado), três minerais (sílex, quartzo e calcedônia) e um não identificado. Conforme é possível observar no gráfico 9, há uma predominância do uso do riolito.

Gráfico 9 - Matéria-prima dos líticos lascados pequenos.

O riolito identificado nestes vestígios caracteriza-se por possuir um cimento com alto teor de sílica - facilmente confundível com sílex -, variando sua coloração entre tons de vermelho escuro e arroxeados até cinza e preto. No geral, o córtex, quando presente, foi identificado como rugoso, sendo os vestígios provenientes de blocos ou afloramentos.

As evidências nesta matéria-prima se encontram muito fragmentadas, as quais podem ser compreendidas, sobretudo, como resíduos de lascamento. Apenas quatro lascas inteiras e duas lascas fragmentadas foram identificadas (Figuras 99 a 103).

Figura 101 - Lasca em riolito com quebra sirret.



Figura 102 - Lasca com evidência de retoque.



Elaborado por Juliana Betarello.

Elaborado por Juliana Betarello.

Figura 103 - Lasca em riolito identificada no decorrer das análises.

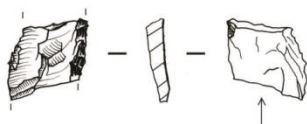
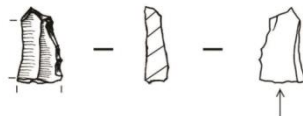
Peça: 160



Elaborado por Juliana Betarello.

Figura 104 - Fragmento de lasca com retoques

Peça: 06.2

**Figura 105 - Fragmento de lasca com evidência de retoque.****Elaborado por Juliana Betarello.****Elaborado por Juliana Betarello.**

A partir do material coletado, evidenciamos o uso de suportes pequenos e o predomínio da produção de lascas pequenas e finas. A partir dos negativos das retiradas, observamos a utilização de pelos menos três direções de lascamento – paralela, oposta e perpendicular -, bem como a produção de lascas ultrapassantes.

Observamos uma lasca com quebra sirret, a qual ilustra o tamanho dos suportes utilizados, sendo que apresenta talão liso e espesso, além de um bordo utilizado para produção de um gume. Em uma lasca fragmentada, percebemos retoques possivelmente relacionadas à definição de um bordo retilíneo em um ângulo semi-abrupto. Estas peças dão conta das poucas evidências de modificação secundária deste conjunto.

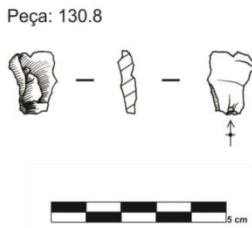
Em cerca de 80% dos vestígios foram observadas evidências de queima. Considerando que os menores fragmentos de lascamento do conjunto não possuem talão, há que se considerar que a fragmentação destes vestígios tenha ocorrido principalmente por ação térmica.

De modo semelhante ao riolito, os vestígios produzidos sobre sílex (13) apresentam-se bem fragmentados, os quais também podem ser compreendidos enquanto fragmentos de lascamento. Pouco menos de 85% das peças apresentam alguma evidência de alteração térmica.

No que diz respeito aos poucos vestígios produzidos sobre quartzo (08), identificamos as variedades hialino e leitoso. Em todos os casos observamos que os fragmentos foram retirados de cristais. No geral, tratam-se de peças de pequenas dimensões, com no máximo 2cm, provavelmente oriundas de suportes pequenos. Apenas uma lasca completa em quartzo foi identificada.

Ainda que se trate de uma variante de quartzo, a calcedônia foi tomada enquanto categoria individual para critérios classificatórios. Dentre os três vestígios coletados, observamos duas formas de obtenção de matéria-prima: a partir de blocos e de seixos. Nenhuma apresenta alterações térmicas. Uma das peças caracteriza-se como uma lasca, com talão liso e espesso, ultrapassante e mais larga do que comprida.

Figura 106 - Lasca em quartzo.



Elaborado por Juliana Betarello.

Figura 107 - Lasca ultrapassante em calcedônia.

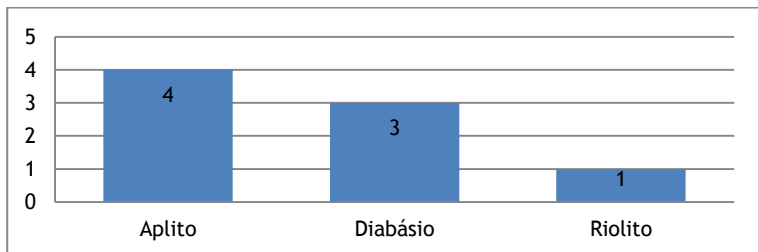


Elaborado por Juliana Betarello.

Dentre as rochas sedimentares, identificamos um fragmento distal de lasca em arenito arcossiano e outro fragmento de lasca em siltito, além de resíduos de lascamento em arenito silicificado e em siltito. Apenas os vestígios em siltito apresentam marcas de alteração térmica, a qual foi identificada por meio de manchas na superfície.

O conjunto Lascados Grandes é composto por apenas 8 peças, sendo que diz respeito as peças com dimensões maiores que 4cm. Exclusivamente rochas ígneas foram utilizadas enquanto matéria-prima: aplito, diabásio e riolito – ver Gráfico 10.

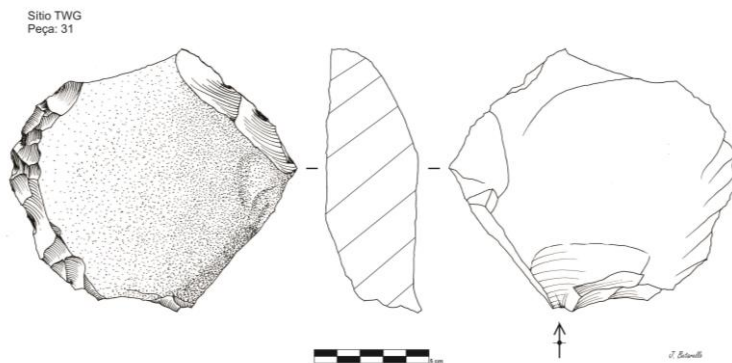
Gráfico 10 - Matéria-prima dos líticos lascados grandes.



Três vestígios produzidos sobre aplito possuem dimensões maiores que 10cm, sendo que apresentam negativos de retirada de lascas em várias direções. Duas peças foram produzidas sobre lasca com córtex liso característico de seixo; a restante também possui córtex liso, contudo seu aspecto folheado sugere uma proveniência de afloramento sendo rolado posteriormente.

Uma das peças maiores em aplito pode ser classificada enquanto um artefato formal, parcialmente fragmentado, produzido através de lascamento unifacial, com definição de gume convexo, retoques marginais, sem reavivagem aparente.

Figura 108 – Artefato lascado em aplito.



Elaborado por Juliana Betarello.

Um vestígio em aplito possui tamanho entre 8 e 10cm, consiste numa lasca sem retoques ou marcas de uso, cujo fonte de matéria-prima foi um nódulo.

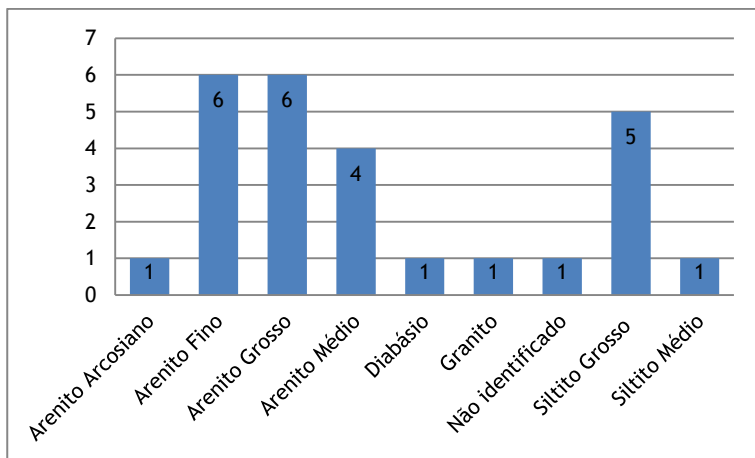
Nas outras duas peças maiores em aplito, não percebemos um acabamento formal visando a produção de um artefato para uso, mas sim a retirada de lascas para um uso circunstancial.

As peças em diabásio possuem dimensões variáveis entre 4 e 8cm, sendo que todas apresentam aspecto folheado e prismático indicando que foram obtidas a partir de dique ou sill. Duas peças com tamanho entre 4 e 6cm não apresentam estigmas de lascamento, somente retoques marginais visando a definição de gumes para uso. A outra peça, com dimensões entre 6 e 8cm, apresenta estigmas de lascamento, provavelmente ocasionado pela tentativa de produção de um gume.

O vestígio em riolito, com dimensões entre 4 e 6cm, encontra-se fragmentado, apresenta negativos de lascamento em direção paralela e perpendicular, evidências de queima identificadas por meio de cúpulas térmicas, além de córtex rugoso característico da proveniência de bloco ou afloramento e uma alteração química em uma das extremidades.

O conjunto Polidos é composto por uma amostra de 26 peças, sendo que mais de 88% tiveram rochas sedimentares (arenitos e siltitos) enquanto matéria-prima. Do restante, pouco mais de 7% dizem respeito a rochas ígneas (granito e diabásio) e uma peça não teve a matéria-prima identificada – ver Gráfico 11.

Gráfico 11 - Matéria-prima dos líticos polidos.



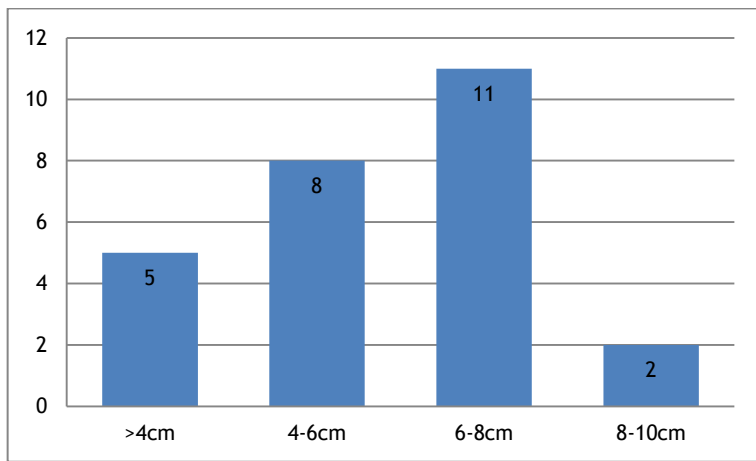
No geral, as evidências de polimento apresentam-se bem superficiais, em superfícies pouco extensas. Em três situações percebemos a associação de duas técnicas de transformação na mesma peça: polimento e picoteamento.

Todas as peças polidas coletadas encontram-se fragmentadas. Em mais da metade da amostra (53%), percebemos algum tipo de alteração térmica, seja através de manchas e/ou de fratura.

Entre os tipos de córtex, observamos a utilização de rochas com superfície lisa, rugosa e arredondada. Considerando apenas os casos em que foi possível identificar o tipo de córtex (19), em mais da metade dos casos (57%) há uma preferência pela utilização de nódulos.

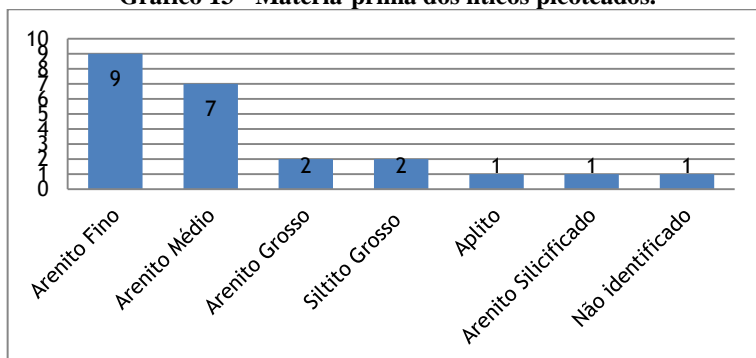
Conforme pode ser observado no Gráfico 12, há um predomínio de peças polidas com dimensões variáveis entre 4 e 8cm – mais de 73% da amostra.

Gráfico 12 - Tamanho dos Líticos Polidos.



O conjunto Picoteados é composto por uma amostra de 23 peças, sendo que há um claro predomínio da utilização de rochas sedimentares (arenitos e siltitos) para o emprego desta técnica de transformação – mais de 91% dos casos. Apenas uma peça picoteada em rocha ígnea (aplitto) foi identificada. Outra peça não teve a matéria-prima identificada – ver Gráfico 13.

Gráfico 13 - Matéria-prima dos líticos picoteados.

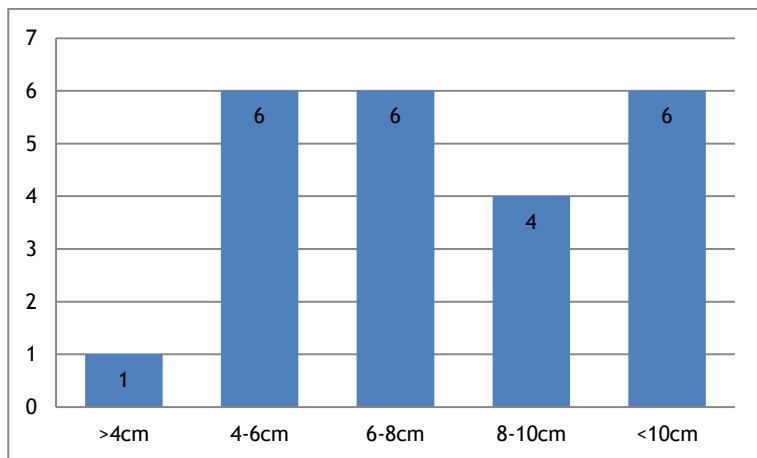


Todas as peças analisadas encontram-se fragmentadas. Em pouco mais da metade da coleção (53%) percebemos evidências de alterações térmicas, seja através de manchas na superfície, fraturas e/ou cúpulas térmicas.

Há um predomínio pela seleção de suportes arredondados para utilização no picoteamento (mais de 52%), seguido por blocos (pouco mais de 39%) e seixos (mais de 8%).

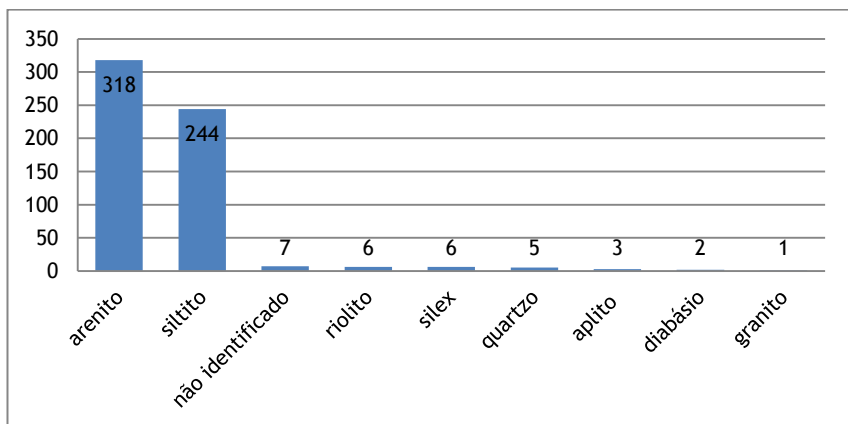
Considerando as categorias de tamanho utilizadas na análise, percebemos que há uma preferência pela utilização de peças com dimensões maiores que 4cm para o picoteamento – ver gráfico 14.

Gráfico 14 - Tamanho das peças picoteadas.

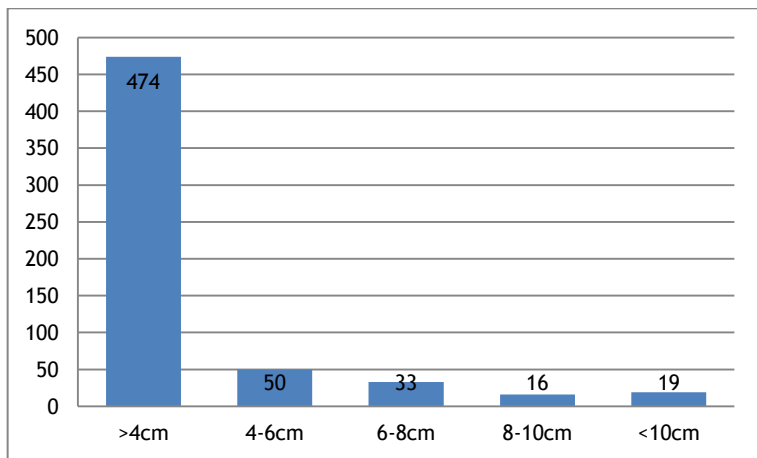


Além dos conjuntos líticos relacionados à transformação direta no suporte, compusemos um conjunto de peças que apresentam apenas transformações indiretas relacionadas à alteração térmica.

Dentre estes líticos queimados, percebemos que há uma maior quantidade (quase 95%) de fragmentos de rochas sedimentares – arenitos e siltitos -, seguido por fragmentos de rochas ígneas (2%) e minerais (menos de 2%), além das matérias-primas não identificadas (pouco mais de 1%) – ver Gráfico 15.

Gráfico 15 – Matéria-prima dos líticos transformados indiretamente.

Acerca do tamanho dos líticos transformados indiretamente, percebemos o predomínio de fragmentos de pequenas dimensões (mais de 80%), ou seja, menores que 4cm. Os demais tamanhos representam cerca de 20% da amostra analisada – ver Gráfico 16.

Gráfico 16 - Tamanho dos líticos transformados indiretamente.

4.7.1.2. Os conjuntos líticos em contexto

Concluída a análise, percebemos que há uma clara diferença de apropriação das diferentes categorias de rochas para fins diversificados. Como discutiremos adiante, tal diferenciação pode estar relacionada à disponibilidade da matéria-prima e ao desempenho dela para determinado fim.

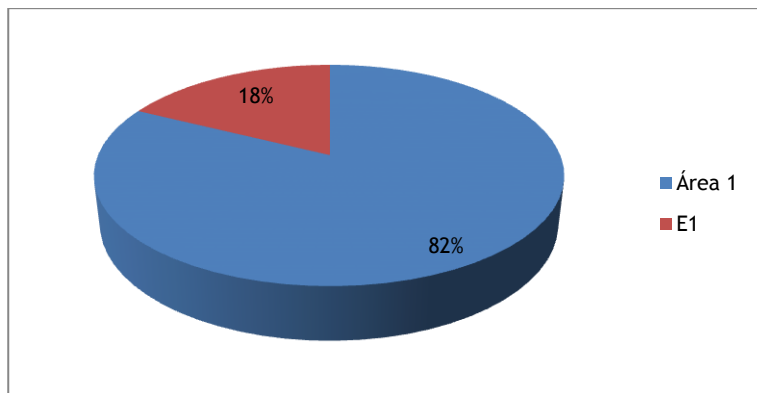
De antemão devemos ressaltar que somente em E01 e na Área 01 foram encontrados vestígios líticos com evidências diretas de apropriação antrópica por lascamento, polimento e/ou picoteamento.

No que diz respeito à transformação direta, no geral, as rochas sedimentares disponíveis localmente foram apropriadas para serem trabalhadas através do polimento e do picoteamento, enquanto que as rochas ígneas e os minerais foram selecionados para realização do lascamento.

A baixa identificação de vestígios completos no conjunto Lascados Pequenos, a matéria-prima predominante (riolito), bem como o alto grau de fragmentação das peças, nos levou a compreender estas evidências enquanto fragmentos de lascamento. Ademais, considerando a alta taxa de transformação térmica dos vestígios (77%), acreditamos que pode se tratar de descarte efetuado em área de combustão.

Considerando as áreas escavadas no sítio, percebemos que a maior parte (140) dos vestígios do conjunto dos Lascados Pequenos foi coletada na Área 1 – externa as concavidades –, espaço onde identificamos uma estrutura de combustão, enquanto uma minoria (30) foi localizada em E01 – ver Gráfico 17.

Gráfico 17 - Líticos Lascados Pequenos em Contexto.



Contudo, conforme mostram os gráficos 18 e 19, tanto os vestígios lascados pequenos que encontramos na Área 1, quanto os que coletamos na Estrutura Subterrânea 01, apresentam um alto grau de transformação por ação térmica.

Gráfico 18 - Líticos lascados pequenos na Área 1.

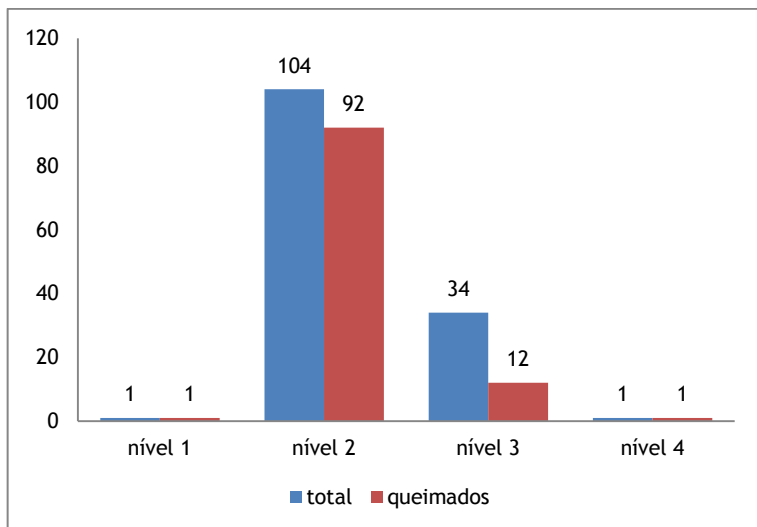
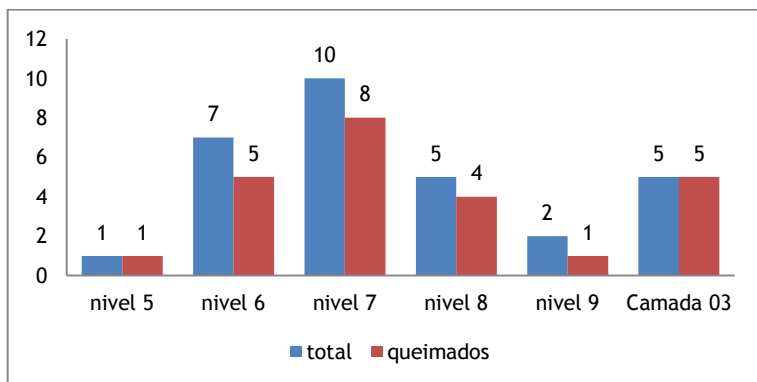


Gráfico 19 - Líticos lascados pequenos em E01.



Na Área 1, fica evidente a alta taxa de queima dos líticos lascados pequenos nos dois primeiros níveis de escavação, camadas em que identificamos concentrações de material vegetal carbonizado e uma estrutura de combustão. Aproximadamente 83% dos vestígios queimados foram produzidos a partir de riolito, o restante teve como matéria-prima quartzo, sílex e siltito.

No que diz respeito a E1, também observamos que há uma taxa de frequência de queima proporcional à quantidade de peças lascadas pequenas encontradas em cada um dos níveis. Todos os vestígios com marcas de transformação térmica tem como matéria-prima o riolito.

Vale destacar que até o nível 9, acreditamos estar lidando com sedimento depositado após o abandono do contexto de ocupação, portanto seria material que desceu da superfície externa. Por outro lado, dentre os líticos da Camada 03, a qual possivelmente remete ao contexto de ocupação, percebemos que todos os vestígios pequenos se encontram queimados.

Há que se considerar que a área amostral diminuiu conforme as intervenções foram sendo aprofundadas no interior de E1, visto que o objetivo era evidenciar a base da concavidade.

Ademais, enquanto que a maior parte do sedimento dos primeiros níveis foi peneirado a seco no decorrer da escavação, o sedimento oriundo da Camada 03 foi coletado integralmente para flotação em laboratório. No decorrer da flotação que foram identificados os vestígios quantificados acima.

Acerca do conjunto Lascados Grandes, percebemos, na amostra analisada, que há total predomínio de rochas ígneas. Apenas um artefato formal foi identificado ao longo do processamento em laboratório, o qual pode ser compreendido como um raspador. As demais peças (07) apresentam um ou mais negativos de retirada, contudo sem a evidente finalidade de produzir um acabamento que resultasse em um artefato.

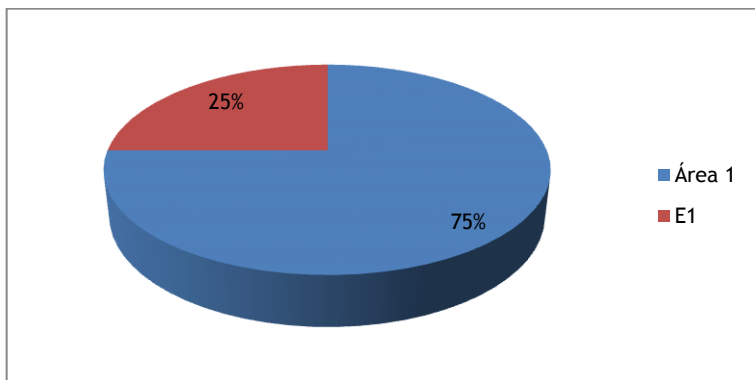
Deste modo, entendemos o conjunto de Lascados Grandes enquanto peças relacionadas ao preparo e ao uso circunstancial, não ao preparo de artefatos formais utilizados ou reutilizados constantemente – excetuando-se, claro, o possível raspador.

No contexto das áreas escavadas, a maior parte das peças (06) foi coletada na Área 1, enquanto que as demais (02) foram encontradas em E01 – ver Gráfico 20.

No que diz respeito aos vestígios coletados na Área 1, cinco peças foram coletadas no nível 02 e uma no nível 03. Segundo nossa interpretação, estes níveis artificiais remetem ao contexto de ocupação deste espaço no sítio.

Acerca das peças encontradas em E01, uma foi coletada no nível 05 e uma foi encontrada no nível 08. Conforme nossa leitura da estratigrafia, ambas as camadas consistem em sedimento pós-deposicional.

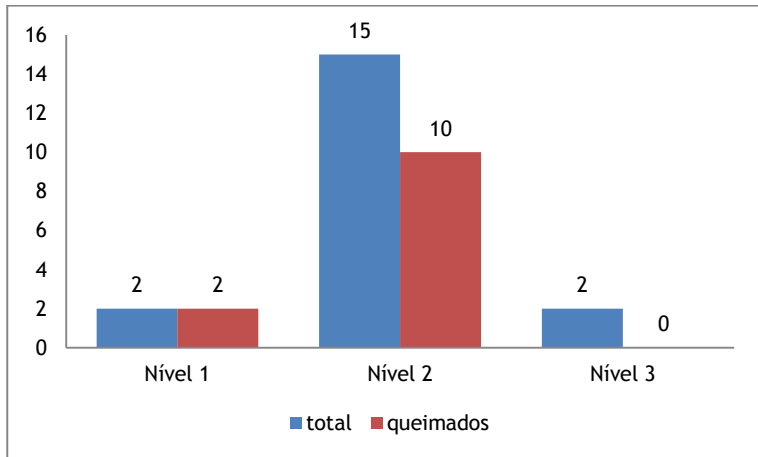
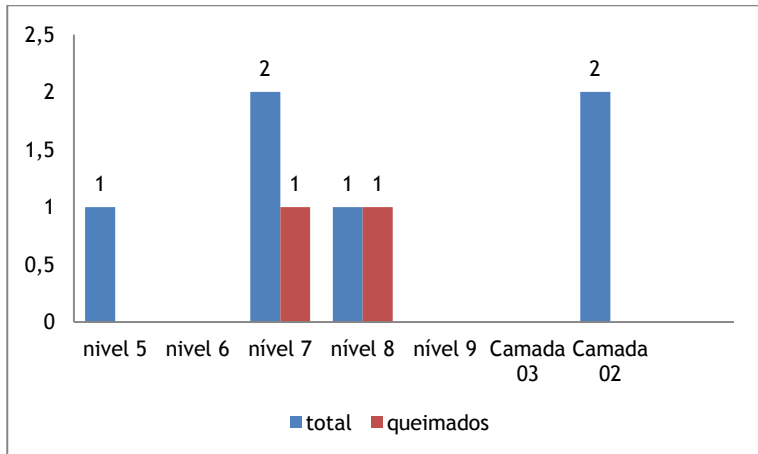
Gráfico 20 - Líticos Lascados Grandes em Contexto.



Sobre o conjunto dos Polidos, acreditamos que o polimento evidenciado nos vestígios não decorre do preparo de um artefato polido para uso, mas sim de um uso de baixa intensidade que resultou em transformações superficiais nos vestígios que encontramos. Neste sentido, deve-se considerar, ainda, que há uma preferência pelo uso de rochas sedimentares para transformação por polimento, as quais se apresentam bastante friáveis e inviabilizam um uso intenso.

Na Área 1, percebemos um maior número de vestígios no segundo nível, grande parte deles (mais de 66%) transformados por ação térmica – ver Gráfico 21.

Em E1, coletamos vestígios polidos em camadas superiores - níveis 05, 07 e 08 – e em uma camada que acreditamos que remeta ao contexto de ocupação – camada 02. Somente as evidências das camadas superiores apresentam sinais de alteração térmica – ver Gráfico 22.

Gráfico 21 - Líticos polidos na Área 1.**Gráfico 22 - Líticos polidos em E1.**

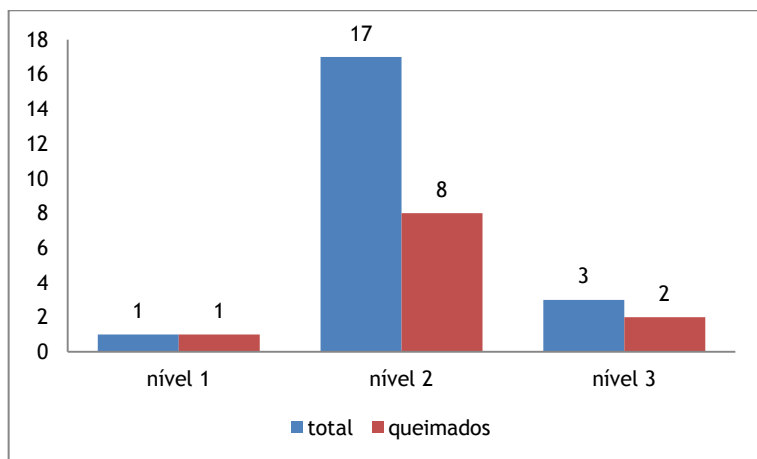
Acerca do conjunto dos Picoteados, as evidências de picoteamento percebidas nos vestígios indicam dois modos de apropriação da matéria-prima que geraram estas marcas pelo uso: enquanto suporte e enquanto percutor. Para o primeiro caso, a utilização resultou em concavidades semiesféricas na superfície das peças, assim os vestígios assumiram a forma de “quebra-coquinhos”. Para o segundo

caso, considerando que a matéria-prima selecionada preferencialmente apresenta-se bem friável, bem como que as marcas evidenciadas são muito tênues, acreditamos que a utilização para a percussão tenha ocorrido em contexto circunstancial, com descarte rápido.

No geral, as peças utilizadas para picoteamento são rochas sedimentares – apenas duas exceções foram constatadas, uma em aplito e outra de matéria-prima não identificada.

Na Área 1, a maior parte dos líticos picoteados foi encontrada nos dois primeiros níveis artificiais, os quais acreditamos que remetam a ocupação deste espaço. Contudo, a quantidade de líticos picoteados com marcas de alteração térmica diminuiu progressivamente conforme as intervenções foram sendo aprofundadas – ver Gráfico 23.

Gráfico 23 - Líticos picoteados na Área 1.



Em E1, duas peças picoteadas foram coletadas: uma no nível 08 e uma na Camada 02. Apenas a primeira delas apresenta marcas de alteração térmica.

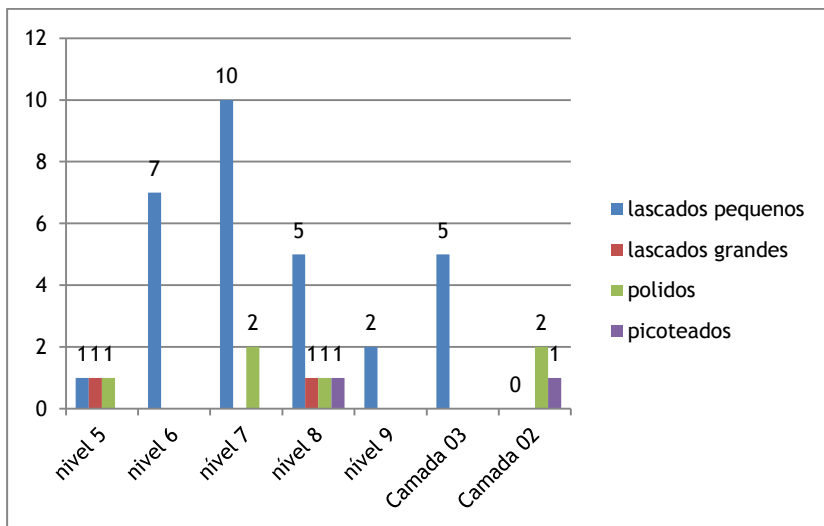
Em síntese, foram coletadas 40 peças transformadas diretamente nas intervenções realizadas na Estrutura Subterrânea 01, das quais 32 estão lascadas, 06⁵² estão polidas e 02 picoteadas.

No gráfico 24, apresentamos a distribuição de conjuntos transformados por níveis escavados em E1. Observamos que a maior

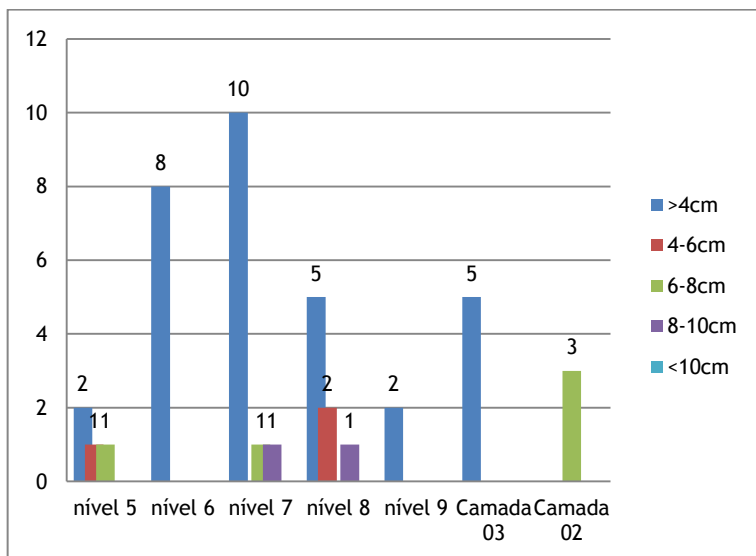
⁵² Uma peça estava polida e picoteada.

parte dos vestígios com sinais de transformação direta foram coletados nos cinco níveis superiores, os quais podem ter sido depositados posteriormente à ocupação. Contudo, outra vez, há que se ressaltar que a dimensão da área amostral dos níveis superiores diminuiu progressivamente até a base.

Gráfico 24 - Conjuntos líticos transformados diretamente em E1.



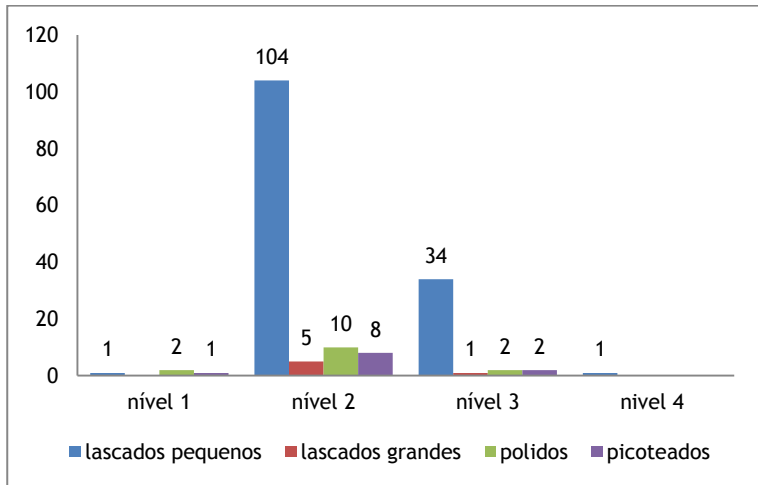
Conforme os critérios de tamanho adotados para análise, observamos que, no geral, há um predomínio de peças de pequenas dimensões. Contudo, camada 02, apenas peças de tamanho grande foram coletadas – ver Gráfico 25.

Gráfico 25 - Líticos transformados diretamente por tamanho em E1.

Na Área 1, 186 peças com evidências de transformação direta foram coletadas no total, sendo que 146 foram lascadas, 19 foram polidas e 21 foram picoteadas.

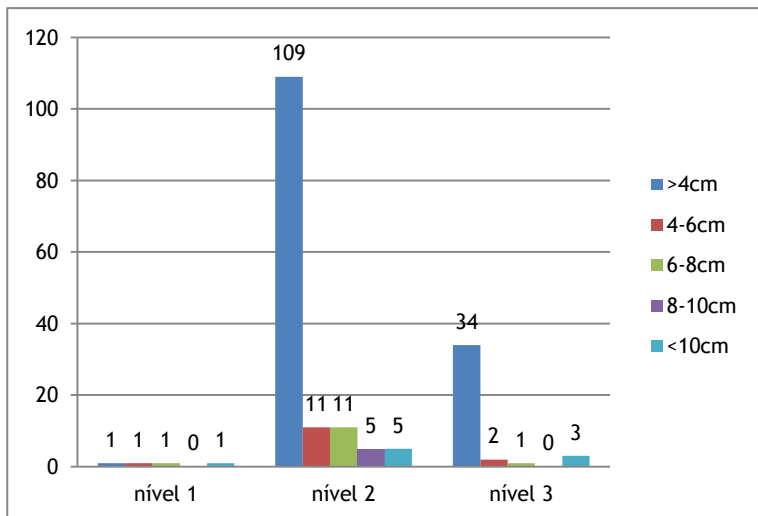
No gráfico 26, apresentamos a distribuição de conjuntos transformados por níveis escavados. Percebemos que a maior concentração de vestígios transformados diretamente está concentrada no nível 02, camada que compreendemos como o contexto de ocupação da área.

Gráfico 26 - Líticos transformados diretamente na Área 1.



Assim como no caso dos vestígios coletados em E1, percebemos que na Área 1 há um predomínio de peças transformadas diretamente de pequenas dimensões, menores que 4cm – ver Gráfico 27.

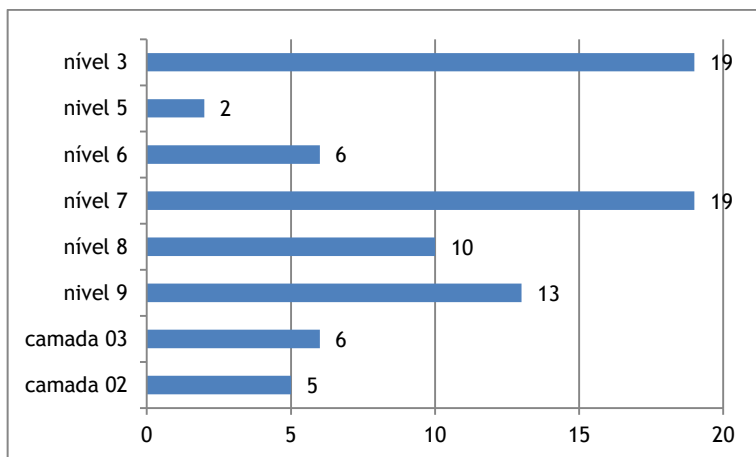
Gráfico 27 - Líticos transformados diretamente por tamanho na Área 1.



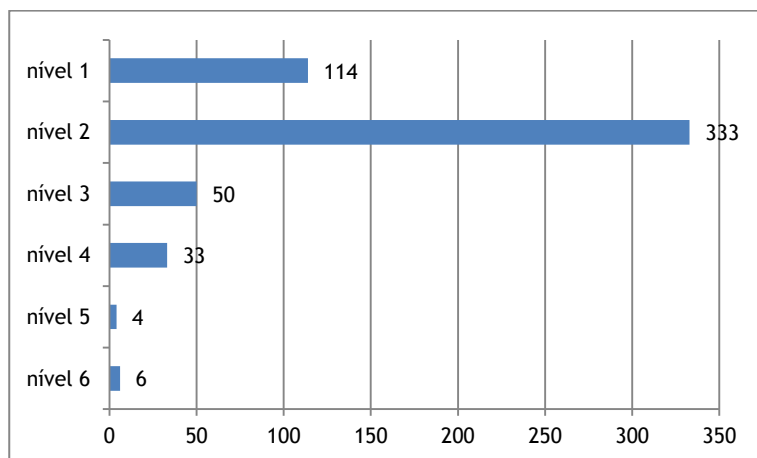
Acerca dos líticos que apresentam apenas transformação indireta, ocasionada por ação térmica, apenas coletamos peças em E01 e na Área 1.

Na Estrutura Subterrânea 01 coletamos 80 peças desta categoria – ver Gráfico 28. Mais da metade da amostra (52,5%) foi coletada em níveis intermediários, os quais podem ter origem pós-deposicional – ver adiante subitem 4.8.1. A fração referente ao nível 03 (quase 24%) remete ao material coletado em uma borda da concavidade. Poucos líticos apenas queimados foram coletados nas camadas arqueológicas 02 e 03.

Gráfico 28 - Líticos transformados indiretamente em E1.



No que remete à Área 1, coletamos 540 peças com evidências apenas de transformação por ação térmica – ver Gráfico 29. No geral, a maior parte das evidências (mais de 82%) foi coletada nos dois primeiros níveis de escavação.

Gráfico 29 - Líticos transformados indiretamente na Área 1.

Tomando como referência algumas pesquisas desenvolvidas em contextos de estruturas subterrâneas, percebemos que os resultados obtidos por meio das análises dos vestígios líticos do sítio Tobias Wagner não fogem a regra. Contudo, mãos-de-pilão e lâminas de machado, elementos recorrente nestes tipos de contextos (FARIAS; SCHMITZ, 2013, p. 129), não foram registrados.

No sítio Copetti, em Urubici/SC, Corteletti (2012, p. 114) relata ter encontrado pouco material lítico, sendo que nenhum instrumento foi coletado, apenas seixos com sinais de fratura térmica.

Contudo, no sítio Bonin foram encontrados alguns tipos de instrumentos lascados e polido, tanto em matéria-prima disponível localmente (basalto e arenito), quanto rochas em que as fontes se localizam a grande distância (granito róseo). Além de instrumentos, lascas também foram registradas. Deve-se ressaltar que estes vestígios foram coletados em contexto de estruturas de cocção identificadas por Corteletti (2012, p. 114). Deste modo, o pesquisador correlacionou estes vestígios a práticas do preparo de alimentos.

Acerca dos líticos recuperados em Rincão dos Albinos, em São José do Cerrito, Schmitz *et al* (2013, p. 87-88) sintetizam que:

O material recuperado no sítio se compõe, em sua maior parte, de seixos, pequenos blocos e fragmentos de basalto local, de crosta vermelha, que lastravam as fogueiras, ou estavam

espalhados pelas superfícies de ocupação; podiam ter servido de percutores e suportes ocasionais, mas suas marcas teriam sido muito mascaradas por quebras e desprendimentos causados pelo calor das fogueiras.

Os artefatos estão representados por alguns instrumentos muito bem polidos em basalto, conformando lâminas de machado e mãos-de-pilão; e por artefatos lascados em basalto, arenito silicificado, calcedônia e cristal de quartzo, conformando lascas, fragmentos e talhadores, além de um pequeno alisador em arenito

Os artefatos polidos são feitos em basalto exógeno, de granulação mais fina e foram trazidos para o local pelo grupo, que já os possuía anteriormente.

Ademais, acrescentam:

Com exceção de seis elementos de artefatos polidos, de quatro fragmentos de arenito silicificado e de um fragmento de arenito Botucatu, os materiais são de origem local e foram trabalhados no sítio, numa produção expedita, que se destinava a uso imediato e não precisava manutenção (ibidem, p. 89-90).

Em um resumo das características dos líticos encontrados em assentamentos Jê meridionais, Farias e Schmitz (2013, p. 129) dizem que:

(...) são mais comuns os artefatos expeditos, rapidamente produzidos sobre matéria-prima local e descartados depois de um simples uso. Conforme as regiões, eles podem ser rudes talhadores, semelhantes aos da Tradição Humaitá, grandes lascas unipolares de basalto local, lascas e fragmentos bipolares de quartzo e calcedônia, até uma indústria em sílex semelhante à da Tradição Umbu.

4.7.2. Cerâmica

Ao longo das escavações, somente nas intervenções em E01 encontramos vestígios cerâmicos. Nenhum vasilhame ou pote inteiro foi encontrado, apenas fragmentos. No total, 45 fragmentos cerâmicos foram coletados. Todo o material foi descoberto na terceira etapa de pesquisa.

Após a coleta, os vestígios foram higienizados em laboratório com água corrente. Posteriormente, todos os vestígios foram triados por meio de quantificação e pesagem. Tendo em vista a quantidade e as dimensões das peças, optamos por selecionar os fragmentos maiores que 1cm para análise individual. Assim, após a triagem, da amostra total composta por 45 fragmentos, 39 foram analisados.

4.7.2.1. Procedimento metodológico de análise

Considerando informações bibliográficas acerca das características do material cerâmico oriundo de contextos relacionados à ocupação Jê meridional⁵³ e também o contato estabelecido com a coleção reunida nas escavações no sítio Tobias Wagner durante o processo de higienização, elaboramos uma ficha de análise dos fragmentos cerâmicos (Anexo VI).

Utilizamos como orientação para a análise os atributos elencados por Machado (2005). Ainda que o estudo da pesquisadora tenha sido cerâmica amazônica, a análise tecnológica realizada pode ser replicada – desde que adaptada – para outros contextos, pois sua proposta foi compreender a cadeia operatória de manufatura da cerâmica, ou seja, o processo de produção, observando as escolhas tecnológicas relacionadas a tal tarefa e considerando a utilização, a reutilização e os fatores pós-deposicionais.

As quatro primeiras categorias dizem respeito à identificação e ao contexto de deposição do vestígio: **I. Sítio, II. PN, III. Localização e IV. Nível Estratigráfico**. Posteriormente, observamos atributos relacionados às características das peças.

Em **V. Natureza da Peça**, identificamos a que parte do objeto que o fragmento em análise corresponde, sendo que elencamos quatro possibilidades: borda (1), base (2), parede (3) e inflexão (4).

⁵³ Parellada (2005, p. 186), Souza (2009), Corteletti (2012).

Na categoria **VI. Argila**, percebemos a pasta utilizada para construção do objeto cerâmico, a qual poderia ser classificada em: branca (1), vermelha (2), marrom (3) e cinza/preto (4).

No atributo **VII. Antiplástico**, identificamos os elementos que foram adicionados à pasta para dar consistência ao objeto cerâmico, considerando os seguintes itens: mineral grosso (1), mineral fino (2), argila (3), cinza/cariapé (4), caco moído (5) e hematita (6). Trata-se de uma categoria em que as variáveis podem ser cumulativas, já que mais de um destes elementos podem ter sido utilizados.

Em **VIII. Técnica de Manufatura**, observamos o modo pelo qual o objeto cerâmico foi construído. Para tanto, consideramos três possibilidades: roletado (1), modelado (2) e moldado (3).

Na categoria seguinte analisamos o tipo de **IX. Queima** do fragmento, a qual pode variar entre: oxidante (1), redutora (2), oxidante interna / redutora externa (3), oxidante externa / redutora interna (4) e oxidante interna e externa, redutor no centro (5).

Posteriormente, duas categorias descritivas acerca das dimensões do vestígio foram observadas: **X. Peso**, medido em gramas, e **XI. Espessura**, medida em milímetros na parte mais grossa do fragmento. Para o caso das bordas, incluímos também a variável **XII. Espessura da Borda**.

Quando se tratava de um fragmento de borda, consideramos a **XIII. Forma da Borda**: restritiva (1), irrestritiva (2), vertical (3) e ponto de inflexão (4). Para o caso de fragmento de base, incluímos em **XIV. Forma da Base** três possibilidades: plana (1), côncava (2) ou convexa (3).

Em seguida, identificamos o **XV. Tratamento de Superfície** da peça, sendo que cada vestígio poderia acumular mais de uma destas características: alisamento (1), enegrecimento/brunidura (2), resina (3) e polimento (4).

Adiante, incluímos um campo no qual poderíamos perceber diferentes tipos de **XVI. Decoração**: inciso (1), ponteadado (2), digitado/ungulado/pinçado (3), carimbado (4), corda (5), escovado (6) e/ou engobo (7). Estes aspectos decorativos foram analisados no que diz respeito a **XVII. Localização da Decoração**: em todo o corpo (1), em faixa abaixo do lábio (2) ou em faixa no corpo da vasilha (3).

Por fim, incluímos a possibilidade da identificação de **XVIII. Marcas de Uso** em três categorias diferentes: fuligem (1), reciclagem (2) e desgaste acentuado (3).

Há ainda um campo para acrescentar **XIX. Observações** sobre a peça não contempladas anteriormente ou especificidades de algum dos atributos analisados.

Todos os dados compilados no decorrer da análise individual das peças foram tabulados em planilhas no software Microsoft Excel a fim de que pudessem ser tratados de forma descritiva e estatística.

4.7.2.2. Resultados

Apesar de a amostragem ser pequena, de maneira geral, percebemos o emprego de apenas uma técnica de manufatura dos objetos cerâmicos – a roletagem -, utilizando ao menos dois tipos de argila, com acréscimo diferenciado de minerais e vegetais como antiplásticos. Também foram identificados quatro tipos de tratamento de superfície, quatro tipos de queima e pelo menos um tipo de decoração.

Das 39 peças analisadas, somente uma foi identificada como borda. O restante da coleção consiste em fragmentos de parede, sendo que apenas um apresentou ponto de inflexão.

Figura 109 - Fragmentos cerâmicos coletados no sítio Tobias Wagner.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 110 - Único fragmento de borda identificado na coleção analisada



Fonte: Acervo LEIA/UFSC

Figura 111 – Detalhe de fragmentos cerâmicos que remontam.



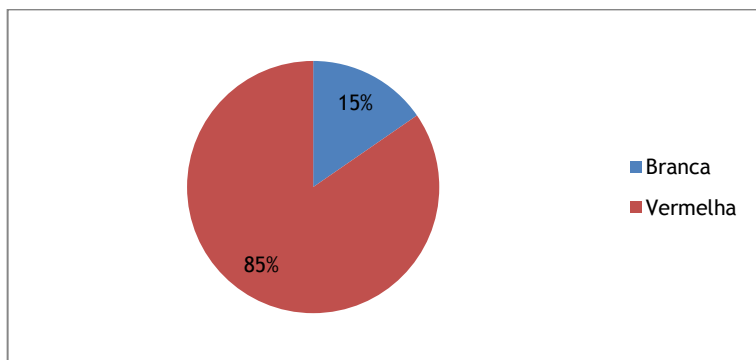
Fonte: Acervo LEIA/UFSC

A amostra estudada apresenta pouca variação no que diz respeito à espessura, sendo que as peças apresentam entre 0,4 e 0,9mm.

Em três peças oriundas do mesmo contexto, identificamos o acréscimo de uma camada na superfície externa dos fragmentos. Compreendemos essa camada como uma resina, porém existe a possibilidade de que seja um engobo adicionado sobre a pasta queimada. Este foi o único fragmento no qual identificamos uma possível decoração (engobo) no decorrer da análise da coleção.

No que diz respeito aos tipos de argila observados, identificamos fragmentos cerâmicos com as colorações branca (variando entre 2.5Y 8/1 *white* e 2.5Y 7/1 *light gray*) e vermelha (variando entre 2.5YR 6/6 *light red* e 2.5YR 6/8 *light red*). A maior parte da amostra analisada foi produzida a partir de argila de coloração vermelha – ver Gráfico 30.

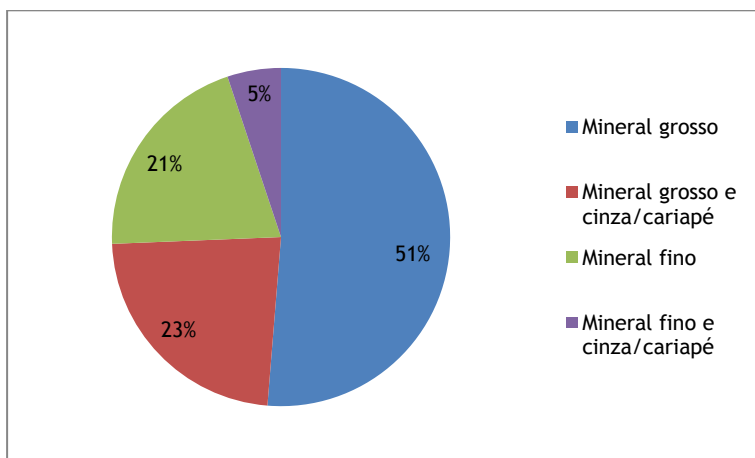
Gráfico 30 - Tipos de Argila.



No que diz respeito ao antiplástico, percebemos o uso de minerais finos e/ou grossos em toda a amostra analisada, sendo que, além da diversidade granulométrica, o acréscimo de material vegetal (cinza/cariapé ou carvão) foi percebido enquanto elemento diferenciador. Ainda que tenhamos tomado a hematita enquanto categoria a parte na ficha de análise, acreditamos que a presença deste mineral em mais de 92% da coleção, bem como seu aspecto arredondado semelhante aos demais elementos, estejam relacionada à fonte de obtenção da matéria prima - de ambas granulometrias - empregada enquanto antiplástico e não enquanto elemento adicionado de forma intencional.

A análise apontou para uma predominância de mineral grosso como antiplástico, o qual foi identificado em 29 peças, sendo que em 09 fragmentos o mineral estava acompanhado de material vegetal. Por outro lado, em 10 vestígios observamos o acréscimo de mineral fino, dos quais apenas 02 também apresentam material vegetal. No gráfico 31 apresentamos esta distribuição.

Gráfico 31 - Tipos de antiplástico.

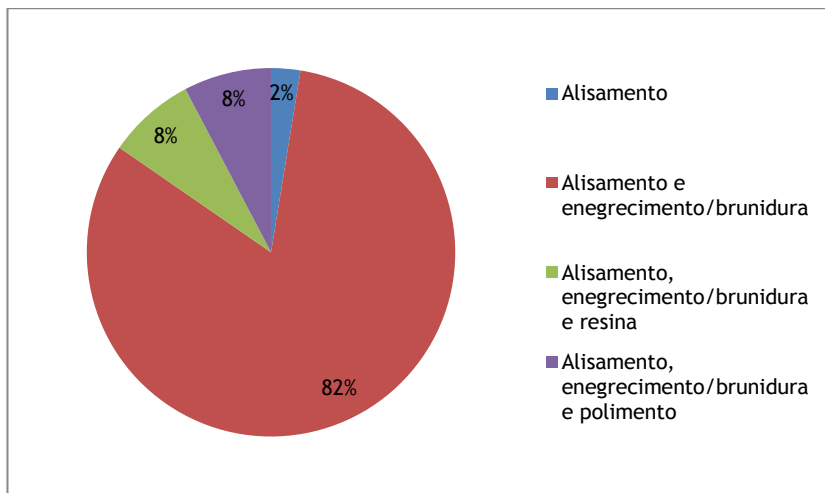


Acerca do tipo de tratamento de superfície, em 100% das peças analisadas percebemos evidências de alisamento, sendo que em quase 98% dos fragmentos também identificamos vestígios de enegrecimento/brunidura.

Destes 98%, em três situações (8%), percebemos alisamento, enegrecimento/brunidura e a presença de resina. Em outros três casos

(8%), observamos alisamento, enegrecimento/brunidura e polimento – Ver gráfico 32.

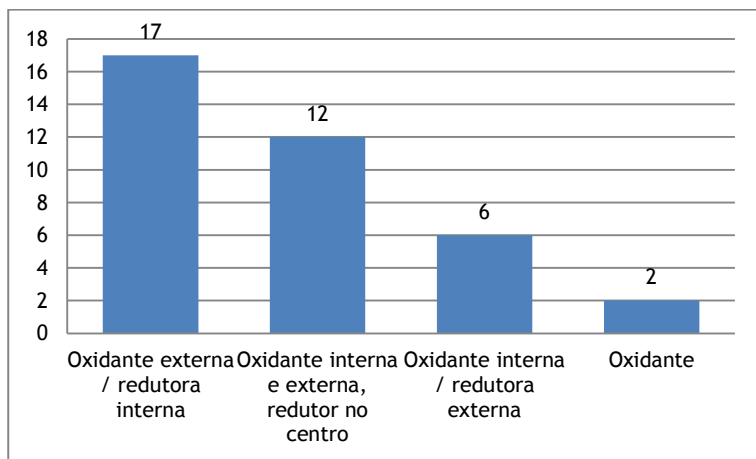
Gráfico 32 - Tipos de tratamento de superfície.



Sobre os tipos de queima observados na análise da coleção, percebemos o predomínio (mais de 43%) de uma queima oxidante na porção externa do fragmento e redutora na parte interna, ou seja, estes fragmentos apresentavam uma coloração da pasta mais escura (às vezes cinza/preta) na face voltada para o interior do objeto cerâmico. Há também uma quantidade significativa da amostra (mais de 30%) que apresenta queima oxidante em ambas as faces e redutora no centro.

Ainda que em menor percentual, identificamos queima oxidante na parte interna e redutora na face externa (15%) e apenas oxidante (pouco mais de 5%) – ver Gráfico 33.

Gráfico 33 - Tipos de queima.



De um modo geral, os resultados obtidos estão de acordo com os atributos arrolados em bibliografia para cerâmica relacionada aos grupos Jê meridionais (cf. BEBER, 2004; FOSSARI, 2004; FARIAS; SCHMITZ, 2013).

Atentamo-nos, especialmente, à presença de minerais e vegetais como antiplástico e ao enegrecimento enquanto acabamento de superfície de todos os fragmentos analisados.

Considerando as informações compiladas por Silva (2000, p. 64-68) acerca de cada etapa da produção cerâmica Kaingáng e Xokleng/Laklãnõ em comparação com os resultados da análise da coleção reunida no sítio Tobias Wagner, percebemos, enquanto exercício interpretativo, que:

- Os tipos de argila identificados na nossa análise (branca e vermelha) apresentam tons claros. Segundo dados de bibliografia, há uma preferência na seleção de argila clara por grupos Xokleng/Laklãnõ;
- O roletado, identificado enquanto técnica de manufatura dos fragmentos que analisamos, era utilizado por ceramistas Kaingáng e Xokleng/Laklãnõ;
- Quanto ao tipo de antiplástico, observamos o acréscimo de material vegetal (cinza/cariapé ou carvão) em 28% da nossa amostra. Conforme os dados reunidos por Silva (*idem*) constata-

se o uso de carvão enquanto antiplástico apenas por ceramistas Xokleng/Laklãnõ.

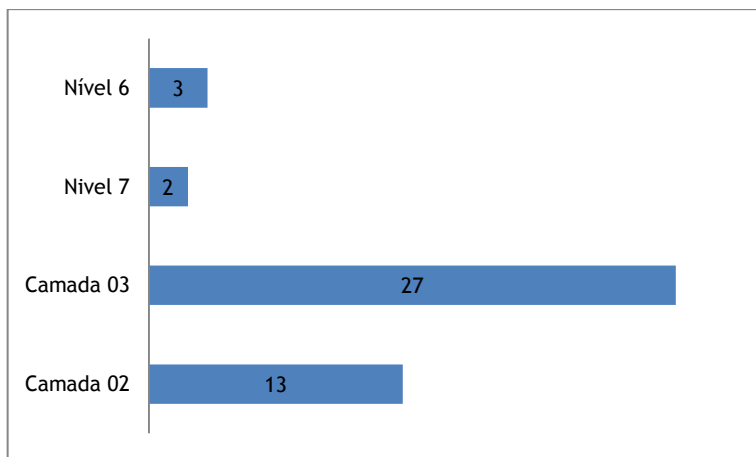
- O enegrecimento, alisamento e o polimento, observado na nossa coleção poderiam ser empregados tanto por ceramistas Kaingáng quanto Xokleng/Laklãnõ.

Deste modo, fica evidente que apenas os atributos da coleção cerâmica que analisamos são insuficientes para viabilizar uma correlação específica com Kaingáng ou Xokleng/Laklãnõ. Ademais, ainda que alguns dos elementos acima mencionados apresentem maior proximidade com o processo produtivo de um destes povos Jê meridionais, deve-se considerar que a amostra analisada – 39 peças – não sustenta associações neste sentido.

4.7.2.3. Fragmentos cerâmicos em contexto

Todos os vestígios cerâmicos analisados foram encontrados em duas quadras: 41 em N193W200 e 04 em N193W201. Ambas estavam localizadas próximas à porção central de E01. Conforme consta no gráfico 34, os fragmentos foram identificados em quatro níveis diferentes, tendo uma maior concentração nos níveis mais profundos.

Gráfico 34 - Quantidade de fragmentos por nível.

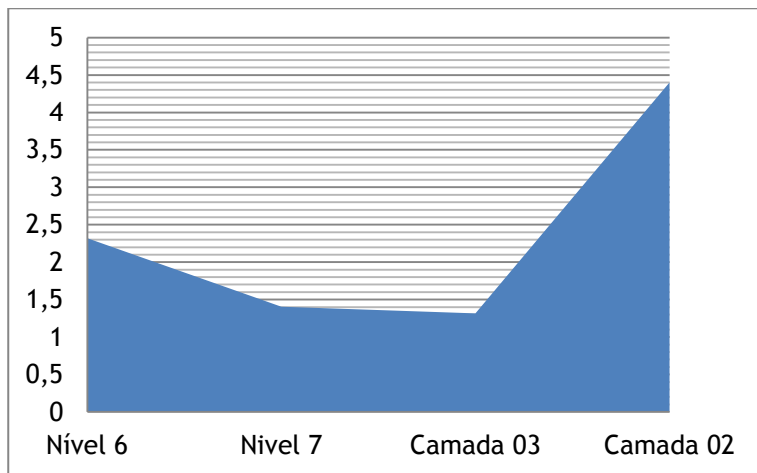


Considerando nossa leitura da estratigrafia deste contexto, os níveis 06 e 07 correspondem a camadas pós-deposicionais, enquanto que as camadas 02 e 03 estariam relacionados à ocupação pretérita deste espaço por grupos indígenas.

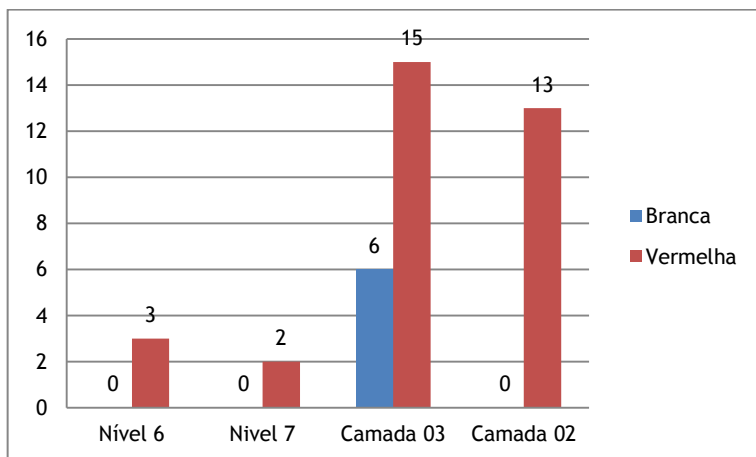
Tomando a soma do peso das peças coletadas dividida pela quantidade de vestígios, obtivemos o índice de fragmentação por nível. Quanto maior o índice, menor o grau de fragmentação das peças (MACHADO, 2005).

Assim, conforme pode ser percebido no gráfico 35, há uma maior fragmentação das peças da camada 03. Por outro lado, percebemos que os fragmentos maiores foram coletados na camada mais profunda (02), onde estavam mais bem preservados.

Gráfico 35 - Índice de fragmentação.



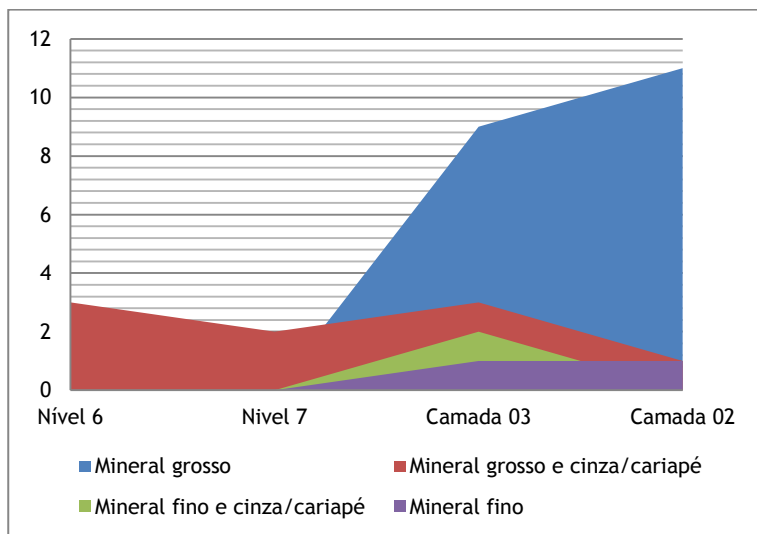
Considerando uma distinção entre os dois tipos de argila identificados no sítio (branca e vermelha), percebemos que enquanto a argila vermelha foi coletada em quatro níveis de escavação, a argila branca somente foi encontrada camada 03 – cf. Gráfico 36.

Gráfico 36 - Tipo de Argila por nível.

Todos os fragmentos produzidos com argila branca apresentam, também, o mesmo tipo de antiplástico – mineral fino – e foram identificados como parede. Além disso, os seis fragmentos tem o alisamento como tratamento de superfície, sendo que em cinco deles também percebemos evidências de enegrecimento/brunidura. Além disso, dos seis, em dois constatamos negativos que podem ser estrias de polimento.

Considerando o contexto de deposição e as semelhanças percebidas na análise, classificamos os vestígios produzidos a partir de argila branca como parte de um mesmo conjunto, sendo que, possivelmente, os fragmentos coletados fazem parte de um mesmo pote.

Por outro lado, no que diz respeito aos fragmentos produzidos a partir de argila vermelha, correlacionando os tipos de antiplástico e a distribuição por níveis, temos como resultado o que demonstra o gráfico 37.

Gráfico 37 - Antiplástico por nível nas cerâmicas de argila vermelha.



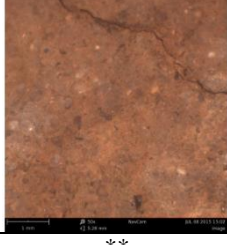
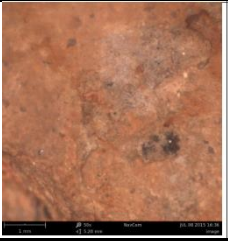
Constatamos que existem fragmentos produzidos com este tipo de argila e com acréscimo de mineral grosso nos quatro níveis. A associação com material vegetal (cinza/cariapé ou carvão) está presente em todos, enquanto que o uso exclusivo de mineral grosso aparece apenas nos níveis mais profundos.

Quanto ao uso de mineral fino, este tipo de antiplástico aparece nas cerâmicas de argila vermelha somente nos níveis mais profundos. Enquanto que o uso exclusivo de mineral fino está presente nas camadas 03 e 02, a associação com cinza/cariapé ou carvão somente foi constatada na camada 03.

Acerca do tratamento de superfície, todas as peças produzidas com argila vermelha (33) apresentam evidências de alisamento e de enegrecimento/brunidura. Deste total, também percebemos o acréscimo de resina ou decoração com engobo em três peças coletadas no nível 06, bem como a presença de estrias de polimento em outras três peças – uma encontrada na camada 03 e duas coletadas na camada 02.

Deste modo, considerando a associação argila e antiplástico enquanto elementos diferenciadores, classificamos as peças coletadas em cinco conjuntos:

Tabela 12 - Conjuntos cerâmicos identificados a partir da análise tecnológica.

Conjuntos	Argila	Antiplástico	Foto*
A	Branca	Mineral Fino	
B	Vermelha	Mineral Fino	
C	Vermelha	Mineral Fino e Cinza/Cariapé ou Carvão	
D	Vermelha	Mineral Grosso	**
E	Vermelha	Mineral Grosso e Cinza/Cariapé ou Carvão	

*Micrografias ópticas foram registradas pelo Dr. Thiago Costa em microscópio eletrônico de varredura do Ateliê de Conservação e Restauro (ATECOR/FCC).

**Não foi enviada amostra para registro de micrografia óptica.

Os fragmentos coletados nos níveis 06 e 07 correspondem, exclusivamente, ao conjunto E. Dentre estes vestígios, os que foram coletados no nível 07 apresentam enquanto especificidade o tratamento de superfície/decoração com resina e/ou engobo.

Na camada 03 percebemos o maior grau de variabilidade do material cerâmico, pois estão presentes todos os conjuntos. No que diz respeito aos fragmentos de argila branca, cinco apresentam as características semelhantes e apenas um não contém sinais de enegrecimento/brunidura – o que pode ser explicado pelo desgaste intenso das superfícies interna e externa. Sobre os vestígios com pasta vermelha, cada conjunto mantém homogênea sua especificidade, sem variações em subconjuntos.

Por fim, na camada 02 constatamos fragmentos relacionados aos conjuntos B, D e E. Enquanto os conjuntos B e D mantêm suas especificidades de forma homogênea, o conjunto E apresenta uma variação quanto ao tratamento de superfície: duas peças contêm evidências de polimento.

Nove peças do conjunto D coletadas na camada 02 apresentam evidências, para além dos atributos analisados, de que compõe um mesmo vasilhame: há uma borda que remonta com um fragmento de parede e um fragmento de parede com inflexão que remonta outro fragmento de parede. Além disso, a espessura dos fragmentos varia no máximo em 0,1mm, o tratamento de superfície e o contexto de deposição (foram coletados individualmente no decorrer da escavação) são os mesmos. A remontagem dos fragmentos reforça a hipótese de melhor preservação da camada arqueológica mais profunda do sítio, diferenciando-se das camadas mais superficiais.

Novamente, há que se considerar que a amostra reduzida inviabilizou maiores inferências, sendo que qualquer tentativa de caracterização de estilo tecnológico e/ou cadeia operatória entraria no campo da elucubração. Ademais, tendo em vista o grau de fragmentação das peças, não é possível sugerir formas e usos dos objetos produzidos com este material.

Além disso, os conjuntos aqui sugeridos através da classificação segundo critério de associação entre argila e antiplástico podem vir a ser reduzidos – especialmente no que remete a possibilidade do uso de diferentes tipos de antiplásticos no processo de produção de um objeto e a impossibilidade de percebermos isso na nossa amostra devido à alta fragmentação – ou ampliados com uma amostragem de fragmentos maior.

Os dados apresentados a partir dos fragmentos coletados apontam para a variabilidade do material cerâmico associado a estruturas subterrâneas e podem gerar hipóteses acerca da associação destes vestígios no sítio, bem como em outros contextos na região⁵⁴, para que, aí sim, possam ser efetuados estudos tecnológicos mais detalhados.

Por fim, devemos ressaltar que o registro de poucos vestígios cerâmicos já foi observado em outro contexto. Em uma série de intervenções no interior e fora de estruturas subterrâneas no sítio Rincão dos Albinos, em São José do Cerrito/SC, Schmitz *et al* (2013, p. 90) relatam ter encontrado apenas 25 fragmentos cerâmicos, dos quais somente 09 foram localizados no interior de estruturas subterrâneas.

4.7.3. Vestígios arqueobotânicos

No decorrer das escavações realizadas no sítio Tobias Wagner, coletamos três tipos de vestígios arqueobotânicos: material carbonizado, sementes e nó de pinho. Os dois primeiros foram encontrados no interior das estruturas subterrâneas e na parte externa a elas – Área 1 -, enquanto que o último apenas em E01.

Além da coleta no decorrer dos trabalhos em campo, alguns destes tipos de vestígios também foram separados a partir de amostras de sedimento que recolhemos nas três etapas de escavação para ser flotadas posteriormente.

Em síntese, a flotação consiste na separação de materiais arqueológicos com diferentes densidades a partir da utilização de um recipiente contendo uma entrada de água corrente e uma sequência de peneiras com diferentes malhas. O recipiente, denominado “célula de flotação”, devidamente preparado para entrada e saída de água, bem como para suportar as peneiras, pode ser construído segundo parâmetros gerais. Entretanto, as malhas das peneiras devem ser selecionadas conforme as especificidades da amostra a ser trabalhada.

Após a flotação, os diferentes tipos de materiais devem ser separados manualmente quando secos. O material que ficou suspenso na água - coletado na peneira de menor dimensão – foi denominado de fração leve, enquanto que o material que permaneceu na peneira maior foi chamado de fração pesada.

⁵⁴ Tal consideração esta embasada no fato de que se trata do primeiro registro de cerâmica em contexto arqueológico, com informações detalhadas acerca da sua proveniência, no município de Alfredo Wagner.

Para flotação das amostras coletadas nas pesquisas no sítio Tobias Wagner, utilizamos peneiras de 4mm e 1mm. Essa atividade foi realizada nas dependências do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA/UFSC). Na Tabela 13, apresentamos informações acerca da proveniência e da dimensão das amostras.

Tabela 13 - Amostras de sedimentos coletadas no sítio Tobias Wagner

PN	Quadra	Nível	Litros	Contexto	Flotação
81	N189W202	2	6	Área 1 – EC01	Integral
98	N189W201	3	1	Área 1 – EC01	Integral
129	N189W202	3	12,5	Área 1 – EC01	Integral
168	N193W200	5	52	E01	Integral
211	N193W200	7	12	E01	Integral
212	N193W200	7	36	E01	Integral
221 ⁵⁵	N193W200	8	126	E01	Parcial (66l)

Figura 112 - Flotação sendo realizada no LEIA/UFSC.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC.

Figura 113 - Flotação sendo realizada no LEIA/UFSC.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC.

O material flotado ainda carece de uma triagem sistemática a seco para que possam ser identificados os vestígios separados por densidade nas diferentes frações. Contudo, em um primeiro olhar, percebemos a presença de fragmentos de carvão e raízes de pequeno porte nas frações leve, enquanto que na fração pesada observamos a presença de raízes,

⁵⁵Devido ao grau de compactação da amostra de sedimento de PN 221, a porção flotada (66l) foi, também, peneirada com água corrente em laboratório. Reservamos parte desta amostra, que diz respeito à base de E01, para posteriores análises físico-químicas.

vestígios líticos⁵⁶ e de carvão – estes que, provavelmente, não ficaram em suspensão devido ao acúmulo de sedimento.

Dentre os vestígios arqueobotânicos coletados, as sementes demandam análises por especialistas para devida identificação.

Quanto aos fragmentos de nó de pinho, dois vestígios foram coletados no interior de E1. Ambos foram encontrados no nível 3 quadra N193W199. Conforme a descrição do contexto e as observações no decorrer da escavação, estavam localizados na transição entre as Camadas 05b e 07. Um dos vestígios apresenta manchas que indicam sua queima, enquanto o outro – mais preservado – não.

Figura 114 - Nó de pinho encontrado nas escavações no sítio Tobias Wagner.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC.

Figura 115 - Nó de pinho encontrado nas escavações no sítio Tobias Wagner



Fonte: Acervo LEIA/UFSC.

Algumas amostras de carvão foram utilizadas no âmbito desta pesquisa para dois fins: obtenção de informação acerca da cronologia por meio de datação absoluta – conforme dados apresentados no início do capítulo – e identificação da madeira carbonizada.

4.7.3.1. Identificação da madeira carbonizada

Vestígios de carvão foram coletados em diferentes quadras e níveis escavados, tanto no interior das estruturas subterrâneas quanto na área externa a elas. Contudo, na Área 1 encontramos uma estrutura de combustão com grande quantidade de material carbonizado. A fim de

⁵⁶ Foram separados os seguintes líticos: 2 peças em arenito na amostra 129; 5 vestígios em riolito na amostra 212; e 2 evidências em sílex na amostra 221.

qualificar os vestígios encontrados nestes contextos, selecionamos quatro amostras para a realização da identificação da madeira queimada.

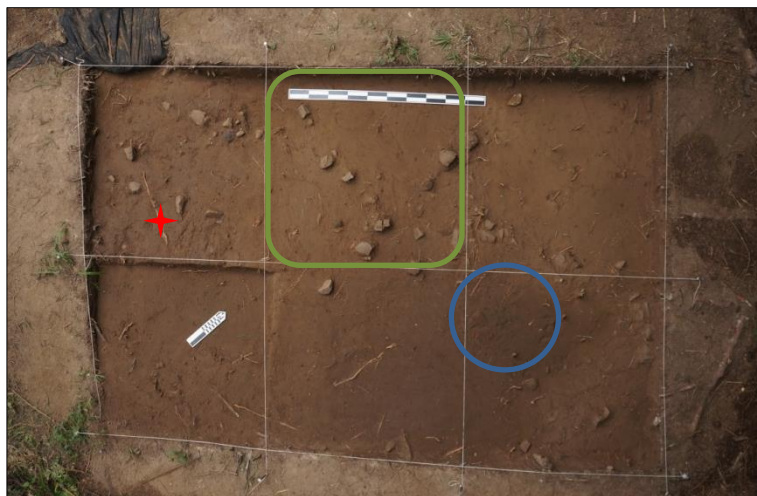
As evidências foram enviadas ao Laboratório de Anatomia e Qualidade da Madeira, localizado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), aos cuidados da prof. Dra. Silvana Nisgoski. Enviamos amostras com 1cm de tamanho mínimo; embaladas individualmente em papel alumínio depositado em sacos plásticos com ziplock; e acondicionadas em recipientes forrados com polietileno expandido.

Na tabela 14, apresentamos as informações referentes à proveniência das amostras selecionadas.

Tabela 14 - Amostras enviadas para identificação de madeira carbonizada.

PN	Quadra	Nível	Coleta	Contexto
○ 61	N189W202	2	Individual	Área 1 – EC01
□ 83	N190W201	2	Geral	Área 1
★ 101	N190W200	3	Individual	Área 1
○ 129	N189W202	3	Flotação	Área 1 – EC01

Figura 116 - Sinalização da proveniência das amostras de madeira carbonizadas coletadas na Área 1 e enviadas para identificação.



Fonte: Acervo LEIA/UFSC, modificado pelo autor.

No Anexo VII, consta um relatório, elaborado pela prof. Dra. Silvana Nisgoski, contendo informações acerca do processamento das amostras em laboratório. Os vestígios foram quebrados, cortados e registrados em detalhes por meio de estereomicroscópio e de microscópio eletrônico de varredura. A partir das imagens e da análise de atributos de cada amostra, procedeu-se a identificação das madeiras através da comparação com uma coleção de referência da instituição.

Com este procedimento foi possível obter os seguintes resultados:

- **Amostras 61 e 129:** gênero *Magnolia*.

As amostras contendo fragmentos de carvão identificadas como *Magnolia* foram coletadas em EC01, nos níveis 2 e 3.

O gênero *Magnolia*, integrante da família *Magnoliaceae*, possui 220 espécies aproximadamente. Em território brasileiro quatro espécies foram identificadas: *Magnolia amazônica* (Ducke) Govaerts, *Magnolia ovata* (A. St-Hill.) Spreng., *Magnolia irwiniana* Lozano e *Magnolia* sp. nov. (KUNTZ; SOUZA, 2013). Contudo, conforme o portal Lista de Espécies de Flora do Brasil⁵⁷, somente as duas primeiras são aceitas.

Principalmente no sul do país, pode ser encontrada a única planta autóctone do gênero: *Magnolia ovata* – também conhecida como Baguaçu e Pinha-do-Brejo. Segundo informações do portal Flora de Santa Catarina⁵⁸, trata-se de uma árvore de tronco cilíndrico, reto ou sinuoso, que pode alcançar altura entre 10 e 30m. Geralmente cresce nas proximidades de rios ou brejos, em ambiente de Floresta Ciliar ou Galeria e Floresta Ombrófila. Tem como aplicações os usos para fins madeireiros (artefatos, construção civil, carpintaria e marcenaria) e não madeireiros (recurso para fauna, medicinal, ornamental, alcaloides, óleo, sapopina, substâncias tanantes, recuperação de áreas degradadas)⁵⁹.

A partir de uma revisão em pesquisas etnobotânicas levadas a cabo entre os povos Jê meridionais, encontramos duas referências acerca do uso desta espécie por grupos Xokleng/Laklãnõ.

⁵⁷ MELLO-SILVA, R. Magnoliaceae in Lista de Espécies da Flora do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB8794>>. Acesso em: 16 Jul. 2015

⁵⁸ <https://sites.google.com/site/biodiversidadecatarinense/plantae/magnoliophyta/magnoliaceae/magnolia-ovata>

⁵⁹ Informações consultadas no site do Instituto de Pesquisas Ecológicas (<http://www.ipe.org.br/>).

Tanto Heineberg (2014) quanto Cruz (2014), a partir de estudos realizados com os indígenas, associam a denominação *zágklê ve* – “parecido com a cabeça do pinheiro araucária” (HEINEBERG, 2014, p. 99) -, na sua escrita em Xokleng/Laklãnõ, para a espécie *Magnolia ovata*.

Conforme Cruz (2013, p. 105) esta espécie teria como aplicação o uso para construção, sendo que os Xokleng/Laklãnõ a utilizavam no passado.

Ademais, o pesquisador mostra que o baguaçu, identificado em uma aldeia Xokleng/Laklãnõ na TI Ibirama Lãklãnõ, esta associado à paisagem de “matão” – *Kute bág* -, a qual é compreendida, sob uma perspectiva êmica, como tendo “vários tipos de plantas, é fechado, não entra tanto sol, as árvores são mais grossas e mais altas. O solo é diferente e entra pouco sol. Não dá no clima frio. A terra é mais escura. Nunca foi mexido” (*ibidem*, p. 202). Este espaço é utilizado para “caçar, coletar frutas, remédio, sementes e folhas. É importante para a saúde do índio” (*ibidem*).

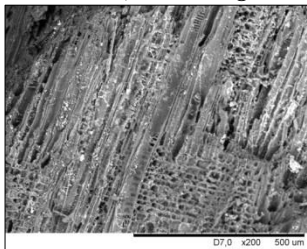
Segundo classificação êmica, o baguaçu se faz presente também em *Káje* – áreas de Baixada, onde há “sombra, bastante árvore, mata, terra boa e úmida. Geralmente têm lagoa, nascente, é plano” (idem, p. 192) -, e no *Klê* - Morro, onde “a terra é preta, fofa, seca, com barro (*Ngó*). As árvores são mais baixas” (*ibidem*, p. 203).

Em conjunto com o palmito (*Euterpe edulis*), o baguaçu foi tomado por Cruz (*ibidem*, p. 234-235) como indicador de Floresta Ombrófila Densa Submontana, a qual, de um modo geral, remete a porção da Mata Atlântica localizada em áreas de encosta entre 300 e 500m de altitude.

Mesmo que a espécie *Magnolia ovata* seja nativa do sul do Brasil, não é possível associar as amostras analisadas a ela com certeza, pois somente o gênero pode ser identificado nos trabalhos realizados em laboratório devido à ausência de marcadores seguros para qualificar o resultado em termos de espécie.

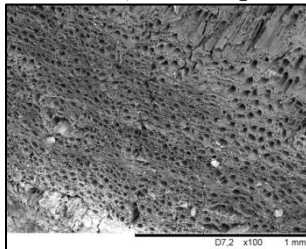
Considerando a data obtida para a EC01 – 1650 A. D. cal -, pós-chegada dos europeus as Américas, existe a possibilidade – ainda que remota devido a ausência de dados documentados historicamente sobre a ocupação não-indígena da área neste período – de que seja alguma espécie introduzida pela imigração estrangeira.

Figura 117 - Micrografia da amostra 61, x200: *Magnolia*.



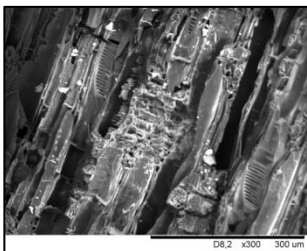
Registro feito pela prof. Dra. Silvana Nisgoski, UFPR.

Figura 118 - Micrografia da amostra 61, x200: *Magnolia*.



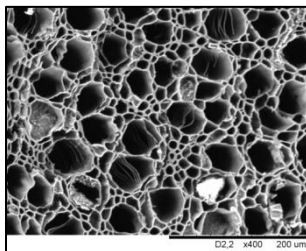
Registro feito pela prof. Dra. Silvana Nisgoski, UFPR.

Figura 119 - Micrografia da amostra 129, x300: *Magnolia*.



Registro feito pela prof. Dra. Silvana Nisgoski, UFPR.

Figura 120 - Micrografia da amostra 129, x400: *Magnolia*.



Registro feito pela prof. Dra. Silvana Nisgoski, UFPR.

- **Amostras 83 e 101:** espécie *Araucária angustifólia*.

Ambas as amostras identificadas enquanto *Araucaria angustifólia* foram coletadas na área externa às estruturas subterrâneas, sendo que nenhuma é oriunda de estrutura de combustão. Entretanto, ainda que uma (101) tenha sido coletada individualmente (com informações detalhadas quanto à localização – X, Y e Z) e a outra de forma geral (83) na quadra escavada, como veremos adiante, as duas estavam na camada que acreditamos condizer com a ocupação indígena do local.

A *Araucária angustifolia* (Bertol.) Ktze., também conhecida como pinheiro, pinheiro-do-paraná, pinho, pinheiro-brasileiro, pinheiro-das-missões; *curii*, *curi* ou *Curiúva* (nomenclaturas indígenas), é uma das 23 espécies do gênero *Araucária*, o qual, por sua vez, pertence a família *Araucariaceae*. Tem o hemisfério sul como área de dispersão, exclusivamente. No Brasil, a presença desta espécie está relacionada à Floresta Ombrófila Mista, ocorrendo em regiões frias e com altitude maior que 500m. (ADAN, 2013, p. 23).

Estes pinheiros atingem uma altura variável entre 20 e 50m. Dependendo da variedade, as pinhas podem amadurecer entre fevereiro e dezembro, sendo que há maior concentração nos meses de abril, maio e junho (*ibidem*, p. 23).

O principal uso do pinhão esta relacionado à alimentação, porém, assim como a casca e as folhas, também é utilizado popularmente para fins medicinais diversos⁶⁰. No decorrer da ocupação europeia no sul do Brasil, os pinheiros também foram intensamente explorados para aproveitamento enquanto madeira para fins diversificados.

A partir de uma revisão na literatura acerca de pesquisas etnobotânicas entre povos Jê meridionais, encontramos referências a usos desta espécie por grupos Kaingáng e Xokleng/Laklãnõ.

Em pesquisa realizada entre os Kaingang que ocupam a Terra Indígena Xapecó, Haverroth (1997, p. 95) identificou, a partir da colaboração dos nativos, como “pinhalão” – um lugar com muito pinheiro – espaços denominados de uma forma êmica como *Fàg kòrn*. Acrescenta ainda, embasado em observações de campo e no estudo desenvolvido por Wiesemann (1971), que os Kaingáng possuem nomes próprios em seu vocabulário para as partes constituintes do *fàg* (pinheiro):

(...) *fàg fèj* (ramo do pinheiro), *fàg fè* (ramo do pinheiro caído no chão), *fàg ne* (ramos separados do pinheiro), *fàg fy* ou *fàg krī* (pinha), *fàg nèr* (tronco), *fàg nunh* (lugar do nó no tronco), *kāsē* (nó de pinho), *fàg kri* ou *fàg pègno* (copa do pinheiro), *fàg ry* (tábua feita de pinheiro), podendo haver variação de uma pessoa para outra e, principalmente, de uma região para outra em função das diferenças dialetais (Haverroth, 1997, p. 88).

⁶⁰<http://www.ipef.br/identificacao/araucaria.angustifolia.asp>

Historicamente os Kaingang tinham o pinhão como base da alimentação, sendo que, para Haverroth (1997, p. 48) “podemos comparar o papel desempenhado pelo pinhão para os Kaingang ao da mandioca para os grupos indígenas amazônicos”. A partir do pinhão, produziam farinha e uma grande quantidade de comidas, além de alimentarem víveres e atraírem caça por meio dele. Em contexto recente

Ademais, o pinheiro tem uma importância fundamental para no âmbito da realização do ritual do **Kiki**. Conforme Veiga (2000, s/p):

Trata-se de uma festa para os mortos recentes, que é organizada pelos consanguíneos do morto, em sua homenagem. Ela acontece no início do inverno, época de abundância de alimentos principalmente pinhão, mas também milho, além de muito mel. Antes do inverno é quando as melgueiras estão repletas. O mel é fundamental para a fabricação do kiki, a bebida produzida a base de água e méis diversos, das abelhas sem ferrão, que é servida durante a festa. A preparação da festa demorava alguns meses porque implicava na coleta de mel, e pinhões, além de recolher nós de pinho necessário para as fogueiras e por fim, enviar mensageiros a todas as aldeias relacionadas.

Para a fabricação do kiki, é necessária a construção de um cocho de pinheiro para deposição da bebida. Para obter a madeira, também há todo um procedimento ritual.

Para derrubar o pinheiro os rezadores vão juntamente com os péin até a árvore escolhida e rezam falando com o espírito da árvore, que dela necessitam para realizar o kiki, que os jovens estão querendo comer o kiki. Depois cantam ao seu redor para enfraquecer o seu espírito. Apenas quando o espírito da árvore está fraco é que ela poderá ser derrubada. (...) Depois disso, o tronco é medido e segmentado e a tora é arrastada até a praça. Os péin vão então se encarregar de fazer a escavação dela até transformá-lo numa grande gamela ou canoa que é a tradução literal da palavra konkéi (VEIGA, 2000).

Vale lembrar, conforme exposto nos itens 2.2. e 2.4., que existem informações etnohistóricas que atestam o uso dos pinheirais enquanto marcadores de domínio territorial dos caciques de diferentes grupos Kaingang (MABILDE, 1983, p. 126-127).

Entre os Xokleng/Laklãnõ, o pinhão é tido com um marcador relacionado à suposta mobilidade estacional desenvolvida por este povo indígena. Nos períodos de produção de sementes da araucária, grupos recorreriam à Floresta de Araucária visando prover sua subsistência por meio do pinhão, bem como pela caça atraída por ele, conforme uma série de referências pontua (SANTOS, 1973; LAVINA, 1994; PERES, 2012).

Heineberg (2014) a denominação da *Araucária angustifolia* entre os Xokleng/Laklãnõ como **zág**. O pinhão, por sua vez, é chamado de **zág zy**. Dados reunidos pela pesquisadora com indígenas mais velhos mostram que, no geral, o pinhão descascado era conservado por um período de tempo semestral ou anual em balaios – revestidos com cera de abelha e encobertos por folhas de caeté – que eram enterrados em áreas úmidas (HEINEBERG, 2014, p. 125-126). De modo semelhante, Cruz (2014, p. 135-136; p. 148) apresenta relatos de indígenas Xokleng/Laklãnõ que reforçam tal atividade de conservação.

Ademais, Cruz (2014, p. 102) lista o **zág** como uma espécie utilizada atualmente pelos Xokleng/Laklãnõ, sendo que a planta pode ser cultivada ou não. Os usos da planta referem-se a diversos dos seus componentes, como pinhão, casca, nós de pinho e madeira. As aplicações estão relacionadas a alimentação, construção, preparação de tinturas, bem como em rituais – como na cerimônia da perfuração do lábio dos meninos.

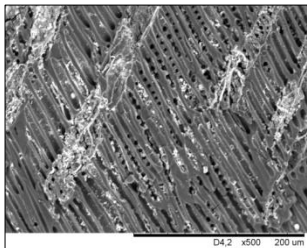
Pelos menos quatro locais listados por Cruz (2014, p. 193-211) foram identificados por colaboradores Xokleng/Laklãnõ, que ocupam a TI Ibirama Lãklãno, pela sua importância para o povo através da presença predominante ou não de araucárias: Bonsucesso, Cepo do Araçá (*Zu nētũ*), Forcação e Serra da Abelha. No geral, estes lugares eram espaços destinados à caça, coleta e acampamento.

De modo semelhante ao baguaçu, o pinheiro também está relacionado a paisagem de “matão”, conforme classificação êmica dos Xokleng/Laklãnõ. Outra área em que a paisagem é reconhecida também por meio da presença de araucárias, é a Serra da Abelha – área localizada a oeste da TI Ibirama Lãklãno e reivindicada atualmente pelos indígenas.

Ademais, conforme discussão apresentada anteriormente no capítulo 2, a associação entre a expansão da Floresta de Araucárias e a

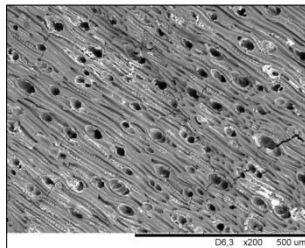
ocupação Jê meridional consiste em um problema de pesquisa que tem orientado uma série de estudos arqueológicos e paleobotânicos.

Figura 121 - Micrografia da amostra 83, x500: Araucária angustifólia.



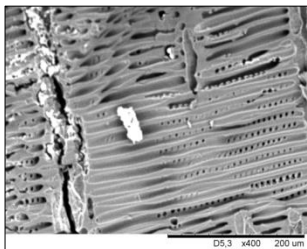
Registro feito pela prof. Dra. Silvana Nisgoski, UFPR.

Figura 122 - Micrografia da amostra 83, x200: Araucária angustifólia.



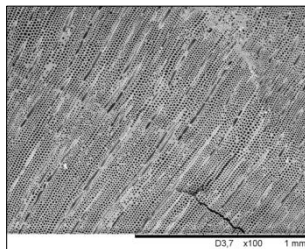
Registro feito pela prof. Dra. Silvana Nisgoski, UFPR.

Figura 123 - Micrografia da amostra 101, x400: Araucária angustifólia.



Registro feito pela prof. Dra. Silvana Nisgoski, UFPR.

Figura 124 - Micrografia da amostra 101, x100: Araucária angustifólia.



Registro feito pela prof. Dra. Silvana Nisgoski, UFPR.

4.8. LINHAS INTERPRETATIVAS

A partir das intervenções realizadas, registros e análises de materiais, algumas considerações são necessárias. Adiante, apresentamos algumas possibilidades interpretativas iniciando com os dados provenientes das escavações até uma perspectiva microrregional, sempre articulando os nossos registros com informações compiladas em bibliografia.

4.8.1. E01, E02, E03 e Área 1

Sobre a estratigrafia evidenciada nas escavações em E01 e na Área 1, as quais possibilitaram uma maior compressão acerca da composição do registro arqueológico do sítio em subsuperfície, nos parece evidente que as camadas 02, 03 e 05a correspondem à contextos de ocupação. Tal inferência baseia-se, sobretudo, na maior concentração de vestígios (incluindo uma estrutura de combustão – EC01 – na Área 1) e nas características da matriz sedimentar destas camadas.

Correlacionando os tipos de vestígios encontrados em E01 e na Área 1, a interpretação de que as camadas 02, 03 e 05a, remetam a contextos de ocupação parece mais evidente. Conforme os dados apresentados na análise dos líticos com evidências de apropriação antrópica direta ou indireta (ver Gráficos 17 a 29), a maior quantidade de vestígios foi encontrado nos níveis 2 e 3 da Área 1, os quais correspondem, sobremaneira, a camada 05a. Por outro lado, os vestígios cerâmicos, somente encontrados em E01, foram localizados, principalmente, próximo à base da concavidade, nas camadas 02 e 03.

Deste modo, estratigraficamente, teríamos camadas arqueológicas que sugerem dois contextos de ocupação: um representado pela camada 05a (n Área 1) e outro pelas camadas 02 e 03 (em E01). Conforme discutiremos adiante, há, ainda, a possibilidade de que a camada 05b, identificada apenas nas estruturas subterrâneas, também remeta a ocupação.

A partir de E01, concavidade arqueológica estudada de forma mais detalhada ao longo da pesquisa, construímos um conhecimento preliminar acerca da composição do registro arqueológico deste tipo de contexto no âmbito do sítio Tobias Wagner. Ainda que não tenhamos identificado nenhuma feição com materiais estruturados ou alguma estrutura de combustão, a partir dos dados das intervenções e das análises de materiais apresentados anteriormente, duas possibilidades acerca da ocupação deste espaço nos parecem plausíveis.

A primeira remeteria a duas ocupações diferenciadas temporalmente nesta concavidade. A mais antiga estaria representada pelo registro arqueológico encontrado nas camadas 02 e 03, as quais apresentam sedimento de coloração escura, grande quantidade de carvão, além de materiais líticos e cerâmicos. Enquanto que uma ocupação mais recente poderia ter ocorrido no contexto que identificamos como parte da camada 05b, onde há grande quantidade de material lítico apropriado antropicamente, contudo uma menor

quantidade de fragmentos cerâmicos e de carvão, bem como uma matriz sedimentar diferenciada.

A segunda diz respeito a apenas uma ocupação deste espaço, a qual é representada pelas camadas 02 e 03. Deste modo, o material encontrado na camada 05b teria sido depositado após o abandono, sendo que seria proveniente da superfície externa a concavidade e, assim, teria preenchido a depressão devido à ação de agentes naturais. Contribui nesse sentido as informações obtidas em E02 e E03, onde, na camada 05b, pouca quantidade de material arqueológico foi encontrada. Contudo, para tal possibilidade ser viável, teríamos que tomar as camadas 05b e 07 enquanto pós-deposicionais, diferenciadas entre si devido a processos distintos de pedogênese. Além disso, apesar de semelhantes aparentemente, seria necessário diferenciar a camada 05b registrada em E01 da camada 05a percebida na Área 1.

Uma forma de tornar mais consistente uma destas possibilidades seria por meio da diferenciação dos materiais arqueológicos coletados. Contudo, os quatro conjuntos de vestígios líticos apropriados diretamente estão presentes nas camadas 02 e 03, bem como na 05b. Da mesma forma, não há grande variação acerca dos líticos apropriados indiretamente que foram encontrados nestas camadas. A diferença mais marcante diz respeito à quantidade, contudo esta não pode ser tomada como referência devido ao fato de que a dimensão das intervenções nas camadas não foi a mesma.

Por outro lado, dentre os fragmentos cerâmicos há uma diferença: o conjunto A (em que marcador principal é a exclusividade do uso de antiplástico branco) somente está presente nas camadas mais profundas (02 e 03). Porém, os demais conjuntos (todos com antiplástico vermelho) estão representados nas camadas 02, 03 e 05b. Assim, este tipo de vestígio poderia indicar duas ocupações distintas, uma mais antiga que possuía um rol maior de possibilidades de argila para a produção cerâmica, enquanto a mais recente faria uso somente de pasta vermelha. Contudo, há que se considerar a disponibilidade local destas matérias-primas para que tal indicador seja válido, o que demandaria um estudo específico.

Deste modo, acreditamos que somente com a obtenção de informações cronológicas será possível compreender qual das possibilidades aventadas é mais viável. No âmbito deste projeto não foi possível realizar datações de amostras provenientes de E01.

Acerca de possibilidades funcionais de E01, poucos são os indicadores obtidos até então que viabilizem uma afirmação consistente

neste sentido. A partir de dados compilados em bibliografia, podemos formular uma hipótese.

Para Reis ([1979] 2007, p. 185-195), três são as funções majoritárias de uso para estes espaços conforme o contexto: residencial, cerimonial e econômica. A primeira seria percebida pela presença de fogueiras e vestígios líticos e cerâmicos relacionados a atividades domésticas, como habitação. A segunda seria identificada, sobretudo, pelas dimensões da concavidade (tamanho grande), pela baixa quantidade de registros, e pelo predomínio de ocorrência isolada e em posição destacada; sendo que há, também, informações etnográficas de contextos estadunidenses semelhantes. A terceira, sustentada por evidências etnográficas, seria percebida pela dimensão da concavidade (tamanho pequeno) e associação espacial com estruturas subterrâneas maiores utilizadas para fins residenciais, sendo que os usos estariam relacionados à estocagem ou ao preparo de alimentos.

Para Beber (2004, p. 226-227) “em termos de material arqueológico todas [estruturas subterrâneas] apresentam elementos típicos de atividades cotidianas, que, entretanto, não permitem inferir diferenças funcionais”. Os elementos a que se refere o pesquisador são fogueiras, nos de pinho, vestígios líticos e cerâmicos; os quais, para ele, estão relacionados, sobretudo, ao preparo e consumo de alimentos.

De Masi (2006), considerando as pesquisas prévias realizadas em contextos de estruturas subterrâneas, informações etnográficas e, ainda, dados registrados no decorrer da sua pesquisa, propõe que o tipo de substrato das concavidades seja um indicador para função destes espaços. Neste sentido, os contextos que apresentam substrato rochoso/seco, poderiam estar relacionados a usos domésticos ou ritualísticos; enquanto que as concavidades que apresentam substrato fluído (úmido), outrora teriam sido áreas destinadas à estocagem de alimentos.

Corteletti (2012), a partir de escavações desenvolvidas no sítio Bonin, identificou a presença de estruturas de cocção, vestígios líticos, cerâmicos e arqueobotânicos, no registro das concavidades arqueológicas. Conforme os contextos evidenciados, bem como devido às características dos materiais encontrados, o pesquisador entendeu que a utilização destes espaços estaria relacionada ao preparo e ao consumo de alimentos.

Considerando as informações supracitadas e os vestígios encontrados em E01 no sítio Tobias Wagner, nos parece mais plausível a possibilidade de que este espaço tenha sido utilizado preteritamente enquanto área doméstica, num sentido amplo. Não se trata de uma

concauidade de grandes dimensões que poderia estar relacionada a usos cerimoniais, tampouco apresenta substrato fluído ou evidências de que tenha sido utilizada para fins econômicos.

Assim, o uso doméstico de E01 é inferido pela presença de vestígios líticos apropriados antropicamente de forma direta ou indireta, de fragmentos cerâmicos e de vestígios arqueobotânicos, principalmente nas camadas 02, 03 e 05b.

Ademais, devemos acrescentar, a partir da variação estratigráfica percebida principalmente na Trincheira B escavada em E01 (Figura 80), a possibilidade da existência de um degrau ou de uma “banqueta” construída no substrato rochoso que circundava toda a estrutura subterrânea.

La Salvia (1987) sugeriu, a partir de dados provenientes de pesquisas desenvolvidas no nordeste do Rio Grande do Sul, a existência de banquetas em “habitações subterrâneas e semisubterrâneas” que margeariam toda a circunferência da concauidade.

Schmitz e Becker (2006, p. 78), acerca do processo construtivo das estruturas subterrâneas, relatam que “nas casas menos profundas a parede pode ser em degrau, formando um lanço, depois uma banquetta e outro lanço”.

Considerando estas informações e os registros de campo, nos parece evidente a existência de um degrau ou banquetta em E01, o qual foi definido quando da construção da estrutura subterrânea.

Há ainda que se discutir o uso da porção central da concauidade, entre o degrau/banqueta e a porção mais profunda. Considerando informações bibliográficas, duas formas de ocupação são mais recorrentes para estes espaços: utilização como fogueira ou posicionamento de um esteio central que sustente a cobertura da concauidade⁶¹.

Beber (2004), por exemplo, aponta que:

Não temos ainda elementos suficientes para recompor com precisão a forma geral, mas o fato de contar com um esteio central, especialmente nas casas médias e grandes, sugere uma armação

⁶¹ Acerca das hipóteses de cobertura das estruturas subterrâneas, existe uma série de propostas de formas: cônica, côncava, “em quilha de barco invertida”, “chapéu chinês” (cf. SCHMITZ E BECKER, 2006; PANEK JUNIOR; NOELLI, 2006; FARIAS; SCHMITZ, 2013; SCHMITZ *et al*, 2014).

apoiada nesse poste e nas bordas da casa. Sobre a armação deveria haver uma camada de palha.

As casas menores poderiam ou não contar com um esteio central, porque a cobertura poderia estar apoiada apenas nas bordas formando uma cúpula; esta se estenderia não só sobre a depressão mas também cobriria parte do entorno; assim, o centro da casa teria mais espaço para abrigar uma fogueira, ao redor da qual se desenvolveriam as atividades. Nos casos em que teria havido um esteio central a cobertura deveria ser bastante extensa (p. 213).

Considerando que não identificamos nenhum contexto com vestígios estruturados de modo que pudessem representar uma fogueira na porção central e mais profunda de E01, eventualmente este espaço pode ter sido utilizado para a colocação de um esteio. Este e um possível telhado que desabou após o abandono, em conjunto com vestígios líticos e cerâmicos, teriam resultado nas camadas 02 e 03.

Porém, não podemos descartar a possibilidade de que a base da concavidade tenha sido objeto de limpeza ao longo da sua história de ocupação. Assim, os vestígios de uma eventual fogueira ou de outra atividade desempenhada poderiam ter sido removidos e depositados em espaço externo as concavidades.

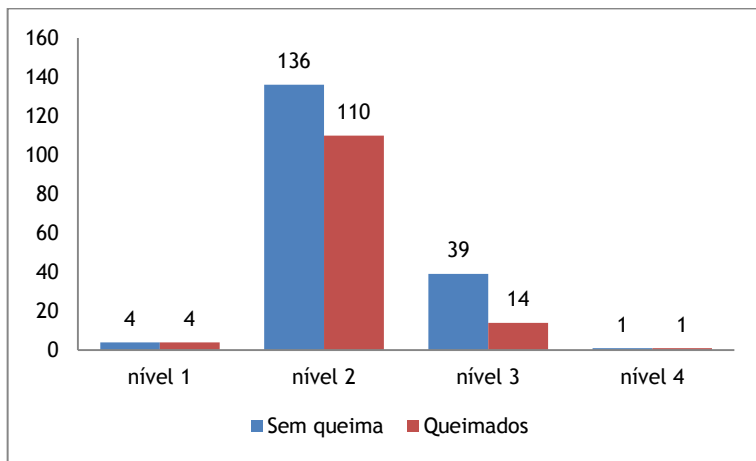
As intervenções realizadas na Área 1 possibilitaram a reunião de uma série de dados acerca da ocupação da superfície nas imediações das estruturas subterrâneas. Além disso, foi neste *locus* que identificamos uma estrutura de combustão (EC01), o contexto melhor caracterizado no decorrer destas pesquisas.

Conforme explanamos anteriormente, as evidências encontradas apontam para que a camada 05a na Área 1 remeta ao contexto de ocupação deste espaço. Nesta posição estratigráfica coletamos a maior parte do material arqueológico encontrado neste *locus* e evidenciamos EC01, a qual é composta por blocos de arenito de maior dimensão com marcas de queima, vestígios líticos lascados com evidências de alterações térmicas e uma matriz sedimentar de coloração escura que apresentava grande quantidade de carvão.

Segundo o percebido na análise do material lítico, a maior parte dos vestígios com evidências de apropriação humana remete a vestígios apenas queimados (540 peças). Dentre o total de vestígios transformados diretamente por lascamento, polimento e/ou

picoteamento, mais de 71% dos vestígios apresentam algum tipo de marca ocasionada por ação térmica, conforme pode ser observado no Gráfico 38.

Gráfico 38- Líticos transformados diretamente na Área 1.



Dentre os líticos queimados que coletamos no nível 2, o qual, grosso modo, corresponde a camada de ocupação da área, mais de 83% da amostra compõe-se de vestígios lascados de menores dimensões com cúpula e/ou fratura térmica. A partir da análise do conjunto de líticos pequenos, observamos que o material remete, sobretudo, à resíduos de lascamento - poucos fragmentos de lascas foram identificados.

Grande parte das peças com evidências de polimento e/ou picoteamento, coletadas na Área 1, está fragmentada. Além disso, mais de 50% das peças polidas e/ou picoteadas também apresentam alteração térmica.

Assim, considerando a percepção resultante da análise dos conjuntos líticos identificados neste espaço, bem como a presença de EC01 e a nossa leitura estratigráfica, acreditamos que a Área 1 outrora foi um lugar destinado ao acúmulo de resíduos e a queima de material descartado.

Deste modo, o material depositado na Área 1 poderia ser oriundo da limpeza das estruturas subterrâneas quando da ocupação delas - conforme hipótese sugerida anteriormente -, bem como fruto do acúmulo de materiais resultantes da realização de outros tipos de atividades no âmbito do sítio - tais como: preparo e manutenção de

artefatos líticos (representado pelos resíduos de lascamento), preparo e consumo de alimentos (identificado por meio de artefatos polidos, picoteados e ainda lascas fragmentadas), escavação ou manutenção das estruturas subterrâneas (percebida por meio dos líticos lascados grandes).

Tal linha interpretativa vai ao encontro de possibilidades inferidas em outras pesquisas realizadas em contextos compostos por estruturas subterrâneas. As atividades realizadas na porção externa as concavidades tem sido identificadas por meio da presença de concentrações de evidências, estruturadas ou não.

Em “janelas” de 1x1m, regularmente distribuídas, que foram escavadas nas imediações de estruturas subterrâneas do sítio RS-A-27 (composto por 13 depressões e dois montículos), localizado em Vacaria (RS), Schmitz *et al* (2002) evidenciaram uma grande concentração de material cerâmico e lítico em duas intervenções espacialmente próximas. Com a ampliação da pesquisa neste contexto, quase dois mil e quinhentos fragmentos cerâmicos e cerca de mil peças líticas foram coletados em 23m².

Segundo os pesquisadores, “não se trata de uma lixeira porque há restos de fogueiras e o material oferece uma distribuição regular e não cumulativa” (*idem*, p. 25). Amostras enviadas para a datação viabilizaram uma data contemporânea à ocupação da concavidade mais próxima (entre 830 e 870 A. P.).

Especificamente sobre esta área com grande concentração de material arqueológico, dizem que:

Só na casa 3 do sítio RS-A-27 e no espaço limitado junto a ela existe grande quantidade de cerâmica e também de lítico, indicando maior tempo e/ou intensidade de ocupação. O espaço externo dessa casa é testemunha de uma cozinha coletiva, coberta mas não rebaixada (*ibidem*, p. 100).

Acerca dos vestígios localizados em geral nas demais escavações realizadas na superfície externa às estruturas subterrâneas, Schmitz *et al* (2002, p. 100) relatam que:

Estes materiais são deposições primárias, não perturbadas após o abandono e se encontram a pequena profundidade, diretamente sobre o basalto decomposto, que formava o solo no

momento da deposição. São restos de atividades aparentemente singulares, não cumulativas, na periferia das estruturas, mas sem lugar ou orientação fixos com relação a elas.

Não se encontrou nenhum lugar de deposição de lixo removido, que poderia ser originário da limpeza das moradias. A falta de uma lixeira, onde se acumulariam restos provenientes da limpeza das casas e de outras áreas de atividades, sugere que, apesar de permanentes, as ocupações sucessivas não seriam muito duradouras.

(...)

Os outros achados cerâmicos são mais dispersos, sugerindo ampla gama de uso dos vasilhames na preparação e consumo de alimentos também no espaço externo das moradias (...).

Mais definidos são lugares de retalhamento de pedra e preparação de artefatos líticos, abundantes do lado de fora das moradias; podem contar parte ou todo o processo de produção de artefatos (...).

Versando sobre contextos pesquisados nos municípios de Vacaria e São Marcos, ambos no Rio Grande do Sul, Schmitz e Rogge (2004) argumentam que:

Os restos encontrados nas camadas acumuladas sobre o piso rebaixado das habitações não representam todas as atividades desenvolvidas pelos moradores, havendo muitos locais de trabalho do lado de fora das mesmas, debaixo da copa das árvores ou de pequenos telheiros, onde também se lascava pedra e se preparavam alimentos. Tanto dentro quanto fora das habitações trata-se de lixo primário, sem importantes remoções, o que é confirmado pela constatação de não se terem encontrado lixeiras secundárias (p. 103).

Pesquisando um contexto com 107 estruturas subterrâneas na localidade de Rincão dos Albinos, em São José do Cerrito (SC), Schmitz

et al (2013, p. 77) identificaram áreas de atividades em área externa as concavidades a partir da presença de carvão, líticos e/ou cerâmica. Contudo, pouco material foi encontrado. Assim, argumentam que “a distribuição do material no espaço indica que não só as depressões eram ocupadas, mas que havia atividades semelhantes no entorno imediato das mesmas. A densidade desse material é proporcional ao número de estruturas rebaixadas próximas” (p. 91-92).

Em pesquisa realizada no sítio SC-AG-107, localizado em Anita Garibaldi (SC), composto por nove estruturas subterrâneas, Müller (2007) relata que foram encontrados vestígios líticos e cerâmicos localizados a 20m das concavidades, materiais estes que foram entendidos como indicadores da realização de atividades na porção externa das depressões arqueológicas.

Farias e Schmitz (2013, p. 117) relatam que “não todas as atividades se realizavam dentro da estrutura construída; no entorno próximo, ou mais distante, são encontradas áreas de atividades variadas do cotidiano, à sombra das árvores ou de pequenos telheiros”. Para Beber (2004, p. 226), “é importante salientar que as atividades de consumo e processamento de alimentos não estão restritas ao interior das casas”.

Devemos ressaltar, ainda, que amostras coletadas em EC01 no âmbito da Área 1, além de possibilitar a obtenção de informações cronológicas sobre a ocupação do sítio por volta de 1645 A. D., viabilizaram dados acerca do uso de plantas por grupos que ocuparam este ambiente preteritamente.

Duas amostras de carvão, identificadas como pertencentes ao gênero *Magnolia*, foram coletadas em níveis estratigráficos diferentes de EC01. Tal informação, de antemão, evidencia a seleção e o uso desta planta.

Apesar da impossibilidade em se identificar a espécie a partir das análises realizadas no Laboratório de Anatomia e Qualidade da Madeira da UFPR, tendo em vista, conforme explanado no item 4.7.3.1, que há apenas uma espécie nativa da região e que a data obtida para EC01 remonta um período anterior à presença europeia na área, é provável que se trate de vestígios de baguaçu (*Magnolia ovata*).

Heineberg (2014, p. 99) aponta que “o baguaçu, *Záglê ve*, ou “parecido com a cabeça do pinheiro araucária”, pode ser interpretado como parecido com a pinha, pois o baguaçu tem frutos grandes que lembram a pinha”. Contudo, conforme informações apresentadas previamente, os usos etnográficos conhecidos desta planta estão relacionados, sobretudo, ao aproveitamento enquanto madeira.

Considerando estas informações, acreditamos que a presença de vestígios carbonizados desta madeira em EC01 pode estar relacionada: 1. A utilização da *Magnolia* exclusivamente como combustível para fogueira; 2. A queima de restos de artefatos de madeira produzidos com esta planta em conjunto com demais resíduos provenientes de outras atividades desenvolvidas no âmbito do sítio – assim como hipótese geral para a Área 1.

Acerca das amostras identificadas como *Araucária angustifolia*, devemos ressaltar que ambas foram coletadas na Área 1. Nenhuma é proveniente diretamente de EC01, nem de outro contexto estruturado, porém as duas foram localizadas na Camada 05b, esta que acreditamos remeter a ocupação indígena deste espaço.

Para além dos aspectos relacionados à evolução paleoambiental e ao manejo da Mata de Araucária por grupos Jê, conforme exposto no capítulo 2, o uso da araucária está relacionado a questões econômicas, sociais, políticas e simbólicas para estes grupos⁶².

Tendo em vista que as amostras se encontravam carbonizadas, sugerimos três possibilidades para a presença do pinheiro-do-paraná na Área 1: a primeira está relacionada a aplicação da planta para alguma atividade que envolvesse o uso direto da madeira na produção de artefatos - tal como os vestígios identificados no sítio SC-VI-13 por Rohr (1967) -, sendo que o objeto posteriormente foi descartado e queimado naquele local; a segunda remete a utilização da madeira para queima no âmbito da fogueira, sendo que os vestígios teriam sido dispersos após o abandono ou por algum outro motivo; a terceira condiz com a vegetação nativa local, assim os vestígios seriam indicadores da composição da flora à época da ocupação indígena local.

Por fim, tomando como referência a estratigrafia observada em E01, acreditamos que se faz necessário aprofundar as intervenções em E02 e E03 a fim de alcançar a camada arqueológica. A baixa quantidade de material arqueológico reunido, bem como a pouca profundidade das escavações realizadas, limitam as possibilidades interpretativas para estes contextos.

Ainda assim, devido à associação espacial das concavidades – trata-se de estruturas subterrâneas geminadas -, devemos ressaltar a possibilidade de encontrar vestígios que indiquem usos diferenciados para este tipo de contexto, tal como evidenciado por Corteletti (2012) no sítio Bonin, por exemplo.

⁶² Conforme exposto nos itens 2.2.e 4.7.3.1.

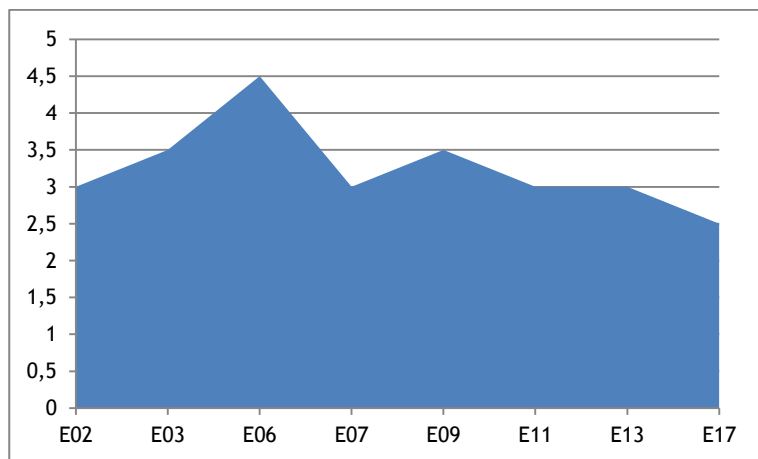
Em geral, os dados coletados a partir das intervenções realizadas no sítio até então, balizados por informações obtidas por meio de contextos semelhante pesquisados em outras áreas, permitem vislumbrar possibilidades acerca de usos diferenciados do espaço num âmbito local.

4.8.2. Contexto Tobias Wagner

Conforme expusemos no item 4.2., as estruturas subterrâneas que compõe o sítio Tobias Wagner somam dezoito unidades, dentre as quais oito são circulares e dez são elipsoidais.

No que diz respeito às concavidades circulares, o diâmetro delas apresenta uma variação entre 2,5 e 4,5m. Contudo, conforme pode ser observado no gráfico 39, há um predomínio de estruturas subterrâneas circulares com diâmetro entre 3 e 3,5m, uma variação tênue.

Gráfico 39 - Diâmetro das Estruturas Subterrâneas Circulares do sítio Tobias Wagner



Enquanto exercício comparativo, podemos fazer uma discussão com dados compilados em duas sínteses sobre contextos de estruturas subterrâneas. Se tomarmos por base a classificação apresentada por Reis ([1979] 2007, p. 120)⁶³, percebemos que todas estas unidades

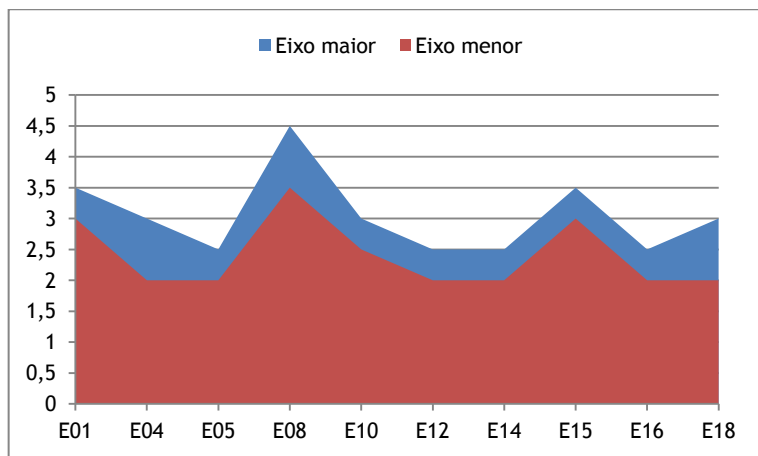
⁶³ A pesquisadora classifica as estruturas subterrâneas circulares, conforme o tamanho do diâmetro, nas seguintes categorias: pequenas (2 a 5m); médias (6 a 8m); grandes (9 a 20m).

enquadram-se na categoria de pequenas. De modo semelhante, as estruturas subterrâneas circulares do sítio Tobias Wagner estão inseridas no conjunto das pequenas adotado por Beber (2004, p. 203)⁶⁴.

Há que se acrescentar que, em ambos os estudos referenciados anteriormente, a categoria de concavidades arqueológicas pequenas predomina frente às outras, somando mais de 60% da amostra analisada pelos pesquisadores.

Acerca das estruturas subterrâneas elipsoidais, no geral, o eixo maior apresenta uma variação entre 2,5 e 4,5m, enquanto que o eixo menor varia entre 2 e 3,5m. Em setes concavidades, a diferença entre os eixos é da ordem de 0,5m. Apenas três casos (E04, E08 e E18) apresentam uma diferença de 1m entre os eixos – ver Gráfico 40.

Gráfico 40 - Tamanho dos eixos das estruturas subterrâneas elipsoidais.



Mais uma vez tomando as sínteses como parâmetros comparativos, tomando o eixo maior como referência para classificar as concavidades elipsoidais nas categorias propostas por Reis ([1979] 2007) – critério também adotado pela pesquisadora no seu estudo -, novamente percebemos que todas as estruturas subterrâneas podem ser classificadas como pequenas.

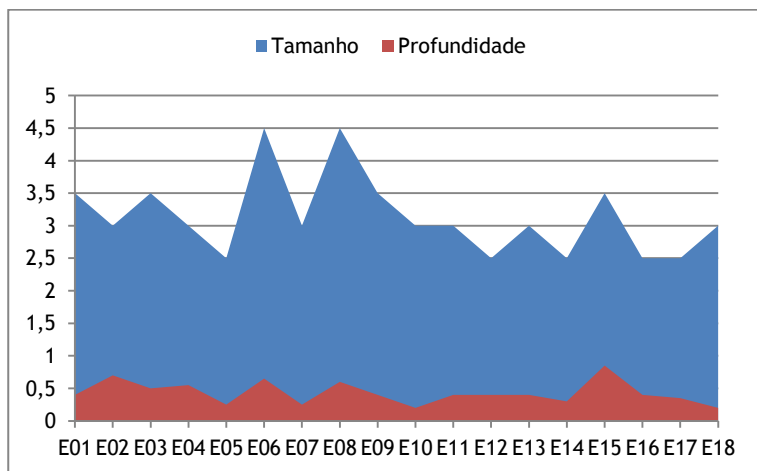
⁶⁴ O pesquisador classifica as estruturas subterrâneas circulares, conforme o tamanho do diâmetro, nas seguintes categorias: pequenas (até 5m); médias (5 a 10m); grandes (acima de 10m).

Assim, percebemos que tanto as estruturas subterrâneas circulares quanto as elipsoidais do sítio Tobias Wagner possuem pequenas dimensões. Nos estudos de Reis ([1979] 2007) e Beber (2004), ambos os pesquisadores perceberam o predomínio de sítios compostos exclusivamente por concavidades arqueológicas pequenas no âmbito da amostra que analisaram.

Tomando todas as estruturas subterrâneas como pequenas, produzimos uma comparação em relação à profundidade aparente das depressões. Percebemos uma variação entre 0,2 e 0,85m, sendo que a média é 0,43m. Conforme aponta Reis ([1979] 2007, p. 122) e Beber (2004, p. 206), em quase 70% dos casos que analisaram a profundidade aparente alcançava no máximo 1m.

Correlacionando dados de diâmetro com profundidade aparente para as concavidades do sítio Tobias Wagner, percebemos que há uma proporção, conforme já observado no geral por Reis ([1979] 2007, p. 124): “é possível afirmar que, de um modo geral, quanto maior o diâmetro destas estruturas, maior sua profundidade”. Os dados comparativos encontram-se no Gráfico 41.

Gráfico 41 - Comparação entre tamanho e profundidade aparente das estruturas subterrâneas.



Contudo, conforme informações apresentadas acerca da escavação de E01, a base da concavidade foi alcançada a,

aproximadamente, 1,30m abaixo da superfície, enquanto que a profundidade aparente antes das intervenções era de 0,4m.

No geral, as estruturas subterrâneas encontram-se dispostas de tal modo que se distanciam uma das outras entre 2 e 5m. Contudo, há casos em que esta distância é menor e isso pode ter relação a usos diferenciados das concavidades entre si ou no âmbito do sítio, especialmente para o caso de estruturas subterrâneas geminadas. Neste sentido, assim como percebido para a proximidade espacial entre E02 e E03, é possível constatar distância menor ou por volta de 1m entre E09 e E18; E10 e 11; E11 e E12; E12 e E13. Vale destacar que E09, E11 e E13 são circulares, enquanto que E10, E12 e E18 são elipsóides.

Quanto a E10, E11, E12 e E13, estas formações compõem um conjunto de concavidades localizadas em pequeno espaço no nordeste do sítio. Tomando as possibilidades funcionais elencadas por Reis ([1979] 2007, p. 195) a partir de informações obtidas em contextos norte americano e argentino, eventualmente esta associação poderia indicar residências compartimentadas destinadas ao abrigo de famílias comunais.

Ademais, conforme informação apresentada no capítulo 2, em pesquisa no sítio Bonin, localizado em Urubici (SC), Corteletti (2012, p. 70) comprovou a contemporaneidade da ocupação de duas estruturas subterrâneas geminadas. Neste contexto, as concavidades arqueológicas apresentaram estruturas de cocção, vestígios cerâmicos, líticos e arqueobotânicos; assim, foram compreendidas enquanto espaços destinados ao processamento de alimentos.

Por outro lado, na porção oeste do sítio, percebemos que existem duas concavidades – E06 e E07 - que se distanciam pouco mais de 3m entre si, porém ambas estão afastadas das demais que compõem o sítio em mais de 7m. E06, inclusive, é uma das estruturas subterrâneas de maiores dimensões para o contexto. Hipoteticamente, sugerimos que tal localização também possa estar relacionada a um uso diferenciado desta porção do espaço.

Tomando a disposição espacial atual de todas as depressões arqueológicas que compõem o sítio, é possível perceber que há uma distribuição aparente em um padrão circular ou elíptico no entorno do patamar da vertente em que se localizam as evidências.

Tal tipo de organização espacial é constatada, sobretudo, em aldeias Bororo e de outros povos indígenas falantes de língua Jê. Neste sentido, Souza (2002, p. 192), por exemplo, mostra que os Suyá, povo falante de língua Jê, autoidentificam-se como *me kinseji* – “o povo dos grandes sítios circulares”. Apoiada em informações apresentadas por

Nimuendaju, a pesquisadora relata acerca dos Timbira, povo também falante de língua Jê, que:

Os humanos, para os Timbira, distinguem-se entre outras coisas por habitar aldeias (khr'i) que devem ter (para serem reconhecidas como humanas) uma forma determinada: um anel de casas (ikre) ligadas entre si pela frente por um caminho circular (krikape) em torno de uma praça central (ka) à qual as casas se conectam por caminhos radiais (viripikara) (...). (SOUZA, 2002, p. 203).

No Brasil Central, há uma série de contextos arqueológicos e etnográficos que apresentam aldeias de padrão circular. Wust e Barreto (1999) expõe uma série de dados que demonstram o surgimento de tal organização espacial, desde ao menos, 800 A. D, e, além disso, evidenciam que não há uma correlação específica entre grupos indígenas e contextos arqueológicos.

Os sítios que contém aldeias organizadas em tal padrão têm sido identificados, através de tipos cerâmicos, como tradição Uru ou Aratu. A partir de uma revisão comparada entre os dados de contextos arqueológicos e da literatura etnográfica, Wust e Barreto (1999) elencam possibilidades para interpretação do registro arqueológico correlacionando o padrão circular com aspectos econômicos, políticos, demográficos, sociais e simbólicos.

No que remete especificamente a discussão acerca da circularidade das aldeias e da organização social dos grupos que as ocuparam, as pesquisadoras sugerem, mais uma vez embasadas em dados etnográficos, que a aparente equidistância das casas no âmbito do círculo não pode ser entendida enquanto indicador de igualdade social. Pelo contrário, a partir de uma análise mais apurada, evidenciam que há espaços privilegiados no círculo, os quais podem estar relacionados, por exemplo, concepções sobrenaturais acerca da vida e da morte, bem como a papeis em festividades (WUST; BARRETO, 1999, p. 15). Neste sentido, acreditam que, por meio de pesquisas arqueológicas, seria possível vislumbrar estas diferenças em uma escala intrasítio a partir da variedade e da variabilidade da cultura material.

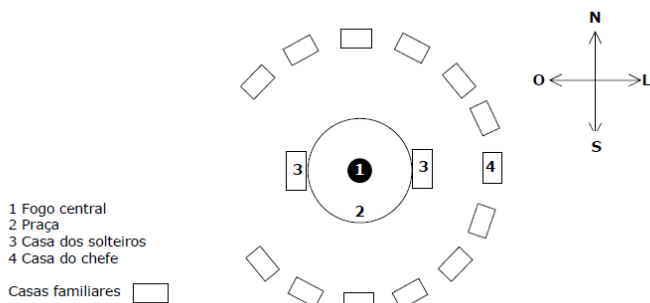
Para o Alto Xingu, Heckenberger (2001) elenca o sedentarismo como uma das estruturas prototípicas que caracterizam a história da cultura xinguana que se desenvolve em um período cronológico milenar.

Neste sentido, a organização espacial da aldeia assume um alto grau de importância na reprodução da sua história.

O sedentarismo xingano não é simplesmente consequência do assentamento em um meio ambiente rico: a mudança de um padrão *in situ* menos sedentário para um mais sedentário não resultou apenas de um ajustamento a condições ecológicas particulares propícias (...), ao contrário, faz parte do modo através do qual os xinganos, ao longo da sequência cultural vêem o ‘padrão’ de assentamento apropriado: um modelo concêntrico muito claro e preexistente, segundo o qual se organizam as relações espaciais dentro das aldeias, cujo ângulo é a praça central. A beleza de uma aldeia se deve a uma praça bem delineada e limpa, com uma zona de casas em forma anular a sua volta (HECKENBERGER, 2001, p. 32).

Especificamente para o caso dos Kaingáng e Xokleng/Laklãnõ – povos Jê meridionais – são esparsos os dados acerca da adoção de uma organização de casas em aldeias circulares (SOUZA, 2002, p. 305-306). Há dados coletados por Montagner Melatti entre os Kaingang paulistas que indicavam o uso de aldeias circulares, bem como informações obtidas junto aos Xokleng por Greg Urban que o fizeram sugerir uma planificação circular das aldeias deste povo (*idem*). – cf. Figura 125.

Figura 125 - Disposição espacial de aldeia tradicional Xokleng segundo Urban (1978)



Fonte: SOUZA (2002, p. 307).

Contudo, a partir da literatura arqueológica consultada acerca de sítios de estruturas subterrâneas, não existem registros de contextos em que tal tipo de disposição de concavidades tenha sido percebido.

Considerando as informações acerca da cronologia da ocupação das estruturas subterrâneas de um mesmo sítio arqueológico, conforme discutido no item 2.2. do capítulo 2, devemos ter em mente que dificilmente todas as concavidades do contexto Tobias Wagner foram ocupadas sincronicamente. Além disso, o aparente padrão circular ou elíptico que observamos remete a uma impressão atual.

Assim, ainda que como possibilidade interpretativa, inferimos, a partir das informações de pesquisas em outros contextos que demonstram a inexistência de contemporaneidade da ocupação entre todas as concavidades arqueológicas de um mesmo sítio, bem como os dados etnográficos acima expostos, que há um planejamento na construção do espaço e uma padronização nas formas e tamanhos das estruturas subterrâneas no sítio Tobias Wagner.

Ressaltamos que não significa dizer que há sincronia na ocupação de todas as concavidades, mas que diacronicamente mantém-se a forma de ocupação do espaço. Tal característica pode estar relacionada a um significado próprio atribuído pelos grupos que ocuparam este local ao longo do tempo, o qual pode estar relacionado a questões funcionais e/ou simbólicas.

Para além da ocupação das estruturas subterrâneas, as quais possivelmente foram utilizadas para atividades domésticas em geral, há que considerar o espaço externo a elas e entre elas.

A partir dos dados reunidos com a escavação da Área 1, bem como considerando as feições e ocorrências de vestígios líticos identificadas no sítio, acreditamos que a superfície externa provavelmente deveria ser um espaço destinado a realização de uma série de atividades, tais como o preparo e/ou consumo de alimentos, a manutenção de artefatos, entre outras.

Neste sentido, os vestígios líticos que identificamos estruturados em feições ou enquanto ocorrência na superfície do sítio podem ser classificados como componentes de um *site furniture* – “*items which went with the place*” -, conforme categoria apresentada por Binford (1979, p. 263-264) a partir de seu estudo etnoarqueológico entre os Nunamiut. Em síntese, tal conceito remete aos materiais disponíveis localmente que estariam disponíveis para o uso por qualquer ocupante daquele espaço em diferentes momentos de ocupação.

Tendo em vista a composição destes contextos – em geral, apresentam blocos areníticos queimados de grandes dimensões – e as

evidências da apropriação antrópica das peças devido ao seu arranjo estruturado e/ou por causa das marcas de alteração térmica, nos parece possível que estes vestígios tenham sido utilizados por diferentes grupos que tenham ocupado este espaço ao longo da história devido a sua disponibilidade.

Além disso, a área central do sítio, a porção plana do patamar da vertente, eventualmente pode ser entendida como uma “praça”, não no mesmo sentido atribuído às ocupações das culturas xinguanas (HECKENBERGER, 2001) ou aos povos do Brasil Central (WÜST; BARRETO, 1999), mas como uma área de socialização cotidiana dos grupos que ocuparam este espaço.

Portanto, enquanto hipótese para a ocupação deste contexto, acreditamos, a partir da discussão acima apresentada, que o sítio consiste num espaço ocupado e reocupado ao longo do tempo, no qual diferentes atividades eram levadas a cabo, tanto nas estruturas subterrâneas quanto na área externa a elas. Neste sentido, com base nas informações reunidas por meio da pesquisa em campo, da análise dos dados e do conhecimento acerca deste tipo de contexto já publicado, sugerimos que há uma história de longa duração na ocupação indígena do sítio Tobias Wagner – possibilidade que carece de novas informações cronológicas.

4.8.3. Tobias Wagner no contexto da UH do Riozinho

Ampliando um pouco a escala de interpretação acerca da ocupação do espaço desenvolvida pelos grupos que ocuparam o sítio Tobias Wagner, torna-se possível vislumbrar possibilidades no que remete a dinâmicas territoriais. Tal exercício é viabilizado a partir da articulação entre dados obtidos por meio da escavação e da análise de materiais, bem como tendo como referência outros contextos registrados no âmbito microrregional.

Conforme análise dos vestígios líticos apresentada no item 4.7.1., identificamos o uso de diferentes tipos de matérias-primas, as quais podem ser agrupadas, genericamente, conforme os tipos: sedimentar, ígnea e metamórfica. Registramos, também, vestígios produzidos a partir de minerais.

A maior parte da amostra, 86%, é composta por rochas sedimentares – sobretudo arenitos e siltitos –, as quais se encontram disponíveis localmente em afloramentos e paredões, pois remetem a formação geológica regional.

Por outro lado, as rochas ígneas – representadas na sua maioria por riolito, mas também por diabásio, aplito e granito –, podem ser tomados como indicadores de mobilidade em uma escala local no âmbito do Vale do Riozinho.

No decorrer da pesquisa não foi possível realizar um levantamento de fontes de matérias-primas, contudo, tomando os dados constantes em bibliografia (BENEDET; GUCHERT, 2008; CPRM), sabemos que as rochas que compõe o embasamento cristalino se encontram expostas no fundo dos vales dos grandes rios e as margens da BR-282 na porção leste do município, bem como há disponibilidade de rochas básicas na Formação Serra Geral.

Deste modo, enquanto exercício interpretativo até que um levantamento sistemático de fontes de matérias-primas seja realizado, podemos vislumbrar a possibilidade de que os granitoides teriam sido obtidos no vale dos maiores cursos d'água (como o Riozinho) ou em afloramentos nos divisores das microbacias do Riozinho, São João e Águas Frias. Tal possibilidade vai ao encontro dos tipos de córtex observados para este tipo de rocha presente na coleção: lisos (seixos), rugosos (blocos/afloramentos) e nódulos (blocos rolados).

Por outro lado, o diabásio poderia ser obtido junto aos afloramentos localizados na porção sul do município, onde se faz presente a Formação Serra Geral, ou a partir de *sill* intrusivos em formações mais antigas. Contudo, há que se considerar que nos tipos de córtex que identificamos, além de rugosos (blocos/afloramentos), também percebemos a presença de um liso (seixo), o qual indica outra proveniência relacionada a cursos d'água.

Acerca dos minerais identificados, os tipos de córtex revelam proveniência relacionada a afloramentos e a curso d'água. Os vestígios de quartzo apresentam, exclusivamente, córtex liso com arestas que indicam sua obtenção a partir de cristais. Os vestígios em sílex apresentam córtex rugoso. Os vestígios em calcedônia assinalam duas proveniências distintas segundo o tipo de córtex: liso (seixo) e rugoso.

Conforme pode ser observado com a análise da coleção lítica reunida nas escavações do sítio, há uma preferência da utilização de rochas ígneas e de minerais para lascamento, as quais, possivelmente, remetem a fontes que não existem em abundância.

Considerando que a maior parte da coleção do conjunto de líticos lascados pequenos é composta por resíduos de lascamento, acreditamos que algum outro espaço no sítio e/ou fora dele deveria ter sido utilizado para este fim.

No que diz respeito aos conjuntos cerâmicos identificados na análise, ainda que a diversidade esteja relacionada, sobretudo, aos tipos de elementos utilizados enquanto antiplástico, a constatação da existência de duas argilas diferentes denota a utilização de, pelo menos, duas fontes distintas de matéria-prima. Infelizmente, devido à pequena quantidade de fragmentos reunidos e o alto grau de fragmentação, não nos foi possível associar os conjuntos cerâmicos que definimos a determinados usos ou formas de potes. Ainda assim, há que se ressaltar que é o primeiro registro deste tipo de cerâmica para o contexto arqueológico regional.

Deste modo, o resultado da análise permitiu fornecer um esboço do quadro da variabilidade tecnológica da produção cerâmica no âmbito do contexto do sítio Tobias Wagner, bem como acerca da ocupação Jê meridional na UH do Riozinho. A partir da reunião de uma coleção maior neste sítio e ou em outros contextos, será possível compreender melhor esta tecnologia cerâmica.

Ademais, tendo em vista que as atividades relacionadas à produção de artefatos líticos e cerâmicos geram visibilidade arqueológica, torna-se possível pensarmos na articulação entre sítios arqueológicos em termos de sistema de assentamento para usos diferenciados.

Neste sentido, conforme argumenta Binford (1991, p. 137), “(...) um determinado sítio apenas nos pode oferecer uma imagem limitada e distorcida, que dependerá do lugar por si ocupado no sistema regional de comportamento, do que foi outrora uma gama muito diversificada de atividades”. Ou seja, há que se pensar a ocupação territorial em uma escala mais ampla, de modo que articule diferentes espaços em uma mesma dinâmica territorial, conforme proposto por Zedeño (1997) - discutido no Capítulo 1.

Assim, a partir do sítio Tobias Wagner, podemos inferir que atividades relacionadas à subsistência poderiam estar sendo realizadas tanto no Vale do Riozinho, quanto acima da escarpa. Tendo em vista que se trata de ecótonos diferentes, os recursos ambientais poderiam prover uma diversidade de gêneros alimentícios (fauna e flora) em períodos distintos do ano que sustentariam uma ocupação territorial permanente.

Por exemplo, tomando como parâmetro a etnografia realizada por Tommasino (2004) entre os Kaingáng do Tibagi (PR), podemos vislumbrar uma ocupação territorial que inclua o Vale do Riozinho, caracterizado pela Floresta Ombrófila Densa – Mata Atlântica - como área para caça, pesca e coleta; bem como os patamares do planalto, onde

predomina a Floresta Ombrófila Mista – Mata de Araucárias -, enquanto possíveis locais de cultivo, caça e pesca.

Para embasar tal hipótese, teríamos que perceber vestígios destas atividades. Na parte baixa do Vale do Riozinho não há registro de sítios arqueológicos. Contudo, tal constatação não significa, de antemão, que este espaço outrora não foi ocupado. Isto pelo fato de que nenhum levantamento sistemático foi realizado nestas áreas. Inclusive o extenso catálogo de sítios apresentado por Wagner (2002), que poderia contribuir neste sentido, não pode ser tomado neste sentido, pois a amostragem foi enviesada pela ocupação atual.

Por outro lado, nos patamares, há uma série de registros de sítios líticos a céu aberto – “manchas pretas” de Wagner (2002). Conforme discussão apresentada no item 3.2.2.3, as evidências que compõe o registro arqueológico destes contextos podem estar relacionadas a ocupações de grupos caçadores-coletores, bem como de grupos agricultores.

Há apenas uma pesquisa sistemática deste tipo de contexto em Alfredo Wagner. Trata-se da escavação realizada por Rohr (1967) no sítio SC-VI-13. Tomando apenas a datação obtida – 3000 B.P – como referência, claramente que tal contexto estaria relacionado à ocupação caçadora-coletores. Contudo, não existem informações detalhadas acerca da proveniência da amostra datada, associação com estruturas e/ou artefatos, entre outras. De modo semelhante, somente uma caracterização calcada em critérios formais foi apresentada acerca dos vestígios líticos.

Eventualmente, uma análise tecnológica da coleção oriunda das diferentes ocupações de SC-VI-13 possa ser utilizada como parâmetro para uma diferenciação entre os contextos que apresentam apenas vestígios líticos que estejam relacionados a grupos caçadores-coletores e a grupos Jê meridionais. Neste sentido, as coleções de artefatos líticos que possuem informações sobre proveniência e que se encontram depositadas no Museu de Arqueologia Lomba Alta também podem oferecer bons resultados.

Assim, segundo propõe Stark (1998, p. 11), um viés interessante para a identificação de fronteiras sociais no registro arqueológico, que viabilizariam a associação de conjuntos artefatuais à grupos caçadores-coletores ou Jê meridionais, consiste no uso do conceito de estilo tecnológico.

Conforme Dias e Silva (2001, p. 96), estilo tecnológico pode ser entendido como “o modo como as pessoas realizam o seu trabalho, incluindo as escolhas feitas por eles no que se refere aos materiais e as

técnicas de produção”, sendo que, “permite compreender o estilo não apenas como um padrão material que se manifesta na morfologia e decoração dos artefatos, mas, também, como algo que é inerente e subjacente aos processos de produção a partir dos quais estes aspectos visuais são uma resultante”.

Deste modo, até o presente não existem dados que sustentem uma associação entre sítios compostos por estruturas subterrâneas e sítios líticos a céu aberto para o contexto alfredense enquanto partes de uma mesma ocupação territorial desenvolvida por grupos Jê meridionais. Porém, tal possibilidade não pode ser descartada, pois o registro arqueológico dos sítios líticos é pouco conhecido.

Além disso, a partir do registro de vestígios cerâmicos no sítio Tobias Wagner, não podemos descartar a possibilidade de que alguns dos contextos de “manchas pretas” identificados por Wagner (2002) tratem-se de sítios litocerâmicos. Inclusive, o pesquisador encontrou locais em que há associação espacial entre estruturas subterrâneas e “manchas pretas” que vislumbrariam tal possibilidade.

Os abrigos sob rocha consistem em outro tipo de sítio que pode estar associado a ocupação de grupos Jê meridionais e que tem sido registrado no âmbito da UH do Riozinho. Contudo, conforme expomos no item 3.2.2.2., as cavidades rochosas também podem apresentar evidências que as correlacionam à ocupação caçadora-coletora.

Somente informações esparsas são conhecidas acerca de materiais coletados em um abrigo sob rochas localizado em Alfredo Wagner. Trata-se dos dados oriundos das análises efetuadas por De Masi (2001) de amostras uma coleção de remanescentes ósseos humanos, possivelmente, proveniente do sítio Alto Jararaca II (SC-VI-33). Uma data obtida para estes vestígios – 1610 A. P. - situa a ocupação do sítio em um intervalo cronológico que pode estar relacionado tanto a caçadores-coletores quanto a grupos Jê meridionais. Contudo, a dieta percebida por meio da análise de isótopos de carbono e de nitrogênio, indicam uma alimentação baseada em recursos terrestres e sem adoção de alimentos cultivados, informação que aproxima o sítio a ocupação caçadora-coletora.

Ainda assim, devido à ausência de informações primárias acerca do contexto onde foram encontrados os vestígios, nenhuma associação direta com grupos culturais pode ser estabelecida com segurança. Enquanto possibilidade para estudos futuros, a análise bioarqueológica da coleção deste sítio, realizada pela Me. Luciane Zanenga Scherer, apresentada de forma inédita nesta pesquisa, pode indicar possibilidades

de associação a grupos culturais específicos por meio da presença de marcadores músculo-esqueléticos e epigenéticos.

Considerando o contexto da UH do Riozinho, conforme consta no item 4.3., apenas três registros de abrigos sob rocha são conhecidos (Wagner, 2002), sendo que somente para dois deles existem informações orais acerca da presença de vestígios arqueológicos: Gruta da Lomba Alta (SC-VI-15/Poço Certo) e abrigo sob rochas do Riozinho. O primeiro situa-se a cerca de 800m no sentido norte do sítio Tobias Wagner enquanto que o segundo localiza-se a quase 4km no sentido noroeste e na margem oposta do vale.

Conforme informações constantes em bibliografia (BEBER, 2004; CORTELETTI, 2012), os funerais praticados por grupos Jê meridionais poderiam envolver atividades de engenharia de terra, incluindo a construção de pequenos montículos até centros cerimoniais monumentais (SOUZA, 2012), ou a deposição primária nos abrigos rochosos.

Corteletti (2012, p. 182), a partir da compilação de dados em bibliografia, evidencia que a utilização de contextos de abrigos para sepultamento por grupos Jê teria ocorrido anteriormente à deposição em montículos, sendo que uma mudança parece ter acontecido por volta de 1000 A. P. Ademais, propõe que:

(...) junto com o aumento da densidade da mata de araucária, com o surgimento (ou consolidação) da agricultura, e com a ampliação da arquitetura monumental, os mortos deixam de ser depositado sobre o solo em grutas e passam a ser inumados ou cremados em montículos e/ou em estruturas anelares (*idem*, p. 197).

Por outro lado, conforme ressalta o pesquisador, há uma proposta diferente que vislumbra a possibilidade de que a diferenciação dos sepultamentos em abrigos e em montículos estaria relacionada a questões de hierarquia social (BEBER, 2004; SALDANHA, 2008). Tal hipótese é contestada por Corteletti (2012, p. 201) sob o argumento de que tal possibilidade remeteria, na realidade, à uma visão ocidental dicotômica que foi utilizada como arcabouço para interpretação dos contextos.

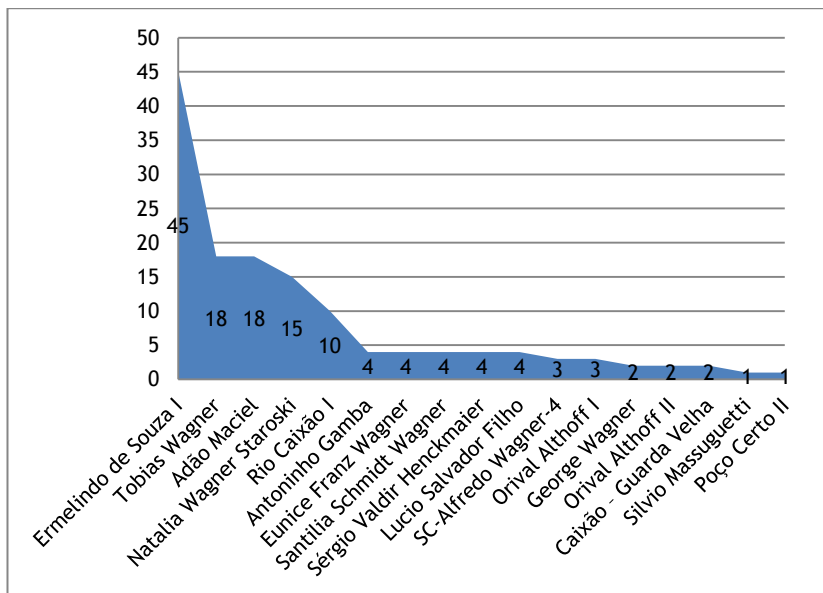
Para a área que ora discutimos, tendo em vista a ausência de registro de sítios cerimoniais ou compostos por montículos nas proximidades do Tobias Wagner, sugerimos como possibilidade que o

contexto Gruta da Lomba Alta (SC-VI-15/Poço Certo) tenha sido utilizado como espaço funerário relacionado à ocupação de Jê meridional na UH do Riozinho.

Segundo o exposto no item 4.3, além do Tobias Wagner, existem registros de outros 16 sítios compostos por estruturas subterrâneas ao longo do UH do Riozinho. Todos eles localizam-se área de patamar do planalto, nenhum na parte baixa do vale.

Do total de sítio, 12 deles são compostos por quatro concavidades arqueológicas ou menos, quatro possuem entre 10 e 18 depressões arqueológicas e um é composto por 45 estruturas subterrâneas – cf. Gráfico 42.

Gráfico 42 - Quantidade de estruturas subterrâneas por sítio na UH do Riozinho.



Devido à ausência de dados acerca das dimensões das concavidades arqueológicas que compõe cada um destes sítios, torna-se inviável construir um exercício interpretativo neste sentido – pensando nas possíveis funções e sua relação com tamanho das estruturas subterrâneas, cf. Reis ([1979] 2007).

Contudo, mediante a quantidade de estruturas subterrâneas registradas no âmbito da UH do Riozinho, de antemão, fica evidente uma ocupação sistemática deste território por grupos Jê meridionais.

Ainda que não tenhamos informações cronológicas para todos os sítios, as informações existentes em bibliografia que dão conta da ocupação simultânea de duas a cinco estruturas subterrâneas em áreas próximas (BEBER, 2004; SCHMITZ; ROGGE, 2013), bem como acerca reocupação de uma mesma concavidade arqueológica por duas, três ou até cinco episódios temporalmente distintos (SCHMITZ, 2014), nos permitem inferir que há uma longa duração na ocupação Jê meridional na UH do Riozinho.

Deste modo, ainda que careçamos de informações tecnológicas e cronológicas acerca da composição do registro arqueológico de sítios líticos a céu aberto e de abrigos sob rochas, enquanto hipótese interpretativa, a partir dos dados reunidos no contexto Tobias Wagner, sugerimos que a ocupação territorial desenvolvida por grupos Jê meridionais que ocuparam as estruturas subterrâneas envolveria, também, o desenvolvimento de atividades específicas nestes outros contextos.

Assim, retomando a proposta teórica de Zedeño (1997), bem como as informações sobre dinâmicas territoriais Kaingáng e Xokleng – apresentadas no item 2.4. -, vislumbramos a existência de lugares e espaços de usos diferenciados no âmbito da UH do Riozinho por grupos Jê meridionais.

Considerando os dados reunidos até então, nos parece que o espaço relacionado a atividades domésticas, representado pelas estruturas subterrâneas, compreende o patamar do planalto, área alta do vale.

Os abrigos rochosos, por sua vez, seriam lugares relacionados a atividades funerárias, compondo assim, um espaço cerimonial ao longo da escarpa do vale.

A parte baixa do vale do Riozinho e áreas de afloramento no patamar do planalto poderiam ser compreendidas enquanto um espaço composto por lugares de obtenção de matéria prima para produção de artefatos líticos e/ou cerâmicos.

As áreas florestadas no fundo do vale e acima da escarpa possivelmente seriam lugares destinados à caça e a coleta. Eventuais áreas de cultivo estariam situadas no planalto, próximas às moradias.

Ressaltamos que se trata de uma hipótese e que, evidentemente, ela deve ser testada arqueologicamente a partir de pesquisas sistemáticas, incluindo prospecções, escavações e análises de coleções.

Assim, somente através da compilação de um maior número de dados e de informações cronológicas e tecnológicas será possível compreender a ocupação Jê meridional na UH do Riozinho. Contudo, acreditamos que a pesquisa no contexto Tobias Wagner possibilitou apontar algumas possibilidades neste sentido.

5. O CONTEXTO JÊ MERIDIONAL EM ALFREDO WAGNER E PERSPECTIVAS PARA UMA HISTÓRIA INDÍGENA NA LONGA DURAÇÃO

Enquanto considerações finais, neste capítulo apresentamos contribuições para a compressão do processo de ocupação Jê meridional no atual território de Alfredo Wagner a partir de dados reunidos em prospecções de campo, da pesquisa do sítio Tobias Wagner e calcados em informações bibliográficas. Ademais, inserimos estas informações no âmbito do processo da expansão Jê meridional levando em conta, também, as relações destes com outros grupos culturais.

5.1. VARIABILIDADE DOS SÍTIOS DE ESTRUTURAS SUBTERRÂNEAS EM ALFREDO WAGNER

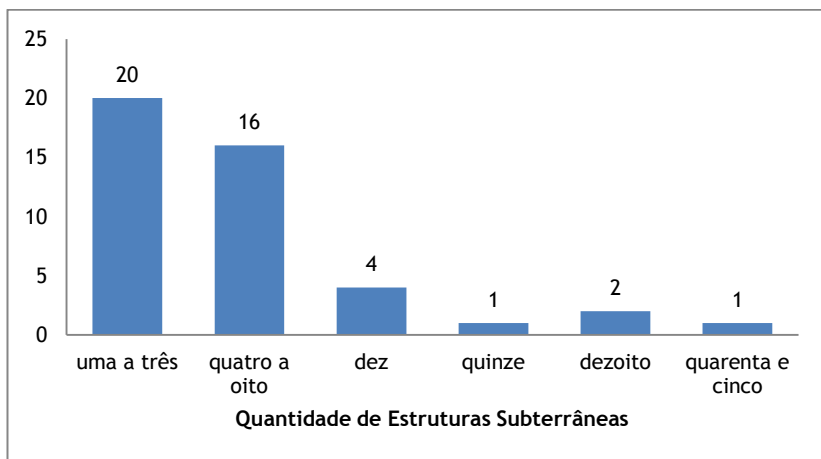
A partir do exposto acerca dos contextos de estruturas subterrâneas no item 2.2., tomamos este tipo de sítio enquanto marcador para identificar a ocupação Jê Meridional em Alfredo Wagner, pois somente no sítio Tobias Wagner foi encontrada a cerâmica Taquara/Itararé no âmbito do contexto arqueológico presente no município.

Rohr (1971) registrou dois sítios compostos por estruturas subterrâneas. Wagner (2002) apresentou um catálogo com 42 sítios compostos por estruturas subterrâneas localizadas no município, sendo que para três registros há, também, um aterro. No decorrer desta pesquisa registramos mais dois sítios (Poço Certo II e Rio Caixão I) compostos por estruturas subterrâneas.

Reunindo todas as informações compiladas em bibliografia e os dados de campo, constatamos a existência de 44 registros de sítios de estruturas subterrâneas em Alfredo Wagner, os quais somam 252 concavidades arqueológicas.

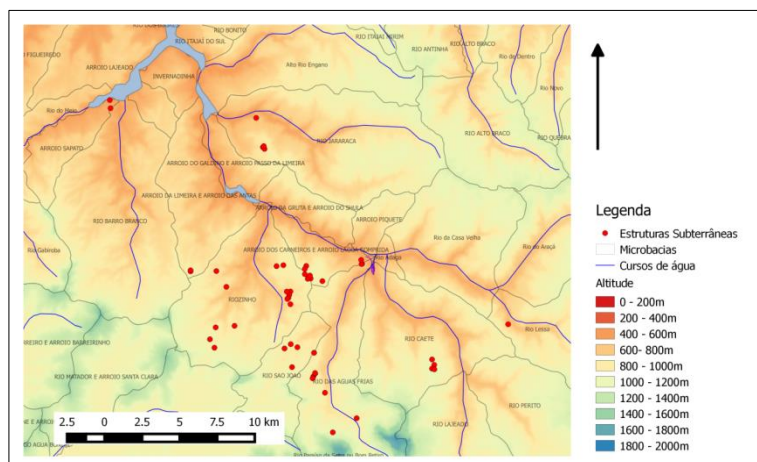
Estes sítios são compostos pela seguinte quantidade de unidades por sítio: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 15, 18 e 45. Conforme dados constantes no Gráfico 43, dentre a amostra conhecida, há uma maior quantidade de sítios compostos por uma a três unidades (mais de 45%) e por quatro a oito concavidades (mais de 36%).

Gráfico 43 - Quantidade de estruturas subterrâneas por sítio em Alfredo Wagner.



Tomando a divisão de microbacias da EPAGRI como parâmetro, percebemos que há uma maior concentração de registros de concavidades arqueológicas na UH do Riozinho (RI): 17 sítios. As demais apresentam a seguinte quantidade de sítios: 09 – Rio das Águas Frias (AF); 06 – Arroio dos Carneiros e Arroio da Lagoa Comprida – (CLC); 04 – Rio São João (SJ); 04 – Rio Jararaca (JR); 02 – Arroio Sapato (ST); 01 – Rio Lessa (LS); e 01 - Rio Caeté (CT).

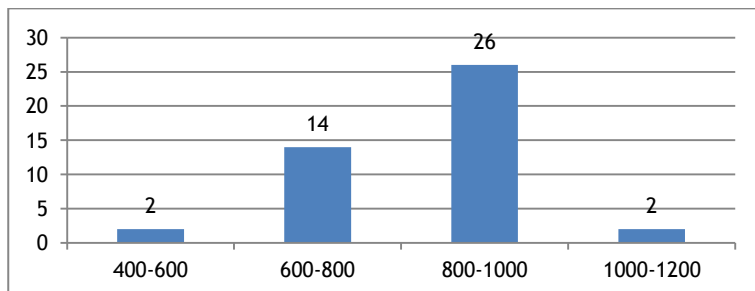
Figura 126 - Sítios de estruturas subterrâneas registrados em Alfredo Wagner.



Elaborado pelo autor no QGIS a partir de dados compilados em Wagner (2002), pesquisa de campo no projeto “O Contexto Jê meridional em Alfredo Wagner/SC”, Mapoteca topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE (2004); e base de dado IBGE (2015).

Num âmbito geral, os sítios compostos por estruturas subterrâneas situam-se entre 400 e 1200m de altitude, sendo que há maior concentração de registros no intervalo entre 800 e 1000m, cf. Gráfico 44.

Gráfico 44 - Altitude média em que os sítios de estruturas subterrâneas estão implantados.



Devemos ressaltar que tanto os dados acerca da altitude onde estão localizados os sítios, bem como sobre a disposição no âmbito das microbacias, devem ser observados com ressalvas devido ao viés amostral. Todos os sítios arrolados foram identificados através de informações obtidas junto a antigos moradores do município ou por meio de registros ocasionais. Nenhum levantamento sistemático foi efetuado em qualquer uma das UHs mencionadas.

Ainda assim, espacializando os sítios a partir das coordenadas publicadas por Wagner (2002) e das reunidas durante esta pesquisa, percebemos que, no geral, existem dois padrões mais recorrentes de implantação dos contextos de estruturas subterrâneas no que remete a geomorfologia local: um relacionado a agrupamentos de sítios nas cadeias de morros que consistem em divisores de águas das UHs, assim, nas imediações das nascentes dos formadores dos maiores rios ou próximos aos pequenos cursos d'água; e outro que diz respeito a sítios localizados nas proximidades da escarpa do vale dos grandes rios, próximos a quedas d'água. Ambos os padrões de implantação remetem a ocupação da porção alta do município, seja nos patamares do planalto ou nos morros.

Acreditamos que, futuramente, estudos devam ser dirigidos no sentido de investigar se há uma ocupação diferenciada destes lugares sob uma perspectiva diacrônica. Para o presente momento, carecemos de dados cronológicos e tecnológicos que possibilitem inferências neste sentido.

Mais uma vez, tomando as informações acerca da ocupação simultânea de duas a três concavidades por sítios enquanto parâmetro (BEBER, 2004) e reocupadas em até cinco ocasiões (SCHMITZ, 2014), sugerimos que há uma ocupação Jê meridional persistente nesta porção da borda do planalto, na transição para áreas mais baixas da serra, no sentido proposto por Schlanger (1992) e Bowser e Zedeño (2009).

Segundo os dados que apresentamos no subitem 4.3. acerca do contexto arqueológico microrregional na UH do Riozinho, em um raio de 1km a partir do sítio Tobias Wagner há outros cinco sítios de estruturas subterrâneas. Somadas as concavidades de todos estes contextos, temos um total de 31 unidades.

Em Boa Parada, localizada no município de São José do Cerrito, planalto catarinense, Schmitz (2014) relata que “num raio de apenas um quilômetro, existem 19 sítios arqueológicos, contendo mais de 50 ‘casas subterrâneas’ maiores, quatro grandes aterros-plataforma e um ‘danceiro’ com 3 aterros” (p. 13). Conforme as datações conhecidas

para este conjunto de sítios, a ocupação Jê meridional neste espaço esta situada entre 910 ± 30 e 320 ± 30 – ver Anexo I.

De modo semelhante, para uma área mais circunscrita na localidade de Rincão dos Albinos, também em São José do Cerrito, Schmitz (2014) apresenta informações sobre um contexto composto por 107 estruturas subterrâneas, as quais apresentam datações para ocupação Jê meridional que remontam o período compreendido entre 1400 ± 40 e 370 ± 30 .

Assim, tomando como parâmetro os dados de contextos pesquisados em São José do Cerrito, sugerimos a possibilidade de uma ocupação Jê Meridional de longa duração também na área de Alfredo Wagner. Tal persistência estaria matizada na paisagem por meio dos sítios – 44 – e pela quantidade de estruturas subterrâneas registradas neste espaço – 122 unidades no âmbito da UH do Riozinho e 252 unidades no território municipal como um todo.

Contudo, como discutiremos adiante, sugerimos a existência de diferenciações entre a ocupação Jê meridional no planalto catarinense em comparação com os assentamentos identificados na borda leste do planalto ou em serra.

5.2. OCUPAÇÃO JÊ MERIDIONAL EM ALFREDO WAGNER E A SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO CATARINENSE

A partir das informações que dispomos atualmente, podemos inserir a ocupação do sítio Tobias Wagner num âmbito macrorregional. Conforme os dados compilados em bibliografia, há cerca de uma centena de datas de contextos pesquisados em Santa Catarina que podem estar relacionados à ocupação Jê meridional (Anexo I).

Os sítios estão localizados no planalto, na serra ou no litoral, sendo que têm sido identificados como relacionados aos grupos Jê meridionais através da presença de cerâmica Taquara/Itararé ou da composição por estruturas subterrâneas e/ou montículos funerários – informações expostas no capítulo 2.

Conforme recorte referente ao horizonte cronológico onde está posicionada a data obtida para o sítio Tobias Wagner, percebemos que há ocupação contemporânea de contextos nos municípios catarinenses de Anita Garibaldi, Abdon Batista, São José do Cerrito, Urubici e Celso Ramos – ver Tabela 15, Gráfico 45 e Figura 127. Evidentemente que devemos considerar que estes dados refletem o estado atual das pesquisas desenvolvidas nestes contextos.

Tabela 15 - Sítios com datações temporalmente próximas ao sítio Tobias Wagner.

<u>Município</u>	<u>Data</u>	<u>Contexto</u>	<u>Referência Bibliográfica</u>
Anita Garibaldi	390±50	Montículo	Herberts e Müller, 2007
Abdon Batista	370±40	Sem Indicação	De Masi, 2005
São José do Cerrito (Boa Parada)	370±40	Estruturas subterrâneas	Beber, 2013
São José do Cerrito (Rincão dos Albinos)	370±30	Estruturas subterrâneas	Schmitz e Rogge, 2012
São José do Cerrito (Boa Parada)	370±40	Estruturas subterrâneas	Beber, 2013
Abdon Batista	360±40	Montículo	De Masi, 2005
Anita Garibaldi	350±40	Montículo	Herberts e Müller, 2007
Abdon Batista	340±40	Sem Indicação	De Masi, 2005
Urubici	330±90	Aldeia a céu aberto	Schmitz, 1988
São José do Cerrito (Boa Parada)	320±30	Estruturas Subterrâneas	Beber, 2013
Abdon Batista	300±40	Sem Indicação	De Masi, 2005
Alfredo Wagner	300±30	Estruturas Subterrâneas	Inédito
Celso Ramos	220±40	Montículo	De Masi, 2005

Gráfico 45 - Variação de Sigma dos Sítios Jê Meridional ocupados entre 440 e 180 A. P. em Santa Catarina

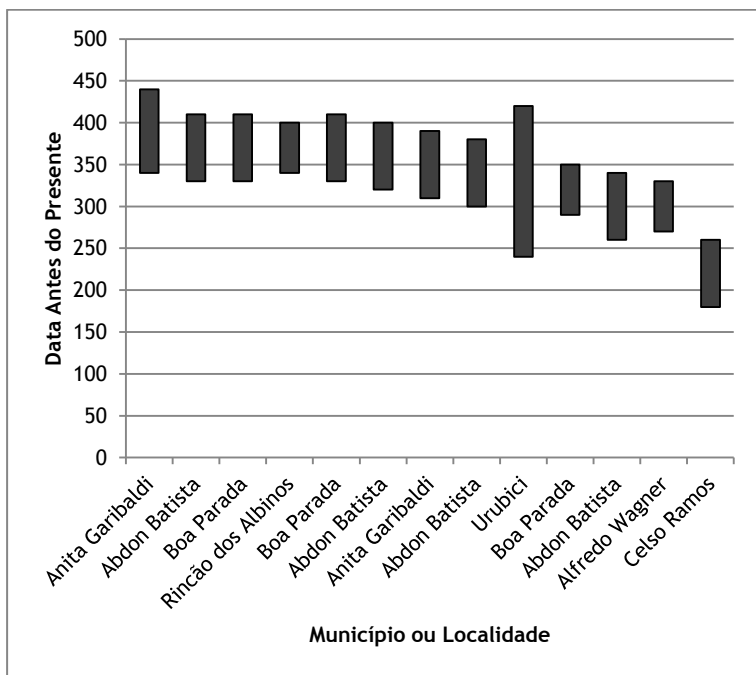
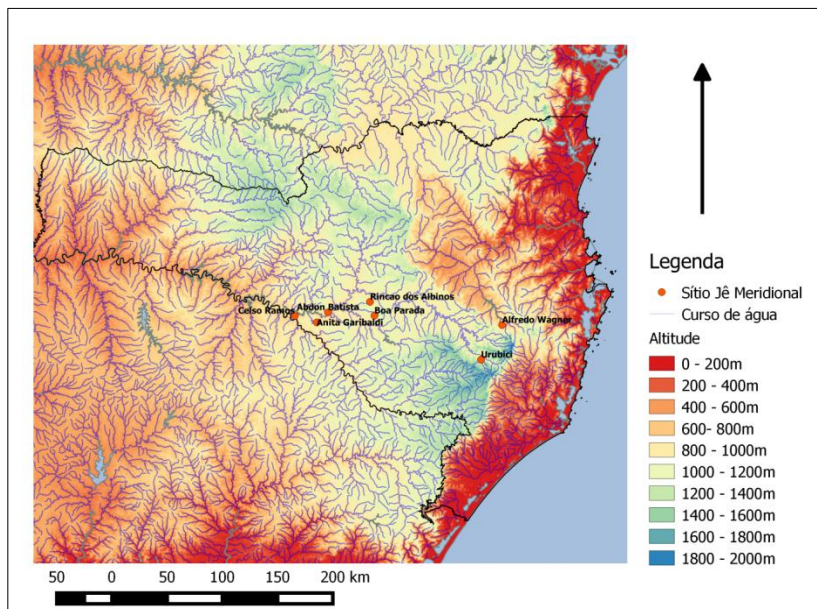


Figura 127 – Localização de Sítios Jê Meridional ocupados entre 400 e 260 A. P. em Santa Catarina.



Elaborado pelo autor no QGIS a partir de dados compilados em bibliografia, pesquisa de campo no projeto “O Contexto Jê meridional em Alfredo Wagner/SC”, Mapoteca topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE (2004); e base de dado IBGE (2015).

Com base nestes dados, percebemos que entre 400 e 260 A. P. os grupos Jê meridionais ocupam uma área circunscrita do planalto catarinense, bem como as proximidades da Serra Geral Catarinense – um dos divisores de águas regionais -, já nas imediações da borda leste do planalto. Enquanto na primeira – planalto - há uma recorrência de datas nos municípios de São José do Cerrito, Abdon Batista e Anita Garibaldi, na segunda – borda leste do planalto / serra -, conta-se apenas com duas datas para os municípios de Urubici e Alfredo Wagner.

Enquanto para a primeira área as datas disponíveis atualmente para contextos Jê meridionais são oriundas de estruturas subterrâneas e/ou montículos funerários; para a segunda as informações cronológicas foram obtidas a partir de amostras oriundas de estruturas subterrâneas ou de sítio cerâmicos a céu aberto.

Tendo em vista os dados constantes no Anexo I, percebemos que, para o planalto, há datações bem contextualizadas que indicam a presença Jê meridional entre, aproximadamente, 1400 e 200 A. P.. Assim, ao longo de mais de mil anos esta área tem sido ocupada de forma sistemática.

No que diz respeito à borda leste do planalto, são poucas as informações disponíveis. Ainda assim, quatro datas situam a presença Jê nesta área em um intervalo de pouco mais de mil anos, as quais vislumbram a possibilidade de uma ocupação persistente da área: três para um sítio de estruturas subterrâneas localizado em Taió - 1390 A. P., 1180 A. P. e 650 A. P. (SCHMITZ *et al*, 2009) e a data de 300 A. P. obtida no sítio Tobias Wagner (nesta pesquisa).

Há que se considerar, evidentemente, o diferente volume de pesquisas realizadas até então nestas áreas a fim de interpretar estes dados. Enquanto que para a primeira uma série de estudos motivados por interesse acadêmico e/ou relacionados à arqueologia de contrato foram desenvolvidos, para a segunda conta-se apenas com alguns estudos acadêmicos.

De todo modo, na borda do planalto e na encosta da serra, os grupos Jê que ali se estabeleceram podem ter desenvolvido uma dinâmica de ocupação territorial que implicava em uma maior circulação neste espaço motivada por aspectos culturais e pelas especificidades do ambiente de transição entre litoral e planalto e entre a mata atlântica e a floresta de araucárias.

Com esta diferenciação não queremos classificar a ocupação desenvolvida por grupos do planalto como sedentária e a dos grupos da borda leste/serra como nômades. Há que se relativizar este binarismo. Parece-nos que para ambas as áreas os grupos estabelecem um domínio territorial, evidenciado por vestígios arqueológicos e por informações etnohistóricas que atestam a longa duração destas ocupações, onde desenvolvem territorialidades específicas – uma soma de ações e emoções, nos dizeres de Zedeño (2008) – que resultam em formas diferenciadas das práticas desenvolvidas em um território.

Tendo em vista que há uma incidência de sítios com registro arqueológico semelhante em ambas às áreas com vestígios similares, as diferenciações evidenciadas com relação às possíveis associações entre contextos podem ser fruto de peculiaridades culturais de diferentes grupos Jê meridionais, originada por questões internas ou externas relacionadas a contatos.

Tal hipótese se sustenta nos dados etnohistóricos que dispomos acerca dos territórios de ocupação tradicional Kaingáng e Xokleng e das

formas de territorialidade desenvolvidas por estes povos, conforme apresentamos no subitem 2.4. Ademais, como discutiremos adiante, não pensamos que seja possível crer em uma homogeneidade na trajetória histórica dos diferentes grupos Jê meridionais, inclusive pelo fato de ter sido documentada o faccionalismo ou a divisão intracomunitária entre os Kaingáng e os Xokleng (SANTOS, 1973; MABILDE, 1983; SOUZA, 2002; LAROQUE, 2007; BRINGMANN, 2010; BRIGHENTI, 2012a). Adiante, retomaremos esta discussão.

Contudo, de antemão, devemos ressaltar que não significa que grupos de cada um destes povos tenham ocupado apenas uma destas áreas - o planalto ou a serra - e que a diferenciação que ressaltamos anteriormente seria decorrente disto. Inclusive, uma afirmação neste sentido seria muito simplista. Ademais, as duas áreas que temos discutido estão inseridas em território tradicional Xokleng.

5.3. EXPANSÃO JÊ MERIDIONAL

Mediante o exposto e considerando as propostas integrativas de diferentes assentamentos Jê meridionais apresentadas ao final do subitem 2.3, duas possibilidades que engendram a ocupação destas áreas nos parecem pertinentes: a primeira, apresentada por Schmitz e Rogge (2011), sugere que “grupos formadores Jê meridionais” ocuparam as duas em uma dinâmica ampla de circulação territorial, desde o planalto até a sua borda leste, sendo que com o passar do tempo teriam desenvolvido uma circulação territorial mais restrita em cada uma delas; a segunda, apresentada por Noelli (1999/2000; 2004), sugere um processo paulatino de expansão dos grupos Jê meridionais associado ao contato estabelecido com grupos Guarani que passam a ocupar o sul do país por volta de 2000 A. P. (BONOMO *et al*, 2015).

Considerando o volume de informações cronológicas acerca da presença Jê no planalto atualmente disponível; o entendimento de Noelli (1999/2000, p. 243) de que as estruturas subterrâneas podem ser indicadores de sedentarismo e de permanência em um território delimitado socialmente; bem como as informações de estudos paleoambientais e ecológicos acerca da expansão das matas de araucárias (BEHLING *et al*, 2004; IRIARTE; BEHLING, 2007), da disponibilidade de diferentes espécies de pinhão ao longo de pelo menos 11 meses do ano e das evidências da produção de gêneros alimentícios (CORTELETTI, 2012), pensamos em uma forma de refinar a segunda proposta a partir do que se sabe atualmente sobre o contexto catarinense (*idem*).

Tomando as informações apresentadas por Schmitz *et al* (2014) para o município de São José do Cerrito, há, desde 1400 A. P., a emergência de um núcleo de ocupação Jê meridional, marcado pela presença de estrutura subterrâneas e associada a expansão de nichos pioneiros de florestas de araucárias. Com o passar do tempo, a presença destes grupos passa a ser percebida em áreas próximas ao médio/baixo Rio Canoas – atualmente parte dos municípios de Abdon Batista, Anita Garibaldi e Celso Ramos.

Ao longo de mais de mil anos, os grupos Jê meridionais que ocuparam esta porção do planalto passaram por uma série de transformações no que diz respeito à territorialidade associada a este espaço. Enquanto entre 1400 A. P. e 900 A. P., a presença destes grupos apenas é percebida em contextos de estruturas subterrâneas – sobretudo de pequenas dimensões –, a partir do século XI outros tipos de construções – associadas a práticas específicas – passam a compor o modo pelo qual os grupos Jê Meridionais ocupam este território, tais como montículos funerários, aterros plataformas e aterros anelares.

Retomando a proposta de Zedeño (1997) acerca da história de vida do território enquanto exercício interpretativo, podemos pensar o processo de ocupação Jê meridional no planalto segundo os processos de estabelecimento, manutenção e transformação de territórios. Devemos relembrar que trajetórias territoriais específicas não precisam incluir, necessariamente, todos estes processos e que o abandono pode ocorrer em qualquer estágio do desenvolvimento proposto. Ademais, ressaltar que em diferentes áreas, processos e estágios distintos poderiam ocorrer contemporaneamente.

No decorrer do estabelecimento na área, entre 1400 e 900 A. P., os grupos se fixam próximos aos núcleos pioneiros de araucárias e a pequenos cursos d'água ou nascentes, onde, manejando a expansão da mata, constroem estruturas subterrâneas pequenas e pouco profundas, em caráter exploratório. Após o estabelecimento, há um período de colonização do território, atividade percebida por meio do aumento de concavidades arqueológicas por sítios em um determinado espaço. A seguir, no âmbito do assentamento propriamente dito, há uma recorrência de estruturas subterrâneas contemporâneas e/ou reocupadas, bem como vestígios cerâmicos – entendidos enquanto indicadores de cultivo, portanto, de maior permanência em um dado espaço – passam a ser produzidos.

Concomitantemente, por volta de 1000 A. P., há um processo de expansão dos grupos no sentido do médio/baixo Rio Canoas, bem como ocorre uma consolidação do assentamento no núcleo pioneiro. Neste

contexto, paralelamente a profusão de sítios compostos por estruturas subterrâneas no sentido de ampliar o território, ocorre também uma mudança nas práticas rituais destes grupos, a qual pode ser identificada pelo advento da construção de monumentos funerários (montículos, aterros anelares e aterros plataforma), os quais são ocupados de forma sincrônica juntamente com estruturas subterrâneas. Estas mudanças atestam uma manutenção do território.

Corteletti (2012, p. 212) identifica como uma “ruptura” o advento da construção das estruturas anelares em conjunto com uma série de informações que atestam mudanças ocorridas a partir de, aproximadamente, 1000 A. P. No âmbito desta pesquisa, compreendemos, consorciando as propostas de Braudel ([1958] 2009) e de Sahlins ([1985] 1999), que estas transformações fazem parte da historicidade Jê Meridional, sendo que estas mudanças, ocasionadas por uma fusão de questões internas ou externas, dão luz a um processo histórico contínuo e não uma ruptura.

Aliando as informações etnohistóricas que atestam um faccionalismo de grupos Jê meridionais – especialmente para o caso dos Kaingáng -, com os processos sugeridos por Zedeño (1997), vislumbramos a possibilidade da ocorrência de fissões nos núcleos pioneiros, as quais podem ter sido ocasionadas por questões políticas, econômicas, sociais e/ou simbólicas. Considerando que: a) por volta do ano mil há uma rápida expansão das matas de araucárias sobre os campos; b) informações etnohistóricas indicam a delimitação de territórios de grupos Jê por meio de zonas de domínio nos pinheirais; c) há um adensamento populacional percebido pela maior quantidade de estruturas subterrâneas ocupadas; d) sítios monumentais passaram a ser construídos; percebemos um contexto propício para fragmentação de uma grande área de ocupação em microterritórios controlados e mantidos politicamente por diferentes grupos.

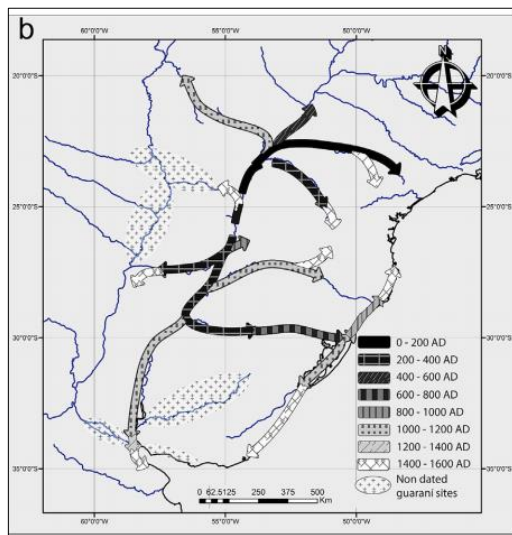
Estes eventos de fragmentação política teriam como indicadores a construção e a ocupação sincrônica de um maior número de sítios monumentais em conjunto com estruturas subterrâneas num mesmo horizonte cronológico – situações documentadas em contextos de São José do Cerrito/SC (SCHMITZ *et al*, 2014), Anita Garibaldi/SC (DE MASI, 2006) e Pinhal da Serra/RS (Souza, 2013). Neste sentido, considerando a proposta de Saldanha (2008) para os casos de contextos em Bom Jesus e Pinhal da Serra no Rio Grande do Sul, estes sítios monumentais – estruturas funerárias ou grandes estruturas subterrâneas – podem ser compreendidos enquanto marcadores de limites de domínio territorial entre os grupos Jê meridionais.

Como resultante deste contexto de fragmentação, seguindo a discussão de Zedeño (1997), teria ocorrido também a colonização de novas áreas mais distantes do núcleo inicial. Para o caso da expansão Jê meridional, tal processo poderia ter resultado na ocupação de espaços onde há um grande número de sítios compostos por estruturas subterrâneas, como o Alto Vale do Itajaí (EBLE, 1973a, 1973b; ROHR, 1984; WAGNER, 2002; SCHMITZ *et al*, 2009) e os rios Chapecó e do Peixe (REIS, ([1979] 2007).

No decorrer dos processos de estabelecimento e de manutenção territorial, não podemos desconsiderar a possibilidade da existência de contatos dos grupos Jê Meridionais com grupos de outras matrizes culturais. Inclusive, conforme já mencionado, a proposta de expansão apresentada por Noelli (1999/2000; 2004) é pautada pela relação que os grupos Jê meridionais mantêm com os Guarani. Além disso, apesar de pouco enfatizado pela bibliografia, também não podemos esquecer os possíveis contatos com grupos caçadores-coletores que possivelmente ocupavam essas mesmas áreas há milênios (DIAS, 2003).

A partir dos dados atualizados apresentados por Bonomo *et al* (2015) acerca da processo de expansão Guarani na Bacia do Prata e no litoral sul brasileiro, percebemos que a área do planalto catarinense que temos discutido em virtude de um maior volume de pesquisas e dados cronológicos, pelo menos a partir do ano 1000 A. P., encontra-se circunscrita pela presença Guarani (ver Figura 128).

Ademais, Bonomo *et al* (2015) apresentam sugestões de rotas de expansão Guarani que, entre 1400 e 1600 A. D., limitam o planalto catarinense e a sua borda leste, contexto em que existe um grande volume de dados sobre a presença Jê meridional.

Figura 128 - Proposta de expansão Guarani elaborada por Bonomo *et al.*

Fonte: Bonomo et al (2015, p. 69).

Conforme mencionamos acima, não podemos desconsiderar, também, a presença de grupos caçadores-coletores nas áreas da encosta da Serra Catarinense. Entretanto são poucas as informações sobre esta ocupação. Conforme apresentou Farias (2005), o sítio SC-MG-01, composto por vestígios líticos relacionados à tecnologia da Tradição Umbu, foi datado em 230 ± 60 A. P. Claudino (2011) apresentou uma série de sítios com vestígios possivelmente relacionados à ocupação caçadora-coletores que apresentam datas por volta de 1000 A. D.

Também não há como descartar a possibilidade de contatos diretos e/ou indiretos entre os Jê meridionais e os grupos pescadores-caçadores-coletores relacionados à construção de sambaquis. Conforme cronologia conhecida, apresentada por Oppitz (2011) para a ocupação de sambaquis, há contemporaneidade na ocupação deste tipo de sítio e de contextos Jê meridionais do planalto. Ademais, a presença da cerâmica de Taquara/Itararé em contextos conchíferos litorâneos, bem como dos zoólitos característicos dos sambaquis em sítios localizados nas terras altas, podem ser tomados como indicadores de contato.

Deste modo, a expansão Jê meridional na área que atualmente compõe Santa Catarina, pensada segundo o modelo proposto por

Zedeño (1997), não pode deixar de considerar a presença Guarani e de grupos caçadores-coletores do interior e do litoral, especialmente no que diz respeito à correlação que aqui tem sido feita acerca dos processos de estabelecimento e manutenção territorial.

Ademais, além destes grupos nativos que possivelmente mantiveram contato com os Jê, acreditamos que a invasão europeia tenha sido um elemento catalisador para o processo de transformação territorial a partir do século XVII. O contato entre indígenas e brancos teria implicado no abandono da prática da construção de estruturas subterrâneas e de sítios monumentais, bem como na progressiva substituição da cerâmica e de itens produzidos tradicionalmente pelos nativos por utensílios de ferro (cf. WITTMANN, 2005) e/ou outros materiais de origem exógena

O contato com não indígenas resultou, também, em um momento de tomada de decisões por parte dos grupos nativos - as quais foram pensadas segundo suas próprias categorias culturais - mediante a conjuntura que se apresentava, ou seja, optar pelo enfrentamento ou pelo aldeamento e associação com os estrangeiros. Ainda que, de antemão, pareçam posições antagônicas simplificadas, as pesquisas etnohistóricas tem mostrado que elas podem resultar numa miríade de possibilidades para um mesmo povo, pois os grupos agiram de forma diferenciada (cf. CUNHA, 1992).

Para o caso dos povos Kaingáng e Xokleng, por exemplo, esta situação fica evidente.

Entre os Kaingáng, alguns grupos optaram por se aliar aos europeus e seus descendentes como forma de obter benefícios utilizados em disputas intergrupais, enquanto outros prolongaram os conflitos com os estrangeiros (cf. LAROQUE, 2007; BRINGMANN, 2010; OPPITZ; REIS, 2012).

Os Xokleng, em geral, posicionaram-se contrários ao aldeamento e optaram pelo conflito com os europeus que invadiram o seu território tradicional, conforme atestam os relatos de confrontos em documentos oficiais (SANTOS, 1973). Contudo, no início do século XIX, algumas famílias optaram pelo contato pacífico com brancos e pelo aldeamento no Alto Vale do Itajaí, situação que posteriormente resultou na criação do Posto Indígena Duque de Caxias - atual T. I. Ibirama/Laklãnõ. Porém, outros que viviam na porção central e sul da encosta da serra catarinense, mantiveram-se avessos ao contato pacífico (SANTOS, 1973; BRIGHENTI, 2012a).

Ademais, não podemos desconsiderar que as populações indígenas não deixaram de resistir mesmo com a decisão pelo

aldeamento ou estabelecimento de contato pacífico com os invasores, pois esta foi tomada enquanto estratégia de sobrevivência. Para o caso dos Kaingáng, por exemplo, as negativas em tomar parte em estudos religiosos ou em labores agrícolas, as insubordinações e as ameaças perante as autoridades no âmbito dos aldeamentos podem ser vistas como formas de resistência (BRINGMANN, 2010).

Contudo, não se pode negar que o cenário que emergiu a partir do contato entre os povos Jê meridionais e os invasores europeus implicou em uma transformação e uma reorganização territorial. Neste contexto, Noelli (1999/2000) argumenta que:

O processo contínuo de guerra e desterritorialização causou mudanças significativas na cultura material, nos padrões de adaptação e na organização social e política. A depopulação afetou o padrão social e político de se organizar, em função de desarranjos sociais e desequilíbrio demográfico entre as metades clânicas, especialmente entre os Xokleng que estiveram próximos do etnocídio no início do século XX. Ao mesmo tempo a desterritorialização influenciou mudanças nos padrões de subsistência, com a perda das áreas de agricultura e de diversas espécies de plantas manejadas, criando uma falsa imagem de que os Xokleng sempre teriam sido caçadores-coletores. A perda e a mudança dos territórios influenciaram no abandono temporário ou definitivo de certos tipos de assentamentos, artefatos e práticas que necessitavam dos padrões tradicionais em equilíbrio, dependentes da territorialidade fixa, como as habitações semi-subterrâneas, a cerâmica e os enterramentos sem cremação (em diversos casos realizados em montículos). (p. 242).

Entretanto, o contato não produziu um resultado homogêneo. As decisões tomadas pelos diferentes grupos indígenas frente os colonizadores resultaram em práticas diferenciadas e há que se investir em estudos que compreendam melhor este contexto sem vitimizar as populações indígenas (CAVALCANTE, 2013). Pelo contrário, conforme exposto no início desta pesquisa, compreender a populações indígenas enquanto sujeitos históricos plenos (CUNHA, 1992).

Assim, não podemos negar tal processo de transformação como parte da historicidade dos povos Jê Meridionais e que as mudanças decorrentes dele carregam consigo um componente de agência indígena. Retomando a noção de estrutura da conjuntura de Sahlins ([1985] 1999), sugerimos que especialmente neste contexto de contato entre grupos Jê Meridionais e invasores europeus – mas não só neste momento –, categorias culturais próprias deles foram acionadas como forma de atuar neste cenário novo que se apresentava.

Neste sentido, o modo pelo qual as populações indígenas pensaram, incorporaram e atuaram perante o contato, sobretudo, com não indígenas, ainda merece ser melhor investigada a fim de dar visibilidade a história indígena Jê meridional. Estudos como o que vem sendo desenvolvido por Machado (2013) entre os Xokleng, podem contribuir muito neste sentido a fim de possibilitar um diálogo entre o presente e o passado.

Não podemos deixar de lembrar que, mesmo no âmbito deste processo de transformação catalisado pela presença europeia, os contatos intergrupais e com diferentes povos não parece ter cessado – se tomarmos as datas para contextos Jê (Anexo I) e Guarani (BONOMO *et al*, 2015), por exemplo.

Assim, retomando os escritos de Barth ([1969] 1998) e em acordo com a proposta de Noelli (1999/2000; 2004), acreditamos que uma melhor compreensão acerca da expansão dos povos Jê meridionais deve considerar também os contatos estabelecidos com os “outros”, sejam eles diferentes grupos da mesma matriz cultural ou culturalmente distintos. A partir daí, entender, sob uma perspectiva diacrônica de ampla profundidade temporal, os processos desencadeados por estas interações sociais e o modo pelo qual a identidade – e aquilo que significa ser (WOODWARD, 2000) – mantém-se e se transforma no decorrer do tempo.

Aliás, conforme mencionado no subitem 1.4, Zedeño (1997) preconiza que a compreensão da história de formação territorial, a partir da ótica da interação entre homem e terra, demanda analisar os modos pelo qual os grupos se relacionaram com a paisagem; como determinados setores da sociedade se relacionaram, pensando em usos diferenciados do espaço e fronteiras sociais internas; e como os grupos em estudos se relacionaram com os seus vizinhos, pois esta relação determina fronteiras e limites externos.

Assim, para o caso Jê meridional, as distintas formas pelas quais estes grupos indígenas interagiram entre eles, com os outros e com a terra, podem ter gerado trajetórias históricas territoriais específicas.

Decorre daí, a possibilidade de percebermos arqueologicamente padrões distintos para esta ocupação em áreas diferentes, tais como o planalto e a borda leste/serra.

Neste sentido, por exemplo, Corteletti (2012, p. 189) sugere, a partir de uma revisão de dados de pesquisas já realizadas, a possibilidade da existência de um microterritório Jê nos limites relacionados às bacias dos rios Canoas e Pelotas. Assim, as relações estabelecidas por estes grupos com este território e com outros povos teria originado uma identidade Jê meridional com especificidades microrregionais.

De modo semelhante, se nos voltarmos para o contexto Jê Meridional em Alfredo Wagner, acreditamos que estudos futuros devam ser dirigidos no sentido de vislumbrar as semelhanças com outras áreas – caso da presença de estruturas subterrâneas e de cerâmica Taquara/Itararé -, bem como as diferenças que especificam esta ocupação na borda leste do planalto ou no âmbito do Alto Vale do Itajaí do Sul – ausência de sítios monumentais e a possível utilização de abrigos, por exemplo.

Ademais, estudos sob este enfoque, podem contribuir no sentido de possibilitar uma melhor compreensão acerca das relações existentes entre a ocupação do litoral e do planalto catarinense ao longo do tempo. Não é de hoje que a configuração ambiental e que a diversidade de vestígios arqueológicos registrados no Vale do Itajaí tem despertado o interesse de pesquisadores no sentido compreender possíveis relações entre planície litorânea e as terras altas (PIAZZA, 1967; EBLE, 1973a, 1973b; PROUS; PIAZZA, 1977).

Assim, especificamente no que remete a presença Jê meridional, atualmente dispomos de informações cronológicas que posicionam esta ocupação no Alto Vale do Itajaí desde, aproximadamente, 1400 A. P. até os dias atuais. Contudo, muito há que se pesquisar para compreender este processo de ocupação, pois existem intervalos seculares entre as datas conhecidas para o período de pouco mais mil anos em que a presença Jê é conhecida atualmente. Neste sentido, parece-nos imprescindível uma abordagem regional que dê conta, também, de estudos tecnológicos.

Por fim, devemos ressaltar que a leitura apresentada da proposta de história de formação territorial de Zedeño (1997, 2008) sob a luz dos dados disponíveis acerca da expansão Jê meridional consiste em um exercício exploratório, inicial, que demanda um refinamento com um maior volume de dados.

De todo modo, independente das divergências acerca do modo pelo qual se procedeu esta expansão/ocupação, tomando os dados que dispomos, fica evidente que no planalto há uma ocupação sistemática do espaço por grupos Jê meridionais desde, pelo menos, 1400 A. P.

5.4. ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E O PRESENTE JÊ MERIDIONAL

Mediante o exposto acerca do processo de expansão Jê meridional, identificado pelo menos desde 1400 A. P. para o contexto catarinense, fica evidente a presença destes grupos de forma recorrente no planalto e alguns períodos históricos na borda leste do planalto e/ou nas áreas serranas.

Em contraponto aos dados arqueológicos e etnohistóricos apresentados e discutidos anteriormente, percebemos, a partir do mapa apresentado por Brighenti (2012b), que existe um “vazio” de terras indígenas na porção do planalto onde há maior incidência de datas para a ocupação Jê meridional.

Figura 129 – Localização das Terras Indígenas em Santa Catarina.



Fonte: Brighenti (2012b, p. 259).

A única exceção consiste na área localizada em Fraiburgo, a qual não possui nenhum tipo de providência administrativa. Conforme pesquisa desenvolvida por Santos (2014), recentemente famílias Kaingáng ocuparam áreas no município em que identificavam a ancestralidade da ocupação por seus antepassados através da presença de vestígios arqueológicos e da memória. Contudo, ainda que Reis (2011) tenha produzido um parecer em que vincula a presença Kaingáng atual com a ocupação Jê meridional da área desde tempos mais remotos – atestada por meio da presença de sítios compostos por estruturas subterrâneas -, nenhum direito territorial foi garantido a esta comunidade indígena.

No geral, as terras indígenas ocupadas na maioria por povos Kaingáng se localizam no oeste catarinense, enquanto que os Xokleng ocupam na sua maioria uma TI no Alto Vale do Itajaí e outra no planalto norte.

Tendo em vista os dados que discutimos no decorrer deste texto, obtidos por meio de pesquisas arqueológicas ou em literatura etnohistóricas, fica evidente o descompasso entre os direitos territoriais garantidos no presente e os territórios ocupados tradicionalmente por grupos Jê meridionais.

A existência de um maior número de terras indígenas Kaingáng no oeste do estado pode ser fruto, se retomarmos a proposta de história de formação territorial de Zedeño (1997), de um processo de transformação ocorrido a partir do núcleo inicial de ocupação nas terras altas do planalto ou resultante de uma expansão não relacionada a este. Não se trata de questionar a tradicionalidade da ocupação das TIs atualmente ocupadas por estes povos nesta área, inclusive existem dados arqueológicos que evidenciam a ocupação de estruturas subterrâneas no oeste catarinense mesmo após a invasão europeia, por volta de 100 A. P. (CALDARELLI; HERBERTS, 2002).

Quanto aos Xokleng, as duas TI ocupadas por este povo estão inseridas em seu território tradicional e, considerando o modelo de expansão Jê meridional anteriormente discutido, podem ser decorrentes de uma trajetória histórica bastante antiga – pensando na data de 1390 A. P. para o contexto de estruturas subterrâneas em Taió, no Alto Vale do Itajaí.

O que queremos destacar, analisando os dados acerca do passado através do contexto do presente, é a inexistência de TIs nas terras altas do planalto. Ainda que a legislação preconize a demarcação de terras indígenas tradicionalmente ocupadas quando da promulgação da Constituição de 1988, o “vazio” que aqui ressaltamos consiste em uma

forma de negar a presença ancestral dos povos indígenas na área – ainda que tenhamos uma série de informações arqueológicas e etnohistóricas que demonstrem o contrário.

De modo semelhante, a presença indígena em Alfredo Wagner tem sido atestada por meio de uma série de vestígios arqueológicos apresentados no decorrer desta pesquisa, bem como por informações orais de contatos estabelecidos entre descendentes de europeus e nativos – cf. relatos constantes em Wagner (2002) e entrevistas realizadas no âmbito do projeto “O Contexto Jê Meridional em Alfredo Wagner”. Inclusive, não podemos esquecer que o início da ocupação da área por europeus e descendentes está relacionada à implantação prévia da Colônia Militar Santa Tereza – esta que tinha por um dos objetivos conter as incursões indígenas. Contudo, apesar de todos estes elementos relacionados à presença indígena há muito tempo, a área esta inserida no que é chamado pelo governo estadual de “Vale Europeu”⁶⁵.

Daí a necessidade de produzirmos estudos que deem visibilidade à presença indígena nestas áreas e, mais do que isso, reforcem como estas se inseriam em uma dinâmica territorial que remonta uma história com ampla profundidade temporal.

Assim, retomando o debate acerca do movimento de descolonização da arqueologia apresentado por Silva (*no prelo*) e a responsabilidade social dos arqueólogos para a qual Hodder (1995) chama a atenção, acreditamos que os estudos acerca da história Jê Meridional não podem se privar de refletir sobre o modo pelo qual os discursos produzidos ressoam no presente destas comunidades. Ademais, há que se investir na realização de pesquisas que possibilitem uma visãoêmica acerca das trajetórias históricas destas populações.

⁶⁵ Conforme plano de desenvolvimento regional de turismo do Estado de Santa Catarina, 2010/2020, “Vale Europeu”. disponível em http://sol.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2786.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAN, N. **Uso, manejo, conhecimento local e caracterização morfológica de variedades de *Auracaria augustifolia* (Bert.) Ktze., no planalto serrano catarinense.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, Florianópolis, 2013.

ALMEIDA, M. R. C. História e Antropologia. In: Cardoso, C. F.; Vainfas, R. **Novos domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 152-168.

ALMEIDA, C. S. de; NÖTZOLD, A. L. V.. Da imagem do outro à Nova História Indígena. In: FLORES, B.; BRANCHER, A (orgs.). **Historiografia: 35 anos.** Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2011. p. 60 – 78.

AMBROSETTI, J. B. Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones), con un vocabulario. **Revista del Jardín Zoológico de Buenos Aires**, tomo II, ent. 10, p. 305-387. 1895.

ARAÚJO, A. G. M. **Teoria e método em Arqueologia Regional:** um estudo de caso no Alto Paranapanema, estado de São Paulo. Tese (doutorado) em Arqueologia, MAE/USP. 2001.

BALEÉ, W. Indigenous Forest Management. **Footprints of the forest.** Ka'apor Ethnobotany – the historical ecology of plant utilization by an Amazonian People. Columbia university press, 1994. p. 116-134.

BARTH, F. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, P. ; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade:** Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1998. pp.187-227.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999-2000.

BASTOS, M. Q. R. **Mobilidade Humana no Litoral Brasileiro: análise de isótopos de estrôncio no sambaqui do Forte Marechal Luz.** Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Rio de Janeiro, 2009.

BEBER, M. V. O sistema do assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé. Tese (doutorado), UNISINOS, 2004.

BECKER, I. I. B. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. **Documentos**, n. 05, 1991. 2ed. 2006. p. 125-147.

BEHLING, H. *et al.* Late Quaternary Araucaria forest, grassland (Campos), fire and climate dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Cambara do Sul core in southern Brazil. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, 203, 2004. 277-297.

BENEDET, C; GUCHÉRT, A. **Atlas ambiental escolar do município de Alfredo Wagner.** Florianópolis: 2008. 106p.

BESPALEZ, E. **Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na Aldeia Lalima, Miranda/MS:** um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo: USP, 2009.

BINFORD, L. R. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, 28, p. 217-225, 1962.

_____. Organization and formation processes: looking at curated technologies. **Journal of Anthropological Research**, 35(3):255-273. 1979.

_____. **Em busca do passado:** a decodificação do registro arqueológico. Fórum da História, 1991.

BONOMO, M. *et al.* A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and litoral zone of southern Brazil. **Quaternary International**, 356, 2015. p. 54-73.

BORBA, T. M.. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. **Revista do Museu Paulista**, vol. VI, pp. 53-62. São Paulo: Typographia do Diário Oficial. 1904.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas (SP): Papyrus, 1996.

BOWSER, B. J. ZEDEÑO, M. N. The archaeology of meaningful places. In. _____ (eds). **The archaeology of meaningful places**. Utah: The University of Utah Press, 2009. P. 1-14.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a historia**. 2. ed. São Paulo (SP): Perspectiva, 2009. 289p.

BRANDI, R. A. Arqueologia no Vale do Itajaí, SC: registros, revisões e hipóteses. **Anais do V Encontro da SAB/SUL**, 2006, Rio Grande/RS.

BRIGHENTI, C. A. Povos indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, A. L. V.; ROSA, H. A.; BRINGMANN, S. F. (orgs.). **Etnohistória, História Indígena e Educação**: contribuições ao debate. Porto Alegre: Palotti, 2012. p . 37-65.

_____. Terras indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, A. L. V.; ROSA, H. A.; BRINGMANN, S. F. (orgs.). **Etnohistória, História Indígena e Educação**: contribuições ao debate. Porto Alegre: Palotti, 2012. P. 255-277.

BROCHADO, J. P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da Tradição Policrômica da Amazônia. **Dédalo**, São Paulo, n. 27, 1989. p. 65-82.

BRINGMANN, S. F. **Índios, colonos e fazendeiros**: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas terras altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). Dissertação (mestrado), História, UFSC, 2010.

BRÜGGEMANN, A. A. Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. 198p.

BUENO, L. PEREIRA, E. Indústrias líticas em sítios cerâmicos na Amazônia: um estudo do sítio Domingos, Canaã dos Carajás, Pará. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia / USP**, v.17. 2007.

BURKE, P. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CALDARELLI, S. HERBERTS, A. L. Estruturas habitacionais escavadas na bacia do rio Chapecó, extremo oeste catarinense. **Pesquisas**, São Leopoldo/RS, n. 58, 2002.

CAVALCANTE, T. L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História** (São Paulo), 30, n. 1, p. 349-371, jan/jul 2011.

CHILDE, G. V. **Para uma recuperação do passado**: a interpretação dos dados arqueológicos. São Paulo: Difel, 1969. .

CHMYZ, I. O sítio arqueológico PR UV 1 (abrigo sob-rocha casa de pedra). **Arqueologia**, n. 3, jul. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, 1967a.

_____. Dados parciais sobre a arqueologia do vale do rio Paranapanema. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas [1965-1966]**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém/PA, 1967b.

CLAUDINO, D. C. **Arqueologia na Encosta Catarinense**: em busca dos vestígios materiais Xokleng. Dissertação (mestrado). Unisinos, São Leopoldo/RS, 2011.

COLLINS, M. B. Lithic Technology as a means of Processual Inference. In SWANSON, E. (ed.) **Lithic Technology. Making and Using Stone Tools**. Mouton Publishers, The Hauge-Paris. 1975.

CONSCIENCIA CONSULTORIA CIENTIFICA. Projeto de salvamento arqueológico na área de implantação da LT 69kv, PCH Ibirama. Sítios Operário, Rio Selin I e Rio Selin II. Ibirama, Alto Vale do Itajaí, SC. **Relatório Final**. Florianópolis, 2014.

COPÉ, S.; M. Narrativas espaciais das ações humanas: História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul-brasileiro. **Revista de Arqueologia**, n. 19, 2006.

_____. As paisagens culturais do planalto sul brasileiro. A aplicação da abordagem da arqueologia da paisagem ao estudo dos sítios arqueológicos do planalto sul brasileiro: estudos de caso no Rio Grande do Sul. In.: MACEDO, J. de.; ANDRADE, R. de.; TERRA, C. (orgs). **Arqueologia na Paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012. P. 92-121.

CORTELETTI, R. **Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA: um estudo da presença Jê no planalto catarinense**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, MAE/USP. 2012.

CRUZ, T. M. S. **Etnoecologia de paisagens na terra indígena Ibirama Laklânõ, Santa Catarina, Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Florianópolis, 2014

CUNHA, M. C. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DE MASI, M. A. N. **Pescadores Coletores da Costa Sul do Brasil. Pesquisas**, Antropologia: Revista do IAP, São Leopoldo, n. 57, 2001.

_____. Arqueologia das terras altas do sul do Brasil: o baixo vale do Rio Canoas, SC. In: _____. **Xokleng 2860 a. C. as terras altas do sul do Brasil: transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória**. Tubarão/SC: Unisul, 2006.

DIAS, A. **Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. MAE/USP, São Paulo. 2003.

_____. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 2, n. 1, p. 59-76, jan-abr. 2007.

DIAS, A. S. HOELTZ, S. E. Proposta metodológica para o estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. **Revista do CEPA**, 21 (25): 21-62. 1997.

_____. **Indústrias Líticas em contexto: O problema Humaitá na Arqueologia Sul Brasileira. Revista de Arqueologia. V. 23, 2010.**

DIAS, A. JACOBUS, A. **Quão antigo é o povoamento do Sul do Brasil? Revista do CEPA, 27 (38): 39-67. 2003.**

DIAS, A. S.; SILVA, F. A. **Sistema tecnológico e estilo: as implicações desta inter-relação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. Revista do MAE, São Paulo, n. 11, 2001. p. 95-108.**

DIAZ-ANDREU, M. **Nacionalismo e arqueologia: o contexto político da nossa disciplina. Revista Aulas, Dossiê Identidades Nacionais, n. 2 – outubro/novembro, 2006. p. 1-42.**

EBLE, A. B. **Problemas arqueológicos da região do Alto Vale do Itajaí. Anais do Museu de Antropologia, UFSC, 1973a.**

_____. **Identificação arqueológica de padrões de povoamento e de subsistência na região do Alto Vale do Itajaí – Santa Catarina. Anais do Museu de Antropologia, UFSC, 1973b.**

FARIAS, D. S. E. **Distribuição e Padrão de Assentamento – Propostas para os sítios da Tradição Umbu na Encosta de Santa Catarina. Tese (Doutorado) – PUC/RS, Porto Alegre, 2005.**

FARIAS, D. S. E. SCHMITZ, P. I. **Linguagem, dispersão e diversidade das populações Macro-Jê no Brasil Meridional durante a pré-história brasileira. Palhoça: Ed. Unisul, 2013.**

FAUSTO, C. **Os índios antes do Brasil. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2000. 86p.**

FERREIRA, L. M. **Vestígios de civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). Revista de História Regional 4(1): 9-36, 1999.**

FOUCAULT, M. **Os intelectuais e o poder. In._____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 69-78.**

FOSSARI, T. D. **A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis. Tese (Doutorado) - Universidade**

Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2004.

GALVAO, E. Áreas culturais indígenas no Brasil: 1900/1959. In: _____. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 193-228.

GIDDENS, A. **Dualidade da estrutura: agência e estrutura**. Oeiras (Portugal): Celta Editora, 2000.

HALL, S. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: SOVIK, L. (org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 95-120.

HAVERROTH, M.; **Kaingang : um estudo etnobotânico** : O uso e a classificação das plantas na área indígena Xapeco (oeste de SC). 1997. 192p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

HECKENBERGER, M. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na *longue durée*, 1000-2000 d. C. In: FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. (orgs). **Os povos do Alto Xingu: História e Cultura**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p. 21-62.

HEINEBERG, M. R. **Conhecimento e uso das plantas pelos xokleng na TI Ibirama-Laklãnõ, Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Biologia de Fungos, Algas e Plantas, Florianópolis, 2014.

HODDER, I. **Interpretación em Arqueología: corrientes atuais**. Editorial Crítica: Barcelona (Espanha), 1988.

_____. **Theory and practice in Archaeology**. London/New York: Routledge, 1995.

HOELTZ, S. E.; BRUGGEMAN, A. As indústrias líticas na área da UHE Foz do Chapecó, oeste catarinense: antiguidade, estratégia tecnológica e variabilidade. In.: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro. Ignácio. **Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Editora Argos, p.105-136, 2011.

IHERING, H. von. Os Guayanãs e Caingangs de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, vol. VI, pp. 23-44. São Paulo: Typographia do Diário Official. 1904.

IRIARTE, J. BEHLING, H. The expansion of Araucaria forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. **Environmental Archaeology**. Vol. 12 N. 2. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Vegetação, Carta Florianópolis, Folha SG-22-Z-D. 2004.

IZIDRO, J. M. **O jazigo funerário de Içara no contexto do litoral catarinense**. Dissertação (mestrado). Unisinos, São Leopoldo/RS, 2001.

JAIMEZ, V. J. La Premisa Pompeya y las “Cabañas Semisubterráneas” del sur de la Península Ibérica (IV-III milenios A.C.). **Mainake**, XXIX, 2007.

JOLKELSKY, M. P. de V. **Reconstrução Fonológica e Lexical do Proto-Jê Meridional**. Dissertação (mestrado) em Linguística. Unicamp, Campinas, 2010.

KROEBER, A. L. The culture-area and age-area concepts of Clark Wissler. (1928). In: LYMAN, R. L.; O'BRIEN, M. J.; DUNNEL, R. C. **Americanist Culture History: fundamentals of Time, Space, and Form**. Nova Iorque; Londres: Plenum Press, 1997. P. 121-138.

KUNTZ, J.; SOUZA, V.C. A família Magnoliaceae no Brasil. In: 64º Congresso Nacional de Botânica, 2013, Belo Horizonte. **Anais do 64º Congresso Nacional de Botânica**, 2013.

LA SALVIA, F. A habitação subterrânea: uma adaptação ecológica. In: WEIMER, G. (org.). **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. 1987.

LAROQUE, L. F. da S. Fronteiras Geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). São Leopoldo: Unisinos, 2007.

LAVINA, R. **Os Xokleng de Santa Catarina**. Uma etnohistória e contribuições para arqueólogos. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: UNISINOS. 1994.

LIMA, T. A. A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. **Canindé**, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, n. 10, dez. 2007. p. 11-25.

_____. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v.6, n.1:11-24. 2011.

LOCH, Silvia. **Arquiteturas xoklengs contemporâneas**: uma introdução à antropologia do espaço na terra indígena de Ibirama. Florianópolis, 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

LOWIE, R. The Jeicó. In: STEWARD, J. (org). **Handbook of South American Indians**, Volume I – The Marginal Tribes. Washington (Estados Unidos): Government Printing Office, 1946. p. 567.

_____. The northwestern and central Ge. In: STEWARD, J. (org). **Handbook of South American Indians**, Volume I – The Marginal Tribes. Washington (Estados Unidos): Government Printing Office, 1946. p. 477-517.

LYDON, J.; RIZVI, U. Z. (eds.). **Handbook of Postcolonial Archaeology** (World Archaeological Congress Research Handbooks in Archaeology, Volume 3); Left Coast Press, Walnut Creek, CA, 2010, 525 pp.

MABILDE, P. **Apontamentos** sobre os Índios Selvagens das Nações Coroados dos matos do Rio Grande do Sul 1836-1866. São Paulo: IBRASA, 1983. 232p.

MACHADO, J. S. Montículos Artificiais na Amazônia Central: um estudo de caso do sítio Hatahara, Amazonas. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnografia/USP, São Paulo: 2005.

_____. História(s) Indígenas(s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista da SAB**, v. 26, n. 1, 2013. p. 72-85.

MATTOS, H. História e movimentos sociais. In: Cardoso, C. F.; Vainfas, R. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 95-111.

MELATTI, J. C. Capítulo 1 - Por que áreas etnográficas? In: _____. **Áreas etnográficas da América Indígena**. Apostila destinada a curso de extensão. Última atualização de 2011a. Disponível em <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/00areas.htm>. Acesso em 04-09-2014. 10p.

_____. Capítulo 33 – Atlanto-Platina: Jês. In: _____. **Áreas etnográficas da América Indígena**. 2011b. Apostila destinada a curso de extensão. Última atualização de 2011n. Disponível em <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/00areas.htm>. Acesso em 04-09-2014. 13p.

MELLO-SILVA, R. Magnoliaceae in Lista de Espécies da Flora do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB8794>>. Acesso em: 16 Jul. 2015

MENESES, U. B. de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, nova série, n. 115. São Paulo: USP, jul/dez, 1983. p. 103-117.

_____. Identidade cultural e arqueologia. In. BOSI, A. (org.). **Cultura brasileira** – temas e situações. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1992. p. 182-190.

METRAUX, A. The Caingang. In: STEWARD, J. (org). **Handbook of South American Indians**, Volume I – The Marginal Tribes. Washington (Estados Unidos): Government Printing Office, 1946. p. 445-475.

METRAUX, A.; NIMUENDAJU, C. The Camacan Linguistic Family. In: STEWARD, J. (org). **Handbook of South American Indians**, Volume I – The Marginal Tribes. Washington (Estados Unidos): Government Printing Office, 1946. p. 547-552.

MILLER, E. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas [1965-1966]**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém/PA, 1967.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. **Tupis, Tapuias e Historiadores** Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de livre docência. Unicamp, Campinas, 2001.

MOTA, L. T. A denominação kaingang na literatura antropológica, histórica e linguística.. In: Tommasino, Kimiye; Mota, Lucio Tadeu; Noelli, Francisco Silva. (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. 1ed. Londrina: Eduel, 2004, v. , p. 1-16.

_____. Os territórios Kaingang entre os rios Goio-Covó (Iguaçu) e Goioant (Uruguai) no Paraná e Santa Catarina no século XIX. In: NÖTZOLD, A. L. V.; ROSA, H. A.; BRINGMANN, S. F. (orgs.). **Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Palotti, 2012.

MÜLLER, L. M. Casas subterrâneas do planalto catarinense: estudo de caso do sítio SC-AG-107. **Anais do XIV Congresso da SAB**, Florianópolis, 2007.

NEVES, E. G. Tradição oral e arqueologia na história indígena no Alto Rio Negro. In: FORLINE, L. C.; MURRIETA, R. S. S.; VIEIRA, I. C. G. **Amazônia: além dos 500 anos**. Belém (PA): Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006. p. 71-108.

NIMUENDAJU, C. Mapa etnohistórico. 1944.

NOELLI, F. S. **Sem Tekohá não há Tekó** (em busca de um modeo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS). Porto Alegre: PUCRS, 1993.

_____. Por uma revisão das hipóteses sobre os centros de origem e rotas de expansão pré-históricas dos Tupi. **Estudos Ibero-americanos**, PUCRS, v. XX, n. 1, p. 107-135, julho, 1994.

_____. Os Jê do Brasil meridional e a antigüidade da agricultura: elementos da lingüística, arqueologia e etnografia. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 22, n.1, p. 13-25. 1996.

_____. Repensando os rótulos e a História dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3, 1999, p. 285-302.

_____. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2000. **Revista USP**, dez/jan/fev, 1999/2000.

_____. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: TOMMASINO, K.; MOTTA, L. T. NOELLI, F. S. (orgs.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina (PR): Editora da Universidade de Londrina, 2004.

NOELLI, F. S.; FERREIRA, L. M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p. 1239-1264, set.-dez. 2007.

OKUMURA, M. M. M. **Diversidade morfológica craniana, micro-evolução e ocupação pré-histórica da costa brasileira**. Tese (doutorado). São Paulo, USP. 2007.

OLIVEIRA, K. N. de. **Mapeamento e caracterização do uso e cobertura das terras rurais - Alfredo Wagner, SC**. Florianópolis, 2005. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil.

OPPITZ, G. **Vivendo a paisagem: contribuições transdisciplinares para o estudo do contexto regional de sambaquis do litoral central de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Graduação em História, UFSC. 2011.

OPPITZ, G. REIS, L. B. Agência indígena no Brasil Império: problematizando a atuação dos líderes indígenas Condá e Virí em meados do séculos XIX. In. NÖTZOLD, A. L. V.; ROSA, H. A.; BRINGMANN, S. F. (orgs.). **Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Palotti, 2012.

PACHECO DE OLIVEIRA, J.; FREIRE, C. A. da R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

PARELLADA, C. I. **Estudo arqueológico no Alto Vale do Rio Ribeira: Área do Gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná**. Tese (doutorado), MAE/USP. 2005.

PANEK JUNIOR, C. A. NOELLI, F. S. A distribuição geográfica dos sítios arqueológicos Je com estruturas semi-subterrâneas no sul do Brasil. In.: DE MASI, M. A. N. **Xokleng 2860 a. C. as terras altas do sul do Brasil**: transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória. Tubarão/SC: Unisul, 2006.

PEREIRA, W. Os Xokleng e a questão ambiental – O caso da sobreposição entre a TI Ibirama La Klãnõ e as UCs Arie Serra da Abelha e Rebio do Sassafrás. In.: RICARDO, F. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições organização**. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2004.

PERES, J. A. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**. Florianópolis, 2009. 159 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2009

_____. Entre o litoral e o planalto: o nomadismo Xokleng e sua trajetória de contato (1850-1914). In. NÖTZOLD, A. L. V.; ROSA, H. A.; BRINGMANN, S. F. (orgs.). **Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Palotti, 2012.

PIAZZA, W. F. **Nomenclatura dos sítios arqueológicos catarinenses**. Mimeo. Acervo do MARQUE/UFSC, 1966a.

_____. **Memória arqueológica sobre o Vale do Itajaí (Santa Catarina – Brasil)**. Mimeo. Acervo do MARQUE/UFSC, 1966b.

_____. Nota preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas no Estado de Santa Catarina. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas [1965-1966]**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém/PA 1967.

PIAZZA, W. F. EBLE, A. B. Arqueologia do Vale do Itajaí: sítio cerâmico Rio Plate (SC.VI.19). **Blumenau em Cadernos**, 1968.

POSEY, D. A. Indigenous Management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapó indians of the Brazilian amazon. In.: DOVE, M.; CARPENTER, C. **Environmental Anthropology**. A historical reader. Blackwell Publishing, 2008. p. 89-101.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Ed. UnB, 1992.

PROUS, A. PIAZZA, W. F. **Documents pour la prehistoire du Bresil Meridional**. Paris: Ecole des Hautes Etudes en science sociales. 1977.

REIS, J. A. **Arqueologia dos buracos de bugre: uma pré-história do Planalto Meridional**. Caxias do Sul/RS: Edusc, 2002.

_____. **“Não pensa muito que dói”**: um palimpsesto sobre teoria na Arqueologia Brasileira. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

REIS, L. B. **Subsídios para o estudo das Estruturas Subterrâneas no litoral de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Florianópolis, UFSC, 2011.

REIS, M. J. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto Catarinense**. Erechim/RS: Habilis, 2007.

_____. **Parecer sobre sítios arqueológicos localizados no “Parque Floresta Renê Frey” (Fraiburgo/SC)**. Florianópolis, 2011.

REIS, M. S. dos; LADIO, A.; PERONI, N. Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension. **Ecology and Society** 19(2): 43. 2014. <http://dx.doi.org/10.5751/ES-06163-190243>

ROHR, J. A. O sítio arqueológico de Alfredo Wagner: SC-VI-13. **Pesquisas**, São Leopoldo/RS, n. 17, 1967. Série Antropologia

_____. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. **Pesquisas**, São Leopoldo/RS, n.24, 1971. Série Antropologia

_____. **O sítio arqueológico do Pântano do Sul SC - F - 10**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1977.

_____. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. **Anais** do Museu de Antropologia, Museu Universitário, UFSC, Florianópolis, n. 17, p. 77-168, 1984.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, M. C. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 53-86.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

SALDANHA, J. D. Paisagem e Sepultamentos nas Terras Altas do sul do Brasil. **Revista de Arqueologia** (Belém), v. 21, p. 5, 2008.

SANTOS, R. B. **A luta indígena pela terra no Brasil contemporâneo: um estudo etnohistórico da ocupação Kaingáng em Fraiburgo - SC** (2009). TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. 2014.

SANTOS, S. C. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973.

_____. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Ed. da UFSC; [Itajai]: Ed. da UNIVALI, 1997. 152p.

SCHIFFER, M. Archaeological context and systemic context. **American Antiquity**, 37: 156-165, 1972.

_____. The structure of archaeological theory. **American Antiquity**, 53 (3), 1988.

_____. Los procesos de formación del registro arqueológico. **Boletín de Antropología Americana**, n. 23, julho de 1991.

SCHLANGER S. H. Recognizing persistent places in Anasazi settlement systems. In: ROSSIGNOL J and WANDSNIDER L (eds) **Space, Time, and Archaeological Landscapes**. New York: Plenum Press, 1992. P. 91–112.

SCHMITZ, P. I. As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. **Documentos**, São Leopoldo, n. 02, p. 75-130, 1988.

_____. Acampamentos litorâneos em Içara, SC: um exercício em padrão de assentamento. **Clio – Série Arqueológica**, n. 11, 1996. p. 99-118.

SCHMITZ, P. I. **As casas subterrâneas de São José do Cerrito/SC**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2014.

SCHMITZ, P. I.; BECKER, I. I. B. Os primitivos engenheiros do Planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. **Documentos**, n. 05, 1991. 2ed. 2006. p. 65-99.

SCHMITZ, P. I.; NOVASCO, R. Pequena história Jê meridional através do mapeamento dos sítios datados. **Pesquisas**, n. 70, 2013.

SCHMITZ, P. I. ROGGE, J. H. Dados e reflexões para o sistema de assentamento de populações ceramistas do planalto do Rio Grande do Sul. **Revista de Arqueologia**, 17:101-115. 2004.

_____ 107 ‘casas subterrâneas’ no início do povoamento Jê Meridional em Santa Catarina: Rincão dos Albinos. **Revista do MAE**, São Paulo, n. 21, p. 185-204, 2011.

_____. Pesquisando a trajetória do Jê meridional. **Pesquisas**, n. 70, 2013.

SCHMITZ, P. I. *et al.* O Sítio da Praia das Laranjeira II. Uma aldeia da Tradição Ceramista Itararé. **Pesquisas**, n. 49, 1993.

_____. O Projeto Vacaria: casas subterrâneas no Planalto Rio-grandense. **Pesquisas**, 58, 2002.

_____. Os índios engenheiros e suas estranhas casas enterradas. Anais do I Colóquio sobre sítios construídos: casas subterrâneas. Santa Maria/RS: Palotti, 2005.

_____. Taió, no Vale do Rio Itajaí, SC: o encontro de antigos caçadores com as casas subterrâneas. **Pesquisas**, São Leopoldo/RS, n. 67, 2009. Série Antropologia.

_____. Rincão dos Albinos um grande sítio Jê meridional. **Pesquisas**, n. 70, 2013.

SCHRÖDER, P. H. **Inventário e caracterização espeleológica preliminar das cavidades na bacia do Caeté, município de Alfredo Wagner/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia, UFSC, 2005.

SILVA, F. A. As cerâmicas dos Jê do Sul e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (orgs.). **Uri e Wãxi** – estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina (PR): Ed. UEL, 2000. p. 59-80.

_____. **O significado da variabilidade artefactual**: a cerâmica dos Asurini do Xingu e a plumária dos Kayapó-Xikrin do Cateté. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 91-103, jan-abr. 2007.

_____. Arqueologia como tradução do passado no presente. **Amazônica** 3 (2): 260-267, 2011.

_____. O plural e o singular das arqueologias indígenas. **Revista da SAB**, v. 25, n. 2, p. 24-42, 2012.

_____. Território, lugares e memória dos Asurini do Xingu. **Revista da SAB**, v. 26, n. 1, p. 28-41, 2013.

_____. **O Passado no Presente**: narrativas arqueológicas e narrativas indígenas. (*no prelo*).

SILVA, F. A.; NOELLI, F. S. Para uma síntese dos Jê do Sul: igualdades, diferenças e dúvidas para a etnografia, etno-história e arqueologia. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 22, n.1, p. 5-12. 1996.

SILVA, F. A.; STUCHI, F. F. Evidências e significados da mobilidade territorial: a Terra Indígena Kaiabi (Mato Grosso, Pará). **Amazônica 2** (1): 46-70, 2010.

SILVA, F. A.; BESPALAZ, E.; STUCHI, F. F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. **Amazônica 3** (1): 32-59, 2011.

SILVA, S. B. Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para compreensão das sociedades Proto-Jê Meridionais. Tese de doutorado, USP. 2001.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000b. 4 ed. p. 73-102.

SOUSA, G. S. de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 4. ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Ed. Univ. São Paulo, 1971.

SOUZA, J. G. **A cerâmica de Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas Jê meridionais: uma reanálise dos dados**. Trabalho de conclusão de curso (TCC) em História (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

_____. **Paisagem ritual no Planalto Meridional Brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários Jê do Sul em Pinhal da Serra, RS**. Dissertação (mestrado), MAE/USP. 2012.

SOUZA, M. C. **O traço e o círculo: o conceito de parentesco entre os Jê e seus antropólogos**. Tese (doutorado) em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

SOUZA, S. M.; MÜLLER, L. M. Cremações e sepultamentos: as estruturas anelares do planalto. In.: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (orgs). **Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó, SC: ARGOS, 2011.

STARK, M. Technical choices and social boundaries in Material Culture Patterning: an Introduction. In.: _____. **The archaeology of social boundaries**. Smithsonian Institution Press, Washington and London, 1998. P. 1-11.

STEWART, J. (org). **Handbook of South American Indians**, Volume I – The Marginal Tribes. Washington (Estados Unidos): Government Printing Office, 1946.

STUCHI, F. F. **A ocupação da Terra Indígena Kaiabi (MT/PA): história indígena e etnoarqueologia**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo: USP, 2010.

TOMMASINO, K. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi. In: TOMMASINO, K; MOTA, L. T.; NOELLI, F. (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, p. 355-413, 2004.

TOMAZZOLI, E. R. PELLERIN, J. R. G. M. **Aspectos geológico-geomorfológicos do Sul da Ilha de Santa Catarina**. 2001.

TOMAZZOLI, E. R. *et al.* 2012. Espeleologia na Ilha de Santa Catarina: um estudo preliminar das cavernas da Ilha. **Espeleo-tema**, v. 23, n. 2, SBE, Campinas/SP. p. 71-85.

TRIGGER, B. G. **História do pensamento arqueológico**. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2004.

URBAN, F. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 87-102.

VEIGA, J. Cosmologia Kaingang e suas práticas rituais. XXIV Encontro Anual da Anpocs. GT 04 Etnologia Indígena. Sessão 2. 2000.

VICROSKI, F. J. N. FRANK, H. T. A problemática das galerias subterrâneas na Arqueologia do Sul do Brasil. **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional**, 2013.

VIEIRA, E. S. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**. Florianópolis, SC, 2004. Dissertação (Mestrado) -

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História. 112p.

WAGNER, A. **Alfredo Wagner**: Terra, Água e Índios. Florianópolis: Fundação Alfredo Wagner, 2002.

WIESEMANN, U. Os dialetos da língua Kaingáng e o Xoklég. **Arquivos de Anatomia e Antropologia** (Instituto de Antropologia Prof. Souza Marques, Rio de Janeiro), vol. III, p. 199-217. 1978.

WILLEY, G. PHILLIPS, P. 1954. Teoría y Método de la Arqueología norteamericana. **Ciencias Sociales**, Union panamericana, Washington, D. C., n. 30. v. 5, 273-281.

WITTMANN, L. **Atos do contato**: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Dissertação (mestrado) em História. Unicamp, 2005.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 4 ed., pp. 7-72.

WUST, I. **Continuidade e Mudança**: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso. Tese (doutorado), Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 1990.

_____. Continuities and discontinuities: archaeology and ethnoarchaeology in the heart of the Eastern Bororo territory, Mato Grosso, Brazil. **Antiquity**, n. 72, 1998, p. 663-675.

WUST, I. BARRETO, C. The ring villages of Central Brazil: a challenge for Amazonian Archaeology. **Latin American Antiquity**, vol. 10, n. 1, 1999.

ZEDEÑO, M. N. Landscapes, Land Use, and the History of territory formation: an example from the Puebloan Southwest. **Journal of archaeological method and theory**, vol. 4. n. 1, 1997. p. 67-103.

_____. The archaeology of territory and territoriality. In.: DAVID, B. THOMAS, J. **Handbook of landscape archaeology**. Walnut Creek (California/EUA): Left Coast Press, 2008. p. 210-217.

ANEXOS

**ANEXO I - DATAÇÕES DOS SÍTIOS RELACIONADOS À OCUPAÇÃO JÊ
MERIDIONAL EM SANTA CATARINA E GRÁFICO DE VARIAÇÃO DE
SIGMA**

Dados reunidos por Schmitz e Rogge (2011) e complementados com publicações posteriores: Corteletti (2012); Farias e Schmitz, 2013; entre outras.

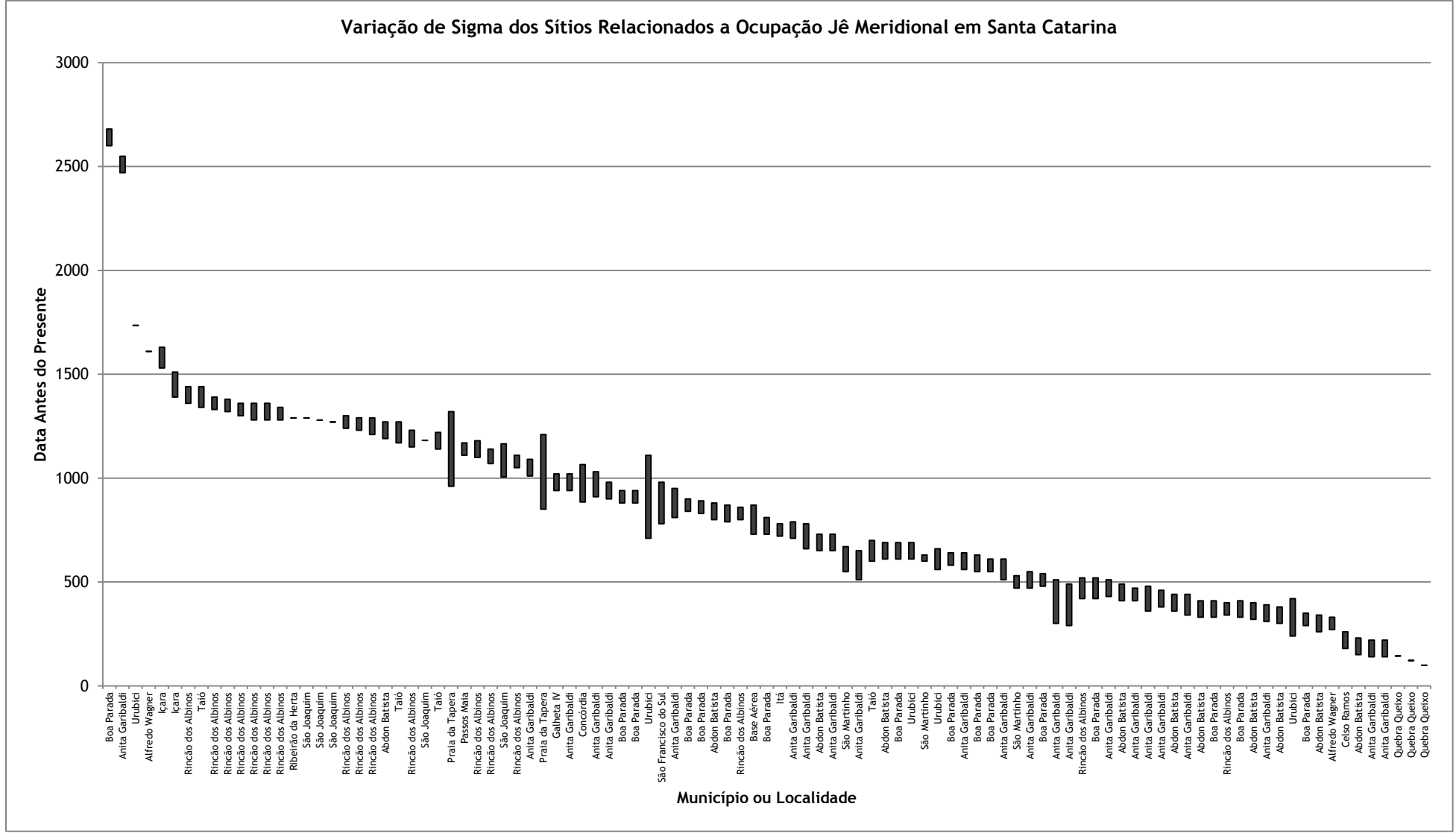
Local	Data AP	Tipo	Fonte
Boa Parada	2640±40	sob aterro	Schmitz et al. 2010
Anita Garibaldi	2510±40	sem indicação	De Masi 2005
Urubici	1735*	esqueletos	De Masi 2001
Alfredo Wagner	1610*	esqueletos	De Masi 2001
Içara	1580±50	Cemitério	Schmitz, 1999
Içara	1450±60	Cemitério	Schmitz, 1999
Rincão dos Albinos	1400±40	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2011
Taió	1390±50	estrutura subterrânea	Schmitz et al. 2009
Rincão dos Albinos	1360±30	estrutura subterrânea	Farias e Schmitz, 2013
Rincão dos Albinos	1350±30	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2012
Rincão dos Albinos	1330±30	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2012
Rincão dos Albinos	1320±40	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2011
Rincão dos Albinos	1320±40	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2011
Rincão dos Albinos	1310±30	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2012
Ribeirão da Herta	1290*	Esqueletos	De Masi 2001
São Joaquim	1290*	Esqueletos	De Masi 2001
São Joaquim	1280*	Esqueletos	De Masi 2001
São Joaquim	1270*	Esqueletos	De Masi 2001
Rincão dos Albinos	1270±30	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2012
Rincão dos Albinos	1260±30	estrutura subterrânea	Farias e Schmitz, 2013
Rincão dos Albinos	1250±40	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2011

Abdon Batista	1230±40	sem indicação	De Masi 2005
Taió	1220±50	estrutura subterrânea	Schmitz et al. 2009
Rincão dos Albinos	1190±40	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2011
São Joaquim	1182*	esqueletos	De Masi 2001
Taió	1180±40	estrutura subterrânea	Schmitz et al. 2009
Praia da Tapera	1140±180	sítio cerâmico	Silva et al. 1990
Passos Maia	1140±30	estrutura subterrânea	Schwengberg, 2012
Rincão dos Albinos	1140±40	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2011
Rincão dos Albinos	1110±40	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2011
São Joaquim	1085±80	estrutura subterrânea	Smithsonian Institution, s. d.
Rincão dos Albinos	1080±30	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2011
Anita Garibaldi	1050±40	sem indicação	De Masi 2005
Praia da Tapera	1030±180	sítio cerâmico	Silva et al. 1990
Galheta IV	980±40	esqueletos	De Blasis et al.
Anita Garibaldi	980±40	montículo	Herberts e Müller 2007
Concórdia	975±90	Sítio a céu aberto	Schmitz, 1988
Anita Garibaldi	970±60	Estrutura subterrânea	Müller, 2011
Anita Garibaldi	940±40	sem indicação	De Masi 2005
Boa Parada	910±30	Aterro plataforma	Beber, 2013
Boa Parada	910±30	Estrutura Subterrânea	Beber, 2013
Urubici	910±200	abrigo	Piazza 1966
São Francisco do Sul	880±100	sítio cerâmico	Bryan 1961
Anita Garibaldi	880±70	Estrutura subterrânea	Müller, 2011

Boa Parada	870±30	Estrutura subterrânea	Beber, 2013
Boa Parada	860±30	Estrutura subterrânea	Beber, 2013
Abdon Batista	840±40	sem indicação	De Masi 2005
Boa Parada	830±40	estrutura subterrânea	Beber, 2013
Rincão dos Albinos	830±30	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2012
Base Aérea	800±70	sítio cerâmico	Rohr 1959
Boa Parada	770±40	montículo	Schmitz et al. 2010
Itá	750±30	Aldeia a céu aberto	Farias e Schmitz, 2013
Anita Garibaldi	750±40	Estrutura subterrânea	Müller, 2011
Anita Garibaldi	720±60	Estrutura subterrânea	Müller, 2011
Abdon Batista	690±40	sem indicação	Schmitz et al. 2010
Anita Garibaldi	690±40	montículo	De Masi 2005
São Martinho	670 a 550	Aldeia a céu aberto	De Masi, s/d.
Anita Garibaldi	650-510	Estrutura anelar	Müller, 2011
Taió	650±50	estrutura subterrânea	De Masi 2005
Abdon Batista	650±40	sem indicação	De Masi 2005
Boa Parada	640±40	estrutura subterrânea	Schmitz et al. 2009
Urubici	640±40	estrutura subterrânea	Corteletti, 2012
São Martinho	630-600	Superficial	De Masi, s/d
Urubici	610±50	Estrutura subterrânea	Corteletti, 2012
Boa Parada	610±30	Aterro plataforma	Beber, 2013
Anita Garibaldi	600±40	montículo	De Masi 2005
Boa Parada	590±40	estrutura subterrânea	Beber, 2013

Boa Parada	580±30	Aterro plataforma	Beber, 2013
Anita Garibaldi	560±50	montículo	Saldanha, 2005
São Martinho	530 a 470	Aldeia a céu aberto	De Masi, s/d
Anita Garibaldi	510±40	Estrutura subterrânea	Müller, 2011
Boa Parada	510±30	Aterro plataforma	Beber, 2013
Anita Garibaldi	510-300	Estrutura anelar	Müller, 2011
Anita Garibaldi	490-290	Estrutura anelar	Müller, 2011
Rincão dos Albinos	470±50	estrutura subterrânea	Saldanha, 2005
Boa Parada	470±50	estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2011
Anita Garibaldi	470±40	montículo	Schmitz et al. 2010
Abdon Batista	450±40	sem indicação	De Masi 2005
Anita Garibaldi	430±40	montículo	De Masi 2005
Anita Garibaldi	420±60	Estrutura subterrânea	Müller, 2011
Anita Garibaldi	420±40	montículo	De Masi 2005
Abdon Batista	400±40	sem indicação	De Masi 2005
Anita Garibaldi	390±50	montículo	Herberts e Müller 2007
Abdon Batista	370±40	sem indicação	De Masi 2005
Boa Parada	370±40	Estrutura subterrânea	Beber, 2013
Rincão dos Albinos	370±30	Estrutura subterrânea	Schmitz e Rogge, 2012
Boa Parada	370±40	Estrutura subterrânea	Beber, 2013
Abdon Batista	360±40	montículo	De Masi 2005
Anita Garibaldi	350±40	montículo	Herberts e Müller 2007
Abdon Batista	340±40	sem indicação	De Masi 2005

Urubici	330±90	Aldeia a céu aberto	Schmitz, 1988
Boa Parada	320±30	Estrutura Subterrânea	Beber, 2013
Abdon Batista	300±40	sem indicação	De Masi 2005
Alfredo Wagner	300±30	Estruturas subterrânea	Inédito
Celso Ramos	220±40	montículo	De Masi 2005
Abdon Batista	190±40	sem indicação	De Masi 2005
Anita Garibaldi	180±40	sem indicação	De Masi 2005
Anita Garibaldi	180±40	litocerâmico	Saldanha 2005
Quebra Queixo	144*	estrutura subterrânea	Caldarelli e Herberts 2002
Quebra Queixo	122*	estrutura subterrânea	Caldarelli e Herberts 2002
Quebra Queixo	100*	estrutura subterrânea	Caldarelli e Herberts 2002



**ANEXO II - ANÁLISE DOS REMANESCENTES ÓSSEOS
HUMANOS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO ALTO JARARACA
II, ALFREDO WAGNER**

ANÁLISE DOS REMANESCENTES ÓSSEOS HUMANOS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO ALTO JARARACA II, ALFREDO WAGNER

Luciane Zanenga Scherer
Arqueóloga e Bioarqueóloga MArquE/UFSC

HISTÓRICO

O sítio arqueológico Alto Jararaca II, localizado no município de Alfredo Wagner, Santa Catarina, foi visitado, possivelmente na década de 1960, por Alroino Eble. Naquela oportunidade o pesquisador coletou diversos ossos humanos. Infelizmente, não foi possível acessar os dados de campo e, desta forma, maiores informações relacionadas a este achado não estão disponíveis. O acervo encontra-se sob a guarda do Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral, Universidade Federal de Santa Catarina, MArquE/UFSC.

Informações na literatura arqueológica nos fazem pensar na possibilidade de localização deste sítio “*em abrigo sob-rocha*” e os remanescentes ósseos humanos depositados neste contexto. Sítios com estas características são comuns na região, como o sítio arqueológico Alfredo Wagner 5, cadastrado por Rohr como “*Sítio de Sepultamento em Abrigo sob Rocha*” e por ele descrito como “*um vasto abrigo sob-rocha, atrás de uma cascata*” (ROHR, 1984: 143).

Os remanescentes ósseos humanos coletados por Eble no sítio Alto Jararaca II foram: 02 fêmures direitos quebrados; 03 tíbias direitas quebradas; 04 tíbias esquerdas quebradas (uma delas infantil); 01 talus direito; 4º metatarsal direito; 02 ossos do quadril direito quebrados (ílio e ísquio); 01 ílio direito quebrado; 03 ilíacos esquerdos quebrados; 03 úmeros direitos quebrados; 03 úmeros esquerdos quebrados; 01 rádio esquerdo quebrado; 02 escápulas direitas quebradas; 02 escápulas esquerdas quebradas; 08 fragmentos de costelas; 01 vértebra torácica; 02 fragmentos de crânio; 01 mandíbula quebrada (recém-nascido); 19 fragmentos de ossos longos; 07 fragmentos ósseos diversos.

Após a identificação e quantificação dos ossos foram realizadas análises macroscópicas nos remanescentes ósseos humanos. A identificação macroscópica de patologias bem como de outros possíveis marcadores ósseos estão abaixo descritas, entretanto, cabe destacar que a ausência de indivíduos completos inviabiliza a conjugação dos dados prejudicando maiores inferências bioarqueológicas.

ANÁLISES DOS REMANESCENTES ÓSSEOS HUMANOS

1. Processos Tafonômicos

Dos processos tafonômicos observados nos remanescentes ósseos humanos, destacam-se: ossos com coloração esbranquiçada (**Figuras 01 e 02**); desprendimento de parte da cortical óssea (**Figura 03**); ossos friáveis e/ou com sinais de corrosão (**Figura 04**); quebras e rachaduras longitudinais nos ossos longos (**Figura 05**); marcas de dentes de roedores (**Figuras 06 e 07**) (BUIKSTRA & UBELAKER, 1994; WHITE & FOLKENS, 2005).

Estas alterações observadas em vários ossos foram causadas por agentes naturais (abióticos e bióticos) e por agentes antrópicos (endógenos e exógenos) (GOMIDE, 1999). Dos agentes naturais destacamos a umidade, a água, a incidência de luz (agentes abióticos) e a atuação de mamíferos terrestres, os roedores (agentes bióticos). Quanto aos agentes antrópicos destacamos o tipo e local de inumação (endógenos) e a forma com que foram coletados e processados em campo e laboratório (exógenos). Um exemplo de agente antrópico exógeno pode ser observado na numeração dada ao osso em laboratório, cujo número foi gravado justamente em cima das marcas de dentes de roedor (**Figura 08**) (BUIKSTRA & UBELAKER, 1994; GOMIDE, 1999; WHITE & FOLKENS, 2005).

Tais processos tafonômicos, em parte, inviabilizaram algumas análises bioarqueológicas.

2. Cálculo do Número Mínimo de Indivíduos (NMI), Estimativa de Sexo e Estimativa de Idade

Após análises preliminares destes remanescentes foi possível identificar ossos de crianças e de adultos. O cálculo do número mínimo de indivíduos (NMI) em adultos foi feito a partir do úmero esquerdo, sendo contabilizados três (03) indivíduos. Para o NMI de crianças havia apenas duas peças ósseas, uma tíbia esquerda (**Figura 09**) e uma mandíbula (**Figura 10**), porém, pelo estágio de desenvolvimento, estes ossos pertenciam a duas crianças distintas.

Para estimativa de sexo em adultos foi utilizado os ossos do quadril (BUIKSTRA & UBELAKER, 1994), sendo possível observar a presença de dois (02) indivíduos do sexo feminino e um (01) indivíduo possivelmente do sexo masculino (**Figura 11**).

Em relação à estimativa de idade os marcadores ósseos mais confiáveis estão ausentes ou prejudicados para análise, como a sínfise púbica (osso do quadril), a superfície auricular (osso do quadril e sacro), a primeira e quarta costelas e as suturas cranianas. Porém, pelos ossos longos é possível observar que aqueles em que as epífises distais e/ou proximais estão presentes, estas se apresentam fusionadas, o que indica, pelo menos, que já teriam cessado o processo de crescimento para estes ossos (**Figuras 12 e 13**). As linhas de fusão sequer são perceptíveis nestas epífises o que possibilita pensarmos que eram indivíduos adultos, porém, sem maiores classificações em adulto jovem, adulto e adulto maduro (**Figuras 12 e 13**).

A conjunção dos dados do número mínimo de indivíduos (NMI), da estimativa de sexo e idade fica aquém de maiores interpretações, uma vez que não temos como afirmar ou refutar que os ossos do quadril e os úmeros pertencessem aos mesmos indivíduos, nem mesmo os demais ossos.

Para finalizar, podemos dizer que havia, ao menos, remanescentes ósseos humanos de três indivíduos adultos e de duas crianças, totalizando, esta série, cinco (05) indivíduos. Dos adultos, há um indivíduo possivelmente do sexo masculino (osso do quadril) e dois do sexo feminino (osso do quadril). Para crianças não é possível estimar o sexo.

3. Processos Infeciosos

Não foi observada nenhuma alteração que pudesse indicar sinais de periostites e osteomielites relacionadas a agentes infecciosos, entretanto, processos tafonômicos prejudicaram em parte as análises, uma vez que há desprendimento de parte da cortical óssea, especialmente nos ossos longos.

Importante destacar que a periostite também poderia ser decorrente de microtraumatismos relacionados a esforço muscular, bem como à exposição do indivíduo a fatores físicos como o frio e o calor (MENDONÇA DE SOUZA, 1995). Infelizmente, a falta de mais ossos e os processos tafonômicos relacionados podem estar criando um viés amostral, sub ou supervalorizando um dado.

4. Alterações Entésicas

Alterações entésicas têm sido utilizadas para reconstruir padrões de atividade e de intensidade de trabalho entre populações passadas, em associação com relatos etnográficos, fontes históricas e pesquisas arqueológicas (SCHERER, 2012). Tais análises permitem o estabelecimento de padrões de solicitação mecânico motora, muscular e postural ao reconstituir os grupos musculares mais solicitados e, conseqüentemente, a possibilidade de inferir os movimentos possíveis realizados por estes (HAWKEY & MERBS, 1995). Desta forma, as marcas deixadas nos ossos, através das fixações tendíneo-ligamentares, podem propor padrões gerais de possíveis atividades físicas. As diferenças observadas podem sugerir o desempenho de atividades diversificadas e/ou especializadas, divisão sexual de tarefas e graus de hierarquização, dentro e entre populações distintas (SCHERER, 2012).

Nesta linha de investigação duas áreas apresentaram marcadores desenvolvidos, porém, não foi possível conjugar os dados, uma vez que este tipo de análise requer maior quantidade de áreas a serem observadas em um mesmo indivíduo.

A primeira área de fixação tendíneo-ligamentar que chamou a atenção foi a inserção do músculo sóleo, na tíbia,

no local denominado de linha solear. Esta linha encontra-se bem desenvolvida em um par de tíbias pertencentes ao mesmo indivíduo (**Figura 14**), o que poderia indicar deslocamentos em terrenos acidentadas e íngremes, em associação com o transporte de cargas pesadas (LAI & LOWEL, 1992; LOVELL & DUBLENKO, 1999). Porém, como os músculos não trabalham isoladamente seria imprescindível a análise de outras áreas de fixação tendíneo-ligamentares para maiores inferências.

A segunda área de fixação tendíneo-ligamentar que chamou a atenção foi a linha áspera, localizada na parte posterior do fêmur (**Figura 15**). O desenvolvimento desta linha tem sido atribuído à pressão das massas musculares, podendo estar associada a hábitos posturais (posição de cócoras e manutenção da postura ereta), bem como à transposição de terrenos acidentados (KENNEDY, 1989; LAI & LOVELL, 1992; CAPASSO *et al.*, 1998). Entretanto, mais uma vez, a análise de outras áreas de fixação tendíneo-ligamentares em um mesmo indivíduo seria essencial para maiores interpretações.

5. Características Epigenéticas

São características encontradas nos ossos do crânio e do pós-crânio podendo estar relacionadas à determinação genética e/ou ao controle ambiental (BUIKSTRA & UBELAKER, 1994; KRENZER, 2006). Nesta pequena série chamou a atenção à presença de abertura septal na epífise distal de alguns úmeros, enquanto outros não apresentavam esta característica (**Figura 16**). Esta perfuração, localizada entre a fossa do olécrano e a fossa coronóide, é considerada uma característica epigenética pós-craniana (BUIKSTRA & UBELAKER, 1994; KRENZER, 2006). Infelizmente, como este dado é isolado não é possível chegar a maiores explicações.

6. Osteoartrose

As osteoartroses ocorrem principalmente em áreas articulares que suportam cargas mais pesadas, como vértebras, quadris, joelhos e tornozelos, e resultam da

combinação de fatores ligados à idade, sexo, diferenças hormonais e genéticas, bem como ao estresse mecânico (WHITE & FOLKENS, 2005).

Quando decorrentes de estresse mecânico, apontando diferenças em relação a membros inferiores, membros superiores e segmentos vertebrais, podem gerar informações valiosas sobre o estilo de vida de grupos humanos passados que habitaram distintos ambientes (NEVES, 1986; MENDONÇA DE SOUZA, 1995).

Nesta pequena série não foram observadas alterações ósseas sugestivas de osteoartrose (**Figura 17**). A ausência de algumas epífises e os processos tafonômicos observados em algumas das áreas articulares inviabilizaram outras inferências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Análises bioarqueológicas associadas aos dados arqueológicos e ambientais carregam muitas informações importantes. A agregação de diversos dados, o estudo de séries esqueléticas armazenadas em outras instituições museais e a pesquisa arqueológica sistemática, em sítios com remanescentes ósseos humanos em abrigo sob-rocha, poderiam auxiliar na interpretação do estilo de vida destes grupos humanos. Além disso, outros tipos de análises, como a de isótopos de estrôncio $^{37}\text{Sr}/^{36}\text{Sr}$, com o objetivo de identificar a origem geográfica, possíveis migrações e mobilidade humana, e as de isótopos de nitrogênio $^{15}\text{N}/^{14}\text{N}$ e carbono $^{13}\text{C}/^{12}\text{C}$, com o objetivo de reconstituir a paleodieta (BASTOS, 2014), trariam preciosas contribuições no entendimento dos grupos humanos que habitaram o planalto catarinense. Somados a estes dados, datações radiocarbônicas em ossos humanos resultaria em um panorama do período de ocupação dos sítios.

Figura 01: Rádío esquerdo com coloração esbranquiçada



Foto: Luciane Scherer / Acervo: MAQqE/UFSC

Figura 02: Escápula direita com coloração esbranquiçada



Foto: Luciane Scherer / Acervo: MAQqE/UFSC

Figura 03: Diáfise de tibia esquerda com desprendimento da camada cortical



Foto: Luciane Scherer / Acervo: MAQqE/UFSC

Figura 04: Fragmento ósseo friável, epífise proximal, tibia esquerda



Foto: Luciane Scherer / Acervo: MAQqE/UFSC

Figura 05: Tibia esquerda com quebras e rachaduras longitudinais



Foto: Lucas Bondi / Acervo: MAQqE/UFSC

Figura 06: Tibia esquerda com marcas de dentes de roedor



Foto: Luciane Scherer/Acervo: MAQqE/UFSC

Figura 07: Osso do quadril direito com marcas de dentes de roedor



Foto: Luciane Scherer/Acervo: MARqE/UFSC

Figura 08: Tibia esquerda cuja numeração de laboratório foi gravada em cima das marcas de dentes de roedor



Foto: Luciane Scherer/Acervo: MARqE/UFSC

Figura 09: Tibia esquerda infantil



Foto: Luciane Scherer/Acervo: MARqE/UFSC

Figura 10: Mandíbula de criança



Foto: Luciane Scherer/Acervo: MARqE/UFSC

Figura 11: Estimativa de sexo pelos ossos do quadril

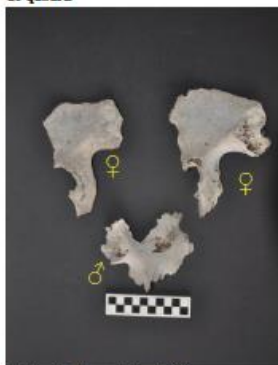


Foto: Lucas Band/Arceve: MARQUE/UFSC

Figura 12: Epífise proximal fusionada e sem sinais de linha de fusão, tibia esquerda



Foto: Luciane Scherer/Arceve: MARQUE/UFSC

Figura 13: Epífise distal fusionada e sem sinais de linha de fusão, úmero esquerdo



Foto: Luciane Scherer/Arceve: MARQUE/UFSC

Figura 14: Área de fixação do músculo sóleo, tíbias direita e esquerda



Foto: Lucas Bond/Acervo: MArqE/UFSC

Figura 15: Desenvolvimento da linha áspera, fêmur direito

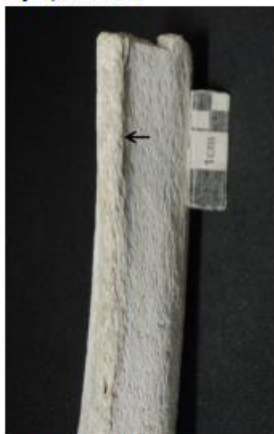


Foto: Luciano Scherer/Acervo: MArqE/UFSC

Figura 16: Epífises distais de úmeros direitos, o da esquerda apresentando abertura septal, uma característica epigenética



Foto: Lucas Bond/Acervo: MArqE/UFSC

Figura 17: Epífise proximal de tíbia esquerda sem osteoartrose



Foto: Lucas Bond/Acervo: MArqE/UFSC

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, M. Q. R., 2014. **Dos Sambaquis do Sul do Brasil à Diáspora Africana: Estudos de Geoquímica Isotópica de Séries Esqueléticas Humanas Escavadas de Sítios arqueológicos Brasileiros**. Tese de Doutorado, Brasília: Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, 158p.

BUIKSTRA, J. E. & UBELAKER, D. H. (Ed.), 1994. **Standards for data collection from Human Skeletal Remains**. Fayetteville: Arkansas Archaeological Survey. Research Series, **44**.

CAPASSO, L.; KENNEDY, K. A. R.; WILCZAK, C. A., 1999. **Atlas of occupational markers on human remains**. Teramo: Edigrafital S.P.A.

ESTÉVEZ-GONZÁLEZ, M. C., 2002. **Marcadores de estrés y actividad en la población guanche de Tenerife**. Tese de Doutorado. Tenerife, Universidad de la Laguna, Espanha.

GOMIDE, M., 1999. **Sistematização de Critérios para Diagnóstico Diferencial entre Paleopatologias e Sinais de Alterações Análogas: Fundamentos Teórico-Metodológicos**. Tese de Doutorado, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.

HAWKEY, D. E. & MERBS, C. E., 1995. Activity-induced musculoskeletal stress markers (MSM) and subsistence strategy changes among ancient Hudson Bay Eskimos. **International Journal of Osteoarchaeology**, **5**: 324-338.

KENNEDY, K. A., 1989. Skeletal markers of occupational stress. In: **Reconstruction of Life from the Skeleton** (M. Y. Iscan & K. A. R. Kennedy, eds.), pp. 129-160, New York: Alan R. Liss.

KRENZER, U., 2006. **Compendio de métodos antropológico forenses para la reconstrucción del perfil osteobiológico**. Guatemala, 1ª edição.

LAI, P. & LOVELL, N. C., 1992. Skeletal markers of occupational stress in the fur trade: a case study from a Hudson's Bay company fur trade post. **International Journal of Osteoarchaeology**, 2: 221-234.

LOVELL, N. C. & DUBLENKO, A. A., 1999. Further aspects of fur trade life depicted in the skeleton. *International Journal of Osteoarchaeology*. **International Journal of Osteoarchaeology**, 9: 248-256.

MENDONÇA-DE-SOUZA, S.M.F., 1995. **Estresse, doença e adaptabilidade: estudo comparativo de dois grupos pré-históricos em perspectiva biocultural**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública.

NEVES, W. A., 1984. Incidência e distribuição de osteoartrites em grupos coletores de moluscos do litoral do Paraná: uma hipótese osteobiográfica. **Clio, série Arqueológica**, 1(6):47-62.

ROHR, João Alfredo, 1984. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. **Anais do Museu de Antropologia**, Museu Universitário, UFSC, Florianópolis, n. 17, p. 77-168.

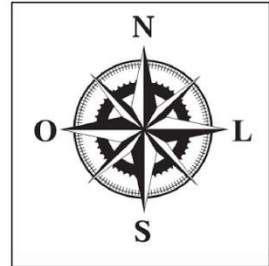
SCHERER, L. Z., 2012. **Marcadores de Estresse Músculo-esquelético e Mobilidade Terrestre em Grupos Pré-coloniais Litorâneos do Sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Museu Nacional do Rio de Janeiro, 178p.

WHITE, T. D. & FOLKENS, P. A., 2005. **The human bone manual**. Elsevier Academic Press, London.

**ANEXO III - MAPA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM
ALFREDO WAGNER**

Mapa dos Sítios Arqueológicos em Alfredo Wagner

PROJEÇÃO UTM
Escala 1:150000
Fuso 22J
Datum Horizontal WGS84

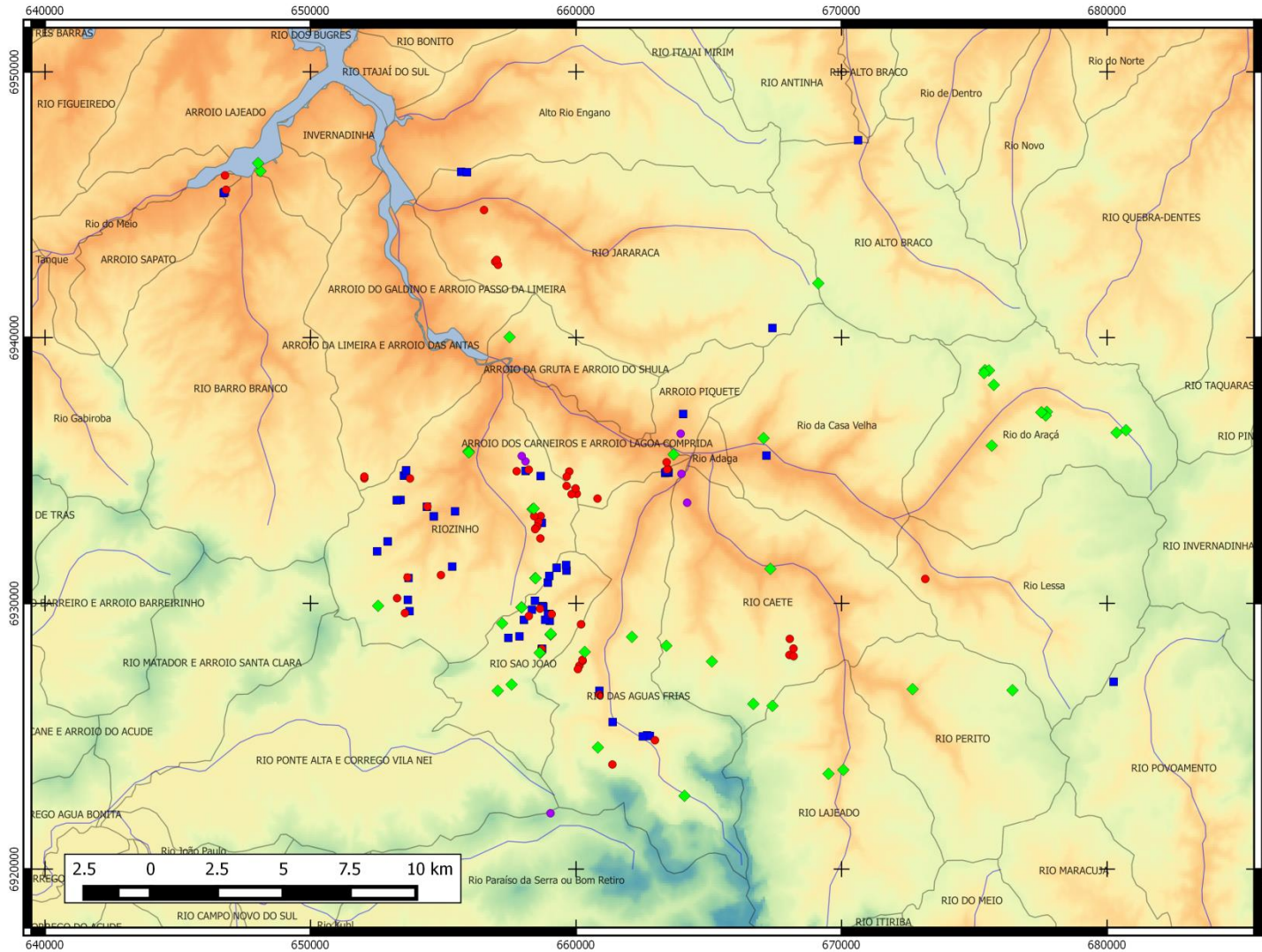


Legenda

- ◆ Abrigos sob rochas
 - Estruturas Subterrâneas
 - Galerias Subterrâneas
 - Líticos a céu aberto
 - Curso de Água
 - Microbacia Hidrográfica
- Altitude**
- 0 - 200m
 - 200 - 400m
 - 400 - 600m
 - 600 - 800m
 - 800 - 1000m
 - 1000 - 1200m
 - 1200 - 1400m
 - 1400 - 1600m
 - 1600 - 1800m
 - 1800 - 2000m

Mapa elaborado a partir dos dados compilados em Wagner (2002), pesquisa em campo no projeto "O contexto Jê Meridional em Alfredo Wagner"; Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE (2004); Base de dados IBGE (2015).

Elaborado por Lucas Bond Reis, em novembro de 2015.



**ANEXO IV – RELATÓRIO DE DATAÇÃO RADIOCARBÔNICA DO SÍTIO
TOBIAS WAGNER**

	BETA ANALYTIC INC.	4985 S.W. 74 COURT MIAMI, FLORIDA, USA 33155 PH: 305-667-5167 FAX:305-663-0964 beta@radiocarbon.com
	DR. M.A. TAMERS and MR. D.G. HOOD	

REPORT OF RADIOCARBON DATING ANALYSES

Dr. Lucas de Melo Reis Bueno

Report Date: 5/22/2015

Universidade Federal de Santa Catarina

Material Received: 5/11/2015

Sample Data	Measured Radiocarbon Age	δ13C	Conventional Radiocarbon Age(*)
Beta - 410430	340 +/- 30 BP	-27.4 ‰	300 +/- 30 BP
SAMPLE : TWG89/401459 SUPPLEMENT ANALYSIS : RadiometricPLUS-Standard delivery MATERIAL/PRETREATMENT : (charred material): acid/alkali/acid 2 SIGMA CALIBRATION : Cal AD 1510 to 1575 (Cal BP 440 to 375) and Cal AD 1620 to 1665 (Cal BP 330 to 285)			

Dates are reported as RCYBP (radiocarbon years before present, "present" = AD 1950). By international convention, the modern reference standard was 95% the ¹⁴C activity of the National Institute of Standards and Technology (NIST) Oxalic Acid (SRM 4990C) and calculated using the Libby ¹⁴C half-life (5568 years). Quoted errors represent 1σ relative standard deviation statistics (68% probability) counting errors based on the combined measurements of the sample, background, and modern reference standards. Measured ¹³C/¹²C ratios (delta ¹³C) were calculated relative to the PDB-1 standard.

The Conventional Radiocarbon Age represents the Measured Radiocarbon Age corrected for isotopic fractionation, calculated using the delta ¹³C. On rare occasion where the Conventional Radiocarbon Age was calculated using an assumed delta ¹³C, the ratio and the Conventional Radiocarbon Age will be followed by ---. The Conventional Radiocarbon Age is not calendar calibrated. When available, the Calendar Calibrated result is calculated from the Conventional Radiocarbon Age and is listed as the "Two Sigma Calibrated Result" for each sample.

CALIBRATION OF RADIOCARBON AGE TO CALENDAR YEARS

(Variables: C13/C12 = -27.4 ‰ : lab. mult = 1)

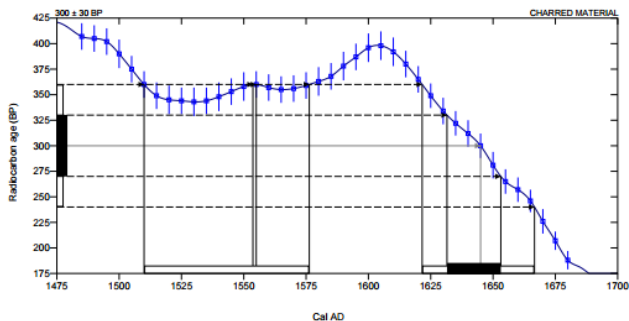
Laboratory number **Beta-410430**

Conventional radiocarbon age **300 ± 30 BP**

Calibrated Result (95% Probability) **Cal AD 1510 to 1575 (Cal BP 440 to 375)
Cal AD 1620 to 1665 (Cal BP 330 to 285)**

Intercept of radiocarbon age with calibration curve **Cal AD 1645 (Cal BP 305)**

Calibrated Result (68% Probability) **Cal AD 1630 to 1655 (Cal BP 320 to 295)**



Database used

SHCAL13

References

Mathematics used for calibration scenario

A Simplified Approach to Calibrating C14 Dates, Talma, A. S., Vogel, J. C., 1993, Radiocarbon 35(2):317-322

Reference to SHCAL13 database

Hogg AG, Hua Q, Blackwell PG, Niu M, Buck CE, Gullerson TP, Heaton TJ, Palmer JG, Reimer PJ, Reimer RW, Turney CSM, Zimmerman SRH. 2013. SHCAL13 Southern Hemisphere calibration, 0–50,000 years cal BP. Radiocarbon 55(4):1889–1903.

Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory

4985 S.W. 74th Court, Miami, Florida 33155 • Tel: (305)967-5167 • Fax: (305)663-0964 • Email: beta@radiocarbon.com

ANEXO V – FICHA DE TRIAGEM E ANÁLISE DOS VESTÍGIOS LÍTICOS

Líticos Tobias Wagner (TWG)

Triagem de Material

* Required

PN *

Nível

1 2 3 4 5 6 7 8

Material de outra proveniência

Limpeza de Perfil

Superfície

Other:

Quadra *

N183W200

N187W199

N189W199

N189W200

N189W201

N189W202

N190W199

N190W200

N190W201

N190W202

N191W199

N191W200

N192W200

N193W199

N193W200

N193W201

N194W200

Dimensões *

>4cm

4-6cm

6-8cm

8-10cm

<10cm

Matéria-prima *

- Aplito
- Arenito Aroosiano
- Arenito Fino
- Arenito Grosso
- Arenito Médio
- Arenito Silicificado
- Calcedônia
- Diabásio
- Granito
- Riólito
- Sílex
- Siltito Fino
- Siltito Grosso
- Siltito Grosso Silicificado
- Siltito Médio
- Quartzito
- Quartzo
- Não identificado

Técnica de Transformação *

- Lascado
- Picoteado
- Polido
- Sem modificação

Superfície *

- Acortical com cicatrizes de lascamento anterior
- Acortical sem cicatrizes de lascamento anterior
- Cortéx liso (seixo)
- Cortéx rugoso (bloco)
- Nódulo (arredondado)
- Cristal
- Sem informação

Alterações na superfície *

- Cúpula térmica
- Fratura térmica
- Intemperismo biológico
- Intemperismo químico
- Marca de queima (mancha)
- Sem alteração

Quantidade de peças ***Observações**

ANEXO VI – FICHA DE ANÁLISE DOS VESTÍGIOS CERÂMICOS

- I. Sítio
- II. PN-dígito
- III. Localização (Unidade)
- IV. Nível estratigráfico
- V. Natureza da peça
 - 1. Borda
 - 2. Base
 - 3. Parede
 - 4. Inflexão
- VI. Argila
 - 1. Branca
 - 2. Vermelha
 - 3. Marrom
 - 4. Cinza/Preto
- VII. Antiplástico
 - 1. Mineral grosso
 - 2. Mineral fino
 - 3. Argila
 - 4. Cinza/cariapé
 - 5. Caco moído
 - 6. Hematita
- VIII. Técnica manufatura
 - 1. Roletado
 - 2. Modelado
 - 3. Moldado
- IX. Queima
 - 1. Oxidante
 - 2. Redutora
 - 3. Oxidante interna / redutora externa
 - 4. Oxidante externa / redutora interna
 - 5. Oxidante interna e externa, redutor no centro
- X. Peso
- XI. Espessura (parte mais grossa)
- XII. Espessura borda (lábio)
- XIII. Forma de borda
 - 1. Restritiva
 - 2. Irrestritiva
 - 3. Vertical
 - 4. Ponto de Inflexão
- XIV. Forma da base
 - 1. Plana
 - 2. Côncava
 - 3. Convexa
- XV. Tratamento de superfície
 - 1. Alisamento
 - 2. Enegrecimento/Brunidura
 - 3. Resina
 - 4. Polimento
- XVI. Decoração
 - 1. Inciso
 - 2. Ponteados
 - 3. Digitado/Ungulado/Pinçado
 - 4. Carimbado
 - 5. Corda
 - 6. Escovado
 - 7. Engobo
- XVII. Localização da decoração
 - 1. Em todo o corpo
 - 2. Em faixa abaixo do lábio
 - 3. Em faixa no corpo da vasilha
- XVIII. Marca de uso
 - 1. Fuligem
 - 2. Recicagem
 - 3. Desgaste acentuado
- XIX. Observações

**ANEXO VII – RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE MADEIRAS
CARBONIZADAS**

RELATÓRIO

As amostras enviadas ao Laboratório de Anatomia e Qualidade da Madeira foram quebradas manualmente e obtidas imagens em estereomicroscópio (Zeiss Discovery V12) nos três planos anatômicos de corte (transversal, radial e tangencial). Para uma maior detalhamento, foram obtidas imagens em Microscópio Eletrônico de Varredura (TM 1000 da Hitachi). O material foi comparado com a antracoteca do Laboratório de Anatomia da UFPR.

Para a identificação do material seguiu-se os procedimentos utilizados na identificação de madeiras. Primeiro visualizou-se a presença ou não de vasos. As amostras TWG 83 e 101 não possuem vasos, sendo do grupo das Gimnospermas. As espécies que não possuem canal resinífero e são nativas do sul Brasil são araucária (*Araucaria angustifolia*) e pinheiro bravo (*Podocarpus lambertii*). As diferenças anatômicas estão na diferenciação do anel de crescimento pelo espessamento dos traqueídeos, pontoações do campo de cruzamento, e presença de parênquima axial difuso no pinheiro bravo, assim concluiu-se que é araucária.

Descrição das amostras.

Anel de crescimento demarcado pelo leve espessamento da parede dos traqueídeos, parênquima axial ausente, raios homogêneos e unisseriados, pontoações areoladas uni e bisseriadas.

As amostras TWG 61 e 129 possuem vasos e placa de perfuração escalariforme, bem evidente. Também foi possível a identificação de pontoações escalariformes, o que leva ao gênero *Magnolia*.

Descrição das amostras.

Porosidade difusa, poros solitários e múltiplos, placa de perfuração escalariforme, pontoações intervasculares escalariforme, raios heterogêneos, multisseriados e não estratificados.